

Sociedade e Cultura 4

CADERNOS DO NOROESTE
Série Sociologia



educação migrações
artes prostituição
direito poder
ambiente

Instituto de
Ciências Sociais
Universidade
do Minho

Título: **CADERNOS DO NOROESTE – Vol. 18 (1-2), 2002**

Director: Engrácia Leandro (Directora do CCHS)

Título: **Série Sociologia**
Sociedade e Cultura 4

Coordenadores: Albertino Gonçalves • Helena Machado • Teresa Mora

Conselho Científico: Manuel da Silva e Costa • Maria Engrácia Leandro • Ernesto Figueiredo • Albertino Gonçalves • Manuel Carlos Silva • Ivo Domingues

Conselho de Redacção: Albertino Gonçalves • Alice Matos • Ana Duarte • Ana Brandão • Ana Paula Marques António Joaquim Costa • Carlos Freitas • Carlos Veiga • Carmen Diego • Emília Araújo Ernesto Figueiredo • Helena Machado • Hugo Laranjeiro • Ivo Domingues • Jean-Martin Rabot • Joel Felizes • José Pinheiro Neves • José Cunha Machado • Manuel Carlos Silva • Manuel da Silva e Costa • Márcia Duarte • Maria Engrácia Leandro • Maria Eugénia Rodrigues • Paula Mascarenhas • Rita Ribeiro • Susana Silva • Teresa Mora • Vera Duarte • Victor Rodrigues

Secretariado de Redacção: Filomena Silva

Apoios: A edição deste número foi financeiramente apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia

Edição: A Série de Sociologia dos CADERNOS DO NOROESTE *Sociedade e Cultura* é editada semestralmente (dois volumes/ano ou um volume duplo/ano) pelo Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, *Campus* de Gualtar, 4710-057 Braga

Assinatura Anual: Portugal, Países de expressão oficial portuguesa e Espanha
15 € (individuais) 17,50 € (instituições)

Outros países:
US\$20 (individuais) US\$30 (instituições)
Preço deste número 12,50 €

Recensões: Quando os autores/editores desejarem a publicação de recensões, deverão submeter ao Conselho de Redacção dois exemplares dos trabalhos em causa. O Conselho de Redacção, no entanto, não se obriga a publicar recensões de todas as obras que lhe sejam enviadas com esse objectivo.

Capa: Albertino Gonçalves • António Ovídio

Motivo da Capa: Karel Appel, *Meninos a pedir*, 1948

Execução gráfica: BARBOSA & XAVIER, LDA. – ARTES GRÁFICAS
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31 A-C, 4700-385 Braga
Tel. 253 263 063 – 253 618 916 • Fax 253 615 350
e-mail: barbosa.xavier@clix.pt

Tiragem: 500 exemplares

Redacção, Administração e Publicidade: **CADERNOS DO NOROESTE – Centro de Ciências Históricas e Sociais**
Universidade do Minho, *Campus* de Gualtar, 4710-057 Braga
Tels. 253 604 100 • Fax 253 676 966
<http://www.ics.uminho.pt/sociologia>

ISSN: 0870-9874

Depósito legal: 17102/87

Solicita-se permuta • Echange wanted • On prie l'échange • Sollicitamo scambio

NOTA PRÉVIA

CUMPRINDO a regularidade prevista, sai o quarto volume da publicação *Sociedade e Cultura*, correspondente ao ano de 2002. Embora o Núcleo de Estudos em Sociologia tenha sido homologado pela Reitoria da Universidade do Minho há cerca de dois meses, este volume foi ainda concebido sob a égide, e com o apoio, do Centro de Ciências Históricas e Sociais.

Os artigos agrupam-se em cinco temas, alinhando-se do seguinte modo: educação; migrações; artes; direito e poder; ambiente.

Como vem sendo hábito e desígnio assumido, esta publicação beneficia de várias colaborações externas: Manuela Ribeiro e Octávio Sacramento escrevem sobre a prostituição feminina em zona de fronteira; Rui Leandro Maia sobre as migrações e os comportamentos demográficos numa freguesia do Porto; Daniel Francisco sobre o poder local em Portugal e Fernando Magalhães sobre a semiótica dos objectos de museu.

Os docentes do Departamento de Sociologia continuam a assegurar uma participação significativa: Maria Engrácia Leandro estuda a reinserção familiar nos processos migratórios internacionais; Albertino Gonçalves, a figura da «minhota trajada à vianesa»; Manuel Carlos Silva, Helena Machado e Susana Silva as representações produzidas pelo direito e a ciência a propósito da prostituição feminina; Ivo Domingues, a prática do copianço na universidade; e a Maria Eugénia Rodrigues, o uso do discurso científico por parte dos movimentos de protesto ambiental.

Assevera-se digna de destaque a contribuição de (ex)alunos do Mestrado em Sociologia: Maria da Conceição Gonçalves aborda as férias dos emigrantes; Hugo Laranjeiro, o mundo da música em Braga; e Vera Mónica Duarte, o impacto da legislação na violência conjugal. Por sua vez, Susana Silva e Octávio Sacramento são co-autores dos artigos já mencionados.

Assinale-se, por último, o estudo de Jean-Martin Rabot dedicado ao conceito de grupos de estatuto na obra de Max Weber e a recensão feita por Rita Ribeiro ao livro *Portugal: A equipa de todos nós*, da autoria de João Nuno Coelho, no âmbito de uma rubrica que se deseja, no futuro, mais participada e alargada.

Concluído este volume, aguarda-nos, premente, exigente e, decerto, noutros moldes, o desafio do próximo.

ALBERTINO GONÇALVES

ATITUDES FACE AO COPIANÇO NA UNIVERSIDADE

IVO DOMINGUES *

RESUMO

Este artigo propõe rápida viagem pela avaliação dos alunos praticada na universidade. Tem início na apreciação teórica das atitudes como predisposição para a acção no domínio do copianço. Depois, segue para a identificação de práticas e olhares donde, prudentemente, se perscrutam atitudes organizadoras da conduta de docentes e discentes. No fim, propõe que se apeie a descrição para que a análise possa, mais pausadamente, construir sentido organizador da leitura da diversidade de atitudes recenseadas.

Introdução

Toda a gente reconhece à universidade insubstituível papel na alta formação de gerações de estudantes, transformados em habilitados técnicos que, integrados em diferentes organizações, ali cumprem as suas delicadas e importantes missões económicas e sociais. Mas menos gente conhece ou reconhece que o processo formativo dos quadros dirigentes é muito frágil e, entre os inúmeros factores que enfraquecem a formação realizada, sem dúvida que o copianço ocupa lugar do maior relevo.

Este artigo pretende rastrear as atitudes que professores e alunos revelam seguir face à prática do copianço e do seu controlo, bem como equacionar algumas contradições que a avaliação académica encerra. Compõe-se de cinco partes: na primeira sublinha-se o valor das atitudes para a compreensão do comportamento social; na segunda, arrolam-se atitudes recen-

* Professor Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

seadas relativas à prática do copianço; na terceira, visitam-se as atitudes de controlo manifestadas pelos professores; na quarta, aprecia-se a contextualidade da avaliação e as suas dimensões espaço, tempo e relação; por fim, na quinta e última parte, alinhavam-se algumas orientações e contradições das práticas docentes.

Trata-se de estudo de caso, de natureza qualitativa, propiciador de generalizações teóricas e, creio eu, de preocupações pragmáticas. Eu assim o sinto.

1. As atitudes e o comportamento social

As atitudes integram três componentes: as crenças (componente cognitiva) os sentimentos (componente afectiva) e o comportamento (componente da tendência da acção) (Rosenberg e Hovland, 1960). É possível observar as atitudes a partir de qualquer um destes componentes mas raramente é possível observá-los ao mesmo tempo. A análise que aqui se propõe assenta na observação da componente cognitiva.

As atitudes são predisposições adquiridas que orientam o sentido do juízo e da acção (Virton, 1968: 287). Constituem factores da acção, organizam as percepções e a atribuição de sentidos à realidade que as pessoas vivenciam. Por isso, o estudo do copianço a partir das atitudes pode revelar-se útil na medida em que permitirá revelar os modos de sentir e ver dos agentes no domínio da avaliação escolar.

As atitudes, porém, não são os únicos factores que influenciam o comportamento das pessoas. Este é função de factores internos (carácter, atitudes) e externos (a situação percebida) (Oppenheim, 1966:153). Por isso, podem existir acções precedidas de juízos de valor baseados nas atitudes como podem existir acções que precedem o juízo e a reflexão, tanto podem ocorrer acções congruentes com os juízos como podem acontecer acções incongruentes com as avaliações efectuadas. Colocadas em situações sociais reais onde monitorizam a sua conduta, as pessoas não agem necessariamente de acordo com as suas predisposições para a acção.

O estudo das atitudes de professores e alunos sobre o copianço permite rastrear predisposições adquiridas para agir quando se admite copiar ou se admite prevenir e corrigir o copianço, mas não permite prever como as pessoas em situação concreta agirão. Reconhecidas as suas possibilidades e impossibilidades, estamos prontos a iniciar o recenseamento de atitudes que influenciam o comportamento dos participantes em processos educativos na universidade.

2. Atitudes face à prática do copianço

2.1. Por parte dos alunos

Alguns alunos possuem uma atitude de *aceitação incondicional*. Argumentam que o copianço está ao alcance de todos, pois basta saber e querer copiar. Consideram-no resultado de arbítrio pessoal socialmente descomprometido. Não existe aqui espaço para juízo que problematize a justiça ou os efeitos daquela prática académica, considera-se apenas que ela é possível e pronto. Esta atitude tanto é partilhada por aqueles que copiam como por aqueles que não copiam por receio de serem apanhados:

«Se eu soubesse copiar também eu copiava. Os que copiam têm sorte em saber copiar.»

«Quem não copia tem tantas hipóteses de copiar como quem copia, se quiser que copie.»

A realização de provas sem recurso ao copianço não é aqui valorizada. Aqueles que respeitam a interdição, são rotulados com designações pejorativas que desvalorizam a sua fidelidade normativa a uma ordem académica mais desejada e defendida pelos docentes:

«Os que copiam acham burros aqueles que vão para o teste e não levam nada para ajudar, consideram-nos uns crânios, uns anjinhos.»

Aquela atitude beneficia da protecção de outra que permite a *valorização do sigilo* entre os alunos. Estes criaram normas e sanções que interditam e penalizam a delação daqueles que copiam, revelação que põe em risco o resultado académico de quem copia e põe em causa a frágil ordem social do grupo de alunos. Esta atitude orientada para o sigilo também é perfilhada por alunos que condenam o copianço por o considerarem injusto. Operando um controlo social interno, esta atitude permite manter na zona de sombra as práticas de quem copia:

«Há injustiça no copianço, mas mesmo assim não se deve denunciar.»

«A denúncia não acontece devido ao espírito de grupo, ao espírito académico.»

A maior sanção existente para punir a quebra do sigilo é a marginalização do delator. Este é visto como não membro do grupo, despojado do seu estatuto de colega, sendo objecto de silencioso ostracismo e isolamento, prolongado para além das actividades académicas, estendido às áreas da festa e convívio.

Esta prática de penalização social reduz os territórios e os tempos da convivialidade dos condenados que, sujeitos ao escárnio público e reduzidos ao isolamento pela maioria dos membros, não podem deixar de prudentemente avaliar os efeitos daquela antes de resolverem falar com o docente:

«Não se toma nenhuma acção directa para com o delator, mas esse aluno fica marcado, punha-se-lo de parte, deixava-se de o ver como colega.»

«Se alguém fizesse uma denúncia, os colegas reagiriam muito mal. Esse aluno ficaria de parte, deixava de ser nosso amigo.»

«Festas que haja, jantares de fins de semestre, de curso ou coisas do género que há, não o convidam, fotocópias que haja, mesmo a nível de informação sobre as fotocópias que há, ele que saiba, que pergunte, porque não lhe dizem nada».

Outros vêem o copianço seguindo uma *aceitação condicionada*. Recorrer a ele para atingir a «positiva» e fazer as disciplinas é aceitável, mas já é considerado ilegítimo recorrer a ele para atingir notas mais elevadas, para obter certificação formal meritória. Aqui aceita-se o recurso àquela prática como meio de garantir o sucesso académico mínimo, mas não se aceita que ela possa ser adoptada como meio de competir pelas melhores classificações. O copianço pode ser usado como mecanismo de discriminação positiva, espécie de seguro académico, mas não como instrumento de excelência académica:

«Copiar por desespero para tirar dez, fazer uma cadeira, não condeno, mas copiar para tirar um dezoito ou dezanove, acho condenável, é um oportunismo.»

Também existe a atitude da *indignação controlada*. Esta parece ser mais intensa quando praticada por colegas que procuram fazer gestão da sua imagem positiva junto dos professores, de forma a que estes os vejam como bons alunos, ou junto dos colegas, apresentando-se como academicamente honestos. Considera-se aqui que a prática bem sucedida do copianço não pode ser negada para beneficiar imagem de excelência de desempenho, comportamento que recebe o acutilante rótulo de hipócrita:

«A minha colega viu elas a meterem as composições, a trocarem as folhas, não é?! Ela disse que naquele momento lhe apetecia ter um ataque de tosse enorme para chamar a atenção da professora para o que se estava a passar. Ficou de tal maneira revoltada! Não por ela estar a fazer aquilo mas por ser quem era... Pronto, não copia, a anjinha, ela não era dessas coisas...»

Estas atitudes contam com o discreto apoio de uma outra, orientada para o *controlo social difuso*. Quando a nota dos exames, recompensa académica procurada, dos que não copiam é inferior à dos que copiam, aqueles consideram-se prejudicados e comentam negativamente as notas destes. Esta rejeição pode estimular práticas de denúncia difusa dos colegas que copiam, de modo a atrair a atenção do professor e condicionar o seu comportamento de controlo, ao mesmo tempo que se oculta a intenção para não atrair a censura dos colegas. A delação da prática do copianço só é possível quando possa ter carácter accidental que permita esconder as intenções dos delatores por detrás do acaso:

«Quando as notas obtidas pelo copianço são superiores às notas dos colegas que não o fazem, estes sentem-se revoltados, mandam bocas indirectas.»

Outra atitude de orientação semelhante consiste na *dificultação do copianço*. Incapazes de os denunciar publicamente, os alunos que não copiam procuram condicionar negativamente as condições materiais da prática bem sucedida do copianço. Concretamente, evitam disponibilizar os seus apontamentos para fotocopiar, alegando que são produto do seu trabalho pessoal ou, na maior parte dos casos, arranjando desculpas para adiar o solicitado fornecimento:

«Os que não copiam não discriminam os que copiam, o que pode acontecer é que nos testes não os ajudem, isto porque não copiam, não concordam, não ajudam, mas não vai para além disso.»

Também frequente é a *discordância passiva*. Condena-se o copianço mas esta condenação circula apenas no interior de grupos muito restritos e fechados. São grupos que permitem funções académicas, no domínio da preparação das provas e realização de trabalhos escolares, e funções sociais, facilitando o convívio e estimulando o sentido gregário de pertença a um grupo primário. Esta avaliação negativa não tem grande expressão pública, pois está mais ou menos limitada às fronteiras da intimidade grupal, ocorre na zona dos bastidores onde eles equacionam as práticas e os seus sentidos, onde formulam consensos e preparam actuações futuras. Resignados, aceitam o copianço como prática inevitável, praticada por grande número de colegas, encontrando na conversa do grupo restrito oportunidade para gerir a condenação que lhes merece:

«O que é que a gente há-de fazer? Eles copiam, a gente vê, mas não pode dizer nada. A gente depois fala disso, Olha fulana tal copiou que se fartou, mas não vamos além disso.»

Os alunos que copiam ou querem copiar exigem dos outros uma atitude de *solidariedade activa*. Desenrascar o colega com problemas, cedendo acesso às suas cábulas ou ao seu ponto, é socialmente valorizado por aqueles. Aos não colaborantes estão reservadas penalidades, que podem ir da imposição duma ruptura na comunicação verbal, suspendendo a relação interpessoal, à delação pública, mobilizadora de sanções sociais do grupo.

A possibilidade da denúncia pública da não ajuda a colega que necessita de apoio para copiar bem como das sanções do grupo alargado que isso pode acarretar, reflecte a desvalorização que é feita do desempenho académico de cada um na preparação dos exames e a valorização que se faz das notas, afinal aquilo que os alunos buscam. Não restam muitas alternativas de comportamento a quem foi solicitada aquela ajuda:

«Se eu tiver um colega ao meu lado que não me deixe copiar, das duas uma: ou eu nunca mais lhe falo e faço-lhe notar que ele foi do piorio, ou então envergonho-o face à turma toda.»

Aqueles que copiam apenas de vez em quando podem guiar-se por uma atitude de *tolerância comprometida*. Esta permite-lhes aceitar o copianço perpetrado por outrem, independentemente da frequência com que copiam, das suas motivações e dos resultados que obtêm. Trata-se de tolerância congruente com a sua predisposição para copiar quando necessitam:

«Vejo que há gente que tira melhores notas do que eu a copiar, mas não vou prejudicá-los. Não lhes vou levantar problemas. Se eu também copio de vez em quando, porque é que lhes vou levantar processos?!»

O espectro das atitudes discentes revela a existência de acentuadas predisposições orientadas para a prática do copianço apoiada em mecanismos de controlo social que inibem e penalizam comportamentos de denúncia. Elas organizam práticas académicas mais orientadas para o sucesso certificado do que para a formação bem sucedida, ao mesmo tempo que facilitam a reprodução das práticas dominantes do copianço. Existe entre os alunos uma espécie de pacto de silêncio, aceite ou tolerado, que se apoia em processos sociais que recorrem à significação, legitimação e dominação, que vão permitindo gerir as tensões e contradições que entre eles surgem. Beneficiando da defesa mais ou menos intensa da maioria dos alunos, as condições sociais para a reprodução das práticas do copianço estão sempre salvaguardadas, pois nunca chegam a ser postas em causa pelas tímidas incursões de alguns alunos menos comprometidos com aquele modo de estar. De resto, a sua frequente prática, ao mesmo tempo que se actualiza a si própria, reforça as condições da sua exequibilidade.

2.2. Por parte dos professores

A atitude de *recusa incondicional* estimula a visão do copianço como desvio e, por isso, favorece a sua penalização através da imputação pública do rótulo de desviante àqueles que copiam, acompanhada da recusa de correcção da prova que consideram ilegítima. Não admite tolerância nem deixa espaço para negociação de sentidos acerca da prática de quem copia:

«Se vejo alguém a copiar deixo fazer o teste até ao fim e na aula seguinte denuncio-o aos colegas e nem sequer corrijo o teste.»

Esta penalização é a que mais contestação atrai entre os alunos. Consideram a penalidade aplicada na correcção da prova e a denúncia pública como formas autoritárias do exercício do papel de avaliador, procurando conquistar e manter alguma margem de negociação da aplicação da norma retirada ao poder de avaliar do professor.

Também existe a atitude da *aceitação condicionada*. O copianço é aceite quando se admite que a preparação das cábulas é facilitadora da aprendizagem dos conteúdos programáticos. Neste caso, a aprendizagem é vista como resultado de leituras repetidas e a intenção de copiar como benéfica para aquela:

«Eles, ao fazerem as cábulas, acabam por estudar e aprendem melhor as matérias.»

Alguns professores até dão conselhos sobre a prática do copianço. Convictos da natureza hierarquizante da avaliação e da natureza competitiva das carreiras escolares, consideram que copiar pelos próprios meios garante mais eficiência, permitindo melhor controlo sobre a qualidade da informação recebida:

«Os alunos que querem copiar devem-no fazer pelas suas coisas e não pelas dos outros, pois numa época de tanta competição é natural que dêem dicas erradas. As pessoas têm cada vez mais menos vontade que os outros lhes passem a perna.»

A atitude da *indiferença* conduz à passividade no controlo. É perfilhada por aqueles que consideram ser a prática do copianço uma deliberação pessoal, portadora de vantagens e desvantagens que só o aluno arrecada. Entende-se, neste caso, que isto é assunto que diz mais respeito aos alunos, pois só eles é que sabem quanto querem sair prejudicados na sua preparação para o desempenho profissional. Desta forma se dispensa a organização formadora de controlar a formação recebida pelos estudantes e tacitamente se admite que o copianço prejudica as condições de empregabilidade daqueles

que copiam, esperando que o mercado premeie o desempenho escolar através das oportunidades de emprego que oferece e da remuneração que disponibiliza. A punição ou a recompensa aguarda os alunos no mercado de trabalho:

«Quem quiser copiar que copie. Eles é que colhem os frutos...»

É dominante a atitude da *desvalorização da delação*. Esta conduz à criação de barreiras para que esta não ocorra e, quando isso acontece, desvaloriza a *identidade social real* do delator, cujo comportamento pode ser considerado mais desviante do que o dos colegas que copiaram. Desta forma, os professores desprezam a colaboração de eventuais aliados que entre os alunos existam para melhorar a eficiência do controlo na realização das provas académicas:

«Delatar um colega revela um carácter pouco recomendável, é uma situação que leva a que haja bufos. Para mim o delator fica numa situação bastante desfavorecida.»

«Ficaria com uma péssima imagem de um aluno que me viesse dizer que colegas tinham copiado. É lá coisa que se faça aos colegas?! Eu ficaria com pior opinião dele do que dos colegas, pois é super desonesto e mostrava uma personalidade muito fraca.»

«Quanto a saber o nome de alunos que copiaram por um colega, não permito que mo digam – se eu descobrir tudo bem, se não descobrir não quero saber.»

Alguns preferem a *confirmação da delação*. Mediante denúncia do copianço, reforçar-se-á a vigilância em futuras provas, mas não se iniciará processo formal de averiguações. A delação precisa da réplica, aqui traduzida na observação própria da prática do copianço:

«Se um aluno me revela o nome de colegas que tenham copiado, eu ignoro porque não fui eu que descobri e não sei se é verdade, não tenho provas. Se o conseguir provar, então, procuro ser aquele juiz que me impõem que seja.»

A *valorização da delação* é a atitude que também existe, mas é mais rara. Neste caso, esta não só é bem vista como é aconselhada e fomentada. Desta forma se partilha ou mesmo delega nos alunos a responsabilidade do controlo do copianço, aliviando o espaço dos docentes que não gostam de controlar, até talvez por considerarem esta prática própria do papel de polícia que recusam. Pressupõe uma partilha social do controlo que ignora os obstáculos sociais que os alunos mais indignados enfrentam para ousar a denúncia:

«Devia haver mais alunos com a coragem para denunciar os colegas que copiam. Na minha maneira de ver, é preferível que o controlo seja

feito pelos próprios alunos, que eles consigam dissuadir uns aos outros, em vez do professor andar a fazer de polícia.»

O espectro das atitudes dos docentes em boa parte revela predisposições inconsistentes para a prevenção e correcção das práticas do copianço. Elas exprimem frágeis definições de excelência educacional, reflectem a inexistência de objectivos da formação materializados em perfis ideais de alunos formados e a inexistência de acção concertada para o controlo da sua prática. Não parece exagerado admitir a existência de caos normativo e incoerência pragmática no controlo das provas por parte dos docentes.

3. Atitudes de controlo por parte dos professores

3.1. Na óptica dos alunos

A omissão selectiva. Neste caso, as infracções não são procuradas ou mesmo são ignoradas. O cuidado controlo do copianço envolve os professores em situações onde a interacção pode provocar ansiedade e desgaste emocional. Por isso, eles intervêm só nos casos em que os alunos dão excessivamente nas vistas, tornando público o desvio e minando a autoridade do professor, ou nos casos em que o risco de falsa identificação e denúncia do comportamento de cópia seja desprezível. A benevolência e relaxamento das regras que envolvem a avaliação académica pode constituir, nalguns casos, o preço a pagar pelo professor como compensação por uma leccionação menos cuidada. Quando a relação pedagógica é construída mais sobre a autoridade carismática do que sobre a autoridade formal ou mesmo a profissional, os professores sentem menos à-vontade para controlar de forma acentuada os alunos, sendo mais permeáveis à omissão do controlo, recusando-se a assumir papel de polícia ou receando degradar a sua identidade virtual junto dos alunos. Em qualquer dos casos, a omissão selectiva do controlo constitui elemento da relação pedagógica e reforça as condições propícias à prática do copianço:

«Os professores encaram o copianço da seguinte maneira: uns nem dão conta, outros fazem que não vêem e outros, só em casos flagrantes, é que tomam uma atitude.»

«Há professores que ficam contentes, eu sei lá... Porque nós tiramos boas notas. Fazem de conta que não vêem. Vêm até cá fora fumar um cigarro. Às vezes aquilo dá tanto nas vistas qu'eu não acredito que não vejam.»

A retórica da punição. Com frequência os professores falam da condenação do copianço e anunciam medidas severas para o prevenir, controlar e punir. Trata-se, em boa parte dos casos, de discurso sobre o copianço que se esgota em si mesmo e se integra num ritual de definição da situação onde se reafirma a autoridade do professor. Na verdade, este procura não se expor excessivamente num controlo difícil de efectuar e cheio de incertezas:

«Alguns professores avisam, no princípio, que vão ser rígidos e, depois, fecham os olhos.»

A ameaça preventiva. Às vezes parecem ser mais severos na enunciação das punições aplicáveis e mesmo na sua aplicação. Recorrendo a estratégias mais duras e assentes numa maior distância institucional, realizam um controlo mais apertado, logo anunciado antes da realização da prova. Neste caso, a atitude parecerá tanto mais consistente quanto mais seguro for o discurso:

«Há professores que assustam os alunos, metendo-lhes medo, dizendo: se eu vir alguém a copiar anulo o teste e se vocês não acreditarem que eu faço isto, eu pego em qualquer um e anulo mesmo para provar que eu sou capaz de anular.»

A imputação pública de desvio. Aqui não só se procura punir o acto transgressor como se almeja reproduzir a punição, ampliá-la para além da avaliação académica. O aluno que cometeu a falta vê o seu comportamento duplamente punido, pois sofre uma redução da nota ou anulação da prova e ainda vê o seu acto publicamente denunciado e a sua identidade social desvalorizada porque o sujeita às «chalaças» dos colegas. Esta situação confere grande visibilidade ao aluno infractor, degradando a sua identidade real, pode sujeitar

«Um professor viu um aluno a copiar, corrigiu-lhe o teste, atribui-lhe uma nota de catorze e na pauta apareceu: reprovado por copianço.»

Às vezes pode ocorrer a imputação errónea de desvio. Esta acontece quando se atribui comportamento de desvio a aluno que efectivamente não o praticou, criando um falso desviante. Esta imputação acontecerá mais facilmente entre professores orientados para o controlo apertado ou entre alunos portadores de uma identidade social virtual mais desvalorizada:

«Um professor obrigou um aluno a repetir o teste porque desconfiou que ele tinha copiado, embora ele não o tivesse feito. E eu sei porque ele estava ao meu lado.»

A prevenção passiva. A realização da prova é rodeada de alguns cuidados, no domínio da organização da sala e distribuição dos alunos, podendo

ser acompanhada de recomendações comportamentais e reiteração das penalidades, mas não é complementada com a consequente vigilância. A orientação de controlo é mais orientada pela retórica do que pela pragmática do controlo:

«Eles separam os alunos, tu vens p'rá qui, tu vais p'rá li, colocam os bons alunos à frente, fazem aquilo tudo e depois não se preocupam mais.»

A desculpabilização do desvio. O desvio, quando detectado ou admitido como praticado, sofre punição leve ou mesmo não é penalizado. Esta orientação pode conduzir à utilização da advertência como penalidade, esperando activar a consciência moral dos alunos, ou à supressão dos meios de copianço, repondo as condições necessárias à genuinidade da prova. Em ambos os casos, se trata de práticas suaves que aliviam a carga negativa do copianço e que parecem orientar-se menos para a defesa da regra desrespeitada do que para a reprodução de relação pedagógica empática:

«O professor disse a alguns alunos que tinham copiado, mas acabou por lhes dar notas altas, fez apenas uma advertência.»

«Um professor encontrou um aluno com uma cábula e disse-lhe: ó homem, deixe cá ver isso e continue a fazer a frequência.»

Estas visões que os alunos apresentam das práticas de controlo realizadas pelos professores revelam atitudes docentes que favorecem mais as práticas de controlo paradoxais e erráticas do que as práticas preventivas e sistemáticas. À luz de critérios de eficiência organizacional, onde a avaliação académica constitui o principal meio de avaliação do desempenho discente, elas parecem até insensatas.

3.2. Na óptica dos professores

A prevenção passiva. A forma escolhida para prevenir a sua ocorrência consiste no controlo das condições de realização da prova. Seja através do cuidado posto na distribuição dos alunos pelo espaço, seja através da inserção de sinais nas folhas permitidas usar ou, ainda, através do recurso a testes diferentes, trata-se em qualquer dos casos de práticas preventivas que visam reduzir as oportunidades de copiar que os alunos possam explorar. Ao focalizar a sua atenção no prévio controlo das condições, o docente marca a relação institucional de formador-avaliado, ao mesmo tempo que se

dispensa do mais desgastante controlo interactivo durante a realização das provas:

«Para controlar o copianço assino as folhas do teste, uso sempre folhas de rascunho carimbadas e faço perguntas de desenvolvimento.»

«Cuido da disposição dentro das salas, os alunos têm que estar distanciados e, às vezes, faço testes diferentes para não haver alunos vizinhos a fazerem o mesmo teste.»

A prevenção activa. Aqui a preferência vai para práticas visíveis de controlo ocular, podendo ser intercaladamente acompanhadas de paragens ou marchas. Esta alternância reforça a ideia de que o professor está activo no controlo da realização das provas e cria insegurança a todos os alunos independentemente do lugar que ocupam na sala. Trata-se de orientação de controlo que recorre ao intenso uso do corpo, materializado nos frequentes e diversos percursos entre as linhas de mesas e no olhar persistente para os alunos. Esta forma de prevenção, porém, tanto se pode orientar para a prática do controlo como para a representação do papel de controlador:

«Procuro fazer vigilância dentro da sala. Ora me sento na secretária, ora lá atrás, ora circulando pela sala. Quanto mais eu me revelar atento mais eles pensam que eu controlo.»

A punição incondicional. É inegociável e irreversível. O comportamento desviante não é relativizado pela convocação de qualquer aspecto ou critério, merecendo indiscutível punição. Esta orientação tanto pode dirigir-se para punir comportamentos detectados durante a realização das provas como durante a posterior correcção das mesmas. Neste caso, o docente pode punir com base na suspeita, não carecendo o seu juízo do ónus da prova:

«Quando encontro alguém a copiar reajo muito mal, fico zangadíssima. Primeiro vejo se é realmente verdade porque custa-me muito a crer e, depois, vou ter com a pessoa em questão e peço-lhe que desista imediatamente ou que me entregue aquilo que fez e comece de novo.»

«Eu quero dissuadi-los de copiar, portanto, digo-lhes que sou professor e não polícia e que uma fraude descoberta, mesmo depois do exame, é punida.»

A imputação selectiva de desvio. Os docentes classificam alguns actos como desviantes em dadas circunstâncias e em certos alunos e essa classificação depende de vários factores situacionais e contextuais.

Alguns tendem a fazer depender a sanção a aplicar da porção não genuína da prova e do benefício ilícito colhido pelo aluno:

«Se a cábula abrangesse a matéria de todo o teste, anulava o teste. Se a cábula não tivesse em si nada pertinente, deixaria o aluno continuar a fazer o teste.»

Outros avaliam em função da importância para o conteúdo da resposta do conhecimento irregularmente apresentado:

«Muitas vezes noto coisas copiadas mas que na minha opinião são irrelevantes e, portanto, ignoro.»

Outros, por fim, consideram a natureza das práticas de copianço que, em sua opinião, variam de disciplina para disciplina:

«Em certas disciplinas é um factor de desonestidade profissional, noutras não o é. Por exemplo, na minha, é permitido levar cábulas e só é factor desonesto o conversar com o colega do lado, porque é a única coisa que eu, como docente, ainda tenho hipótese de detectar.»

A recusa do policiamento. Para muitos professores, o controlo apertado dos alunos durante a realização das provas de avaliação constitui comportamento pouco enquadrável nos comportamentos tipicamente profissionais. Ensinar, orientar nos trabalhos de pesquisa e avaliar são funções compatíveis com o papel de professor, mas avaliar num ambiente de incerteza que obriga a atenta vigilância, interpelação e gestão de eventuais interações mais conflituosas coloca constrangimentos que podem convocar a atitude de controlo marcada pela passividade ou omissão. Neste caso, nem todas as situações definidas como irregulares merecem a intervenção correctiva, obrigando a cuidada monitorização da conduta.

A prática do copianço cria sempre uma situação em que a frágil autoridade do professor é revelada e os seus poderes postos à prova, colocando problemas de identidade profissional e social:

«Controlar o copianço é muito embaraçoso. A situação é péssima, se calhar, de parte a parte.»

«Detesto ter que andar a policiar e sentir que as pessoas estão à espera do momento em que eu esteja distraída para copiar.»

O controlo por negociação de sentidos. Consiste na atribuição negociada de significados a situações e comportamentos de modo a regular a actividade discente. Esta negociação de significados tanto pode ser preventiva,

ocorrida na véspera ou início da realização da prova, como correctiva, ocorrida já em plena avaliação. As táticas dessa negociação são diversas, podendo ir da aproximação emotiva à clarificação do conteúdo das práticas, do apelo a valores morais à defesa de papéis institucionais:

«Pretendo criar uma situação de cumplicidade que iniba as pessoas de copiarem. Jogo mais no terreno da emocionalidade do que no da autoridade – acredito que a relação que estabelecemos com as pessoas lhes crie alguns sentimentos de fidelidade.»

«Numa situação de copianço interfiro, vejo e peço tudo o que o aluno tem e tento arranjar uma situação de compromisso, um acordo entre o professor e o aluno.»

«Há um contrato social entre o professor e o aluno quanto às regras que vão regular todo o regime de avaliação – definem-se todas as situações de fraude e o que é a própria fraude.»

A *omissão altruísta*. A penalização é aqui vista como processo a evitar porque causa dano aos alunos a quem é aplicada. Os dispositivos formais ao dispor dos docentes são ignorados por forma a não sujeitar o aluno aos seus efeitos, simultaneamente académicos e identitários. Esta preocupação altruísta pode mesmo levar à demissão do papel de controlador:

«O controlo do copianço depende dos critérios de cada docente. Existem mecanismos oficiais de punição. No entanto, os professores não recorrem a esses mecanismos para não prejudicarem os alunos. Os mecanismos existem mas normalmente não são utilizados.»

A *punição limitada*. Nem sempre são aplicadas as punições formalmente admitidas ou percebidas como possíveis. Para evitar a complexidade dos formalismos organizacionais, muitos comportamentos desviantes não são punidos com a pena considerada mais ajustada. Trata-se de uma penalização calculista que penaliza o aluno sem envolver o professor em processos administrativos que também encara como uma penalização, pois não só lhe consumirá tempo como exporá a sua actividade ao juízo de colegas. A anulação da prova pode constituir a mais elevada pena normalmente aplicada:

«Eu apanhei a aluna a copiar. Passei junto dela e disse-lhe para depois entregar também as cábulas. Era uma situação difícil mas tinha de ser feito. No final, ela entregou-me as folhas de teste e uns papéis amarrados com uma frase inerte. Disse-lhe que não eram aquelas cábulas que eu queria, eu disse-lhe que não fizesse mais asneiras e que fosse buscar as outras. Tinha-as deixado no lugar. Apeteceu-me levantar um processo mas isso iria envolver-nos em chatices. Sá lhe anulei o teste.»

As práticas de controlo disciplinar na avaliação discente que os professores desenvolvem revelam o carácter paradoxal da sua actividade. O número de alunos a controlar é razoavelmente grande, quase sempre excessivo para a capacidade de controlo, reduzindo substancialmente as possibilidades de sucesso. Quanto maior for o seu investimento no controlo, maior é a possibilidade de entrar em situações tensas que mais esforço e capacidades de interacção lhes exigem. O controlo dos comportamentos dos alunos exige recurso à autoridade docente, mas quanto mais a ela recorrem mais a vêem colocada à prova e mais riscos correm de a degradar e enfraquecer as condições de exercício do papel docente. Quanto mais formalizam os processos de controlo para dar mais força institucional à sanção, mais riscos correm de embaterem na inércia dos órgãos disciplinares ou mesmo de receberem julgamentos negativos emitidos pelos colegas que neles intervêm.

4. Contextualidade da avaliação escolar

A *contextualidade* da interacção envolve o espaço e o tempo limitados por marcadores físicos e simbólicos, a co-presença dos agentes que mutuamente se observam e pelo regime de comunicação envolvendo palavras, gestos e movimentos faciais, e o conhecimento mútuo necessário à monitorização da conduta (Giddens, 1989: 373). Os encontros entre professores e alunos implicam a mútua monitorização reflexiva dos comportamentos e a contextualidade é fundamental a essa actividade reflexiva. Todos os agentes são competentes para interagir no contexto de ordens normativas contextualizadas, atribuir significados às coisas e sinais e utilizá-los na monitorização da acção, ao mesmo tempo que actualizam as estruturas sociais que ordenam a sua actividade.

Os encontros das provas de avaliação ocorrem numa sala cuja organização denuncia o programa da relação pedagógica. A disposição das mesas, do quadro e dos outros equipamentos pedagógicos, como o retroprojector, estão organizados em torno do lugar reservado ao professor, afinal tido como centro do processo de ensino-aprendizagem. O privilégio concedido ao lugar do professor que lhe permite ser por todos visto e ouvido e a todos ver e ouvir, tanto vale para as aulas normais como para os exames. Ainda goza da mobilidade que lhe é permitida, podendo percorrer todo o espaço da sala, privilégio interdito aos alunos.

Nas provas de avaliação, os professores tanto se sentam à secretária, daí podendo vigiar o comportamento discente, como andar por entre as filas de mesas ou parar no fundo da sala. Esta posição é a que mais incomoda os alunos porque, como estão de costas, nunca sabem se estão a ser observados. Os professores que querem mais intensamente fazer sentir o seu con-

trole, adoptam paragens prolongadas naquele local, permitindo identificar alunos com intenção de copiar a partir da frequência com que levantam a cabeça e os procuram localizar.

Os alunos também possuem um mapeamento do espaço, incluindo as vantagens e desvantagens de cada lugar. Aqueles que pretendem copiar tendem a ocupar os lugares mais próximos das paredes, já que o professor tende a olhar a sala em triângulo, concentrando mais o seu olhar na parte da frente e depois apertando o espaço que observa até ao meio do fundo da sala. Contudo, quando o professor tende a deslocar-se muito durante o exame, também podem sentar-se na fila da frente, onde as oportunidades também existem e até podem beneficiar da crença comum entre os professores de que quem quer copiar prefere os lugares mais distantes da secretária, onde normalmente se senta.

As provas de avaliação têm o tempo contado. Começam e acabam a hora predeterminada. A localização de comportamentos no tempo constitui outro aspecto importante. Os alunos que pretendem copiar tendem a ir mais cedo para ocuparem os lugares considerados mais vantajosos. Por isso, não é raro os professores chegarem à sala e encontrarem esta com cadernos e bolsas de lápis ou mesmo já os alunos instalados nas zonas de maior sombra, segundo a regra da ocupação de trás para a frente e dos lados para o centro.

A realização do copianço também se distribui ao longo do tempo. Embora alguns tenham a coragem de começar a copiar logo no início, quando o professor ainda não está fatigado de vigiar, a maior parte tende a copiar depois de decorrido algum tempo e alguns deixam mesmo coisas pequenas que necessitam de ver mais para o fim da prova. De igual modo, a vigilância do professor também tende a acentuar-se mais no último terço do tempo, quando a tentação para copiar se torna mais intensa.

Os exames acontecem no final dos períodos lectivos durante os quais professores e alunos interagem e desenvolvem algum conhecimento mútuo. A adopção do copianço e dos meios de cópia por parte dos alunos depende da imagem que têm do professor. Eles tendem a copiar em todas as disciplinas, mas fazem-no mais e menos intensamente de acordo com a maior ou menor predisposição para a aplicação de sanções que atribuem aos professores. Este cálculo de probabilidades é feito com base no conhecimento que dos docentes constróem a partir de relatos colhidos de colegas que já tiveram aulas com aqueles, da observação dos seus comportamentos e da interpretação feita de afirmações e comentários que lhes ouviram. Também a decisão sobre o recurso ao copianço e as estratégias adoptadas para copiar dependem desse conhecimento anterior das práticas dos docentes.

Por sua vez, os professores também orientam o controlo que realizam em função da imagem que têm dos alunos em geral e de alguns alunos em especial. A estratégia de controlo adoptada, a sua intensidade e orientação,

depende das suas crenças acerca do desempenho dos alunos nas provas formais de avaliação e acerca de alunos concretos que, ao longo da frequência da disciplina, naquela ou noutras provas de exame, foram construídas. Por isso há professores que, em dadas provas, controlam o comportamento de alunos que julgam estar predispostos a copiar, controlam menos os alunos que definem como bons, procuram controlar a todos de igual forma ou, o que não é raro, procuram apenas parecer que controlam quando na verdade cognitivamente se ausentaram para outras paragens.

As práticas de copianço e de controlo também são influenciadas pela dimensão do grupo de alunos. Quando os alunos são muitos, os professores desenvolvem menos conhecimento acerca deles e seguem estratégias de controlo mais impessoais, tratando a todos de igual forma sem dar mais atenção a uns do que a outros. Neste caso, os alunos também sabem que a capacidade de controlo bem sucedido por parte do professor é menor e tendem a arriscar mais. O professor, por sua vez, procura o apoio de colega para que o controlo feito por dois possa ser mais eficiente.

Quando o grupo é pequeno, os alunos arriscam menos porque a sua visibilidade é maior enquanto o professor tende a controlar menos por achar que a predisposição dos alunos para copiar é menor e para evitar que estes possam atribuir-lhe rótulo menos simpático por excesso de controlo desnecessário. De resto, neste caso, quando o grupo já é pequeno na fase da leccionação, alunos e professores tendem a desenvolver relação mais próxima, muitas vezes aí logo colhendo benefícios através da negociação do formato do teste de avaliação, dos conteúdos a avaliar das habilidades cognitivas a solicitar.

5. Orientações normativas e contradições pragmáticas

A avaliação escolar constitui área onde diferentes lógicas sociais se encontram e diversas racionalidades se cruzam. As condutas dos agentes podem aqui provocar tensões e contradições, revelando descontinuidades e conflitualidades das práticas:

a) Tensão entre orientações normativas. Os alunos não partilham de forma uniforme e linear atitudes comuns face ao copianço e a prática deste pode introduzir ou ampliar pequena conflitualidade nas relações entre si, materializadas em insinuações pouco explícitas e denúncias veladas ou, em casos mais extremos, em delação junto do professor ou denúncia junto dos colegas.

Por sua vez, perante práticas reais ou supostas de copianço, os professores também sentem dúvidas sobre a avaliação a fazer daquele comportamento e das medidas a tomar. Têm poucas dúvidas sobre as medidas

preventivas a tomar mas quase sempre têm muitas dúvidas sobre as melhores medidas correctivas. Por outro lado, as suas predisposições para o controlo não parecem ser muito definidas e marcadas, podendo adoptar diferentes condutas consoante as situações.

b) Tensão entre definições dos efeitos do copianço. Grande parte dos alunos considera o copianço como algo ilícito e pouco vantajoso para a sua formação, mas útil para melhorar a certificação escolar. A avaliação dos efeitos do copianço varia segundo as disciplinas em causa, sendo tanto mais valorizados quanto mais desvalorizadas as disciplinas onde a avaliação ocorre.

Também os professores aqui sentem os dilemas das definições sociais que convocam. Elas oscilam entre a aceitação condicionada e a liminar recusa da sua prática, entre a atribuição das suas causas unicamente aos alunos e a si próprios e ao sistema educativo, entre a desculpabilização e a penalização.

c) Contradição entre práticas de controlo. Os professores nem sempre são congruentes na sua conduta orientada para o controlo do comportamento dos alunos. Nalguns casos, sublinham muito a sua condenação do copianço, no domínio discursivo, para depois, no domínio pragmático, descoram a sua vigilância, revelando uma desconexão entre aquilo que defendem e aquilo que fazem e retirando força normativa aos princípios que defendem.

Noutros casos, as práticas discursivas dos professores prejudicam as suas práticas de controlo. Às vezes, fazem comentários e intervenções mais humorísticos que permitem construir a ideia de que o controlo é mais suave, favorecem o relaxamento da força normativa da regra de não copianço que defendem. Outras vezes, entretêm-se a falar entre si, podendo perturbar os alunos mais próximos, que dificilmente chamarão a atenção para o seu indesejado comportamento, e aliviar a pressão do controlo, estimulando os alunos que pretendem copiar.

d) Contradição entre práticas de controlo e de penalização. Os professores nem sempre penalizam os comportamentos dos alunos apanhados a copiar. O bem sucedido esforço de controlo não tem como consequência a penalização do comportamento considerado desviante e, ao não punir este, contribui para sua reprodução que, por sua vez, exige maior continuidade na prática do controlo. Ou seja, as práticas de penalização acabam por reforçar o copianço que as práticas de controlo pretendem inibir.

Mas esta omissão na penalização às vezes pode estender-se à actuação de órgãos administrativos. Há casos de participações apresentadas por docentes a directores de curso, proporcionando o tratamento institucional

mais profundo ao comportamento desviante, que não levaram a nada porque aquele não deu continuidade ao processo e o professor queixoso, entretanto, também arrefeceu o seu descontentamento e esqueceu o assunto.

Parece, em muitos casos, haver medo de aplicar sanções claras, capazes de contribuir para o esclarecimento da regra que interdita o copianço e reforçar a sua defesa através de adequadas sanções. Em muitas situações, os professores frequentemente seguem atitudes que desvalorizam a quebra da norma e, conseqüentemente, a defesa que dela fazem.

Bibliografia

- GIDDENS, Anthony (1989) *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 5.^a edição;
- OPPENHEIM, A. N. (1966) *Questionnaire Design and Attitude Measurement*, New York, Basic Books;
- ROSENBERG, M. J. e HOVLAND, C. I. (1960) «Cognitive, affective and behavioral componentes of attitudes», in HOVLAND, C. I. e ROSENBERG, M. J. (eds.), *Attitude Organisation and Change – An Analysis of Consistency among Attitude Components*, New Haven, Yale University Press.
- VIRTON, P. (1975) *Os dinamismos sociais*, Lisboa, Moraes Editores (tradução de *Les dynamismes sociaux*).

REINSERÇÃO FAMILIAR NO CENTRO DAS ANTINOMIAS DOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS. UM ESTUDO DE CASO EM SITUAÇÃO DE REGRESSO

MARIA ENGRÁCIA LEANDRO *

RESUMO

À partida, as migrações internacionais reenviam a vários níveis de debates e de problemas. Neste trabalho, tomando a família como unidade de análise, com base num estudo de casos, debruçamo-nos, sobretudo, sobre as questões relacionadas com as trajectórias migratórias onde se inscrevem as estratégias familiares, a dinâmica dos projectos migratórios, as teias que envolvem o regresso à terra de origem dos pais e as antinomias que se fazem sentir ao longo deste processo de reintegração social e familiar.

Introdução

Um pouco por todo o lado, a sociologia da família aborda as formas e os modos de vida familiar e as transformações que se têm operado, a este respeito, bem como uma pluralidade de questões que se prendem com a relação entre a família e a sociedade. Porém, muito raramente se ocupa das famílias migrantes. Podemos interrogar-nos sobre as razões de um tal silêncio, quando, afinal, as migrações internacionais, pelo que são em si mesmas e significam para as sociedades de origem, de residência, para a própria família, e para a sociedade portuguesa, em particular, são um fenómeno que, de uma maneira ou de outra, desde há muito, está na ordem do dia.

* Prof. de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

À escala global, tudo parece indicar vivermos, hoje, numa situação em que poucas sociedades, em termos de emigração ou de imigração, ou até das duas, como acontece, por exemplo, na sociedade portuguesa, estão ao abrigo deste fenómeno. Porém, em termos de investigação e até de medidas públicas, nem todos os aspectos com ela relacionados captam igualmente a atenção dos vários actores implicados neste fenómeno. O caso da família e das questões com ela relacionadas não é o menos eloquente a este propósito. Se fizermos uma recensão dos muitos trabalhos produzidos acerca das migrações internacionais, a família, enquanto objecto de investigação propriamente dita, está, muitas vezes, ausente contrariamente aos aspectos económicos, políticos ou relacionados com a integração social. Afinal, quando se pretende analisar situações diversificadas, apreender as mentalidades dos imigrantes à luz dos critérios da sociedade de residência, ou mesmo da de origem e a transformação de que são alvo, ao longo da sua trajectória migratória, a organização e os modos de vida familiar e a dinâmica de que são alvo, parece tratar-se de uma área de pesquisa deveras complexa.

Por outro lado, a condição do e/imigrante, mais do que qualquer outra, decorre de uma vasta rede de inadequações das respostas institucionais: os processos de legalização, tanto *a priori* como *a posteriori*, a segmentação do mercado de trabalho e do alojamento, as lacunas do político e do social, frequentemente um maior grau de insucesso escolar, mais relacionado com a sua condição social e linguística do que, propriamente, com a qualidade de filho de e/imigrante, um conjunto de desigualdades sociais a que estão votados os mais desfavorecidos, com particular destaque para um certo número de mulheres e/imigrantes, o olhar que muitas vezes se dirige ao e/imigrante e à sua família, qual *meteca* ou *escravo* dos tempos modernos, à semelhança de tempos de antanho, as imagens forjadas, a seu respeito, pelos compatriotas que ficaram ou por aqueles que os recebem, a falta de estruturas de apoio, aquando do regresso, entre outros aspectos. Tudo isto, muitas vezes, faz pensar em condições de vida que se julgariam de outra época, sobretudo nos primeiros tempos da imigração, em que as pessoas são, muitas vezes, confrontadas com problemas jurídicos, relativos à legalização, habitação, mercado de emprego e respectivos salários, língua, segurança social, sistema de saúde, reagrupamento familiar e assim por diante.

Mas, nem por isso as famílias e/imigrantes, directa ou indirectamente, estão menos no centro das interrogações acerca das transições demográficas no seio das sociedades ocidentais ¹, porventura de algumas situações de

¹ O caso português e dos demais países europeus de imigração não é o menos eloquente a este respeito. Com taxas de natalidade muito baixas e, ao invés, de envelhecimento demográfico muito elevados, o crescimento demográfico que se tem verificado, ao longo dos últimos

marginalização social, mas também de contributo em termos dos processos de integração social, de abertura e enriquecimento pluricultural, quiçá intercultural, de dinâmica social e cultural, entre outras situações. Apesar de não serem abundantes, ou antes, de forma dispersa, inseridos num vasto leque de problemáticas mais relacionadas com as estratégias migratórias – (A. Sayad, 1977, 1999; I. Taboada Leonetti, 1987; M. E. Leandro, 1993, 1995, 1998), os efeitos familiares, relativos à dualidade dos espaços migratórios, isto é, os que partem e os que ficam, as questões de género (I. Taboada Leonetti, F. Levy, 1978; K. Wall, 1985; C. B. Brettell, 1991; P. Vila, 1991; M.^a Carolina Leite 1998), as questões escolares (Z. Zeroulou, 1988; S. Boulot, D. Boyzon-Fradet, 1988; M. B. Rocha Trindade *et al.*, 1988; M. E. Leandro, 1995, 1998; 2000, 2002; D. Becker, M.-E. Handman, R. Iturra, 1994), as questões culturais e identitárias (H. Malewska-Peyre, 1982; F. Neto, 1986; M. C. Cunha, 1988, M. E. Leandro, 2000, 2002; A. Portera, 2000) – os trabalhos realizados a este respeito indicam-nos a natureza desta intervenção familiar.

Importa, ainda, referir que embora o presente trabalho se reporte a duas áreas científicas de grande alcance sociológico: a família e as migrações internacionais, não procederemos aqui a uma análise aprofundada acerca das teorias que lhes estão subjacentes, tendo sobretudo em conta as limitações que a extensão de um trabalho desta natureza encerra. Numa perspectiva teórico-empírica, focaremos antes a nossa atenção sobre as questões do regresso, focalizando-nos na análise dum caso muito concreto, de âmbito local.

Deste modo, neste trabalho, forçosamente limitado, em virtude das condições económicas e temporais que presidiram à sua implementação²,

tempos, sendo a situação em França muito mais antiga, deve-se, essencialmente, ao contributo da imigração e não tanto à taxa de crescimento natural da população. Em 2001 a população europeia cresceu cerca de um milhão e meio, graças à imigração: 71 % e do crescimento natural: 29 % (Jornal *Expresso*, de 12.01.2002). Interessa, pois, ter presente que, no caso das migrações económicas, nunca qualquer e/imigração de trabalho é estritamente económica, mas simultaneamente de população, dado que, ao mesmo tempo, integra uma componente demográfica que, de uma maneira ou de outra, se faz sentir nas sociedades de emigração e de imigração onde tem lugar. Por exemplo, em França estima-se que um terço da sua população é descendente de imigrantes (M.-C. Blanc-Chaléard, 2001).

² Este trabalho foi realizado, graças à concessão, pelo CCHS da Universidade do Minho, de um subsídio de 450 000\$00, no quadro da implementação de projectos plurianuais, por uma equipa que integrava duas investigadoras do CCHS, eu própria e a Doutora Maria Carolina Leite, com a colaboração da Dr.^a Sofia Afonso, docente do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho e da arquitecta Maria Manuela Moreira. As entrevistas foram realizadas por estudantes finalistas e licenciadas do curso de Sociologia das Organizações da Universidade do Minho. A todos manifestamos o nosso profundo reconhecimento e gratidão.

directamente relacionado com o regresso, após períodos mais ou menos longos de imigração familiar; estudamos tão só as condições de e/imigração, a dinâmica dos projectos migratórios familiares, as questões do regresso e a dinâmica dos processos de reintegração social na terra que um dia viu partir a maioria dos nossos entrevistados.

Aspectos metodológicos. Os dados de base deste estudo

O objectivo central da investigação prosseguida foi analisar os modos e condições de reintegração na sociedade portuguesa de um certo número de famílias ex-migrantes em países europeus. Procuramos, pois, por um lado, apreender a dinâmica de algumas situações familiares em condições de mudança e, por outro, um conjunto de antinomias fundamentais logo que está em causa a confrontação de vivências diferenciadas em sociedades distintas. Este tipo de análise induziu-nos à aplicação de técnicas qualitativas de entrevista, junto de um certo número de elementos de algumas famílias seleccionados para o efeito. Não se trata, portanto, e insistimos sobre este aspecto, de efectuar uma descrição exaustiva das diferentes situações migratórias, logo que o regresso tem lugar, só possíveis a partir de uma amostra representativa. Não se trata, também, e queremos igualmente precisá-lo, de uma série de histórias de vida familiar, técnica metodológica que tem a vantagem de recolher um conjunto de dados muito ricos, logo que devidamente sistematizados, mas que nas condições de realização desta pesquisa não se inscrevia nos objectivos definidos *a priori*.

Deste modo, o estudo aqui apresentado, voluntariamente exploratório, fundamenta-se num trabalho de campo, prosseguido numa freguesia da periferia da cidade Guimarães, tendo como principal substrato 30 entrevistas realizadas em 1997-1998, junto de uma população, cujas singularidades podem ser observadas no quadro n.º 1. De algum modo, à partida, pretendia-se prolongar as entrevistas até atingir o fenómeno da saturação, objectivo que em parte foi conseguido, apesar da heterogeneidade dos destinos de imigração e as experiências vividas pelos vários actores sociais e familiares em contextos sociais diferenciados, embora com alguns aspectos comuns, como veremos mais tarde. As entrevistas foram gravadas e tiveram lugar em casa ou nas proximidades da casa (quintal, locais próprios de comércio) dos próprios entrevistados.

Esta técnica de investigação, polarizada em entrevistas semi-directivas, apesar do quadro estrutural que também a orienta, oferece a vantagem de permitir aos interlocutores evoluir na sua própria dinâmica, expressarem-se mais livremente e produzirem discursos acerca das suas práticas e até virem a tecer algumas considerações sobre as mesmas. Pretendemos, assim, estudar situações concretas, mas também o significado que estes

QUADRO n.º 1

Características da população entrevistada
(1998)

Sexo		Idade				Grau de Escolaridade				Estado Civil					
								Casado		Solteiro		Viúvo			
H	M		H	M		H	M	H	M	H	M	H	M		
10	20	15-19	1	-	3.ª classe	1	2	9	18	1	1	-	1		
		25-29	1	2	4.ª classe	7	11								
		30-34	-	1	6.ª classe	-	2								
		35-39	1	3	8.ª classe	1	-								
		40-44	1	4	9.ª classe	-	1								
		45-49	2	3	10.ª classe	1	-								
		50-54	2	3	11.ª classe	-	1								
		55-59	-	1	12.ª classe	-	1								
		60-64	1	3	Analfabeto	-	1								
		65-69	1	-	Desconhecido	-	1								
10	20		10	20			10	20	9	18	1	1	-	1	

actores familiares lhes conferem. Tratando-se de um estudo exploratório, esta técnica visava ainda permitir a emergência de elementos novos que, de outro modo, escapam, muitas vezes, a um olhar antecipado dos investigadores. O nosso objectivo não tinha, pois, uma preocupação de representatividade quantitativa, mas antes, através de um trabalho de índole qualitativa, compreender os processos migratórios internacionais, os projectos que os singularizam, as transformações familiares operadas ao longo das trajectórias migratórias e os efeitos daí decorrentes, logo que se trate do processo de reinserção na terra natal.

Por outro lado, visando apreender a dinâmica que atravessa estas famílias, em virtude duma trajectória migratória que as põe em contacto com sociedades diversificadas e onde as dinâmicas sociais e culturais têm sido muito intensas ao longo dos últimos decénios, parece-nos pertinente apreender os modos como esses elementos intervêm na sua transformação e que efeitos produzem no grupo familiar, no seu conjunto, aquando do regresso ao torrão natal, também ele palco de um conjunto de mudanças, após a sua partida.

Deste modo, as respostas às entrevistas, estruturadas em quatro eixos fundamentais a saber: os itinerários familiares migratórios, as trajectórias

residenciais, os projectos migratórios, as várias questões relacionadas com o regresso e as questões de identificação, bem como as demais informações recolhidas junto dos nossos interlocutores, permitiram-nos recolher um vasto leque de elementos sobre vários aspectos das trajectórias migratórias dos nossos entrevistados, por vezes, pouco conhecidos, e fundamentar as nossas análises qualitativas sobre a selecção cruzada de um conjunto de variáveis.

Contexto do trabalho empírico e a população entrevistada

Referindo-nos, ainda que sucintamente, às características do contexto em que teve lugar este trabalho, começemos por falar da estrutura produtiva e económica. Trata-se de uma freguesia rural onde predomina um tecido económico misto, ou seja, a coexistência da indústria textil e da agricultura, em regime de pequena propriedade agrícola e algumas actividades do comércio. Todavia, situando-se na periferia da cidade de Guimarães, uma parte da sua população tem acesso ao emprego no terciário, designadamente no ramo dos serviços. Em termos habitacionais, predominam as vivendas individualizadas com maior ou menor dimensão, muitas delas pertença de (ex-)emigrantes.

Quanto ao fenómeno migratório internacional no concelho de Guimarães, este tem aqui uma tradição secular (C. Cunha, 1996), que se tem mantido até aos nossos dias. Entre 1953-1975, 19,39 % dos emigrantes do distrito de Braga (13 concelhos) pertencia ao concelho de Guimarães (F. Cassola Ribeiro, 1986). Um trabalho que realizámos recentemente na Alemanha, no distrito de Nurnenberg, sobre as questões da identidade e da cidadania relativas aos portugueses naquela região, permitiu-nos aperceber que, entre estes, alguns originários deste concelho, tanto em situação de e/imigração e subcontratação, como de re/e/imigração continuam a deixar a terra natal em busca de uma vida melhor naquelas paragens.

No que se refere aos dados estatísticos relativos ao regresso, tal como acontece à escala nacional, são praticamente desconhecidos, na medida que em Portugal não se tem procedido a inquéritos sistemáticos acerca desta questão. Por sua vez, do lado dos países de imigração, na Europa, os dados relativos a estes aspectos parecem pouco fiáveis e bastante heterogéneos, uma vez que variam em função das fontes. Acontece, ainda, que muitos emigrantes, tendo regressado, não oficializam esta situação, nem perante as respectivas instâncias dos países onde se encontravam, nem nos consulados portugueses, mesmo quando, neste último caso, podiam ter algumas regalias. Em contrapartida, ao fazê-lo, viam-se obrigados a entregar todos os documentos relacionados com a sua situação legal no espaço imigratório. Tratando-se, à partida, de uma estratégia de ocultação, esta implica uma

outra: a salvaguarda, por um lado, da possibilidade de uma possível (re)emigração, caso os processos de reintegração se afigurem difíceis e, por outro, assegurar a oportunidade de ficar ligado aos serviços da Segurança Social, nomeadamente no que se refere à saúde, cujos serviços conhecem melhor e classificam de mais eficientes, comparativamente com o que se passa em Portugal. Para a freguesia em estudo, os dados fornecidos pelo pároco, relativos a 1996, indicam que 122 pessoas solicitaram serviços na paróquia, tendo 31 regressado da Alemanha (25,4 %), 2 de Angola, 2 do Brasil, 66 da França (54 %), 3 da Holanda, 6 de Moçambique, e 12 (9,8 %) da Suíça. Destas, 2 viveram sucessivamente na Alemanha e na Suíça e uma outra em 1966 foi para França, em 1973 para a Alemanha e em 1978 para a Suíça, sempre em busca de melhores ordenados e benefícios da Segurança Social, mormente relacionados com os abonos de família.

Perante esta situação, foram entrevistadas 30 pessoas dos dois sexos, embora as mulheres, por razões de maior disponibilidade de tempo para serem entrevistadas, sejam em maior número (1/3 dos entrevistados), com idades e estatutos familiares diversificados, que antes haviam emigrado para os países de maior imigração portuguesa na Europa: Alemanha, França e Suíça ou caso tivessem nascido lá viessem depois para cá, normalmente integrados no regresso do grupo familiar. A duração dos períodos desta imigração vai de 1 a 34 anos, tal como nos indicam os dados insertos no quadro n.º 2.

QUADRO n.º 2

Situação dos entrevistados perante a trajectória migratória

(1998)

Modalidades de emigração (a)				Factores de emigração			Duração da imigração		
Legal		Clandest.			H	M	Anos		
H	M	H	M					H	M
8	17	2	1	Económicos	9	5	1-4	-	1
				Reag. Familiares	4	12	10-14	5	6
				Turismo	-	1	15-19	3	5
							20-24	2	5
							25-29	-	2
							30-34	-	1
8	17	2	1		10	18		10	20

(a) Duas das nossas entrevistadas nasceram em França.

Importa referir ainda, que o plano da amostra foi estabelecido em função dos objectivos desta investigação, tendo em conta as possibilidades reais. Lembremos que o principal objectivo, à partida, é analisar diferentes modos de reintegração de um certo número de famílias ex-migrantes e estudar a sua relação com algumas variáveis que consideramos fundamentais: projecto migratório, área de imigração e, por conseguinte sócio-económica e cultural, o tipo de actividade, a situação familiar e as transformações de que é alvo, a duração da imigração e o processo de regresso e de reinstalação. Tendo em conta estes aspectos e a disponibilidade das pessoas para colaborarem nesta investigação, não nos foi possível implementar um tipo de trabalho que pudesse abranger um conjunto de entrevistas sistemáticas junto de cada um dos membros das famílias seleccionadas. Optámos, antes, por entrevistar um conjunto de pessoas diversificadas em função do país de imigração e da sua pertença familiar: marido (4) ou esposa (14) ou os dois conjuntamente (5 casos), filho (1) ou filha (1). Ao todo foram abrangidas pelas entrevistas 25 famílias.

De qualquer modo, entendemos que cada membro da família, enquanto tal, participa da dinâmica e da construção da trajectória familiar. Em contrapartida, é desta que, em grande parte, por retroacção, depende a orientação da trajectória individual, pelo que, sem se absorverem totalmente, indivíduo e família, na situação em análise, são extremamente interactivos. Por exemplo, são as decisões dos pais, tanto em matéria de emigração como de regresso que, em grande parte, vão influenciar o futuro dos filhos uma vez que, pelo menos enquanto mais novos, são mais ou menos coagidos a segui-los ou a acatar as suas orientações.

Por outro lado, através das entrevistas procuramos recolher um certo número de dados a partir dos quais as pessoas nos falem das suas práticas e, porventura, das avaliações que fazem a propósito das mesmas. Mas, numa perspectiva analítica, são, sobretudo, situações concretas que procuramos apreender através do discurso dos seus próprios actores.

As trajectórias familiares migratórias

À partida, dois factores primordiais presidem à decisão de e/imigrar dos membros destas famílias: os económicos, com particular destaque para os homens, normalmente os primeiros a desbravarem os caminhos da partida e da instalação em terras estrangeiras, e os relacionados com o reagrupamento familiar que são mais apanágio das mulheres e dos filhos, como nos indicam os dados insertos no quadro n.º 2. As razões psicossociais, directamente relacionadas com as influências exercidas pelos primeiros que partiram, com excepção de uma mulher de origem espanhola, não constituem, por si só, um elemento forte para desencadear a e/imigração. Porém,

de algum modo, podem dar maior força e coesão à decisão de e/imigrar, tendo em conta os efeitos que daí decorrem, em termos do apoio, aquando da chegada e da instalação. Tal como já o referimos noutro trabalho, os fenómenos da direccionalidade e a construção de contextos históricos de e/imigração portuguesa (M. E. Leandro, 2002) constituem um importante factor de solidificação de estratégias e itinerários migratórios.

Quanto aos modos de e/imigração, os dados recolhidos indicam que a maioria dos entrevistados emigrou legalmente. Apenas dois homens e uma mulher emigraram clandestinamente, em virtude das políticas restritivas à emigração, preconizadas pelo governo português nos anos sessenta e princípios dos anos setenta, contrariamente aos países de imigração, particularmente a França, onde os incentivos à imigração eram muito fortes, nessa época. Entre os nossos entrevistados, há casos em que esta modalidade de e/imigração, a um dado momento, envolveu todo o grupo familiar.

«A partida foi muito difícil. Foi a monte. Fomos todos, os meus pais e mais três irmãos. Na altura eu tinha 12 anos. Mas a minha irmã mais pequenina tinha 9 meses. O meu pai já lá estava há 5 anos sozinho. Mas depois quis que fôssemos todos. Não foi fácil. Mas há quem sofresse mais do que nós. Andámos umas 2 ou 3 horas a pé para atravessar a fronteira de Chaves com a Espanha. Depois da fronteira espanhola estávamos livres. Apanhámos um autocarro que nos levou até à fronteira francesa. Depois de chegar a Andaye metemo-nos no combóio até Paris e ninguém nos perguntou pelos papéis. Em Espanha, tínhamos mesmo que andar a fugir, porque a polícia espanhola vigiava mais, também devido ao regime político da altura.» (M., 42 anos, doméstica)

Indique-se que duas das nossas entrevistadas não emigraram para qualquer país de imigração, em virtude de terem nascido em França e terem acompanhado os pais aquando do regresso. Se emigração se verificou, foi nesta altura. Uma vez em Portugal, desde os treze anos, uma prosseguiu estudos até ao 11.º ano. Tem 27 anos, e aquando da entrevista lamenta ter vindo, pois considera que se tivesse ficado em França teria outras prerrogativas relativamente aos estudos e ao emprego, conforme nos relata.

«Nasci em França e vivi lá até aos treze anos. Estudei, tinha amigos. Era uma vida normal, como qualquer outra jovem da minha idade. Na altura em que comecei a crescer, a minha mãe começou a ter medo, o que de resto já tinha acontecido com o meu irmão, que ainda veio antes de nós. A minha mãe estava sempre com medo das más companhias. Até que depois eu vim com a minha mãe para cá, porque ela quis que assim fosse, contra à vontade do meu pai que não queria regressar. Ele ficou lá e só veio um ano depois. As minhas primas estavam cá e nós somos muito chegadas. Eu também pensava que isto era sempre férias, mas na prática

as coisas são bem diferentes... Estudei até ao 11.º ano e depois não continuei. Tinha começado a trabalhar numa loja. Como esta foi à falência, agora trabalho numa casa no serviço doméstico. Entretanto, tinha conhecido o meu marido e casámos. Passados estes anos, continuo arrependida de ter vindo... A mentalidade dos portugueses é diferente do que eu pensava. Aquela generosidade, aquela simpatia, aquela coisa de ajudar, vir a casa uns dos outros, o convívio, deixa muito a desejar... Aqui é ver como ela está vestida, o que faz e não faz. Metem-se muito na vida uns dos outros... Depois aqui há os ricos e há os pobres. Não há lugar para o médio. Lá era diferente. Nós tínhamos tudo o que queríamos e precisávamos. Aqui é preciso trabalhar muito para ter alguma coisa. Lá trabalha-se mas vêem-se muito melhores resultados. Lá é diferente. Vivíamos bem e as pessoas não se metiam na nossa vida.» (M., 27 anos, empregada doméstica).

No que se relaciona com o processo de mobilidade espacial, social e económica entre sociedade de imigração e sociedade de imigração, através destes comentários, pode dizer-se que o mesmo se encontra na intersecção das antinomias e que reflecte, tal como um microcosmo, todas as confrontações, contradições e paradoxos das condições sócio-culturais peculiares vividas pelos nossos interlocutores em dois contextos sociais diferenciados.

Uma das peculiaridades que daqui ressalta prende-se directamente com uma confrontação com os sistemas de valores vigentes na sociedade portuguesa, ao tempo das grandes emigrações portuguesas intraeuropeias e nas sociedades de imigração em análise, relativos às normas que deviam pautar o comportamento dos jovens rapazes e raparigas, designadamente no que se refere às saídas, ao afectivo, à sexualidade e às companhias.

No imaginário de muitos portugueses que e/imigraram nesta época, na sociedade portuguesa – apesar das grandes transformações operadas em termos de modos de vida e sistemas de valores, após a sua partida – os jovens estavam mais protegidos em relação a determinadas práticas mais conectadas com certos princípios morais: saídas à noite, igual permissão de saídas para o rapaz e para a rapariga, namoro mais vigiado, sexualidade enquadrada no casamento, mais submissão à autoridade parental, entre outros aspectos. Daí uma certa preocupação parental de tudo fazer para que, sobretudo, as filhas viessem para Portugal na idade da adolescência antes de se deixarem influenciar por certas princípios e práticas mais correntes nas sociedades de residência, consideradas mais ou menos nocivas para a sua vida de jovens. Em contrapartida, no âmbito duma investigação que prosseguimos na região parisiense, nos finais da década de oitenta, eram os próprios pais que reconheciam que as grandes transformações havidas em Portugal, ao longo dos últimos tempos, não só esbatiam as diferenças a este respeito, como, por vezes, ainda as acentuavam em relação a

Portugal: «Em Portugal agora ainda é pior que cá». Expressões como estas foram-nos transmitidas por muitos dos nossos interlocutores.

Por outro lado, procurando não perder de vista outros aspectos, abordados ao longo das entrevistas incidindo sobre as questões do regresso, é legítimo retirar o princípio, segundo o qual o facto do vivido anteriormente numa outra sociedade poder abrir outras perspectivas e outros modos de conceber o futuro. Contudo, o conjunto das transformações que se verificaram, tanto sob o ponto de vista material, como cultural e simbólico e o reencontro no dia a dia com uma nova realidade portuguesa, nem por isso deixa de fazer emergir alguma contradição entre uma realidade idealizada e uma realidade vivida (F. Pessoa, 1987). O mesmo se diga quanto aos quadros de vida sociais e mentais (M. Halbwacs, 1925, 1994), vividos no país de imigração e os que agora se lhes afiguram. A grande maioria dos nossos entrevistados, independentemente do sexo, confrontados com a realidade que vieram encontrar em Portugal, em contradição com a que idealizaram, sobretudo nos períodos de férias, e a que viviam no país para onde tinham imigrado, diz-se arrependida de ter regressado. Isto acontece mesmo entre alguns daqueles que sempre tinham acalentado o sonho do regresso à terra que os viu nascer e partir, embora outros, considerando-se satisfeitos em terem voltado, considerem o regresso o fechar de um ciclo migratório. Contudo, o confronto entre as mentalidades, os modos de vida e o poder económico referentes a um e o outro país são constantemente evocados.

Quanto à duração da imigração se há um pequeno número que veio já na idade da reforma, ou após um período de imigração que lhe permitisse viver na terra natal uma vida mais desafogada e mais tarde uma reforma mais vantajada, garantia dos «...seus velhos dias com mais segurança» (M. Poinard, 1979, 78), ou ainda por razões de saúde, mais directamente relacionadas com o clima ou algum acidente grave que porventura tenha ocorrido, para a maioria dos nossos entrevistados (56,7 %), a duração da imigração situa-se entre os 10 e os 19 anos. Neste caso, pode afirmar-se que se trata de pessoas que, em grande parte, regressaram porque haviam realizado os projectos migratórios e, frequentemente, prolongando a estadia, receavam que os filhos recusassem acompanhá-los, aquando do regresso, como vem acontecendo em muitas situações.

«Tive sempre intenção de regressar. Tinha saudades disto. É sempre a nossa terra. Tive que vir sem os meus filhos que quiseram ficar em França. A uma altura, quando eram mais novos, ainda nos pusemos a questão de vir para que eles pudessem vir connosco. Ainda bem que o não fizemos. Seria pior para eles e para nós. Ficaram lá e estão bem. Nós cá nos arranjam. Temos uma reforma que dá bem para nós vivermos. Vêm cá todos os anos passar férias com os netos.» (H., 68 anos, reformado).

Por outro lado, há um conjunto de factores externos relacionados com a conjuntura económica, política e social que interferem nesta decisão. Tanto em França, em 1977, como na Alemanha, no princípio dos anos oitenta, foi posta em vigor uma política de ajuda ao regresso. Em Portugal, a partir de meados dos anos oitenta a situação social e económica também parecia melhorar após a partida. Frise-se, ainda, que, nos anos oitenta, os juros bancários, no que se refere às contas dos emigrantes, subiam a mais de 30 %, o que, com estes rendimentos, fazia prever a possibilidade de auferir um modo de vida com menos preocupações e trabalho intenso, uma merecida recompensa, perante os esforços empreendidos em terras de imigração. Muitos esqueceram, porém, que também a inflação em Portugal chegava a atingir valores muito próximos dos juros recebidos, o que anulava qualquer veleidade de grande rendimento e vida desafogada e muito menos em relação ao futuro, como depois se veio a verificar. De qualquer modo, alguns e/ou imigrantes portugueses procuraram, então, aproveitar-se deste conjunto de circunstâncias e regressar à terra de origem em melhores condições económicas, ainda que alguns, mais tarde, se viessem a arrependem, como nos relatam.

«Vivi na Alemanha e ganhava bem a minha vida. Estava bem. Depois, deixei-me iludir, não só com o subsídio de ajuda ao regresso, mas também com o reembolso das descontos que havia feito para a Segurança Social. Os juros nos bancos em Portugal também eram elevados. Na altura, parecia muito dinheiro e como eu pensava regressar aproveitei. Mas quanto eu estou arrependido de o ter feito! Muitas vezes, pensei em voltar para a Alemanha. Mas, depois o tempo também vai passando e nós vamos envelhecendo e por cá fui ficando. Por vezes com muita amargura pela decisão que tomei para mim e para toda a família. Aqui não é a mesma coisa. Em tudo. Para trabalhar e ganhar dinheiro, para a Segurança Social, para o médico e outros serviços de saúde e para as mentalidades. Enfim é tudo muito diferente... A gente às vezes deixa-se iludir e depois é tarde quando nos arrependemos.» (H. 56 anos, reformado).

Importa ainda acrescentar que, na região do Minho, onde tem lugar o nosso estudo, nesta época, proliferavam as pequenas empresas familiares, mais relacionadas com o têxtil, muitas vezes instaladas no rés-do-chão, ou nos anexos da casa de habitação. Ora, as casas dos emigrantes, em algumas circunstâncias e o seu capital de experiência propiciavam a realização de um sonho antigo que atravessa, frequentemente, os projectos migratórios: o trabalho por conta própria. Ademais, apesar de almejarem para os filhos períodos de escolarização prolongados e de sucesso, toda a família podia usufruir das novas formas de trabalho e do estatuto que lhe poderia estar associado. Mas, se há um caso ou outro em que tal se verificou, não foi, de modo algum, o caso da maioria dos nossos entrevistados.

Postos perante este conjunto de alternativas, um certo número de portugueses preconizando a ideia dos filhos fazerem a escolarização no secundário e porventura na Universidade em Portugal, estando decididos a regressar, parecem encontrar, agora, uma conjuntura favorável à realização deste projecto. No dizer dos nossos interlocutores – nomeadamente os homens, pois que as mulheres sentiam-se muito menos atraídas pelo regresso, mas antes pela instalação continuada nos países para onde tinham partido e reorganizado a sua vida e vivido uma série de transformações que, de outro modo, se lhes afiguravam mais difíceis – a conjugação deste conjunto de factores fez com que acelerassem a vinda para Portugal.

Tendências transformadoras no seio da família em contexto imigratório

Convém aludir que, ao longo da trajectória migratória, normalmente, são as mulheres e os filhos que se mostram muito mais abertos à adopção de novas atitudes e comportamentos relativos a valores mais consentâneos com a modernidade em vigor nas sociedades de acolhimento. São também estes que se revelam actores mais intervenientes, em termos de dinâmica familiar que se faz sentir de sobremaneira na mudança das relações entre pais e filhos, conjugais, de género e nas alterações dos novos modos de vida.

Quanto ao primeiro aspecto, os pais dialogam muito mais com os filhos e mostram-se muito mais abertos a falar entre eles de assuntos que, antes da emigração, eram tabu como, por exemplo, a sexualidade e a sua própria implicação na realização dos projectos familiares. Com o decorrer do tempo, também se preocupam mais com o futuro escolar dos filhos e menos com o seu contributo económico para que o projecto familiar se realize mais rapidamente. Trata-se de uma mudança de perspectiva que se inscreve perfeitamente nos valores de muitas famílias dos nossos dias, pois que elaboram cada vez mais «estratégias de mobilização educativa» (F. De Singly, 1993, M. E. Leandro, 1998, 2001). Há, assim, uma passagem duma óptica do filho recurso para uma outra do filho projecto (M. E. Leandro, 1999). Também vão dando mais importância a outros aspectos que se prendem com as práticas alimentares, indumentárias, arranjo da casa, actividades culturais e relações sociais mais abertas com o meio envolvente.

No que se refere a aspectos, como as relações conjugais e de género, também se denotam mudanças significativas, ainda que nem sempre sejam alvo da mesma continuidade, logo que o regresso se verifique, como veremos mais tarde. De qualquer modo, em terras de imigração os homens colocam-se menos no seu papel de ganha-pão e chefe de família, partilhando mais a autoridade com a mulher, e participam muito mais nas tarefas domésticas e até profissionais mais conectadas com o trabalho feminino

como é, por exemplo, o trabalho de limpeza em escritórios, à noite, ou mesmo no interior do prédio onde habitam, logo que a mulher é porteira. Práticas desta natureza encontramos-as igualmente na Alemanha e em França. Por vezes até, são tão só os homens que assumem a responsabilidade destas tarefas, embora situações desta natureza não sejam muito frequentes. Noutras circunstâncias, são mesmo os homens que se ocupam da cozinha ao jantar para que a mulher possa ir servir jantares ou prestar outro tipo de serviços similares capazes de angariarem mais recursos económicos contribuindo, assim, para o aumento do orçamento familiar.

Claro que o empenhamento comum do grupo familiar na realização de um projecto económico exerce uma influência primordial, a este propósito. Não obstante, a possibilidade e capacidade de vencerem certas barreiras sociais relativas à divisão de tarefas e trabalho especificamente femininos ou masculinos permite augurar uma mudança de atitudes e comportamentos em relação a este conjunto de aspectos, que decerto não deixam também de produzir efeitos sobre as gerações mais novas.

Quatro factores concorrem de sobremaneira para estas transformações. O primeiro refere-se ao contributo dos filhos. Entrando muito precocemente na escola, vão-se familiarizando com padrões de comportamento veiculados por esta instância socializadora que nem sempre se ajustam totalmente aos da sua família, sobretudo para o tempo da imigração que aqui nos ocupa. As coisas são bastante diferentes para os pais mais novos que e/imigraram muito jovens e que, em parte, já foram socializados na nova sociedade. Outro tanto se diga para os que aqui nasceram. A influência agora recebida vai, necessariamente, reflectir-se no interior da família que acaba também ela por aderir, paulatinamente, às mudanças em curso. Muitas vezes até, para de alguma maneira, escapar aos olhares algo diferenciadores que tendem a forjar-se em contexto migratório, considerando os imigrantes e as suas famílias bastante arreigados a certas tradições mais conectadas com a sociedade de origem.

No que se refere às mulheres, um dos factores de mudança prende-se com o seu ingresso directo e imediato no mercado de emprego na nova sociedade, o que, à partida, contribui, por um lado, para mudar as condições e qualidade de vida do grupo familiar e, por outro, para a conquista de uma muito maior autonomia. Simultaneamente, acedendo, muitas vezes, ao espaço doméstico de luxo das patroas para quem trabalham, entram em contacto directo com novas formas de arranjo do espaço doméstico (M. E. Leandro, 1992, 1995; C. Leite, 1998) e relacionamento no interior do grupo familiar, o que não constitui um factor de somenos importância para a mudança das atitudes e comportamentos nesta matéria, logo que regressam a casa. Outro tanto se diga em termos de aprendizagem e domínio da língua. De resto, a profissão constitui para os portugueses no estrangeiro um meio privilegiado de aprendizagem da nova língua. Mas, em certas circunstân-

cias, a situação torna-se ainda mais favorável para as mulheres na medida que, na fábrica, nos serviços ou no espaço doméstico de terceiros, são mais solicitadas a falar a língua do país, ao passo que os homens, trabalhando frequentemente entre compatriotas na construção civil e obras públicas, são mais tentados a falar português entre eles.

Um outro factor, relaciona-se com contactos mais abertos e mais intensos com uma sociedade onde as instituições, os valores culturais e a modernidade avançada assumem maior consistência. Por exemplo, as mulheres aderem muito mais aos valores da individualidade feminina preconizada pela supermodernidade (G. Balandier, 1985) e assumem uma maior responsabilidade no contacto com as instituições e com o exterior em geral, o que na sociedade portuguesa, antes da emigração, era mais apanágio dos homens. De resto, numa perspectiva sociológica, tais atitudes e comportamentos integram uma dinâmica mais geral que, animando as sociedades ultramodernas, se inscreve num plano macro-sociológico que se prende, sobretudo, com a mudança das relações de género e as várias macro-regulações estatais, mais directamente relacionadas com a nova organização do trabalho e todo um arsenal de mudanças jurídicas e sociais relativas à organização familiar. O Estado, como há mais de um século já E. Durkheim (1892, 1975) o assinalava, ainda mais cedo nas sociedades para onde imigraram, tornou-se num factor importante da vida familiar. A partir daqui, é toda uma outra inserção institucional, cultural e normativa destas famílias e destas mulheres em particular, que toma forma e realidade.

Enfim, um último factor prende-se com o próprio processo de e/imi-gração que, levando as pessoas a deslocarem-se de uma sociedade para a outra, as liberta mais das pressões tradicionais que, muitas vezes, designadamente a nível dos meios pequenos, mais se fazem sentir, em termos das mentalidades, das atitudes e dos comportamentos. Deste modo, com a imigração desencadeia-se todo um processo de «aculturação» e de inserção social interpessoal e familiar no novo meio social que muito contribui para a intensificação de um conjunto de mudanças em curso. Daí, que aquando do regresso, alguns sintam ter passado por algum retrocesso em relação ao processo de mudanças interiorizadas.

Se em cada uma destas dimensões o imigrante tende a seguir um processo de inserção peculiar, ele reveste ainda formas particulares no que se relaciona com a mulher. Pode por exemplo, estar-se bem integrado no sistema de produção e não o estar a nível das redes de relações, ou ainda ter adoptado um certo número de práticas culturais sem integrar o sistema normativo que lhe é subjacente. Para uma grande parte das mulheres portuguesas, estes aspectos não foram assim tão acentuados, uma vez que a entrada rápida no mercado de emprego, um maior contacto com várias organizações administrativas, associativas e religiosas e o acesso aos bens da sociedade de consumo lhes proporcionou a formação de redes de relações mais

alargadas que, por sua vez, favoreceram a adopção de novos valores e normas sociais. Seja como for, o lugar dos imigrantes, em geral, e das mulheres, em particular, nos processos de inserção social, não pode ser definido unidimensionalmente, segundo um único índice, pois é mais vasto e complexo.

Este último ponto adquire ainda maior relevância quando se relaciona com o profissional e o normativo. Quanto ao primeiro, à partida, o ingresso no mercado de emprego, mais relacionado com o secundário e o terciário, confere-lhes a possibilidade de acederem, directamente, a um salário regular, obter recibos de salários, deveres e direitos relacionados com a segurança social, o que antes, muito raramente, teria acontecido para algumas delas. Desde então, é toda uma outra dimensão que se forja das identidades profissionais, individuais e sociais, da família, da própria cidadania e da relação com o dinheiro e o económico, em geral. Para as mulheres, estas prerrogativas permitem-lhes, ainda, conquistar uma maior autonomia, tornando-se, assim, menos dependentes do marido do que na sociedade de origem, em virtude deste ser considerado o chefe e ganha-pão da família (Constituição da República Portuguesa de 1933 e sucessivas revisões até 1974), mesmo quando as mulheres, através da ajuda no trabalho dos campos e da criação de animais domésticos, davam um contributo substancial para a economia familiar.

Claro que o resultado pecuniário do seu trabalho também é directamente investido na realização dos projectos familiares. Mas, a nova situação, conferindo-lhes maior capacidade de ganhar um salário (por vezes até de o aumentar) com o resultado de horas suplementares) e um novo poder de compra faz mudar, radicalmente, a sua situação, perante o económico e o que lhe está associado, em termos de independência-subordinação. De resto, os homens, habituados a uma supremacia económica no interior da família, reconhecem, no entanto, esta prerrogativa. De certo modo, esta nova maneira de encarar a participação conjunta dos cônjuges na economia familiar, contribui, também, para os homens deixarem de considerar o trabalho profissionalizado e o produtivo como domínios que lhes são especificamente reservados. Simultaneamente, deixarão também de se conceber, por excelência, como trabalhadores no exterior e angariadores de bens económicos para a família, iniciando-se numa maior participação nas tarefas domésticas e educativas. Dir-se-á, que também os, homens, no contacto com uma nova realidade social e familiar, se inscrevem, integralmente na nova dinâmica do grupo familiar, pois que também eles, a seu modo, interferem e participam directamente no processo de mudanças em curso, uma vez que o seu agir familiar e social não se inscreve totalmente numa linha de reprodução em relação ao anteriormente vivido. Certo, se há o que permanece, tal como já acima o referimos, há também o que se modifica com o decorrer do tempo e o contacto mais ou menos prolongado com uma nova sociedade.

No que se refere ao normativo e à adesão a novos modelos culturais, uma cuidada análise da realidade social imigratória portuguesa, nos países em análise, revela que não se trata de um processo unilinear e uniforme, para todos os membros da família. Normalmente, são as mulheres e os filhos que se revelam mais abertos, quando se trata de aderir aos valores da sociedade envolvente, podendo, por sua vez, arrastar os homens, maridos-pais neste movimento, como acontece frequentemente, ainda que de modo diferenciado (M. C. Cunha, 1988; M. E. Leandro, 1992, 1994, 1995, 1998). Por exemplo, os homens, perante a dinâmica das modificações em curso, tanto nas sociedades de residência como da portuguesa, por vezes, aderindo à mudança, fazem-no com alguma dose de resignação e menos por convicção profunda. De resto, verifica-se, frequentemente, que, uma vez regressados à terra de origem, mostram-se, agora, menos aptos a adoptarem os mesmos tipos de comportamentos que antes pareciam correntes em terras de imigração. O caso de uma menor participação nas tarefas domésticas, designadamente quando as mulheres se afastam do mercado de emprego, voltando assim a assumir o seu antigo estatuto de esposa-mãe-dona de casa, como aconteceu com mais de metade das nossas entrevistadas, é elucidativo a este respeito. Pode, então, dizer-se que o processo de aculturação de que são alvo ao longo da trajectória imigratória é mais de índole material do que formal, pois tendo afectado certos elementos culturais deixa praticamente intactas as maneiras de viver, de pensar e de sentir (S. Abou, 1981).

Só para dar uma ideia da amplitude e complexidade desta questão, diga-se que as mulheres, desde muito cedo, se mostram muito mais receptivas aos valores da modernidade da sociedade envolvente, relacionados com as práticas anticonceptivas, uma menor hierarquização no interior da família, processos mais prolongados de escolarização para os filhos, independentemente do sexo, contrariamente ao que acontecia antes da emigração, liberdades de saída para os jovens, rapaz ou rapariga e mais recentemente outras concepções acerca da família como, por exemplo, a coabitação e o divórcio. Em caso de ruptura familiar, à semelhança do que se passa na maioria das situações, são mais as mulheres que tomam a iniciativa da ruptura. Muitas vezes, ao invés do que, normalmente, se denota na sociedade envolvente, esta adquire ainda mais um carácter litigioso, quase sempre provocado pelos homens, que oferecem muito mais dificuldade em aceitar tal comportamento. Sentem-se de facto ultrapassados na sua função tradicional de chefe, de decisor, daquele que tinha a última palavra em tudo o que dizia respeito à família. Outro tanto se diga em relação às práticas educativas em geral e o contacto com as organizações administrativas ou outras similares. Por exemplo, normalmente, em contexto de imigração portuguesa, são as mães e não os pais que integram os conselhos escolares de pais nas respectivas escolas nacionais.

A questão do regresso

À partida, ainda que o imigrante não habite no seu lugar de origem e que ao longo da trajectória imigratória vá tecendo outras formas de relação com o novo espaço de vida, quiçá enfraquecendo os laços que o ligam à terra natal, através do sonho e do imaginário acaba por ser habitado por ele. Ademais, importando este espaço nas suas bagagens, não deixa de o enriquecer com as múltiplas experiências que lhe é dado viver, ao longo das suas travessias reais e simbólicas. Tudo isto faz com que o e/imigrante e a sua família só possam ser apreendidos na relação com um conjunto de várias experiências advindas do contacto com sociedades e modos de vida diferenciados. Estas são também a soma de reencontros e separações múltiplas. Assim sendo, os migrantes internacionais e a sua família estão constantemente em movimento. Podem considerar-se seres aptos a todas as espécies de metamorfoses, segundo as condições sociais de existência que lhes são dadas viver e partilhar. De certa maneira, nunca serão definitivamente os mesmos, porque as constantes mudanças a que estão sujeitos no contacto com meios sociais diversificados e que são capazes de interiorizar os tornam capazes de forjar novas capacidades de transformação e adaptação sempre que a situação o exija (Tanella Boni, 2001).

Quanto ao caso da emigração portuguesa para a Europa, nos anos sessenta e setenta do século passado, a maioria dos portugueses que emigraram para os países europeus em busca de melhores condições de vida, onde se incluem as famílias portuguesas em estudo, integravam nos seus projectos migratórios a ideia de regresso, a curto e médio prazo. Porém, o projecto de regresso, quer seja mítico quer seja real, é muitas vezes objecto de vários ajustamentos e adiado *sine die*. Seja como for, a ideia de regresso exerce um papel importante delineando um sentimento de ancoradoiro e de continuidade, numa comunidade, num país, numa paisagem que domina o sentimento de estar de passagem e de ser estrangeiro em toda a parte. Esta ancoragem manifesta-se em qualquer coisa de concreto: na construção da casa e na sua pertença, nas contas bancárias, na compra de apartamentos junto à praia ou outros empreendimentos que canalizam as energias, na vinda anual de férias ou de visitas intercalares, nas relações familiares e inter-pessoais à distância. Entretanto, tudo muda: a pessoa em si mesma, os seus filhos, o país e a região de origem e os próprios projectos migratórios. De qualquer modo, para muitos, o projecto de regresso, orientando-se agora para um futuro vago ou mesmo longínquo, é essencial para assegurar uma espécie de continuidade (M. Cohen-Emerique, 1989).

Quase se diria que os portugueses que partiram para a Europa na segunda metade do século XX, real ou simbolicamente, partiram para regressar. Aliás, alguns, optando pela fixação, enquanto a vida durar, no país onde trabalham e residem, fazem saber aos seus próximos familiares que

após a morte querem ser enterrados no torrão que os viu nascer e partir. Trata-se de uma outra forma de regresso, relacionada com o descanso eterno na mansão dos mortos que lhes são próximos e onde os vivos ainda podem continuar a testemunhar da sua presença junto dos seus (L.-V. Thomas, 1991). Poderá então perguntar-se se «*a obsessão do regresso não integra a verdadeira partida? Decerto que nunca se regressa ao mesmo ponto de partida, porque o tempo transforma o espaço no seu próprio fluxo. E, possivelmente, para lá da nostalgia, da saudade, por detrás de qualquer saber acerca das limitações do ser, a verdadeira partida fica suspensa, tornando caduca a surpresa de qualquer veleidade do regresso*» (M. Jorge, 2.000, 84).

Importante corolário desta perspectiva, em articulação com os dados recolhidos para este trabalho, é, em nossa opinião, o seguinte: partir, supondo a (re)instalação num outro local, é tão real quando se parte para um país de imigração como quando se regressa à terra de origem, ao torrão natal. Trata-se, também aqui, de uma outra forma de migração. Um e outro movimento obrigam a várias passagens, deslocações, (re)encontros, surpresas, (des)ilusões e novas perspectivas de vida. E estas não são apenas de carácter espacial, mas englobam todo o conjunto da existência humana, familiar e social. Quando se regressa a um lugar do passado, por menos perceptíveis que sejam as modificações, nem este, nem os que ficaram, nem os que regressam continuam os mesmos. Há um conjunto de mudanças que se foram produzindo, pelo que, na realidade, um regresso é sempre uma partida. Como diria o poeta espanhol António Machado, citado por M. Tavares (2.000, 77), «... *é fazer caminho andando e ao olhar para trás não ver a senda que se há-de voltar a pisar*». Daí que, em situação migratória, haja necessidade, quase permanente, de abertura a novos possíveis (J.-P. Sartre, 1986). Para M. Eliade (1965, 104) «*o passado não é mais que a prefiguração do futuro. Nenhum acontecimento é irreversível, nenhuma transformação é definitiva*». Por outro lado, é a dinâmica das próprias modificações que lhe imprime um novo significado, tanto para os que ficaram como para os que partiram e que um dia podem vir a regressar, ainda que os ritmos de mudança sejam diversificados para uns e para outros.

Situações desta natureza foram-nos frequentemente reveladas pelos nossos interlocutores, sobretudo quando confrontados com uma realidade que não se aproximava do passado que eles tinham vivido e da qual também não queriam agora encontrar uma réplica. Com efeito, partiram para mudar e transformar a vida dos seus familiares e também vieram porque na sua terra também se tinham produzido mudanças significativas, sobretudo em termos económicos e sociais, após a sua primeira partida.

«As coisas em Portugal também mudaram muito nos 14 anos que estivemos em França. Já não é como era no nosso tempo. Agora encontra-

mos aqui muitas coisas parecidas com o que se tinha lá. As pessoas aqui também vivem melhor.» (M., 39 anos, doméstica).

«Isto agora cá também está mais moderno. Já está mais desenvolvido. Há mais hipermercados. Dantes não havia o Continente, o Carrefour, o Intermarché. Tudo isto é francês. É muito bom. O dinheiro aqui chega para menos. É tudo muito caro. Mas estamos bem cá.» (H., 51 anos, reformado).

Estas transformações permitiam-lhes sonhar e acalantar aspirações relacionadas com um melhor viver, após um período de intenso trabalho, desgaste, poupanças e, para a maioria dos nossos entrevistados, depois de terem realizado os seus projectos de e/imigração: construção da casa, compra do carro, melhoria da condição económica familiar e melhores perspectivas de futuro para os filhos, como nos indicam os dados insertos no quadro n.º 3. Como podemos observar, entre as razões justificativas evocadas, as que se relacionam com os filhos e a realização dos projectos migratórios, mas também as saudades e a vontade de viver em Portugal assumem aqui algum relevo. Ora, a conjugação de várias modificações em curso parece ter dado ainda mais força e coesão aos projectos de regresso que se vieram a verificar.

É igualmente verdade, no dizer de alguns, que, por um lado, essas modificações estavam longe de corresponder às imagens forjadas durante as férias e, por outro, bastante equidistantes da realidade vivida nos países de imigração que um dia os recebeu e lhes deu a possibilidade de melhorarem não só a sua situação material, mas de acederem a outros modos de

QUADRO N.º 3
Factores de regresso
(1998)

Razões de regresso	Sexo	
	H	M
Acompanhar os pais	1	1
Ter construído a casa	3	6
Ter realizado os projectos migratórios	5	11
Receio que mais tarde os filhos não queiram vir	4	2
Desemprego	1	1
Decisão do cônjuge	1	4
Problemas de saúde	2	3
Reforma	2	2
Saudades	2	3
Escolarização dos filhos	2	6
Vontade dos filhos	-	1
Vontade de viver em Portugal	1	2

vida, a outras formas de relação pessoal e a valores mais consentâneos com a urbanidade e a modernidade avançada.

As modificações familiares relacionadas com o regresso

Como acabámos de ver, o processo de reinstalação das famílias em análise está directamente, relacionado com um processo de múltiplas mudanças e referências. Constatamos, pois, que a (re)adaptação necessita da adopção de certas práticas sociais, relacionadas com o trabalho e o emprego, o espaço social e o espaço habitado, as organizações administrativas, escolares, de saúde ou outras, as relações sociais, as práticas educativas e da vida quotidiana, as normas sociais, as relações no interior da família e desta com o meio envolvente. Todos estes aspectos se afiguram algo diferentes do que, anteriormente, tinham alvitado.

É assim que a maioria dos nossos entrevistados, tendo regressado durante os anos oitenta-noventa, se revelaram, de algum modo, desiludidos perante as situações reais com que, com o decorrer do tempo, tiveram de confrontar-se.

«Digo às minhas colegas se estais bem deixai-vos estar, porque eu arrependi-me logo de vir. Aqui é tudo muito diferente daí e do que pensamos antes de vir: as mentalidades, as maneiras de viver, o poder de compra...» (M., 54 anos, doméstica).

«Todos se arrependem de terem vindo. Depois com o tempo lá se vão habituando, mas sem nunca esquecer o que lá viveram.» (H., 35 anos, comerciante).

Mas outros olham para o regresso como um projecto que sempre acalentaram e orientou sempre as suas decisões.

«Sempre quis vir para cá. Quando vim não estranhei nada. Antes pelo contrário. Estava contente, estava feliz, estava na minha terra... Não estranhei nada, mas tinha saudades da França.» (H., 68 anos, reformado).

«Nunca pensei ficar em França. Vim com o meu marido que, coitadinho faleceu há três anos. Os meus filhos ficaram lá. Têm a vida deles lá. Quando vim não estranhei nada. Fiquei contente da minha vida. Aqui levo a vida que fazia lá. Virei-me a trabalhar.» (M., 63 anos, reformada).

«Durante todo o tempo que estive em França, sempre tive saudades de cá. Estava bem, mas queria era vir para cá. Agora já nem me lembra a França. Mas o meu marido se não fosse eu já para lá tinha voltado. Mas também viemos numa época má. Com a idade dele, com quarenta e tal anos, tem sido muito difícil arranjar um emprego. Lá era motorista e aqui já há muito que está à espera de um emprego do género, mas ainda não há nada de concreto.» (M., 39 anos, doméstica).

Outros olham para o regresso tão só como uma opção pessoal, isto é, sem englobar o grupo familiar, pois tendo nascido em país de imigração, tomam depois a decisão de partir, sozinhos, para o país de origem dos pais. Tal é o caso de uma das nossas entrevistadas que após ter feito o 12.º ano e o primeiro ano de um curso superior, contra a vontade dos pais, tomou a decisão de vir sozinha para Portugal, país por onde diz sempre ter sentido um certo fascínio e vontade de conhecer melhor. Reconhece que a vida dela mudou bastante, tanto sob o ponto de vista dos estudos superiores que não continuou, o que poderia ter acontecido se não tivesse vindo, como do emprego que também regrediu em relação ao que fazia em França. Aqui trabalhava numa agência de viagens. Em Portugal é operária numa fábrica.

Mas é para estes e para alguns daqueles que sempre mantiveram firme a decisão de regresso e para os que integraram de bom grado a decisão de regresso dos pais, que o processo de (re)instalação se revela mais harmonioso como nos indica um dos nossos entrevistados:

«Os meus pais foram para a Suíça em 1967 para ganhar dinheiro. Estiveram lá até 1995. Trabalharam muito. Eu era muito novinho quando fui com eles. A princípio não se punha a ideia do regresso. Mas mais tarde como os meus pais juntaram muito dinheiro também queriam gozar a vida. Só cá em Portugal é que se pode gozar a vida, porque na Suíça com o trabalho é uma prisão. Só eu é que vim com eles. Os meus três irmãos não quiseram vir. Eu gostei de estar na Suíça, mas por motivos racistas que havia naquele país quis vir com os meus pais quando quiseram regressar. Estou contente por ter vindo. Tem sido difícil por causa da língua. Mas as coisas agora já vão melhores. O que me dei logo conta é o modo de vida das pessoas. Aqui as pessoas vivem melhor no sentido de saberem gozar a vida... Mas houve uma coisa que me chocou muito: é a condução em Portugal. Os condutores aqui são malucos nas estradas e muito perigosos.» (H., 31 anos, operário).

Ao longo do nosso trabalho, é em casos desta natureza, que os novos projectos de vida, fruto de uma escolha personalizada, se revelam mais consistentes. Isto não obsta a que não reconheçam haver diferenças substanciais entre os dois países que se fazem sentir, sobretudo, ao nível das mentalidades, do civismo, das relações sociais, dos modos de vida, dos sistemas de valores, do poder de compra, da burocracia, dos serviços de saúde e da segurança social, cuja maior valorização joga a favor dos anteriores países de imigração. De qualquer modo, deixar um país para vir para outro não significa esquecer o primeiro, mas antes assumir a partida e as consequências daí decorrentes. Em contrapartida, aqueles que vieram debaixo de alguma forma de pressão familiar, revelam alguma dificuldade em fazer uma certa continuidade entre o «antes-imigração», o durante-imigração e o «pós-imigração». Isto é particularmente verdade para muitas das mulheres,

que são agora confrontadas com uma menor autonomia económica, uma menor colaboração dos maridos nas tarefas domésticas e até com outras questões relacionadas com a educação escolar dos filhos.

Importa, também, acrescentar que a maioria dos filhos, mesmo muito jovens (9-10-11 anos), à partida, não se revia neste projecto de regresso dos pais. Para eles seria vir para um país insuficientemente conhecido, uma vez que esse conhecimento se limitava aos períodos de férias e aos comentários dos pais. Vir significava ter de se confrontar, na escola com outros professores, outros programas, outros colegas, outra língua, correndo o risco de alguma chacota, a este respeito, por parte dos colegas, como alguns e os próprios pais no-lo revelaram, deixar amigos, um espaço social e uma paisagem que lhes eram familiares e um modo de vida peculiar, de resto considerado bastante diferente em relação ao que agora adoptam. Se se tratou para os pais de vir encontrar as suas «raízes», ainda que estas sejam sempre objecto de transformação, pois que a seiva e o terreno que as sustentam estão também eles sujeitos a várias modificações, para outros tratava-se de as (re)descobrir e poder vir a reapropriar-se delas, o que não se revelou tarefa fácil, no próprio dizer de pais e filhos. A vinda para Portugal, nos primeiros tempos, parece ter acentuado ainda a vivência quotidiana da pluralidade das pertenças. Se quando se pertence a uma família imigrante se traz consigo a imagem do país de origem, quando se regressa a este país não se traz menos a do país de imigração ou até de nascimento, por vezes até bem expressa no próprio nome, com particular destaque para as raparigas (M. E. Leandro, 1999). Esta identidade pode ser objecto de resignação, alienação ou ocasião de uma nova reconstrução individual e familiar, como aconteceu em vários casos analisados.

Não obstante, para alguns daqueles para quem o projecto de regresso parecia claro e definido durante o percurso imigratório, nem por isso, as consequências desta decisão são plenamente assumidas quando o mesmo se verifica e as condições económicas e os modos de vida se modificam bastante. Entre estes, encontrámos alguns que, após algum tempo de difícil readaptação e reinstalação, lamentam ter regressado. Em tais circunstâncias poderá dizer-se que o que parecia claro e definido nem por isso integra menos alguma parte de indefinição e que a realização do sonho do regresso nem sempre parece ter reunido as condições necessárias para uma harmoniosa articulação entre o anteriormente vivido e o agora.

«Eu nunca pensei ficar toda a vida na Alemanha. Vim e estou bem. Aqui tenho uma confecção com 5 empregadas. Mas, tenho que marrar muito. Trabalhar muito. Nunca trabalhei tanto como agora. Lá trabalhava numa firma de medicamentos. Estava bem. Aqui não vivo mal, mas não é como lá onde afinal tinha uma vida de rainha comparada com a que tenho agora... Mas era isto que eu queria... Se fosse hoje não voltava. Aqui é tudo muito mais difícil. Digo sempre à minha irmã e às minhas

amigas que lá ficaram que nunca caíam na asneira em que eu caí em ter vindo para cá.» (M., 48 anos, empresária).

Denota-se, assim, alguma dificuldade em proceder ao abandono de uma situação anterior para recriar uma outra nova, com tudo o que uma partida-regresso implica. Como diz M. Tavares (2.000, 76), «Fazer uma escolha consiste sempre em aceitar uma perda, tentando, em contrapartida, ganhar qualquer coisa noutra lado». Porém, nalguns casos, a mesma ambivalência entre o partir e o ficar, que atravessava a trajectória imigratória, nem sempre se afigura agora mais dissipada quando o regressar se verificou e em que, por vezes, o poderia ter ficado volta a emergir. Apesar de não termos encontrado junto dos nossos entrevistados, ninguém que tivesse (re)emigrado, temos conhecimento, através de outros trabalhos de investigação que realizamos recentemente, na Alemanha e em França, que há muitos casos onde tal se verifica, inclusive na região em estudo. Há, no entanto, um caso relacionado com uma anterior imigração na Alemanha que se reveste de alguma ironia. Quando a filha chegou à idade dos 14 anos, os pais insistem em que venha para Portugal, ainda antes de eles virem precavendo-se, deste modo, contra um possível casamento com um alemão. Eles regressaram pouco depois. Só que o «destino» trocou-lhe as voltas, uma vez que a filha veio a casar com um alemão que conheceu em Portugal e que para aqui tinha vindo trabalhar no quadro duma multinacional.

Ainda a nível familiar, podemos interrogar-nos sobre quem são os actores mais influentes quando a questão do regresso é verdadeiramente equacionada. À semelhança do que se passou com a decisão de partir, os dados recolhidos indicam-nos que a iniciativa e decisões migratórias fundamentais são mais apanágio dos homens do que das mulheres. Desta maneira, são normalmente os homens que carregam nas suas decisões as do grupo familiar, designadamente quando os filhos não ultrapassaram a idade da adolescência. As mulheres tendem mais a deixar-se arrastar pelo seu querer, como nos revelam os dados do quadro n.º 3 e n.º 4.

QUADRO N.º 4

Quem toma a decisão do regresso

Casal	10
Homem	11
Mulher	6
Pais	2
Filhos	1
	30

Tal foi o caso de 12 das nossas entrevistadas no que se refere à e/imigração e de 11 quanto ao regresso. Em contrapartida, para 10 dos casos estudados, a decisão do regresso, foi conjunta, ao nível do casal. Todavia, apenas em 6 casos a mulher foi mais interveniente nesta decisão. Neste caso, são, sobretudo, as saudades que são evocadas para manter viva e actuante a decisão do regresso. Como se depreende dos mesmos dados, os filhos são englobados nas decisões dos pais, mas mais nas do pai do que nas da mãe, embora haja alguns casos em que se verifica o contrário. Apenas num caso a decisão de vir é da exclusiva iniciativa e responsabilidade da filha, cujos pais e irmãos continuam ainda em França.

Por outro lado, pode questionar-se a natureza da independência, autonomia e liberdade conquistada por estas mulheres em terras de imigração. Neste caso, a grande tendência é para continuar a deixar-se conduzir e submeter-se à vontade do homem e pôr os interesses da família acima de qualquer interesse e vontade pessoal. Consciente ou inconscientemente, denota-se, aqui, alguma continuidade entre o vivido «antes-e/imigração e o «pós-imigração». Denota-se, pois, que há alguma inconsistência quanto às mudanças que tornariam mais propícias alguma capacidade de afirmação em termos do poder e da autoridade intrafamiliar e dos processos de individualização. Daí que as necessárias adaptações e cedências relacionadas com o regresso passem por estratégias individuais e familiares operacionais, tendo a privilegiar a família como um todo.

A situação sócio-económica no pós-regresso

Começamos por focar os aspectos relacionados com a situação material, dando a palavra aos nossos interlocutores.

«Quanto ao trabalho, aqui tenho um emprego e uma colocação melhores que lá. Actualmente estou a tomar conta de duas cantinas. Trabalho no refeitório da escola. Lá também trabalhei algum tempo na restauração e mais tarde numa lavandaria. Ganhava muito mais que cá. Mas gosto mais do que faço cá.» (M., 42 anos, emp. de refeitório).

Os motivos de satisfação que ressaltam destes comentários prendem-se, essencialmente, com a qualidade do trabalho agora exercido, em contraponto com um outro que, apesar de ser mais rentável, nem por isso parece mais valorizado aos olhos da nossa interlocutora. Refira-se, também, que a anterior profissão estava mais relacionada com organizações em que, provavelmente, a nossa entrevistada usufruía de um menor prestígio e reconhecimento social, certamente no domínio das limpezas, do que aquela onde agora exerce a sua actividade profissional: uma instituição escolar

mais directamente ligada ao contacto directo com os alunos, professores e demais funcionários, conferindo-lhe mais prestígio social. Mas no que se refere ao económico propriamente dito há um sentimento de perda e de regressão como nos indicam muitos outros dos nossos entrevistados:

«Isto aqui mal chega para o tacho. Lá não era assim. Trabalhava-se, ganhava-se bem, gastava-se mais à vontade e ainda dava para amealhar algum. Aqui não. Dá para o dia a dia. Nós se não tivéssemos ido para a França nunca poderíamos ter feito a casa que temos, dar mais oportunidade de estudar às nossas filhas e outras coisas mais. Aqui só dá para viver o dia a dia e com tudo muito orientado.» (M., 48 anos, doméstica).

«Estranhei muito quando vim para me orientar a fazer as compras. Via muito o dinheiro a fugir pelas mãos. Via que gastava não sei em quê. Lá não. Bom com 1.000 Fr. eu enchia o carrinho. Aqui gasto vinte contos e não trago nada. Gasta-se menos à vontade que lá. Lá poupava-se a pensar no futuro para vir para cá, mas dava para viver bem. Aqui tem de se fazer muito mais cuidado.» (M., 63 anos, reformada).

«Lá ganhava-se muito. Mas também é preciso ver que também se poupava. Não se pode gastar os francos, porque se se gasta eles aqui não crescem. A vida é muito cara.» (M., 60 anos, doméstica).

«Tive 13 anos em França. Não foi muito, mas chegou. Amealhei uns tostões. Tinha a casa paga e naquele tempo tinha um dinheiro no banco que rendia 30 %. Eu cheguei mesmo a receber 32 %... Mais tarde os juros desceram bastante... Cá nos fomos arrançando. Quando viemos calculamos a vida para não trabalhar cá. Para trabalhar, lá era muito melhor. Ganhava-se muito mais. Depois pedimos a reforma mais cedo, a minha mulher aos 55 e eu aos 58 anos. Ainda o fizemos em bom tempo. Hoje seria mais difícil. Não é muito, até porque a minha mulher trabalhava mas não descontava. Quando viemos falei com o meu antigo patrão e ele aceitou que a minha mulher fizesse lá umas horas para poder fazer descontos para a segurança social. Vai chegando para nós. O meu filho também já trabalha. Já ganha a vida dele.» (H., 68 anos, reformado).

Deste conjunto de comentários podem retirar-se um corolário bem interessante: o de que ao longo do processo de reinstalação, rapidamente se apercebem das diferenças relativas ao poder de compra que usufruem numa e na outra sociedade e que, sob o ponto de vista económico, as coisas nem sempre lhe correm de feição: os juros descem, alguns dos que vieram, ainda em idade activa, acedendo a empregos mais valorizados, por vezes até na linha do que faziam anteriormente, (operária têxtil torna-se agora empresária) nem por isso consideram que a situação económica do presente é semelhante à anterior. Daí que a ambivalência entre o lá e o cá, o antes e o agora volte a emergir, inclusive para alguns dos que regressaram há cerca de

20 anos. Até porque alguns vieram trabalhar para um ramo de actividades (a indústria têxtil) onde os resultados económicos não se têm revelado dos mais promissores, pelo menos ao nível das pequenas empresas. Mesmo assim, há sempre um pequeno número de pessoas que assume, de maneira muito consistente, os efeitos do regresso que obrigam a viver com menos poder de compra.

«Eu sei que Portugal é assim. Tem-se que viver com o que se ganha. A gente na Suíça ganhava oito vezes mais. Mas não se pode pensar nisso. É a isto que a gente tem de se sujeitar.» (H., 50 anos, operário).

De qualquer modo, o estatuto de comprador e os meios que lhes estão associados, é evocado por todos os nossos entrevistados sempre que se trata de fazer comparações, em termos de poder de compra, entre as sociedades para onde e/imigraram e a sociedade portuguesa para onde regressaram.

A mobilidade profissional e a trajectória migratória

Referindo-nos agora à mobilidade na profissão, os dados do quadro n.º 4 indicam-nos que, na generalidade, com a e/imigração, os nossos entrevistados mudaram de profissão ou adquiriram uma profissão, concentrando-se os homens mais no sector secundário e as mulheres no terciário, nomeadamente no domínio dos serviços domésticos, com particular destaque para as que e/imigraram para França. As que foram para a Alemanha e para a Suíça ingressaram, de sobremaneira, no trabalho na indústria. Duas das nossas entrevistadas trabalharam até no mesmo ramo de actividade antes exercida em Portugal, no domínio dos têxteis. Entre elas, encontramos mesmo casos em que toda a sua trajectória profissional, antes, durante e depois da migração, foi feita neste ramo de actividade profissional. Mais ainda, num caso, este capital de experiência teve uma importância fulcral na decisão de regresso, dado que, para a época em questão, foi o antigo patrão em Portugal que lhe prometeu apoio, aquando do regresso e incitou esta família a criar uma pequena empresa, vindo assim a trabalhar por conta própria. Este caso, não podendo ser generalizado, não deixa de nos revelar quanto o capital de relações profissionais e sociais é importante, quando se trata das grandes decisões relacionadas com o partir e com o regressar. Situações idênticas encontrámo-las, em 2000, no outro lado da fronteira, na Alemanha, em várias situações de re/e/imigração.

Refira-se, também, que entre três das nossas entrevistadas, tornando-se empresárias após o regresso, sendo já operárias à data da e/imigração, trabalharam anteriormente na indústria, na Alemanha (2) e na Suíça (1). Ainda uma outra, tendo ido para a Suíça com a idade de 5 anos, integrada

na reunificação familiar, aonde viveu até ao regresso dos pais em 1997 – embora com períodos intercalares nos primeiros anos de escolarização, em Portugal (2.^a e 3.^a classe) e depois na Suíça (até ao 10.^o ano), onde também fez o curso de cabeleireira – ao regressar, no mesmo ano, com o marido e as filhas, com a ajuda e apoio dos pais, abriu um salão de cabeleireira de que é proprietária. Em contrapartida, nenhuma das que trabalhou em França, onde as mulheres portuguesas tendem a trabalhar maioritariamente no serviço doméstico em casa de particulares, prosseguiu este tipo de trajectória profissional, em que está patente não só a mobilidade profissional como social. Por sua vez, o marido de uma das nossas entrevistadas, trabalhando em França no ramo das limpezas, veio a criar uma empresa no mesmo ramo de actividade aquando do regresso. Acrescente-se, porém, que na freguesia onde prosseguimos este estudo, temos conhecimento do caso de uma outra mulher empresária, proprietária de uma estação de serviços, que anteriormente foi imigrante em França. Durante esta estadia fazia apenas umas horas no serviço doméstico.

Sem pretender retirar daqui qualquer extrapolação abusiva, esta situação permite-nos, todavia, estabelecer alguma correlação entre a situação na profissão antes da emigração, a profissão exercida durante a imigração e a possível posição profissional após o regresso. Por exemplo, entre as nossas entrevistadas verifica-se que são aquelas que precocemente acederam a um emprego, ainda antes da e/imigração, que durante a imigração exerceram profissões desligadas das actividades de reprodução, estando neste caso todas as que de algum modo se relacionam com o doméstico e o familiar (H. Hernes, 1987), que se mostraram mais aptas a tornarem-se empresárias após o regresso. Simultaneamente, também se constata que as mulheres que regressaram mais novas, já com graus de escolarização mais elevados (11.^o, 12.^o ou início dum curso superior) ou terminados após a vinda para Portugal, se mostram mais decididas a procurar aceder a um emprego, mesmo que este pareça não se coadunar com o grau de escolarização obtido: uma mulher com o 1.^o ano de um curso superior, trabalhando em França numa Agência de viagens, ao instalar-se em Portugal, vem a ser operária; uma mulher com o 11.^o ano feito em Portugal, começando por ser vendedora, torna-se mulher a dias, quando a loja aonde trabalhava foi à falência. Para a maioria das outras, tudo indica que o retomar do estatuto de *esposa-mãe-dona de casa*, logo doméstica, após ter trabalhado obstinadamente para melhorar a situação económica familiar durante o percurso imigratório e ter realizado o projecto de regresso, decorre de uma escolha assumida ao nível familiar, pois que apenas uma declarou estar no desemprego e só duas estão reformadas.

Quanto aos homens a situação parece algo diferente. Três, declarando estar no desemprego, tudo leva a crer que aguardam a ocasião de aceder a um trabalho profissionalizado após o regresso. Um outro, anteriormente

imigrante na Suíça, trabalha por conta própria no ramo do comércio, o que indicia uma situação de mobilidade profissional e social ascendente. Outro tanto se diga de um outro que, ao regressar, se tornou vendedor por conta própria, trabalhando antes da emigração e durante a imigração na Alemanha na indústria têxtil. Dois outros, à semelhança do que faziam antes da emigração e nos países de imigração, retomaram a anterior profissão de operários na indústria têxtil. Ainda outro, tendo e/imigrado muito novo para a Suíça no quadro do reagrupamento familiar e regressado de bom grado com os pais, também trabalha, enquanto operário, na indústria têxtil. Enfim, dois vieram para usufruir dos benefícios da reforma e viver o outono da vida com mais tranquilidade no torrão natal, junto de alguns familiares e amigos de outrora, após uma vida de presença-ausência (A. Sayad, 1977, 1999), de intenso trabalho e desgaste físico e psíquico. De resto, para alguns destes, são estas as principais razões que presidiram à decisão mais imediata do regresso.

Nestas circunstâncias, podemos dizer que o trabalho profissionalizado, após o regresso, constitui mais para os homens do que para as mulheres algo de grande importância, que nem por isso se afasta totalmente da imagem do homem produtivo, trabalhador no exterior e principal ganha-pão da família.

Aludindo agora à relação profissional por sector de actividade, tendo em conta o antes e o depois, é interessante verificar que tendo regressado para um local onde predomina um tecido económico misto (agricultura e indústria), nenhuma destas pessoas volta a trabalhar, declaradamente, na agricultura, quer por conta própria quer por conta de outrem, o que faz supor que aqueles que antes da emigração trabalhavam na agricultura (6 entre 9 em idade activa) o faziam em regime de assalariado. Por outro lado, parecem não se inscrever numa certa lógica que fazia crer que muitos emigrantes portugueses nos anos sessenta-setenta investiam também parte das suas poupanças na constituição ou no aumento dum património material fundiário. Deste modo, sendo proprietários de mais terras, poderiam aceder a um estatuto social mais valorizado e assegurar o trabalho por conta própria após o regresso. Mas tal não acontece.

Neste caso, na esteira de A. Sayad (1999) digamos que, a e/imigração dotando o imigrante – que deixou de ser um camponês, um trabalhador agrícola – de um emprego real e definido, confere-lhe também um estatuto definido e susceptível de criar outras aspirações. Para muitos foi a imigração que lhe permitiu aceder a melhores meios de vida, a uma habitação mais condigna, ao reconhecimento do exercício de uma profissão, aos recibos de ordenados, ao cartão da segurança social e dos serviços de saúde, aos abonos de família, ao direito às férias, à reforma, ao desemprego, entre outras regalias sociais. Simultaneamente, também a agricultura e o trabalho que lhe está associado em Portugal, ao longo dos últimos tempos, não

goza do reconhecimento de outrora. Assim, regressar, agora, para retomar uma profissão algo idêntica à anterior à emigração susceptível de usufruir de menores regalias, em termos sociais, económicos e simbólicos poderá estar associada a um retrocesso em cujo risco não querem incorrer. Daí que uns prefiram orientar o seu futuro profissional para algo mais prestigioso e outros optem, antes, por continuar numa situação de desemprego que enveredar pelo primeiro trabalho que apareça.

QUADRO N.º 5

Trajectória profissional das pessoas entrevistadas

(1998)

Antes da emigração			Durante a imigração						Pós-emigração			
Sector de actividade			Profissão	Alemanha		França		Suíça		Profissão	H	M
	H	M		H	M	H	M	H	M			
Agricultor	6	-	Aux. de Enferm.	-	-	1	-	-	Empresário	-	4	
Industriário	2	3	Serv. Doméstico	-	-	-	7	-	Desempregado	3	1	
S/ Profissão		15	Lavandaria	-	-	-	1	-	o	1	-	
			Agência	-	-	-	1	-	Comerciante	-	11	
			Viagens	3	4	3	1	3	Doméstica	3	1	
			Função Pública	-	-	-	1	1	Operário	-	1	
			Operário	-	-	-	-	-	Emp. Refeito	1	-	
			S/ profissão	-	-	-	-	-	Vendedor	2	2	
				-	-	-	-	-	Reformado	-	-	
Total	10	18		3	4	3	13	4		10	20	

A relação entre o familiar e o profissional no pós-regresso

Acabamos de verificar que durante a trajectória migratória houve mudanças profissionais, sendo estas muito mais significativas para as mulheres. E isto por uma dupla razão. Por um lado, proporcionalmente, há mais mulheres que homens a tornarem-se proprietárias de pequenas empresas e, por outro, a maioria está, agora, mais arredada do mercado de emprego. Assim, embora algumas aguardem uma oportunidade de voltar a ingressar no mercado de emprego, treze, entre as quais duas reformadas, voltaram agora a ficar confinadas ao seu estatuto de esposa-mãe-dona de casa. Algumas, afastadas do espaço profissional usufruído nos países de imigração, dizem sentir-se regredir no tempo, quando comparam a sua situação actual com a anterior; sob o ponto de vista económico e a independência daí decorrente, os modos de vida familiar e social, alguns comporta-

mentos intrafamiliares e as redes de relações. Saliente-se que no caso de dois casamentos mistos entre um homem português e duas mulheres espanholas, esta nova situação ainda se revela mais problemática, sobretudo no que se refere às redes de relações sociais. O conhecimento do meio e das pessoas é muito mais superficial. Tratou-se, de facto, duma outra imigração conforme nos relatam.

«Eu vim e o meu marido ainda ficou. Pensa vir lá para daqui a um ano. Vim por causa do meu filho, porque queremos que faça aqui a escola. Não conhecia as pessoas. Conhecia apenas a minha vizinha. Mas não conhecia quase nada, porque vinha de férias e não dá para conhecer as pessoas. Além disso durante as férias o convívio é mais intenso. Há muita festa. Quando se vem para ficar as coisas não são assim. E ainda mais quando não se é da terra nem do país. Custou-me muito. Foi uma outra imigração. Em certos aspectos com mais complicações do que quando fui para a Alemanha, uma vez que aqui já tinha familiares e amigos e comecei logo a trabalhar. Aqui não. Até nisso. Ainda estou à espera de arranjar trabalho. Sinto-se muito mais isolada...» (M., 40 anos, doméstica).

«Quando vim para aqui estranhei muito. Não era de cá nem do país. Sou espanhola. E nem tudo é fácil quando se chega a um país estrangeiro. Conheci o meu marido em França e casamos. Depois quisemos vir para cá. Tínhamos construído a casa e queríamos organizar a nossa vida aqui. O meu marido começou a ter problemas de saúde e a estar cheio da França. Decidimos regressar. Aqui trabalha numa firma de limpezas por conta própria. O meu marido lá já trabalhava nesse ramo e ao regressar conseguiu realizar o seu sonho: criar a sua própria empresa. Mas cá é tudo muito diferente. O convívio não tem comparação. As pessoas aqui são muito fechadas. Eu lá tinha amigos e muito convívio. As pessoas são muito diferentes. Talvez em Lisboa e no Porto as coisas não sejam assim. Lá as pessoas são abertas. Aqui não é assim. É o ambiente, a mentalidade, que são muito diferentes.» (M., 43 anos, trabalhadora por conta própria na empresa familiar).

No entanto, para as que vieram com a intenção expressa de não ingressar no trabalho profissionalizado, esta nova etapa da vida traz consigo a possibilidade de gozar agora de uma vida mais tranquila, menos sujeita ao cumprimento de horários rígidos, como são os dos empregos em país estrangeiro e assim dedicar mais tempo a si próprias e à família. Estas atitudes põem em relação a concepção que estas mulheres têm acerca do trabalho assalariado, inscrito no tempo da imigração, em contraponto com o tempo do «pós-imigração». No primeiro tempo, parece que o trabalho profissionalizado se justifica, essencialmente, em função de um projecto familiar, quiçá da garantia de uma segurança quanto ao futuro. Contudo, ter tido um trabalho profissionalizado, para algumas destas mulheres, parece ter

significado, por um lado, uma dupla ou mesma quase tripla jornada de trabalho, tendo em conta que, muitas vezes, com o concurso dos demais familiares faziam quase tantas horas suplementares como as normais de um dia de trabalho (M. E. Leandro, 1995) e, por outro, viver uma vida de grande cansaço e desgaste psicológico. É por tudo isto que agora parece mais ou menos normal voltar a ocupar o estatuto tradicional, dedicando-se exclusivamente à família e à casa, usufruindo embora de outras condições económicas, mercê do esforço empreendido durante o percurso de imigração. Assim, o trabalho profissionalizado, apesar de lhes ter aberto as portas para uma maior independência, autonomia e liberdade, de algum modo é também considerado como uma necessidade, em função da família e de um projecto onde cada um é parte integrante do mesmo, durante uma determinada etapa da vida.

Não obstante, quando passamos do domínio do trabalho profissionalizado ao do espaço doméstico, estas mulheres também reconhecem que esta nova situação favorece uma menor participação dos homens nas tarefas domésticas e educativas, até porque elas dispõem, agora, de mais tempo para o efeito. Poderá então reafirmar-se que aquilo que em país de imigração se afigurava como uma mudança das mentalidades, das atitudes e dos comportamentos, a este respeito, revela agora ter-se tratado mais de modificações reversíveis e de uma adaptação a uma nova situação em que estas práticas são mais correntes e o concurso do trabalho profissional da mulher se revelava fundamental para a realização do projecto económico, do que efectivamente de uma aculturação formal, ou seja, a que afecta as estruturas de pensamento e a sensibilidade dos actores em transformação (S. Abou, 1981), como se poderia supor. Denota-se, pois, uma certa distância entre os valores e as práticas mais generalizadas nos países de imigração e um sistema de valores que não se afasta muito do que dominava, e que, em parte, ainda vigora, em Portugal, embora com outro tipo de abertura das mentalidades. É bem conhecida a expressão da «dupla jornada de trabalho» para a mulher, logo que esta envereda por uma profissão, ao contrário do homem que continua a dar prioridade aos aspectos profissionais. Sendo assim, para alguns, o regresso às origens traz consigo a reemergência de velhas imagens tradicionais da divisão social e sexual do trabalho no interior da família (M. A. Barrère-Maurisson, 1991; M. E. Leandro, L. M. Ferreira, 1997). Para outros, designadamente quando a mulher continua a exercer uma profissão, a abertura a novas formas de participação nas tarefas domésticas, inscrevendo-se na continuidade do que já faziam em terras de imigração, revela-se mais consistente. Desta maneira, pode dizer-se que estes comportamentos não são apenas tributários da influência deste ou daquele contexto social, mas também do modo como a família se posiciona perante o trabalho profissionalizado do homem e da mulher ou apenas só daquele.

A relação com a casa

Em situação migratória, a casa constitui um elemento que ajuda a manter muito vivo o projecto de regresso e é, por vezes, o principal elo de ligação e de porto seguro com a terra de origem, tanto para os pais como para os filhos. Encontrámos mesmo um caso em que uma família só voltou após ter construído uma casa para si e para cada um dos filhos, pensando, deste modo, assegurar-se também do seu regresso, ou tão só duma maior ligação com a terra das origens. Ao mesmo tempo, a casa confere mais consistência aos projectos de regresso.

«Acho que se não tivéssemos feito a casa aqui e mandado para cá o nosso dinheiro ainda hoje estaríamos lá e estaríamos bem na vida.» (M., 40 anos, doméstica).

«Viemos, porque tínhamos construído a casa aqui.» (M., 43 anos, empresária).

«Nós temos aqui a casa há 14 anos e pensando em regressar era melhor vir para junto da família.» (M., 41 anos, empresária).

Para os que não regressam, em grande parte, a casa pode funcionar como residência secundária, mais votada aos períodos de férias ou visitas intercalares. Todavia, para os que não acederam à propriedade do alojamento no país de imigração e para quem as reformas não são suficientemente elevadas para poder pagar uma renda de casa mais ou menos cara, chegada a idade da reforma, a decisão quase se impõe, como nos revelaram alguns dos nossos interlocutores.

«Eu regressei porque agora, infelizmente, o dinheiro não dava para tudo... Quando me reformei, o que recebia era para pagar a renda da casa. Não dava. Tínhamos uma casa aqui e viemos.» (M., 63 anos, reformada).

Refira-se que muito poucos fizeram transformações na casa, após o regresso, sobretudo se implica obras de alguma monta. Alguns, considerando sentir necessidade disso, dado o tempo decorrente entre a construção e o presente e a deterioração que daí decorre, dizem não dispor agora de condições económicas para o efeito. Outros pensam que as condições iniciais da casa continuam a corresponder às suas necessidades.

Refira-se, todavia, que se a casa os mantém agarrados à terra natal nem por isso é menos objecto de confronto entre o antes e o agora. Com efeito, a «grandeza» da casa que construíram, acaloradamente, com muito zelo e carinho, apresenta-se, agora, fria e menos acolhedora, quando comparada com as condições de conforto usufruídas anteriormente, em termos de

aquecimento, ainda que decerto com menores dimensões e equipamento moderno e até de algum luxo.

«Estranhei muita coisa: as mentalidades e assim. Temos que fazer muito cuidado...Mas foi muito o aquecimento da casa no inverno. Lá a gente nem dá pelo frio como aqui.» (M., 42 anos, doméstica).

«Estou contente por ter vindo. Mas quando vem o inverno lembro-me muito de lá. Nem dávamos pelo frio. Quando saímos entrávamos no carro para o trabalho. Depois entrávamos em casa e estava tudo aquecido. Aqui não é assim. O frio custa mais a aguentar.» (M., 45 anos, doméstica).

«O que mais estranhei quando cheguei não foram as pessoas, mas eu estar habituada a uma casa quentinha. Aqui achei uma fria.» (M., 48 anos, doméstica).

Claro que cá, podendo também dotar a casa de um sistema de aquecimento similar, nenhum dos nossos entrevistados alvitrou este empreendimento.

«Aqui se vamos aquecer a casa toda com radiadores fica caríssimo. É insuportável.» (M., 41 anos, doméstica).

Face ao poder económico que agora usufruem, a preocupação com as despesas daí decorrentes parece falar mais alto.

O investimento na educação e no futuro dos filhos

Importa não perder de vista que os projectos familiares migratórios são, muitas vezes, orientados em função do grupo familiar com particular incidência para o futuro dos filhos. Isto não significa que estes sejam sempre actores nesta matéria, uma vez que, sobretudo em matéria de regresso, acabam por ser incluídos no desejo dos pais. Por exemplo, alguns dos nossos entrevistados, sem sequer se preocuparem com a opinião e vontade dos filhos e até aceleraram a data do regresso, em função da idade e da escolarização dos mesmos, receando que mais tarde, por um lado, tivessem mais dificuldades de reintegração na escola, em Portugal, devido, tanto aos conteúdos programáticos como aos problemas linguísticos e, por outro, recusassem acompanhá-los.

«Quando vi que já tínhamos alcançado o principal do que queríamos disse à minha mulher: temos o nosso filho com 10 anos, vamos fugir. Mais tarde não vá ele não querer ir. A minha mulher preferia ter ficado.

Se não fosse o meu filho ainda teria ficado mais dois ou três anos. Assim viemos todos.» (H., 68 anos, reformado).

«Ao irmos para cá não foi decisão de um. Foi dos dois. Pensámos assim: a gente vai enquanto os filhos estão numa idade onde as coisas são mais fáceis para vir, porque depois custa mais. Mas ao fim e ao cabo se eles tivessem ficado lá, decerto que não estariam mal.» (M., 40 anos, doméstica).

«Fiz a casa. Consegui amealhar algum. Tinha os filhos a estudar. Se eu ficasse mais algum tempo na Suíça, o mais velho talvez não o trouxesse comigo.» (H., 50 anos, operário).

Frise-se que as famílias que regressaram com filhos em idade escolar sonharam para eles uma formação escolar prolongada que, de preferência, os conduzisse à Universidade e, por conseguinte, a uma licenciatura e a um emprego valorizado.

«A uma certa altura pusemo-nos a questão: os nossos filhos estudam aqui ou lá, porque um já tinha 12 anos. Decidimos vir. O Victor teve mais problemas por causa das equivalências. A Nathalie não. Ou por isso ou por outra coisa, ela é melhor aluna que ele. Nunca perdeu ano nenhum... Queremos que estudem até à Universidade para terem um bom emprego. Que não se consumam tanto como nós.» (H., 51 anos, reformado).

À data das entrevistas, apenas num caso este sonho havia sido realizado. A maioria dos outros jovens não tinha ido além do 11.º ano. Mas, importa ter em conta que um certo número entre eles se encontra ainda a frequentar a escola.

Seria interessante comparar as trajectórias escolares dos filhos dos que ficaram, tendo, à partida, condições idênticas às dos que partiram, o que não se inscreve, de modo algum, no âmbito deste trabalho. Encontrámos alguns casos em que, sobretudo às mães, se punha a questão da implicação do regresso no percurso escolar dos filhos, dadas as mudanças a que tiveram de sujeitar-se.

«Penso que se não tivéssemos vindo os meus filhos teriam ido mais longe na escola. Em França os professores puxam mais...Penso até que podiam ter ido para a Universidade. Aqui não foram.» (M., 40 anos, doméstica).

«O meu erro foi após ter feito o 12.º e o primeiro ano na Universidade lá, querer a todo o custo vir para cá sem ter acabado. Vim sozinha. Os meus pais não queriam e ainda hoje lá estão com os meus irmãos. Eu queria conhecer melhor Portugal, pois tinha um ano quando fui para

França com os meus pais. Querer vir para cá estudar foi o meu erro.» (M., 29 anos, operária).

Na maioria dos casos estudados, designadamente quando ao regresso parece estar associado algum retrocesso em termos económicos, culturais e escolares para os filhos, denota-se alguma dificuldade em assumir, plenamente, as implicações do «pós-regresso». Tanto mais que, o anteriormente vivido nos países de imigração onde os sistemas escolares são mais estruturados e no seu dizer mais exigentes que o português, deixa sempre o campo aberto para se pôr questões, hipóteses e possíveis conjecturas.

Para contrariar algum pessimismo que possa vir a instalar-se quando surgem questões desta natureza, alguns tendem ainda recorrer a razões que legitimam as decisões tomadas, sendo a vinda em conjunto ou faseada do grupo familiar a mais evocada. Ao invés, os que vieram na idade da reforma tiveram que se confrontar com a dura realidade da fragmentação da família. Uns filhos vieram, outros ficaram ou ficaram todos.

«O que mais me deixou pena em França foram os filhos e a medicina.» (M., 63 anos, reformada).

«Quisemos vir porque também andávamos sempre com medo que depois os filhos não quisessem vir... Se fosse hoje não voltava.» (M., 48 anos, empresária).

Mais uma vez tendendo a confrontar o presente com o passado e os possíveis que um e outro poderiam ter proporcionado aos filhos em termos escolares, a tendência vai para privilegiar de sobremaneira o que poderia ter acontecido sem o regresso. Porém, para alguns, a nível inter-geracional, idealmente, concebendo a família como uma unidade gregária, tal como no início do ciclo migratório, lamentam ver de novo a família fragmentada em espaços migratórios longínquos, o que acentua ainda mais a ambivalência das escolhas e das referências espaciais e sociais.

De certa maneira, estas famílias, consciente ou inconscientemente, parecem estar de novo enleadas numa dialéctica do deixar antes os progenitores e agora os descendentes, do (re)começar e do continuar, da fragmentação e da unidade. Deixou-se um país e a família nuclear ou a parentela para ir para outro país à procura de meios para aceder a uma vida melhor. Arrisca-se a deixar, de novo, elementos da família em terras de imigração para vir a reintegrar-se no torrão natal, mas familiar e simbolicamente continua-se ligado a ambos. E quanto mais se denota uma trajectória familiar em que uns voltam e outros ficam, mais esse sentimento prevalece. De facto, se em qualquer situação a família é uma noção fragmentada, na medida em que une pessoas visando a formação da família de procriação e separa-as

em função da família de orientação, ela assume aqui um maior significado devido às várias distâncias que se interpõem entre si.

Procurando minimizar os efeitos que daqui possam vir a decorrer, ou evitar situações desta natureza, os pais tendem a adoptar dois tipos de estratégia. No primeiro caso procuram intensificar os contactos entre os que ficaram e os que partiram, através de visitas mais ou menos regulares num e no outro sentido. Por exemplo, além das férias, que temporariamente trazem os familiares próximos de volta, os pais que deixaram filhos e netos nos países onde viveram voltam aqui – em visita, ou mesmo para recorrer a serviços de saúde – com mais regularidade do que os outros. No segundo caso, uma vez que os filhos os acompanharam nesta travessia e sendas do regresso, tendem a proporcionar-lhes uma situação sócio-económica mais confortável, quer através do investimento nos estudos, quer na ajuda a instalarem-se no trabalho por conta própria. Entre outros casos, refira-se que, para uma das nossas entrevistadas, a posição de proprietária e gerente de um salão de cabeleireira só foi possível graças ao investimento dos pais neste sentido, após o regresso.

Situações desta natureza e outras similares revelam quanto a solidariedade familiar inter-geracional, em contexto migratório, é ainda muito consistente, tendendo esta a ser muito mais intensa dos pais em relação aos filhos, tanto em bens materiais como simbólicos, pois que, frequentemente, é a pensar na preparação do futuro destes que os projectos familiares, empreendidos pelos pais, continuam a assumir maior significado. Para estes, basta-lhes a compensação de verem a família reunida no mesmo espaço de vida, terem os filhos perto de si, e em caso de necessidade, podem contar mais facilmente com o seu apoio. Com a vinda de todo o grupo familiar, normalmente, é um ciclo migratório que se encerra para dar lugar a novos projectos individuais e familiares.

Por outro lado, reactualiza-se, aqui, a célebre teoria do dom e contra-dom de M. Mauss (1950, 1978), ainda que nem sempre se obtenha a total reciprocidade da dávida: dar, receber, tornar a dar. Normalmente, em termos de bens materiais, os pais consideram-se mais dadores do que rebedores, em virtude de continuarem a preocupar-se bastante com a construção do futuro dos filhos que desejam bastante promissor. As gerações mais novas, sendo herdeiras, querem-se também de ruptura, em busca de novos estatutos sociais e de outros meios e modos de vida. Para o conseguir, à partida, continuam a investir em percursos de escolarização mais prolongados, mas, nem sempre os graus alcançados, para a maioria entre o 11.º e o 12.º ano, se coadunam com as aspirações que se foram acalentando, por uns e por outros. Em alguns dos casos estudados os filhos trabalham em profissões que tendem a seguir as dos pais, como é, por exemplo, a de operário ou de mulher a dias. Seja como for, entre as famílias em estudo, a cumplicidade

e solidariedade entre pais e filhos, tanto a nível material como simbólico, continuam a manifestar-se muito operatórias, após o regresso.

Os aspectos institucionais e normativos

De maneira geral, observam-se modificações, ao nível das práticas culturais tradicionais, em consequência da passagem de uma sociedade a uma outra, considerada mais desenvolvida, de um meio rural a meio urbano, das transformações que se têm verificado a nível internacional e das próprias modificações operadas no interior da sociedade portuguesa, após a partida. Durante a imigração algumas práticas que se justificavam na sociedade de origem iam perdendo sentido devido, em parte, ao seu afastamento, a um certo modo de aculturação aos novos modelos com que se iam confrontando no dia a dia e, por conseguinte, a uma certa predisposição para a mudança, logo que o contexto envolvente o favorecia. Certo, não se tratou de um processo uniforme para os homens e para as mulheres, para os pais e para os filhos, para os que emigraram mais velhos e para os mais novos (A. Sayad, 1977, 1999; M. E. Leandro, 1998). Todavia, ao regressarem, depararam-se com uma realidade que, não sendo mais aquela que tinham conhecido antes da emigração, consideram, contudo, equidistante da que tinham vivido, durante a trajectória imigratória. Não admira, pois, que as referências reais e simbólicas, em termos comparativos e valorativos, tendam a manifestar-se, como nos revelam muitos dos nossos entrevistados. Os comentários, que a seguir transcrevemos, são bastante elucidativos a este propósito.

«Já cá estou há 11 anos. Quase tantos como vivi na Alemanha e ainda não me adaptei. Nós portugueses somos muito especiais. Eu abro um café e tenho sucesso. O outro abre logo um ao lado só por inveja... Na frente uns dos outros somos capazes de fingir que está tudo bem. Mas basta que um saia para começarmos logo a criticá-lo. Os alemães não são assim. São muito mais profissionais, educados, prestáveis e sinceros. Não criticam ninguém.» (H., 50 anos, vendedor).

«Nós portugueses mostramo-nos amigos uns dos outros e por detrás das costas sabe Deus. Com os franceses não é assim. Eles metem-se menos na vida uns dos outros e também não se atraçoam. São mais honestos no tratamento uns com os outros e não se metem na vida de ninguém.» (M., 41 anos, operário).

«Na Alemanha toda a gente se respeita, rico ou pobre. Aqui não é bem é assim. Quem for rico ou senhor doutor tem o que quer. Coitados dos outros. Lá não é assim.» (H., 52 anos, desempregado).

«Cá é uma coisa que me faz muita confusão. Tudo funciona por cunhas. O que é preciso é ter amigos. É dar dinheiro às pessoas e já não se paga esta ou aquela multa ou é possível obter isto ou aquilo, enquanto lá não. Na Suíça se tiver que pagar uma multa, tanto paga o pobre como o rico. Não há amigos. Todos têm que pagar desde que transgridam. Enquanto cá não é assim. Eu sou contra essas coisas. Penso que tudo seria melhor se houvesse mais honestidade.» (M., doméstica, 40 anos).

Este conjunto de opiniões emitidas por pessoas que no passado viveram nos três diferentes países de imigração retidos para esta análise revelam, contudo, um aspecto comum: o de que há uma diferença substancial em termos de vivência social, relações inter-pessoais e institucionais e normas sociais logo que se trata de comparar o anteriormente vivido nos países de imigração e o que se depararam em Portugal aquando do regresso. Em matéria de convivência social, aceção de pessoas, educação, civismo e normas sociais, pesem embora as transformações havidas em Portugal, ao longo dos últimos tempos, consideram que nem sempre elas vão no sentido do que pensam ser melhor nas sociedades que um dia os acolheram. Isto não deixa de os interrogar logo que se trata de se confrontar com certos valores interiorizados em contexto imigratório e a realidade com que agora se deparam na sua terra. Constatamos, assim, que procuram adaptar-se ao novo meio social, mas continuam a valorizar e a adoptar certos princípios e práticas relacionadas com outras culturas e modos de vida que lhes foram e ainda são familiares, pelo menos ao nível simbólico.

Atitudes desta natureza podem verificar-se ainda no que se refere à avaliação sobre as mentalidades e ao sentido da relação com o outro independentemente da sua condição social.

«Comparando o que se passava na firma onde eu trabalhei antes de ir para a Alemanha e aquela onde trabalhei em Darmstadt, há uma grande diferença no tratamento das pessoas. Eu quando comecei a trabalhar em Darmstadt fiquei impressionado, porque estava lá o mestre e as máquinas a trabalhar e o mestre conversava com as pessoas. Cá ninguém fazia isso. Afinal comecei a perceber que os alemães não são o que eu pensava e muitas vezes ouvimos dizer. Porque eles convivem, conversam da mesma maneira com toda a gente e se for preciso estão dispostos a ajudar-nos. São muito educados. Só era pena que a princípio tivesse dificuldade em compreender a língua. Depois habituei-me.» (H., 50 anos, vendedor).

«Sou português e orgulho-me de o ser. Dos portugueses nem por isso. As mentalidades aqui são mesquinhas e encontram-se pessoas muito grosseiras. Sei lá. As pessoas dizem palavrões e têm a mania da importância que pensam que são e que afinal nem são... Os alemães não são assim. Cá se as pessoas pusessem em prática a inteligência que realmente têm

vivíamos muito melhor... Mas o que vemos por aí... Não há respeito por ninguém. Há muita falta de civismo. Às vezes até parece que vivemos noutra planeta.» (H., 52 anos, desempregado).

«Os meus filhos vieram para cá e foram para a escola. Chegavam a casa escandalizados com os miúdos daqui, com toda a gente. Porque na Suíça seja um velhinho, seja quem for respeitam toda a gente. Toda a gente que passa dá bom dia, boa tarde. E aqui chegavam a casa e diziam: oh mamã eu disse bom dia à senhora e ela nem sequer me respondeu. Um dia fui à escola e vi que os professores faziam o mesmo. Estava à espera deles e iam a sair porta fora e nem sequer me diziam bom dia. Ao ver isto disse para comigo: como é que os alunos, as crianças podem ser bem educadas se vêem os professores não dizerem bom dia, boa tarde a ninguém?! A educação parte da família, mas também da escola. Enquanto lá começam desde pequeninos, aqui não se dá grande importância a esses aspectos, tão importantes para a vida. Lá era tudo muito diferente para melhor. Na minha casa fazemos como fazíamos lá. Mas, as coisas às vezes são complicadas, porque convivemos com outros que não agem assim. Mas nem por isso deixo de fazer como fazia lá.» (M., doméstica, 40 anos).

«Estranhei muita coisa quando regresssei da França. Mas as mentalidades. Não sei explicar. Prefiro o mal de lá do que o bem daqui.» (M., 48 anos, doméstica).

Através de outros comentários consta-se que houve também modificações na maneira de olhar e se relacionar com o ambiente e o meio envolvente, o que contrasta com as práticas correntes no meio em que vivem. As razões exprimidas são de ordem cultural, mormente educativa, mas também de ordem higiénica e cívica.

«Cá é tudo muito diferente. Os meus filhos chegam a casa com os bolsos cheios de papéis para os não deitarem para o chão. Mas dizem que os colegas na escola e na rua não fazem assim. Foram educados de maneira diferente. No ambiente cá é tudo mais porco. Em qualquer lugar se vê lixo. As pessoas não têm cuidado nenhum e deitam tudo para o chão. Até cospem no chão. Onde é que isso já se viu na Suíça.» (M., doméstica, 40 anos).

«Cá há muita coisa que me faz muita confusão. Há muita balda. Não há asseio. Cospe-se para o chão e deita-se tudo para o chão. Não há cuidado com o ambiente. Isto choca-me.» (H., 52 anos, desempregado).

«Estranhei muita coisa, na vida de casa, o que nós chamávamos lá as “comissões” (compras). Achava que lá havia mais fartura e era tudo mais higiénico do que aqui. Eu isto estranhei muito. Em França não era assim.» (M., 63 anos, reformada).

Mas há outros motivos de insatisfação que se relacionam com o funcionamento das organizações sendo as mais visadas as que se relacionam com a saúde e a doença. O descontentamento prende-se sobretudo com a morosidade de acesso e a burocracia ligada a estes serviços e o sentimento de que há aceção de pessoas, contrariamente ao anteriormente vivido nas sociedades de imigração.

«Aqui não se pode adoecer. É o posto médico, o hospital, as filas, as listas de espera. Na Suíça não era assim. Éramos logo atendidos como deve ser.» (H., 35 anos, comerciante).

«Eu quando regressei da Suíça não sabia mexer uma palha aqui. Com a burocracia, a medicina e os serviços de saúde, em geral, é tudo muito mais complicado. Lá era muito fácil. Precisava-se de se ir ao médico ia-se e era-se logo atendido naquele dia. Não havia listas de espera ou necessidade de ter conhecimentos para ser atendido e tratado como deve ser. Aqui não é assim. Cá quando se tem amigos e compadres tem-se tudo o que se quer. Mas se os não tem tudo se complica.» (M., doméstica, 40 anos).

«Os serviços de saúde é tudo muito mais complicado. Na Alemanha não ia ao posto médico. Lá ia ao médico. Era a nossa vez não havia ninguém que passasse à frente nem nada. Se era preciso fazer exames ou outra coisa faziam-se logo naquele ou no outro dia. Não havia listas de espera como aqui.» (M., gerente, 48 anos).

«Eu sempre quis regressar. Tinha saudades de cá. Mas uma coisa que me deixou muita pena em França foi a amizade da minha patroa, a educação das pessoas e a medicina. A gente quando tinha qualquer problema de saúde era muito bem atendida e muito bem tratada em todos os serviços onde íamos. Não é como aqui em que é tudo muito mais difícil. Neste e noutros aspectos, ainda estamos muito longe da França.» (M., 63 anos, reformada).

«A saúde aqui é um horror. Não pode haver coisa pior. A gente quer uma consulta e não a consegue. Anda aí doente e vai para o médico e está toda a manhã à espera por uma vaga. Vai pagar os medicamento e lá vai o dinheiro todo. Na Alemanha não era nada assim. Tínhamos a segurança social e não se pagava nada. Aqui não. Quanto eu estou arrependida de ter vindo...» (M., 54 anos, doméstica).

Através deste vasto conjunto de comentários, podemos verificar que o processo de (re)adaptação em situação de regresso faz emergir uma série de confrontações, logo que se trata de reequacionar as práticas e os valores anteriormente interiorizados e aqueles com que agora terão de confrontar-se. Isto é particularmente notório logo que se trata de fazer emergir a ética profissional, o civismo, o relacional e o normativo de um povo, em

relação a outro, em situações migratórias muito concretas e localizadas. No fundo, aqui, está sobretudo em questão o confronto entre processos civilizacionais (N. Elias, 1969, 1973) diferenciados, quando nos reportamos a esta ou àquela sociedade, a este ou àquele meio e condição social.

Não menos importante, por parte destes actores, é também a sua capacidade de abertura e de interiorização de novos modelos culturais e normas sociais, quando se trata de entrar em contacto com outras sociedades e contextos sociais mais desenvolvidos. Denota-se que muitas das atitudes e normas interiorizadas, durante o percurso de imigração, pelo menos em termos de referência, tendem ainda a prevalecer.

Ao mesmo tempo, observa-se, aqui, uma certa ambivalência que, tentando a forjar uma relação com um duplo universo de referências, acaba mais por fazer emergir as contradições existentes entre eles e menos os elementos de inter-relação. Todavia, os dados recolhidos permitem-nos dizer que as relações entre os que ficaram e os que partiram e voltaram são de boa convivência social, ainda que a maioria dos nossos entrevistados considere que nas sociedades de imigração, onde viveram algum tempo das suas vidas, as relações sociais são mais abertas e mais intensas. De algum modo, em geral, procuram preservar alguns atributos que se afiguram mais consentâneos com certos valores da sociedade onde teve lugar a imigração, apreendidos como sinal de maior desenvolvimento cultural e social. De qualquer modo, as famílias em estudo revelam uma grande tendência para saberem conviver com elementos culturais plurais.

Mas, podemos também questionar-nos acerca da influência destes actores em termos de mudança social e cultural, no meio onde vivem. Trata-se de actores passivos perante uma realidade que se lhes afigura ainda longe daquela que vivenciaram, durante a sua experiência de imigração ou, ao invés, de actores que, tendo consciência dessas condições, se revelam mais ou menos interventivos? Como observam os outros estas modificações e qual a sua receptividade, a este propósito? Refira-se, quanto ao primeiro ponto, que, quando questionados sobre a sua pertença a associações ou outros grupos similares, raros foram aqueles que, após o regresso, se filiaram em grupos desta natureza, contrariamente ao que, frequentemente, acontecia durante a imigração.

Conclusão

O principal objectivo deste estudo, voluntariamente exploratório, foi procurar apreender as singularidades dos processos de reintegração social de um reduzido número de famílias migrantes, num contexto social muito concreto, numa freguesia da periferia da cidade de Guimarães, advindas de três países europeus: Alemanha, França e Suíça. Porque as razões que pro-

cederam ao regresso destas famílias e de alguns dos seus elementos são diversificadas, verificámos que, no interior das suas trajectórias migratórias, *grosso modo*, sobressaem quatro formas diferenciadas de se posicionar perante o regresso e as várias implicações sociais e familiares que o envolvem. Para as definir, procurámos ter, sobretudo, em conta os factores de e/imigração, a duração da imigração, os projectos migratórios e as suas inflexões, as vivências em sociedades distintas, as estruturas e a conjuntura em que teve lugar o regresso, os principais actores das decisões que o influenciam e em grande parte determinam, as transformações operadas ao longo deste processo migratório, as antinomias vividas tanto durante a imigração como no pós-imigração e a dinâmica familiar que lhe está associada.

Constatamos, pois, através da análise dos modos de reintegração individual e familiar, haver características peculiares ao longo destes processos migratórios que passamos a indicar. Algumas são de carácter geral e outras dizem respeito a aspectos mais singulares. Começemos pelas primeiras.

Pese embora a diversidade dos espaços de imigração, há vários aspectos que são comuns aos nossos entrevistados. Estes prendem-se, essencialmente, com os objectivos da imigração-regresso, as dificuldades, mas também as vantagens e as novas possibilidades que se foram vivenciando ao longo do processo de inserção, nas sociedades de imigração e de reintegração aquando do regresso. Neste último caso, as dificuldades são particularmente evocadas, por vezes até por aqueles que sempre tinham acalentado o sonho do regresso, embora haja algumas excepções a este propósito, tendendo este a ser marcado pela ambivalência e a pluralidade das referências, logo que se trata de equacionar as vivências entre a trajectória imigratória e o percurso pós-imigração. Na maioria dos casos, a primeira revela-se mais satisfatória que o segundo.

Uma das características que ressalta, logo que se abordam as questões do regresso, no caso em estudo, é o facto do vivido anteriormente numa outra sociedade e o pós-imigração ser imbuído de referências plurais. Assim, qualquer tipo de auto-análise acerca do regresso é constantemente objecto de confronto, logo que se trate de fazer avaliações entre a sociedade de imigração, onde viveram algum tempo da sua vida e a sociedade portuguesa onde agora vivem. Isto é, particularmente notório, ao nível do económico, do desenvolvimento social, do cultural, do educacional, do cívico, do relacional, do normativo, das mentalidades e do institucional, mormente, no que se refere à burocracia e aos serviços de saúde que julgam serem mais eficientes nos países onde viveram anteriormente.

Simultaneamente, o conjunto das transformações que se verificaram, tanto sob o ponto de vista material como cultural e simbólico, e o reencontro com uma nova realidade portuguesa, que não lhes era totalmente familiar, apesar das férias anuais, nem por isso deixa de fazer emergir alguma dissonância, quanto aos quadros de vida sociais e mentais, vividos no país

de imigração e os que agora se lhes afiguram. As referências espaciais, sociais, culturais e simbólicas tendem, assim, a multiplicar-se. Em alguns casos poderá mesmo falar-se de aquisições culturais mais profundas e até de substituições que tendem a prevalecer para lá dos contextos imigratórios. Porém, noutras situações as coisas revelam-se mais ambivalentes. Deste modo, o antes, o depois e o agora são constantemente evocados para legitimar situações que causam alguma contradição ao nível das atitudes e da realidade prática.

Mas nem todos vivem estas dimensões da mesma maneira. Daí o podermos falar de processos de reintegração individual e familiar singulares como acima o indicámos.

Um primeiro grupo é composto por aqueles que vieram porque o projecto de regresso sempre orientou as suas condutas. Trata-se, normalmente, de um período de imigração com uma duração de 10 a 20 anos, mas no seu entender suficientemente extenso para realizarem os projectos migratórios que os levaram a partir, isto é, a construção da casa, a melhoria da sua condição económica em geral e a possibilidade de proporcionarem aos filhos um futuro que lhes augure uma vida melhor que a deles. Mesmo assim, nalguns casos, consideram que a decisão do regresso foi precipitada em função da idade dos filhos e do grau de escolarização, visando evitar que, com o prolongamento da estadia, estes viessem a pôr mais obstáculos ao regresso. Neste grupo, se alguns assumem plenamente a decisão tomada, outros há que a lamentam, uma vez que o regresso nem sempre permitiu a realização dos projectos que lhes estavam associados: o nível económico regrediu, os filhos nem sempre fizeram o percurso escolar que se esperava, os modos de vida, as mentalidades e a convivialidade são diferentes. Resta-lhes, contudo, a consolação de estar na sua terra, verem a família reunida e a possibilidade de viverem formas de vida menos pressionadas pela pressão do tempo de trabalho, particularmente no que se refere às mulheres que, na maioria, retomaram o antigo estatuto de esposa-mãe-dona de casa. Porém, algumas tornaram-se agora empresárias. É interessante verificar que, entre os nossos entrevistados, por enquanto, a mobilidade socio-profissional verifica-se mais ao nível intrageracional que intergeracional.

Um segundo grupo é composto por aqueles que regressaram devido à decisão de um dos familiares, neste caso, mais dos homens do que das mulheres ou dos dois conjuntamente, não se notando em nenhum caso a preocupação de ter em conta a opinião dos filhos, a este respeito. Há, todavia, um caso ou outro em que estes parecem aceitar de bom grado a decisão dos pais. Aqui aparece, frequentemente, a preocupação de privilegiar os interesses e a unidade da família como um todo, o que faz emergir um elevado grau de conformidade e de esforço de adaptação à nova situação, embora, por vezes, com laivos de arrependimento à mistura, perante as decisões tomadas, mesmo decorridos alguns anos. Mas, com o decorrer do

tempo, o processo de reintegração vai tomando o seu ritmo «normal». Mesmo assim, as referências ao anteriormente vivido e ao que poderia ter sido a vida sem o regresso abundam. Isto é particularmente notório da parte de alguns jovens, de algumas mulheres e até de alguns homens, pois há também casos em que foram as mulheres os grandes arautos do regresso.

Um outro grupo, muito menor, é formado por jovens que quiseram vir para Portugal, fruto de uma escolha absolutamente personalizada, tal o caso de uma jovem cuja família (pais e irmãos) continuam ainda em França. Acrescente-se, ainda, o caso de um homem que, em idade mais adulta, interioriza perfeitamente bem a decisão dos pais ao quererem regressar, quando afinal os irmãos os não quiseram acompanhar nesta trajectória. Estes jovens parecem assumir muito melhor todas as consequências que se prendem com estas decisões, ainda que se verifique alguma regressão, por exemplo, em matéria de prosseguimento de estudos superiores ou mesmo de qualidade de trabalho. Ambos, contrariamente às profissões exercidas em França e na Suíça, são agora operários, sendo assim confrontados com menor poder de compra e prestígio social decorrente da profissão. Mas, nem por isso, lamentam ter vindo ou se põem a questão de voltar para os países onde anteriormente nasceram ou cresceram e viveram. Em Portugal, valorizam sobretudo a qualidade de vida, a oportunidade de a gozar, em contraponto com a que viviam anteriormente.

Enfim, refira-se o grupo daqueles que vieram depois de um longo período de imigração, após a reforma procurando agora no torrão natal, no outono da vida, usufruir da recompensa dos esforços empreendidos ao longo de uma vida de trabalho e desgaste intenso. Na generalidade, sentem-se satisfeitos por poderem ter realizado um sonho que ao longo da trajectória imigratória sempre acalentaram, ainda que de vez em quando emergissem as hesitações mais relacionadas com a fragmentação da família, uma vez que os filhos não os acompanharam nesta decisão. Em qualquer dos casos analisados, os filhos continuam a viver nos países de imigração onde organizaram a sua vida com a sua família de procriação e não se põem a questão de vir para Portugal. Resta-lhes a satisfação de que estão bem e que, de vez em quando, as visitas de férias ou outras intercalares, de algum modo, vão apaziguando as saudades uns dos outros.

Com este conjunto de perspectivas, algo peculiares, poder-se-á dizer que os membros das famílias, aqui analisadas, são sujeitos que adquirem traços singulares, relacionados com a trajectória migratória em contexto internacional que obriga a várias mobilidades, rupturas, reencontros e transformações espaciais, sociais e culturais, tanto na sociedade onde viveram anteriormente, como na sociedade portuguesa aquando do regresso. Constata-se, assim, que estas famílias estão imbuídas de uma rede de traços culturais e sociais diferenciados que ao longo da sua trajectória de vida, os foram influenciando.

Estas famílias são, deste modo, confrontadas com vários processos de (re)adaptação e de reintegração. Por exemplo, a gestão do inter-cultural e da reinstalação é assumida por elas próprias sem nenhuma intervenção externa. Esta gestão resulta de um processo de longo alcance, na medida em que, durante muito tempo, foram suscitadas a viver em contacto com várias culturas: a de origem, a da sociedade de imigração, a cultura internacional, veiculada pelos *mass media* e o contacto com povos de outras culturas, a que está ligada à sua condição e pertença social e mesmo a que se vive agora em Portugal, após um longo percurso de transformações que, frequentemente, lhe eram alheias.

Do que essencialmente se trata aqui é de saber qual o efectivo alcance das várias transformações de que são sujeitos-actores, tanto para eles próprios como para aqueles com quem convivem no contexto social local. No entanto, por vezes, verifica-se alguma dificuldade em assumir, de modo satisfatório, o presente, sem que o mesmo seja enleado por um conjunto de referências a um passado que, sob alguns aspectos, se revelaria conter elementos capazes de augurarem um futuro mais promissor.

Por outro lado, tudo indica estarmos afastados de determinadas concepções acerca do regresso dos emigrantes portugueses, nos finais dos anos setenta ou princípios dos anos oitenta, por exemplo, analisados por M. Poinard (1979), mais direccionados para o reingresso e reinvestimento nas actividades agrícolas e subsequentes modos de vida. No caso que estudamos, ainda que as pessoas residam em meio rural, na periferia duma cidade, parecem pautar-se mais por valores e aspirações que vão no sentido de uma maior influência de cariz urbano e de várias formas de modernidade que lhe estão associadas.

Bibliografia

- ABOU, S. (1981), *L'identité culturelle. Relations interethniques et problèmes d'acculturation*, Paris: Éd. Anthropos.
- ALVES, J. (1994), *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto: Câmara Municipal.
- AUBER, F., TRIPIER, M.; VOURC'H, F. (1997), *Jeunes issus de l'immigration. De l'école à l'emploi*, Paris: CIEMI-L'Harmattan.
- BAGANHA, M.; MARQUES, J., FONSECA, G. (2000), *Is an Ethclass Emergin in Europe? The Portuguese Case*, Lisboa: Luso-American Foundation.
- BALANDIER, G., (1985), *Le detour. Pour en finir avec le XX^e siècle*, Paris: Fayard.
- BECKER, D.; HANDMAN, M.-E.; ITURRA, R. (1994), *Échec scolaire ou école en échec? Têtes dures, têtes vides. L'échec scolaire des Portugais dans leur pays et en France*, Paris: L'Harmattan (Coll. «Savoir et formation»).

- BONI, T. (2001), «Mutation sociale et recompositions identitaires», in MERCURE, D. (sous la direction de), *Une société monde? Les dynamiques sociales et la mondialisation*, Québec: Université Laval, pp. 149-164.
- BOULOT, S.; BOYZON-FRADET, D. (1988), *Les immigrés et l'école: une course d'obstacles*, Paris: L'Harmattan.
- BRETTELL, C. (1991), *Homens que partem, mulheres que esperam*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CASSOLA RIBEIRO, F. (1986), *Emigração portuguesa. Algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984*, Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.
- COHEN-EMERIQUE, M. (1989), «Travailleurs sociaux et migrants. La reconnaissance identitaire dans le processus d'aide», in CAMILLERI, C.; EMERIQUE-CHOEN, M. (sous la direction de), *Chocs de culture: Concepts et enjeux pratiques de l'interculturel*, Paris: L'Harmattan (Coll. «Espaces interculturelles»).
- COSTA, J. (1997), *Percurso(s) com regresso(s). Estratégias, trajetórias sociais num percurso local da emigração para a Venezuela*, Dissertação de Mestrado: Universidade Aberta/Delegação Norte.
- CUNHA, M. (1988), *Portugais de France*, Paris: CIEMI-L'Harmattan.
- CUNHA, C. (1997), *Emigração familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães: 1890-1914 (uma perspectiva microanalítica)*, Dissertação de Mestrado em História das Populações: ICS da Universidade do Minho.
- DA SILVA, J. (1996), *Emigração, regresso e desenvolvimento no distrito de Bragança*, Porto: Faculdade de Economia.
- DURKHEIM, E. (1975), *Textes. 3. Fonctions sociales et institutions*, Paris: Éd. de Minuit.
- ELIADE, M. (1969), *Le mythe de l'éternel retour*, Paris: Éd. Gallimard.
- ELIAS, N. (1969, 1973), *La civilisation des mœurs*, Paris: Calmann-Levy (Coll. «Pluriel»).
- GUITTON, G. (2000), «Les aspects juridiques du retour», in DE VARINE, B. (sous la direction de), *Lieux de vie et circulations des Portugais de France*, Paris: Interaction France-Portugal, pp. 69-71.
- HALBWACHS, M. (1925), *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris: Alcan.
- HALBWACHS, M. (1994), *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris: Albin Michel (Postface de Gérard Namer).
- HERNES, H. (1987), *Welfare State and woman power. Essays in State feminism*, Oslo: Norwegian University Press.
- JORGE, M. (2000), «Le retour – nostalgie e saudade», in DE VARINE, B. (sous la direction de), *Lieux de vie et circulations des Portugais de France*, Paris: Interaction France-Portugal, pp. 84-91.
- LEANDRO M. E., (1993), «Au-delà des frontières. Famille et immigration. Contradictions et enjeux», *Accueillir*, n.º 199, pp. 24-32.
- (1995), *Les Portugais face à l'insertion sociale*, Paris: CIEMI-L'Harmattan (Coll. «Migrations et changements»).
- (1995), *Familles portugaises. Projets et destins*, Paris: CIEMI-L'Harmattan (Coll. «Migrations et changements»).

- (1998), «Lógicas interactivas, projectos e estratégias familiares migratórias. Ritmos escolares e profissionais e denominação dos jovens de origem portuguesa em França», in ARROTEIA, J.; DOUDIN, P.-A. (orgs.), *Trajectórias sociais e culturais de jovens portugueses no espaço europeu: questões multiculturais e de integração*, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 123-156.
 - (1999a), «Les jeunes portugais et les enjeux de la domination», *Migrations Société*, vol. 11, n.º 61, pp. 105-166.
 - (1999b), Recensão do livro: KARIN, Wall (1998), *Famílias no campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa: Publicações Dom Quixote (Col. «Portugal de Perto»), pp. 793-802, *Análise Social*, vol. XXXIV (151-152), pp. 793-802.
 - (2000), «La reinstallation de familles migrantes portugaises dans le Minho», in DE VARINE, B. (sous la direction de), *Lieux de vie et circulations des Portugais de France*, Paris: Interaction France-Portugal, pp. 36-66.
 - (2001), *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa: Universidade Aberta.
 - (no prelo), «A emigração portuguesa no dealbar do milénio. Um novo contexto interno e externo», *Movilidad interna y migraciones intraeuropeas en la Península Ibérica*, Santiago de Compostela.
 - (no prelo), «Recomposição das identidades e cidadania activa. Novos olhares sobre a situação dos portugueses na região de Nurnberg», *Hymanistica e Teologia*.
- LEANDRO, M. E.; FERREIRA, L. M. (1997), «Flexibilidade e rigidez das organizações. A relação entre a família, o trabalho e as organizações de solidariedade social», *Cadernos do Noroeste*, vol. 10 (2), pp. 429-457.
- LEITE, C. (1998), *Eva depois do paraíso. Modos de habitar e identidade no percurso migratório*, Tese de doutoramento: Universidade do Minho.
- MALEWSKA-PEYRE *et al.*, (1982), *Crise d'identité et déviance chez les jeunes immigrés*, Paris: La Documentation Française.
- MONTEIRO, P. (1994), *Emigração. O eterno mito do retorno*, Oeiras: Celta.
- MORAIS, T. (1998), *Emigração e (in)sucesso escolar. O processo de integração escolar dos jovens ligados directamente à emigração*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Porto: Universidade Aberta/Delegação Norte.
- MAUSS, M. (1978), *Sociologia e Antropologia*, Paris: PUF (Coll. «Sociologie d'aujourd'hui»).
- PESSOA, F. (1987), *Poesias*, Lisboa: Ed. Ática.
- POINARD, M. (1979), *Le retour des travailleurs portugais*, Paris: La Documentation Française.
- PORTELA, J.; NOBRE, S. (2002), «Entre Pinela e Paris: emigração e regressos», *Análise Social*, vol. XXXVI (161), pp. 1105-1146.
- PORTERA, A. (2000), «Identité et crise d'identité des jeunes d'origine italienne en Allemagne», *Migrations Société*, vol. XII, n.º 68, pp. 7-22.
- ROCHA TRINDADE, M. B. (1988), *População escolar directa e indirectamente ligada à emigração*, Lisboa: Instituto de Apoio às Comunidades Portuguesas.
- ROCHA TRINDADE, M. B.; JACINTO, R.; CORDEIRO, A.; SANTOS A. (1988), *O fenómeno migratório na Região Centro. Regresso e reinserção na Diocese de Coimbra*, Coimbra: Cáritas Diocesana.

- SAYAD, A. (1977), «Les trois âges de l'émigration algérienne en France», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.° 15, p. 59-79.
- (1999), *La double absence. Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*, Paris: Seuil. Préface de P. Bourdieu.
- SARTRE, J.-P. (1986), *Questions de méthode*, Paris: Gallimard (Coll. «TEL»).
- TABOADA LEONETTI; LEVY, F. (1978), *Femmes et immigrés. L'insertion des femmes immigrées en France*, Paris: la Documentation Française (Coll. «Migrations et Société»).
- TAVARES, M. (2000), «Figures d'un retour annoncé», in DE VARINE, B. (sous la direction de), *Lieux de vie et circulations des Portugais de France*, Paris: Interaction France-Portugal, pp. 74-77.
- THOMAS, L.-V. (1991), *La mort en question. Traces de mort, mort des traces*, Paris: L'Harmattan.
- VERMEULEN, H. (2001), *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*, Lisboa: Socinova.
- VILA, P. (1991), *Muller e emigración*, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- VILANOVA, R.; LEITE, C.; RAPOSO, I. (1995), *Casas de sonho*, Lisboa: Ed. Salamandra.
- WALL, K. (1982), *A outra face da emigração: Estudo sobre a situação das mulheres que ficam no país de origem*, Cadernos da Condição Feminina, n.° 14.
- ZOUROULOU, Z. (1988), «La réussite scolaire des enfants d'immigrés», *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIX, pp. 447-470.

MIGRAÇÕES, NUPCIALIDADE E TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA – NOTAS A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NO BONFIM

RUI LEANDRO MAIA *

RESUMO

A partir da recolha e do tratamento de informações provenientes dos livros de registo de casamentos da paróquia portuense do Bonfim, entre 1940 e 1969, faz-se uma caracterização dos comportamentos dos migrantes aí residentes em relação às idades médias ao primeiro casamento, por comparação com os naturais da cidade.

Embora se reporte a uma análise de âmbito espacial reduzido, o artigo procura chamar a atenção para a importância de se considerar a acção conjunta das migrações e dos casamentos no processo de diminuição da reprodução, num tempo profundamente marcado pela mobilidade geográfica, interna e internacional, e, em consequência, induz a uma leitura de maior pormenor sobre as causas da nossa Transição Demográfica da fecundidade.

Introdução

O desenvolvimento da industrialização na cidade do Porto teve como consequência, entre outras, um crescimento demográfico acentuado de espaços periféricos em relação ao núcleo urbano. A instalação de fábricas com diferentes dimensões e a construção desenfreada de habitações de baixa qualidade explicam o aumento das densidades populacionais efectuado à custa da afluência de gente vinda dos concelhos próximos e distantes, mas que na sua grande maioria estão adscritos ao Norte do país. O Bonfim, onde se recolheram as informações que servem de suporte a este

* Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa.

artigo, constitui justamente o espaço periférico que maior importância industrial e demográfica manteve entre os finais do século XIX e meados do século XX. Um espaço onde se pode observar os efeitos que as evoluções conjunturais de economia e de mercado em geral têm sobre os fluxos migratórios: 1) migrações «de fora para dentro», rumo ao núcleo urbano, correspondentes a um tempo em que a cidade no seu todo ainda estava a aumentar o número de habitantes e as zonas de maior industrialização eram as que mais beneficiavam desse crescimento; 2) migrações do núcleo urbano para as periferias da cidade, de que o Bonfim se ressentia (cf. Gros 1982); 3) migrações resultantes do êxodo de milhares de rurais dos concelhos em redor da cidade ou mais distantes, num processo que é sobretudo marcado pelas saídas para o estrangeiro, com ênfase para o período que vai da década de quarenta ao final da década de sessenta do século XX; e 4) migrações do núcleo urbano e dos subúrbios, como o Bonfim, para fora da cidade, para os concelhos limítrofes e próximos, num processo que mais não corresponde do que ao alargamento da cidade do Porto para além das suas fronteiras administrativas. O Bonfim constitui um exemplo de como as migrações se estabelecem a ritmos diferentes, um espaço na confluência de dinâmicas diversas que exercem influência em relação às direcções que os migrantes tomam.

As migrações de espaços interiorizados e periféricos para a cidade parecem assumir uma grande importância na diminuição dos níveis de reprodução, sobretudo num tempo em que, justamente, não era ainda visível a generalização de métodos contraceptivos e que, por isso, era ainda estreita a relação entre a diminuição do número de filhos por casal e o alongamento das idades médias ao primeiro casamento em ambos os sexos, mas muito particularmente no caso das mulheres¹. Não é assim de estranhar que a consolidação da tendência para a redução dos níveis de reprodução, a nossa Transição Demográfica da fecundidade, se associe ao aumento de fluxos migratórios, internos e internacionais, designada e particularmente no período de tempo que aqui se considera, entre 1940 e 1969 (cf. Ferrão 1996: 15-30).

É sabido que existem marcadas diferenças entre espaços relativamente a comportamentos demográficos e sociais (cf. Bairoch 1986: 264-265; Michel 1983: 162-163). Importa, porém, tentar conhecer o papel dos migrantes enquanto agentes dinamizadores dessas diferenças e, por outro lado, enquanto «grupo de comportamentos» que se distingue dos demais.

¹ O presente artigo debruça-se essencialmente sobre a questão das idades médias ao primeiro casamento, em análise comparativa entre os migrantes e os naturais residentes na cidade. O material que lhe serve de suporte faz parte, porém, de um estudo mais aprofundado realizado no âmbito da tese de doutoramento do autor, a qual desenvolve a questão do impacto das migrações – dos espaços mais ou menos interiorizados para o Bonfim – na reprodução (cf. Maia 2001: 215-274).

Parece não haver dúvidas do paralelismo entre desenvolvimento urbano-industrial e baixos índices de reprodução relativamente a espaços com outras características ou, se se quiser, o contrário: nos espaços urbanos, historicamente espaços industriais, o número médio de filhos por mulher, nomeadamente contabilizado pelas taxas de fecundidade, é menor do que, por exemplo, nos espaços rurais. Quanto a isso parece não haver dúvidas tanto para a demografia, como para a sociologia ou para outras áreas de conhecimento com afinidades a estas problemáticas². Mas quem são os agentes dessa diferença? e quais são os veículos que a operacionalizam?

Não é fácil demonstrar de forma linear o papel das migrações nestes processos de diferenciação. Os migrantes «modelam» os seus comportamentos no espaço receptor, mas não só: as sociedades de proveniência têm também uma quota parte importante nesses processos. Trata-se, de certa forma, de perceber a existência ou não de uma matriz cultural e comportamental e, ao mesmo tempo, de perceber o tipo e a intensidade dos relacionamentos – nomeadamente familiares – existentes entre migrantes e conterrâneos que permaneceram nos espaços de proveniência. Ao tocar a questão da generalização da contraceção, Michel (1983: 177-178) sugere que a sua adopção pelas classes mais baixas provenientes dos meios rurais permitiu uma homogeneização de comportamentos nos meios urbanos, não no sentido de se tornarem por si sós equivalentes às classes médias e altas, mas antes por permitirem a estas, que no passado tinham menos filhos, poderem agora aumentar a reprodução³. Se bem que a argumentação apresentada seja discutível, a questão torna-se pertinente na medida em que os migrantes passam a ser considerados como dinamizadores dos padrões regionais de comportamentos. Mas não parece de todo sustentável a ideia de que essas transformações derivem apenas da inserção dos migrantes no espaço urbano. Exemplificando: não parece sustentável que os migrantes que vêm para a cidade contribuam para a tal homogeneização adoptando práticas contraceptivas num tempo curto, sobretudo se tivermos em conta o baixo grau educacional que os caracteriza e a cultura que, de forma dominante, os inibe a tais procedimentos; não parece também sustentável a tese de que os migrantes na cidade tenham menos filhos porque as necessidades

² Como explica Roncayolo: «O exemplo da Europa e das sociedades que se formaram a partir dela levou a identificar urbanização e novo equilíbrio demográfico através das flutuações da *revolução demográfica*. O prolongamento da esperança de vida, a redução voluntária da fecundidade parecem estar logicamente ligadas à deslocação das massas populacionais para a cidade e à sua integração na civilização urbana. A análise demográfica demonstra claramente que a cidade e a indústria produzem consequências afins.» (1986: 410).

³ É dentro deste raciocínio que afirma que «a generalização dos novos métodos de planificação dos nascimentos favorece não a diminuição da natalidade mas a homogeneidade do número médio de filhos por casal.» (Michel 1983: 178).

de mão-de-obra infantil são residuais se comparadas com as que os espaços rurais requerem (Michel 1983: 182-183). Muito pelo contrário: há realmente diferenças nas tarefas que se exercem mas mantêm-se situações de trabalho de menores, com particular evidência nas raparigas que para a cidade vêm servir. Parece mais aceitável a tese dos constrangimentos sociais e económicos como agentes de homogeneização de comportamentos, consubstanciada nomeadamente: nas diferentes condições de trabalho que a cidade impõe; nas situações de isolamento parcial de muitos que nela se instalam; nas dificuldades inerentes à constituição de uma nova família, ainda que apenas se tenha em conta o casamento e não a reprodução; nas dependências que os espaços de origem colocam, pela colaboração dos migrantes relativamente aos que neles permanecem; pelo facto das mulheres terem uma ocupação mais definida em termos de tempos e de vínculos, situação que, além de constranger o casamento, conduz a um repensar sobre a reprodução dos casais; pelos mais baixos níveis médios de rendimentos, que, pelo menos inicialmente, podem imperar; na ausência de alguns apoios materiais, como a existência de uma habitação para residir à altura do casamento ou, pelo menos, de um espaço de uma habitação a partilhar com os pais de um dos cônjuges, ainda que apenas durante um período reduzido de tempo. Estas poderão ser, e são certamente, algumas das razões que explicam a acção dos migrantes enquanto agentes dinamizadores no espaço de acolhimento, naquilo que atrás se designou por homogeneização. Na verdade, atendendo aqui apenas à questão da reprodução, a homogeneização pelas baixas taxas de fecundidade – se bem que se possa aceitar a adopção parcial de práticas contraceptivas – fica desde logo e em muito a dever-se aos casamentos mais tardios que esses migrantes efectuem na cidade, particularmente as mulheres, em comparação com os não migrantes e aos quais certamente não são alheios os motivos apontados.

Entre migrantes e não migrantes há aproximações que resultam do nível sócio-económico dos grupos sociais que coabitam e partilham espaços. Mas mesmo nestes casos há também distâncias de acordo com factores relacionados com a integração dos primeiros e, por outro lado, pelo relacionamento que a presença de ligações aos espaços de origem impõe; distâncias que se podem verificar em qualquer faixa da estrutura social e por sexos, com particular evidência para as mulheres, de que o referido exemplo do casamento parece paradigmático, como mais adiante se desenvolverá.

I. Procedimento documental e analítico: os registos paroquiais de casamento

O estudo das migrações internas encontra algumas dificuldades pela inexistência de fontes oficiais que as contabilizem directamente. Efectivamente, tanto os censos como os anuários estatísticos do Instituto Nacional

de Estatística não registam todos os que em cada decénio ou ano, respectivamente, mudam de residência dentro do espaço nacional, em qualquer das escalas geográficas: região, distrito, concelho ou freguesia. Tal estudo, a partir destas fontes oficiais, pode ser elaborado por aproximação grosseira medindo o diferencial de indivíduos para cada um dos espaços de um período para outro. Eis a fórmula mais conhecida e praticada. Entre nós servem de referência a este propósito os trabalhos de Girão (1948) e de Evangelista (1971). Além desta, podem ainda medir-se tais cambiantes de gente entre espaços estabelecendo-se a relação com outras variáveis susceptíveis de caracterizarem os movimentos da população (imigração e emigração) através da chamada equação de concordância demográfica (cf. Nazareth, 1988: 302-304). Na medição do fenómeno para o espaço em estudo não se fez uso de quaisquer dos processos enunciados, simplesmente porque nenhum permitia comparar comportamentos a partir da dicotomia estabelecida: migrantes e naturais da cidade. A comparação de comportamentos e a busca de explicações sustentadas para dois grupos a partir de um conjunto alargado de categorias de análise só pode ser entendida a uma escala regional ou local. Estudar de um modo profundo a problemática dos percursos dos migrantes entre os espaços fundamentais em que se desenrolam as suas vidas, comparando-as com as daqueles com quem partilham e formam uma mesma sociedade, exige não apenas um exercício de cruzamento de técnicas de observação e de análise como, necessariamente, a conjugação de saberes diversificados. Ora isso só se concretiza com a recolha de informação junto dos actores sociais directa ou indirectamente relacionados com a problemática em estudo. Mas mesmo que se pretendesse uma abordagem simples e meramente por quantificação das migrações para a cidade do Porto ou para qualquer outro espaço do país, só a partir do censo de 1981 é que se passaram a registar os não naturais a diferentes escalas de observação⁴. As dificuldades de medirmos o peso e o impacto das migrações a partir de fontes convencionais aumentam à medida que recuámos no tempo, tornando praticamente impossível uma avaliação realista em períodos cruciais de alteração das estruturas das populações regionais e locais, as que, justamente, mais influência sofrem do trânsito e mudança de residência das pessoas. Como ponto de partida à percepção do fenómeno, optámos por fazer uma primeira observação a partir dos registos de casamento. Fonte nominativa, seguramente com limitações, serve os objectivos a que nos propusemos: mais do que retratar o espaço em si, um dado local da cidade, interessou-nos as pessoas no tempo, um tempo marcadamente

⁴ Como explica Cónim: «No âmbito das estatísticas demográficas correntes, são sem dúvida as estatísticas das migrações internas que representam no quadro do aparelho estatístico nacional as maiores lacunas.» (1985: 13).

caracterizado pela saída de gentes das zonas do interior, tanto para fora do país como para o litoral, para as grandes cidades; um tempo marcado pelo desenvolvimento económico, de um Portugal que tenta sair do atraso relativo em que se encontrava, sobretudo pelo desenvolvimento industrial, tentativa em que o Porto sobressai; de um tempo ainda em que o Estado implementa e pratica uma política de construção de casas económicas, virada em grande parte para esta cidade e em muito no espaço do Bonfim. Ora, o que representa a exploração dos registos de casamento no estudo dos percursos daqueles que migraram? A resposta a esta questão implica que se faça uma descrição desta fonte por contexto acerca das formas como é ou tem sido utilizada para a investigação nas ciências sociais.

Objectivando um melhor conhecimento das dinâmicas demográficas nas comunidades do passado, os anos sessenta do século XX viram desenvolver a demografia histórica, nomeadamente a partir do impulso dado por Michel Fleury e por Louis Henry. A designada Metodologia de Reconstituição de Famílias⁵ tem servido para, aqui e ali, se fazerem levantamentos e respectivas aferições quantitativas das populações das paróquias, em análise diacrónica, entre os finais do século XVI e o nosso tempo. Faltam, porém, sínteses explicativas, modelos que dêem conta das especificidades espaciais, «regionais», dos comportamentos demográficos⁶. Certamente que todo o trabalho realizado é de extrema importância. Permite mostrar, para momentos diferenciados, a evolução das variáveis micro-demográficas e perceber a forma como as mesmas interagem entre si e, até, como influem no estado das micro-populações em diferentes períodos. Para além do tratamento massificado da informação descrita, no sentido em que o mesmo se prolonga quase sempre por mais de um século e, mais do que isso, por implicar o cruzamento de todos os actos vitais (fazendo-se análise por via indirecta das migrações⁷), há também alguns

⁵ A Metodologia de Reconstituição de famílias, da autoria do arquivista Michel Fleury e do demógrafo Louis Henry, tornou-se conhecida ainda nos anos cinquenta e generalizou-se nas décadas seguintes. Para o seu conhecimento com detalhe pode ler-se Fleury e Henry (1976).

⁶ Em Portugal, com uma metodologia própria, a Metodologia de Reconstituição de Paróquias, Amorim (1991) tem-se dedicado, de há cerca de três décadas, aos estudos de demografia histórica, com uma ambição cognitiva que vai muito além da simples análise demográfica. Visa compreender toda a realidade sócio-económica e cultural das comunidades estudadas e a estudar; dá a designação reconstrução de paróquias e não somente reconstituição de famílias como na metodologia clássica. Deve referir-se, no entanto, que até ao momento as bases de dados criadas pela mesma investigadora e por todos os que seguem a sua linha de investigação – de que não nos excluimos – ainda não foram suficientemente aproveitadas para estudos mais profundos, de cruzamento com outras fontes. Sobre a Metodologia de Reconstituição de Paróquias v. ainda Amorim (1995).

⁷ V., a respeito, como calculamos, por aproximação, o peso da mobilidade geográfica num estudo clássico de demografia histórica (Maia 1996: 85-88).

estudos em que estas fontes são parcialmente utilizadas, isto é, a partir de uma delas constitui-se uma base credível de análise que permite testar um conjunto de hipóteses de trabalho. No entanto, os resultados que da mesma se colhem são apenas quantificações, sem que muitas vezes seja possível avançar com explicações de grande profundidade.

A observação dos migrantes a partir dos registos de casamento tem por base os espaços de origem e de residência. Para cada uma das pessoas que na base de dados constituída tenha estes elementos foi possível encontrar um conjunto de combinações sobre os tipos de casamento realizados, isto é, saber-se quem casa com quem. Há quatro combinações que, associadas ao casal, permitem, por sua vez, dezasseis combinações ou tipos de casamento. A informação codificada que o quadro seguinte descreve foi tratada tomando os elementos em separado e associando-os por casais. Divididos os casamentos segundo a associação por origem geográfica e por residência dos cônjuges, obtivemos 15 diferentes tipos⁸:

QUADRO I - 1

Tipos de casamento segundo as origens geográficas e a residência dos cônjuges⁹

Tipo 1: homem e mulher naturais do Porto e residentes no Porto.
Tipo 2: homem e mulher naturais de fora e residente no Porto.
Tipo 3: homem natural de fora e mulher natural do Porto, mas ambos residentes no Porto.
Tipo 4: homem natural do Porto e mulher natural de fora, mas ambos residentes no Porto.
Tipo 5: homem natural do Porto e residente no Porto e mulher natural de fora e residente no Porto.
Tipo 6: homem natural de fora e residente no Porto e mulher natural do Porto e residente no Porto.
Tipo 7: homem natural de fora e residente fora e mulher natural do Porto e residente no Porto.
Tipo 8: homem natural de fora e residente fora e mulher natural de fora e residente no Porto.
Tipo 9: homem natural de fora e residente fora e mulher natural do Porto e residente no Porto.
Tipo 10: homem natural do Porto e residente fora e mulher natural de fora e residente no Porto.
Tipo 11: homem natural do Porto e residente fora e mulher natural de fora e residente no Porto.
Tipo 12: homem natural de fora e residente no Porto e mulher natural do Porto e residente no Porto.
Tipo 13: homem natural do Porto e residente no Porto e mulher natural de fora e residente no Porto.
Tipo 14: homem natural do Porto e residente fora e mulher natural de fora e residente no Porto.
Tipo 15: homem e mulher naturais de fora e residentes fora.

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

⁸ Os tipos de casamento encontrados esgotam as variáveis que a documentação comporta. Contudo, outro tipo de combinação seria possível: homem natural do Porto e residente fora e mulher natural do Porto e residente fora.

⁹ As fichas Tipo 1 (homem e mulher naturais do Porto), 2 (homem e mulher migrantes), 3 (mulher natural do Porto e homem migrante) e 4 (homem natural do Porto e mulher migrante)

Da base de dados recolhida por amostragem sistemática ¹⁰ constam 3198 casamentos e, conseqüentemente, 6396 cônjuges. Para os respectivos progenitores, com informações sobre origens geográfica e residência, constam 11184 casos. Trata-se de um conjunto de 17580 indivíduos, dos quais 10662 (60,7 %) com registo dos locais de origem e de residência.

QUADRO I - 2

Número de indivíduos constantes de 3198 casamentos

N.º de cônjuges	6396
N.º de pais de esposos	2718
N.º de mães de cônjuges homens	2897
N.º de pais de cônjuges mulheres	2676
N.º de mães de cônjuges mulheres	2893
Total de indivíduos	17580

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

Em relação ao total de casamentos, 59,9 % dos indivíduos são naturais da cidade e aí residentes (num total de 3272 casos, 1579 homens e 1693 mulheres) e 41,1 % são migrantes e residentes na cidade (num total de 2280 casos, 1090 homens e 1190 mulheres).

Considerando cônjuges e progenitores, 53,9 % (5750 casos) são naturais da cidade e aí residentes e 46,1 % (4912 casos) são migrantes e residentes na cidade.

são aquelas em que todos os cônjuges, independentemente da sua origem, *residem na cidade* já antes do casamento. Para além destas, nas análises individualizadas e diferenciadas por sexos, podemos ainda considerar todos os residentes na cidade: para os Homens as fichas Tipo 5 (natural do Porto), 6, 12 e 13 (natural do Porto); para as mulheres as fichas Tipo 7 (natural do Porto), 8, 10 (natural do Porto) e 14.

As fichas Tipo 6 e Tipo 8 permitem observar se a tendência dos que casaram foi a de procurarem um par (mulher ou homem, respectivamente) na terra de origem.

¹⁰ Em cada livro de registos de casamento, correspondente a um ano civil, foi levantado um acto por cada três, o correspondente a 1/3 do total de casamentos efectuados na paróquia no período considerado (9594 casamentos). Este tipo de amostragem consiste em retirar directamente da fonte com que o investigador trabalha os elementos representativos do universo segundo uma dada ordem que se mantém em cada recolha. A menos que a fonte apresente oscilações periódicas – o que não é o caso dos livros de registo de casamentos –, a amostragem sistemática constitui um processo completamente satisfatório de representação de uma população. Sobre o assunto, v. Karmel e Polasek (1976: 196).

QUADRO I - 3

Número de indivíduos naturais da cidade ou de fora e nela residentes

Indivíduos naturais da cidade		Indivíduos naturais de fora da cidade	
juges homens	1579	N.º de cônjuges homens	1090
N.º de cônjuges mulheres	1693	N.º de cônjuges mulheres	1190
N.º de pais dos cônjuges homens	471	N.º de pais dos cônjuges homens	501
N.º de mães dos cônjuges homens	682	N.º de mães dos cônjuges homens	723
N.º de pais dos cônjuges mulheres	574	N.º de pais dos cônjuges mulheres	620
N.º de mães dos cônjuges mulheres	701	N.º de mães dos cônjuges mulheres	788
Total de indivíduos naturais da cidade	5700	Total de indivíduos naturais de fora	4922

FONTE: Registos de casamento, Bonfim

As omissões, quer aos locais de origem quer aos locais de residência, para todas as situações possíveis, resultam de três motivos distintos. Em primeiro lugar, dos óbitos dos pais dos cônjuges, em número de 3300. Podemos aqui destacar o maior número de óbitos do sexo masculino relativamente ao feminino (2002, ou seja, 60,1 %), valores normais na comparação dos comportamentos da mortalidade por sexos para as faixas etárias em que os progenitores dos cônjuges se encontram e, igualmente, para o período em observação.

QUADRO I - 4

Número de óbitos dos progenitores dos cônjuges

N.º de óbitos dos pais dos cônjuges homens	1062
N.º de óbitos das mães dos cônjuges homens	678
N.º de óbitos dos pais dos cônjuges mulheres	940
N.º de óbitos das mães dos cônjuges mulheres	650
Total de óbitos dos pais dos cônjuges	3330

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

Resultam também das lacunas da própria fonte (entre 1 de Janeiro de 1940 e 31 de Julho de 1940 e entre 5 de Novembro de 1967 e 31 de Dezembro de 1969, no que se refere aos pais dos cônjuges, não constam as suas origens geográficas nem os seus locais de residência, num total de 275 registos). A considerar ainda o número de cônjuges que nasceram sob o registo de «ilegítimos» e que ao casamento mantêm a mesma condição, ou seja, para cada um deles não consta oficialmente o pai ou, em menor número, a mãe ou ainda ambos os progenitores.

QUADRO I - 5

Número de cônjuges que casaram na condição de ilegítimos

N.º de cônjuges homens ilegítimos	211
N.º de cônjuges mulheres ilegítimos	258
Total de cônjuges ilegítimos	469

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

De referir que em relação aos homens que casam na condição de «ilegítimos», 4 dos pais eram originários de fora da cidade (2,1 %), 3 da cidade (1,5 %), 144 das mães eram originárias de fora da cidade (74,2 %) e 43 da cidade (22,2 %), num total de 194, existindo 17 casos em que não há registo do pai nem da mãe; para as mulheres que casam na condição de ilegítimas, 9 dos pais eram originários de fora da cidade (3,8 %), 5 da cidade (2,1 %), 163 das mães eram originárias de fora da cidade (69,9 %) e 59 da cidade (25,0 %), num total de 263, existindo ainda 22 casos em que não há registo do pai nem da mãe.

Em função das combinações possíveis de casamentos, de acordo com a origem geográfica e a residência dos indivíduos, o quadro seguinte expõe o número de famílias completas – aquelas em que há todos os registos para os cônjuges e para os progenitores.

QUADRO I - 6

Tipos de casamento: 1940-1969

Tipos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Total
(a) n =	1041	560	476	480	47	47	142	136	17	35	9	7	8	15	178	198
(b) %	32,6	17,5	14,9	15,1	0,5	1,5	4,4	4,3	0,5	1,1	0,3	0,2	0,3	0,5	10,6	51,0
(c) completa	81	109	118	101	16	10	47	40	8	13	1	3	1	4	54	806
(d) = (c*100/a)	7,7	19,5	24,8	21,0	34,0	21,3	33,1	29,4	47,1	37,1	11,1	42,9	12,5	26,7	30,6	40,9

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

De destacar que os casamentos tipo 1, 2, 3 e 4, aqueles em que ambos os cônjuges são, independentemente das respectivas origens geográficas, residentes na cidade, os que apenas interessam para este artigo, representam 80,0 % dos casamentos. Para os progenitores as mesmas famílias representam 63,6 % do total de casos.

QUADRO I - 7

**Tipos de casamento para os pais dos nubentes,
segundo a data ao casamento dos nubentes: 1940-1969** ¹¹

Tipos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Total
n =	640	643	303	244	2	17	11	38	24	26	26	2	3	11	88	2877
%	22,2	22,3	10,8	8,5	0,1	0,6	0,4	1,3	0,8	0,9	0,9	0,1	0,3	0,1	3,0	100

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

Não é de estranhar que os casamentos Tipo 15, em que os homens e as mulheres são naturais de fora da cidade e residem fora da cidade, sejam significativamente superiores para os pais dos cônjuges uma vez que, em grande número de casos, os migrantes vêm para a cidade sozinhos, ou seja, desacompanhados dos pais que permanecem nos espaços de origem ou que faleceram, pelo menos um deles. De resto, em relação aos tipos de casamentos em que homens e mulheres, independentemente da origem geográfica, residem na cidade, as distribuições relativas aos pais e aos filhos assemelham-se.

II. Tempos de casamento no espaço de residência

As idades médias ao primeiro casamento apresentam-se, quase invariavelmente, superiores para os migrantes, sobretudo para o sexo feminino. Esta observação pode ser justificada pelas precárias condições económicas e sociais que impelem os migrantes para a cidade em busca de um melhor futuro, que para muitos nunca chega ou se chega é demorado. Os migrantes empregam-se nos transportes, no pequeno comércio e serviços, como serventes, como empregadas domésticas, mas também na indústria. Uma mão-de-obra barata que favorece a economia urbana, uma economia que, segundo Guichard (1994: 558), concorre com outros espaços mais pelos baixos soldos que as entidades empregadoras pagam aos seus trabalhadores do que pela inovação e qualidade daquilo que é produzido.

¹¹ Neste quadro só foram considerados os pais que à data do casamento dos nubentes estavam ainda vivos.

No decurso do período observado, em termos globais, as idades médias ao primeiro casamento foram decrescendo de forma ténue em todo o país (cf. Rosas 1994: 21-22). O mesmo se verificou no Bonfim. Mas há, contudo, uma considerável distância temporal nas idades médias ao primeiro casamento entre migrantes e naturais residentes no espaço urbano: os migrantes casam mais tarde do que os naturais¹². Considerando os nubentes segundo a condição territorial de naturalidade, independentemente da naturalidade dos respectivos cônjuges, são desde logo evidentes as diferenças.

QUADRO II - 1

Idade média ao primeiro casamento de todos os residentes na cidade

Naturalidade dos nubentes	1940-1949		1950-1959		1960-1969	
	H	M	H	M	H	M
Naturais e residentes na cidade	24,3	24,3	26,4	24,2	26,2	23,3
Naturais de fora a residir na cidade	27,6	27,6	27,6	27,1	27,1	27,1

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

Para os homens há, em média, um diferencial de um ano e cerca de dez meses ao longo de todo o período observado, com os anos quarenta a registarem os maiores espaçamentos e os anos sessenta, ao contrário, as maiores aproximações. De realçar que, para os homens naturais de fora a residir na cidade, há um decréscimo entre as três décadas (de cerca de oito meses da primeira para a segunda década e seis meses entre as segunda e terceira décadas), enquanto que para os naturais e residentes na cidade esse decréscimo só é notado da segunda para a terceira década (da primeira para a segunda há uma subida de cerca de um mês e da segunda para a terceira há um decréscimo de cerca de dois meses). Ao longo de toda a observação, verifica-se uma aproximação entre as idades médias ao primeiro casamento de homens migrantes em relação a homens naturais da cidade (de dois anos na

¹² Se considerarmos as idades médias ao primeiro casamento nos distritos do interior Norte do país – de onde são oriundos a maior parte dos migrantes – verificámos que as mulheres migrantes a residir no Bonfim se casam em idades bastante mais elevadas (cf. cálculos das idades médias ao primeiro casamento, por distritos, apresentadas por Bandeira 1996: 513-514).

primeira década, de um ano e cerca de dois meses na segunda década e de cerca de onze meses na terceira década).

A constatação das diferenças às idades médias ao primeiro casamento – consoante a condição de migrantes ou de naturais a residir na cidade – assume algum significado por se tratar de um tempo em que ainda é notória a relação entre nupcialidade e fecundidade (cf. Livi Bacci 1971: 75; Rosas 1994: 22); relação mais significativa por serem, justamente, as mulheres que mantêm os maiores diferenciais nas idades com que contraem matrimónio: esses diferenciais chegam a ultrapassar os oito anos e mantêm-se mais ou menos estabilizados ao longo de todo o período observado, com um registo médio de quatro anos acima das mulheres naturais da cidade. O facto de muitas mulheres virem para a cidade trabalhar como domésticas ajuda a explicar o motivo por que as migrantes casam bastante mais tarde do que as naturais. É que a permanência nas casas que as empregavam dependia, em grande parte dos casos, da manutenção do estado de solteiras. De realçar que, para as mulheres naturais de fora a residir na cidade, há um decréscimo continuado entre as três décadas, mas muito ligeiro (seis meses entre as primeira e segunda décadas e cerca de um mês entre as segunda e terceira décadas), que também se verifica para as mulheres naturais e residentes na cidade (cerca de um mês entre as primeira e segunda décadas e cerca de cinco meses entre as segunda e terceira décadas). Mas aqui, ao contrário dos homens, o diferencial das idades médias ao primeiro casamento não decresce continuamente entre décadas, alarga-se até entre os anos quarenta e os anos sessenta (três anos e cerca de quatro meses na primeira década, dois anos e cerca de onze meses na segunda década e três anos e cerca de dois meses na terceira década).

Se associarmos os casais segundo as suas origens geográficas, naturais a casarem com naturais (casamentos Tipo 1) e migrantes a casarem com migrantes (casamentos Tipo 2), essas diferenças nas idades de acesso ao primeiro casamento ainda se tornam mais significativas: em todo o período são, em média, de quatro anos e cerca de oito meses para as mulheres e de três anos e cerca de onze meses para os homens. Verifica-se que ao longo das três décadas, o decréscimo continuado das idades médias ao primeiro casamento é menor – tanto nos homens como nas mulheres – para os naturais e residentes na cidade (para os homens é de apenas cerca de um mês entre décadas, enquanto que no caso dos migrantes é de cerca de onze meses entre as primeira e segunda décadas e de cerca de sete meses entre as segunda e terceira décadas; e para as mulheres mantêm-se entre as primeira e segunda décadas e é de cerca de sete meses da segunda para a terceira décadas, enquanto que para aquelas que migraram há uma diminuição de um ano e cerca de cinco meses da primeira para a segunda décadas e a manutenção de valores entre as segunda e terceira décadas).

QUADRO II - 2

Idade média ao primeiro casamento dos casais residentes na cidade segundo a origem geográfica: 1940-1969

Naturalidade dos nubentes	1940-1949		1950-1959		1960-1969	
	H	M	H	M	H	M
Naturais da cidade (Tipo 1)	25,7	24,0	25,6	24,0	25,5	23,7
Naturais de fora da cidade (Tipo 2)	28,3	28,2	26,9	27,6	26,7	26,7

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

A representação de maior pormenor das idades médias ao primeiro casamento dos residentes na cidade a partir da divisão que tem vindo a ser seguida, a da origem geográfica dos nubentes, mostra uma evolução irregular ao longo dos trinta anos, mas, ao mesmo tempo, mostra como são permanentes as idades mais elevadas dos migrantes em relação às dos naturais.

Para os homens é visível a tendência ao decréscimo entre as datas extremas, com maior nitidez para os que migraram e com cambiantes de distanciamento (mais notado nos anos quarenta) e de aproximação (mais notado nos anos cinquenta e sessenta) entre as duas categorias consideradas.

Utilizando o teste t¹³ – em que se compara a média das idades ao primeiro casamento entre o grupo dos naturais e residentes na cidade com a média das idades ao primeiro casamento no grupo dos migrantes e residentes na cidade – procura-se averiguar se as médias ao primeiro casamento se relacionam com a origem geográfica dos residentes na cidade.

As médias amostrais 26,36 e 28,17 diferem significativamente, não provindo de populações com médias iguais. Assim, em média, os homens naturais e residentes na cidade casam pela primeira vez mais cedo do que os homens migrantes e residentes na cidade, sendo a diferença de 1,81 estatisticamente significativa ($t = -5,861$; $p < ,001$).

¹³ A propósito do teste t, e da análise estatística em SPSS, v. Pestana e Gageiro (1998: 147-153). Os valores resultantes dos cálculos efectuados para as médias a partir do SPSS, tanto em relação ao teste t como em relação à análise de variância, serão apresentados com duas casas decimais por forma a ser garantida uma maior comparabilidade das diferentes situações evidenciadas.

Para as mulheres da cidade é visível a mesma tendência de abaixamento progressivo ao longo dos trinta anos, muito embora com flutuações entre as décadas extremas. Até à segunda metade da década de sessenta também se verifica para as mulheres migrantes; a partir desse momento, e até ao final da observação, a tendência é para um aumento médio dessas idades, o que pode ter várias explicações (a começar por um desequilíbrio entre sexos em idades de contrair matrimónio, pelas dificuldades em encontrar habitação ou por uma maior dificuldade em se conseguir colocação na cidade em relação a períodos anteriores).

As idades médias ao primeiro casamento para as naturais da cidade e para as migrantes são, respectivamente, 23,93 e 27,92 e diferem significativamente, não provindo de populações com médias iguais. Assim, em média, as mulheres naturais e residentes na cidade casam pela primeira vez mais cedo do que as mulheres migrantes e residentes na cidade, sendo a diferença de 3,99 estatisticamente significativa ($t = -12,924$; $p < ,001$).

Este acesso mais tardio ao matrimónio, que os números evidenciam, ajuda a perceber melhor o porquê das diferenças de fecundidade entre espaços urbanos e rurais neste período, se levarmos em conta que a ele não corresponde, de forma generalizada, a adopção da contracepção. Pelo menos em relação ao Norte do país, de onde são originários a maior parte dos migrantes observados ¹⁴, como salienta Livi Bacci: «The north and the islands are slow in adopting neomalthusian techniques and principles of fertility control, while in the south these techniques were widely and rapidly accepted.» (1971: 77). As idades mais tardias ao casamento feminino explicam, ainda que parcialmente, um menor número médio de filhos por

¹⁴ **Proporção dos nubentes residentes na cidade e provenientes da Região Norte em relação ao total de nubentes com origem fora da cidade e nela residentes: 1940-1969**

	H	M	Total
Portugal continental: total dos nubentes vindos de fora (a)	1054	1154	2208
Região Norte (b)	919	1033	1952
(b*100)/a	87,2	89,5	88,4
Distrito do Porto, excluindo a cidade do Porto (c)	411	482	913
(c*100)/a	40,9	41,8	41,4
(c*100)/b	46,9	46,7	46,8

Fonte: registos de casamento, Bonfim.

mulher em período fértil, aquilo a que se chama taxa de fecundidade e a que as estatísticas oficiais aludem para todo o país no período considerado. Facto tanto mais relevante se lhes associarmos a cumulativa urbanização feita à custa do êxodo rural e que, em paralelo, foi sendo seguida pelo abaixamento da fecundidade¹⁵.

Mas a associação das idades médias ao primeiro casamento, considerando todos os anos em contínuo, com as origens geográficas dos consortes reitera ainda de forma mais clara as diferenças constantes entre os migrantes e os naturais do espaço urbano. Os homens que são naturais da cidade e que casam com conterrâneas (Tipo 1) fazem-no mais cedo do que aqueles que casam indistintamente com mulheres de diferentes origens geográficas que não a cidade e ainda mais cedo do que aqueles que, sendo migrantes, casam também com mulheres de fora da cidade (ao longo de todo o período estes casam três anos e cerca de onze meses mais tarde do que os cônjuges naturais da cidade)¹⁶. Entre o início e o fim da observação nota-se uma ligeira tendência à aproximação das idades ao casamento entre migrantes e naturais da cidade, com a década de quarenta a evidenciar os maiores distanciamentos.

¹⁵ Para o início dos anos quarenta Bandeira faz a mesma constatação: «A análise dos indicadores de fecundidade de 1940-1941 põe em evidência, no entanto, um aspecto que, sendo teoricamente pertinente, não sobressai na análise das taxas brutas: a menor fecundidade dos distritos mais urbanizados do país (Lisboa e Porto). De facto, nestes distritos registam-se em 1940-1941 os índices mais baixos e foi também neles que a descida da fecundidade na década de 1930 foi mais forte. Isto parece comprovar que, no contexto das sociedades «arcaicas» de dominante rural, é nos meios urbanos que o desenvolvimento de dinâmicas de ruptura e de modernização dos comportamentos em matéria de procriação encontra condições mais favoráveis.» (1996: 225). Girard apresenta como argumento da maior ou menor fecundidade dos casais, respectivamente, a proximidade ou o distanciamento entre cônjuges de espaços físicos, sociais e culturais: «La plus grande similitude entre époux se rencontre en effet davantage dans les milieux où les traditions sont les plus fortes. C'est peut-être la raison pour laquelle la fécondité des couples augmente très sensiblement avec la similitude des époux. La distance entre conjoints, indice d'une plus grande mobilité, aussi bien géographique que sociale de l'un et de l'autre n'est pas favorable à une fécondité élevée.» (1981: 182). 37,4 % dos casais que ao momento do casamento residiam na cidade não têm as mesmas origens geográficas (os homens são migrantes e as mulheres são naturais da cidade ou o contrário) e, dos 17,5 % que, tendo migrado, casam entre si, apenas uma percentagem pequena, de 12,9 %, tem origem no mesmo concelho. É evidente que à tese exposta por Girard haverá que levar em consideração as características do espaço em que os migrantes se instalam, necessariamente diferentes das que tinham nos espaços de onde provêm, como é o caso em Portugal para a maioria deles. A cidade, por oposição aos espaços rurais, e o facto da maior parte dos migrantes aí se radicarem para trabalhar, sobretudo em relação às mulheres, são factores que explicam o não favorecimento de uma fecundidade elevada.

¹⁶ Corresponde ao que designamos por casamentos Tipo 2.

As idades médias ao primeiro casamento são mais expressivas nos casos em que os casamentos se fazem entre aqueles que pertencem a uma mesma categoria – homens da cidade que casam com mulheres da cidade (Tipo 1) e homens migrantes que casam com mulheres migrantes (Tipo 2) – do que considerando, como atrás se fez, as idades médias ao primeiro casamento sem se atender ao tipo de casamento, em termos de origens geográficas dos respectivos cônjuges. As idades médias para os naturais são mais baixas, 25,51 contra 26,36, e para os migrantes são mais altas, 29,46 contra 28,17.

As médias amostrais 25,51 e 29,46 diferem significativamente, não provindo de populações com médias iguais. Assim, em média, os homens naturais e residentes na cidade que casam pela primeira com mulheres naturais e residentes na cidade (Tipo 1) fazem-no mais cedo do que os homens migrantes e residentes na cidade que casam com mulheres migrantes e residentes na cidade, sendo a diferença de 3,95 estatisticamente significativa ($t = -8,863$; $p < ,001$).

No caso das mulheres, a asserção mantém-se mas com valores mais acentuados. De facto, ao longo dos trinta anos de observação, são bastante significativas as diferenças de idades ao primeiro casamento entre mulheres migrantes que também casam com homens migrantes e mulheres naturais da cidade que casam com conterrâneos (quatro anos e cerca de oito meses mais tarde). E as explicações que poderemos encontrar para distâncias tão significativas são várias: a necessidade das mulheres migrantes darem apoio às famílias que permaneceram nos espaços de origem, as vindas tardias para a cidade, as diferenças de apoio familiar e financeiro que cidadãos em relação aos migrantes podem contar ao acto do casamento (como, por exemplo, permanecerem a viver com os pais, pelo menos durante algum tempo, evitando assim o arrendamento ou, em casos muito raros para o tempo, a aquisição de habitação)¹⁷. De novo aqui, verifica-se um maior distanciamento na década de quarenta e depois, contrariando o percurso das mulheres naturais e dos homens migrantes, a retoma do acentuar das distâncias na década de sessenta.

¹⁷ Parecem evidentes as relações entre família e migrações, relações que propiciam ou implicam determinados tipos de comportamentos. Comentando a influência das experiências migratórias no seio das famílias para a região de Leiria, Lourenço regista que «são intensas as inter-relações entre a família e os movimentos migratórios, estabelecendo um sistema de influências recíprocas que se situam aos níveis do micro e macrossocial. Se a família é influenciada pelas migrações, quanto à sua fecundidade, dimensão, idade no casamento e sistemas de valores, os movimentos migratórios são, frequentemente, o produto de estratégias no interior da família e em função desta.» (1990: 24).

As diferenças das idades médias ao primeiro casamento são mais expressivas nos casos em que os casamentos se fazem entre aqueles que pertencem a uma mesma categoria – mulheres da cidade que casam com homens da cidade (Tipo 1) e mulheres migrantes que casam com homens migrantes (Tipo 2) – do que considerando, como atrás se fez, as idades médias ao primeiro casamento sem se atender ao tipo de casamento, em termos de origens geográficas dos respectivos cônjuges. As idades médias para as naturais são mais baixas, 23,68 contra 23,93, e para as migrantes são mais altas, 28,31 contra 27,92.

As médias amostrais 23,68 e 28,31 diferem significativamente, não provindo de populações com médias iguais. Assim, em média, as mulheres naturais e residentes na cidade que casam pela primeira vez com homens naturais e residentes na cidade (Tipo 1) fazem-no mais cedo do que as mulheres migrantes e residentes na cidade que casam com homens migrantes e residentes na cidade (Tipo 2), sendo a diferença de 4,63 estatisticamente significativa ($t = -10,208$; $p < ,001$).

A observação sistemática das idades médias ao primeiro casamento tornou também evidente que, de uma maneira geral, tanto homens como mulheres naturais da cidade, quando casam com conterrâneos, o fazem mais cedo do que quando casam com migrantes. Para os homens essas diferenças são bastante explícitas. As idades médias ao casamento entre naturais e residentes na cidade (Tipo 1) são sistematicamente mais baixas (dois anos e cerca de dez meses, ao longo de toda a observação) do que para aqueles que, sendo igualmente naturais e residentes na cidade, casam com mulheres migrantes residentes no mesmo espaço (Tipo 4). É de notar que, da segunda metade dos anos cinquenta até ao final dos anos sessenta, a distância nas idades ao casamento nestas circunstâncias tende a aumentar ligeiramente em relação aos anos anteriores.

As idades médias ao primeiro casamento são mais baixas nos casos em que os casamentos se fazem entre aqueles que pertencem a uma mesma categoria – homens da cidade que casam com mulheres da cidade (Tipo 1) – do que considerando, como atrás se fez, as idades médias ao primeiro casamento dos homens sem se atender ao tipo de casamento, em termos de origens geográficas dos respectivos cônjuges. Essas idades são de 25,51 contra 26,36; em sentido diverso, as idades médias ao primeiro casamento são mais altas quando os homens naturais e residentes casam com mulheres migrantes (tipo 4) do que quando o fazem indistintamente, isto é, sem se atender à origem geográfica das respectivas esposas. Essas idades são 28,32 contra 26,36.

Os homens naturais da cidade que casam com mulheres daí também naturais casam assim mais cedo do que os conterrâneos que casam com mulheres migrantes, respectivamente com 25,51 e 28,32. Estas médias amostrais diferem significativamente, não provindo de populações com

médias iguais. Assim, em média, os homens naturais e residentes na cidade que casam pela primeira vez com mulheres naturais e residentes na cidade (Tipo 1) fazem-no mais cedo do que os homens naturais e residentes na cidade que casam com mulheres migrantes e residentes na cidade (Tipo 4), sendo a diferença de 2,81 estatisticamente significativa ($t = -6,339$; $p < ,001$).

Para as mulheres não há, no entanto, similitude de comportamentos: nem sempre as mulheres naturais e residentes na cidade que casam com homens migrantes (Tipo 3) o fazem mais tardiamente do que aquelas que, nas mesmas circunstâncias, casam com homens naturais e residentes na cidade (Tipo 1). Para os trinta anos de observação, as diferenças são de apenas mais cerca de seis meses para as mulheres naturais que casam com homens migrantes em relação às mulheres naturais que casam com homens da cidade. É de sublinhar ainda que, nesta comparação, a década de quarenta e, sobretudo, a primeira metade da década de sessenta demonstram uma tendência ao agravamento das idades médias ao casamento das mulheres naturais da cidade que casam com homens de fora, ao contrário da década de cinquenta em que é mais nítida a tendência para a intercepção ou não distinção de comportamentos entre um tipo de casamentos e o outro.

As idades médias ao primeiro casamento são mais baixas nos casos em que os casamentos se fazem entre aqueles que pertencem a uma mesma categoria – mulheres da cidade que casam com homens da cidade (Tipo 1) – do que considerando, como atrás se fez, as idades médias ao primeiro casamento das mulheres sem se atender ao tipo de casamento, em termos de origens geográficas dos respectivos cônjuges. Essas idades são de 23,68 contra 23,93; em sentido diverso, as idades médias ao primeiro casamento são mais altas quando as mulheres naturais e residentes casam com homens migrantes (Tipo 3) do que quando o fazem indistintamente, isto é, sem se atender à origem geográfica dos respectivos cônjuges. Essas idades são 24,21 contra 23,93.

As mulheres naturais da cidade que casam com homens daí também naturais casam assim mais cedo do que as conterrâneas que casam com homens migrantes, respectivamente com 23,68 e 24,21, muito embora as diferenças entre as médias não seja estatisticamente significativa ($p = ,159$).

Assim também, no caso dos homens migrantes, o casamento acontece mais cedo quando efectuado com uma mulher natural da cidade (Tipo 3) do que quando efectuado com uma migrante (Tipo 2).

Nos trinta anos de observação, os homens migrantes que casam com mulheres migrantes fazem-no, em média, dois anos e cerca de dez meses mais tarde do que aqueles migrantes que casam com mulheres da cidade, sendo esta tendência mais expressiva, *grosso modo*, entre meados dos anos quarenta e meados dos anos cinquenta.

Os homens migrantes que casam pela primeira vez com mulheres migrantes (Tipo 2) fazem-no, em média, mais tarde do que aqueles que, em

situação similar, casam ao acaso. Essas idades são de 29,46 contra 28,17; em sentido diverso, as idades médias ao primeiro casamento são mais baixas quando os homens migrantes e residentes casam com mulheres naturais da cidade (Tipo 3) do que quando o fazem indistintamente, isto é, sem se atender à origem geográfica das respectivas esposas. Essas idades são 26,73 contra 28,17.

Os homens migrantes que casam com mulheres naturais da cidade fazem-no mais cedo do que os homens migrantes que casam com mulheres migrantes, respectivamente com 26,73 e 29,46, sendo a diferença de 2,73 estatisticamente significativa ($t = 5,414$; $p < ,001$). Assim, em média, os homens migrantes e residentes na cidade que casam pela primeira com mulheres migrantes e residentes na cidade (Tipo 2) fazem-no mais tarde do que os homens migrantes e residentes na cidade que casam com mulheres naturais e residentes na cidade (Tipo 3).

No caso das mulheres este tipo de relação, embora se verifique em alguns anos, não é evidente.

No global, as mulheres de fora que casam com homens igualmente de fora (Tipo 2) fazem-no apenas cerca de oito meses mais tarde do que as mulheres de fora que casam com homens da cidade (Tipo 4). Momentos há, sobretudo a partir do início da década de cinquenta, em que se passa precisamente o contrário. Não se encontra uma regularidade de comportamentos na relação entre o tipo de casamentos para as mulheres e a origem geográfica dos respectivos cônjuges.

As idades médias ao primeiro casamento são mais elevadas nos casos em que os casamentos se fazem entre aqueles que pertencem a uma mesma categoria – mulheres migrantes que casam com homens migrantes (Tipo 2) – do que considerando, como atrás se fez, as idades médias ao primeiro casamento das mulheres sem se atender ao tipo de casamento, em termos de origens geográficas dos respectivos cônjuges. Essas idades são de 28,31 contra 27,92; em sentido diverso, as idades médias ao primeiro casamento são mais baixas quando as mulheres migrantes e residentes na cidade casam com homens naturais e residentes na cidade (Tipo 4) do que quando o fazem indistintamente, isto é, sem se atender à origem geográfica dos respectivos cônjuges. Essas idades são 27,66 contra 27,92.

As mulheres migrantes que casam pela primeira vez com homens também migrantes (Tipo 2) fazem-no, em média, mais tarde do que as mulheres migrantes que casam com homens naturais e residentes na cidade (Tipo 4), respectivamente com 28,31 e 27,66, não sendo a diferença de 0,65 estatisticamente significativa ($p = ,269$).

Do que ficou exposto parece, no entanto, não haver dúvidas: homens e mulheres da cidade casam, de uma maneira geral, mais cedo se o fizerem entre si. E esta diferença constante e mais ou menos marcada das idades médias ao primeiro casamento continua a estar presente quando cruzamos,

para os naturais e migrantes, as idades com as ocupações desempenhadas ao momento do consórcio. A chegada mais tardia ao mercado de trabalho ou, já no exercício de uma ocupação na cidade, a menor capacidade para a obtenção de autonomia financeira, tanto das mulheres como dos homens, ajudam a perceber por que é que os migrantes casam mais tarde do que os naturais e, desse modo, por que é que as mulheres que vêm para a cidade têm em média menos filhos do que as suas conterrâneas. Apesar da dificuldade e, diríamos mesmo, do risco de fazermos associações conducentes à constituição de grupos ocupacionais, os dados induzem a tal constatação. Mesmo quando fazemos comparações que comportam alguma ambiguidade, como a ocupação de doméstica (uma vez que, neste caso particular, os registos não permitem distinguir quando estamos em presença de alguém que trabalha para outrem ou que apenas faz as lides da sua própria casa), é nítida essa diferença de comportamentos.

Deve notar-se que estas diferenças permanecem, globalmente, de forma indistinta qualquer que seja o tipo de ocupação que homens e mulheres mantêm à data do casamento. Uma divisão das idades médias ao primeiro casamento por origens geográficas e por sectores de actividade económica mostra-o claramente. Regista, antes de mais, uma constante de casamentos mais tardios, independentemente do sexo e da ocupação, para os que migraram para a cidade.

QUADRO II - 3

Idade média ao primeiro casamento de homens e de mulheres residentes na cidade, segundo origem geográfica e ocupação: 1940-1969

Sexos	Sector primário		Sector secundário		Sector terciário		Totais	
	De fora	Da cidade	De fora	Da cidade	De fora	Da cidade	De fora	Da cidade
Homens	28,4	24,5	28,0	27,1	27,9	26,6	28,0	26,6
Mulheres	28,5	-	26,9	23,4	27,7	25,4	27,1	24,0

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

Para os homens, além das distâncias no sector primário, é no sector terciário que as maiores idades médias ao primeiro casamento para os migrantes mais se fazem sentir (um ano e cerca de cinco meses; e cerca de onze meses no sector secundário); é no sector terciário que justamente se emprega o maior número de indivíduos na condição de migrantes, com domínio para o exercício de funções no pequeno comércio.

O quadro seguinte mostra as idades médias ao primeiro casamento dos homens segundo as respectivas origens geográficas e os sectores de activi-

dade económica em que se inserem as suas ocupações no momento do matrimónio ¹⁸. Casam mais tarde aqueles cuja ocupação pertence ao sector terciário relativamente aos do sector secundário, independentemente da origem geográfica, muito embora as diferenças sejam ligeiramente mais expressivas para os migrantes residentes na cidade.

QUADRO II - 4

Idade média ao primeiro casamento de homens residentes na cidade, segundo origem geográfica e ocupação por sectores de actividade económica 1940-1969

Origem geográfica	Sector de actividade económica	Média	n =
Da cidade	Sector secundário	26,4	732
	Sector terciário	26,6	536
De fora	Sector secundário	27,9	344
	Sector terciário	28,6	518

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

Na análise de variância ¹⁹, a interacção da origem geográfica e dos sectores de actividade económica não tem efeitos estatisticamente significativos sobre a idade média dos homens ao primeiro casamento, o que apenas se verifica em relação ao factor origem geográfica ($F = 32,993$; $p < ,001$).

As mulheres registam uma maior diferenciação em relação aos homens nas idades médias ao primeiro casamento, face às origens de fora ou da cidade (com valores globais de três anos e cerca de um mês contra cerca de quatro meses em relação aos homens) e com acentuação particular no sector secundário (três anos e seis meses de diferença, em média) ²⁰, muito embora se mantenha também uma diferença considerável no sector terciário (dois anos e cerca de quatro meses, em média).

O quadro das idades médias ao primeiro casamento das mulheres segundo as respectivas origens geográficas e os sectores de actividade económica ao momento do matrimónio – considerando agora a ocupação de domésticas no sector terciário – manifesta a mesma tendência verificada em relação aos homens: casam mais tarde aquelas cuja ocupação pertence ao

¹⁸ Dado o reduzido número de casos, excluímos da análise as ocupações ligadas ao sector primário, tanto para os homens como nas mulheres.

¹⁹ Sobre a análise de variância, com dois factores, v. Pestana e Gageiro (1998: 223-243).

²⁰ Os dados do sector primário, dado o exíguo número de casos, são irrelevantes.

sector terciário relativamente às do sector secundário, independentemente da origem geográfica, apesar de aqui, contrariamente ao verificado para os homens, essas diferenças serem ligeiramente mais expressivas no caso das mulheres naturais e residentes na cidade.

QUADRO II - 5

Idade média ao primeiro casamento de mulheres residentes na cidade, segundo origem geográfica e ocupação por sectores de actividade económica 1940-1969

Origem geográfica	Sector de actividade económica	Média	n =
Da cidade	Sector secundário	22,9	328
	Sector terciário	24,4	1128
De fora	Sector secundário	26,8	195
	Sector terciário	27,9	787

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

Na análise de variância, o modelo mostra que os dois factores têm um efeito significativo na determinação da idade média ao primeiro casamento das mulheres, sendo, no entanto, o efeito da origem geográfica manifestamente mais expressivo, como demonstram os valores isolados de F (origem geográfica $F = 144,489$; $p < ,001$; sectores de actividade económica $F = 13,842$; $p < ,001$). Os valores da interacção entre as origens geográficas e os sectores de actividade económica mostram que esta pode ser considerada negligenciável.

Como se constatou em termos genéricos, entre 1940 e 1969, verifica-se uma descida progressiva das idades médias ao primeiro casamento das mulheres migrantes com ocupação de doméstica.

QUADRO II - 6

Idade média ao primeiro casamento de mulheres residentes na cidade, segundo origem geográfica e ocupação de doméstica

1940-1949		1950-1959		1960-1969	
De fora	Da cidade	De fora	Da cidade	De fora	Da cidade
27,7	24,6	27,3	24,1	26,5	24,3

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

A tendência à diminuição do diferencial nas idades médias ao primeiro casamento entre migrantes e cidadinas não evita, contudo, que no final da observação as mulheres que vêm de fora continuem a casar em média cerca de três anos e onze meses mais tarde do que as suas homólogas cidadinas.

As idades médias ao primeiro casamento são mais baixas nos casos em que as mulheres com a ocupação de domésticas são naturais e residentes na cidade do que nos casos em que, mantendo-se a ocupação, as mulheres são migrantes residentes na cidade, com médias respectivas de 24,30 e 27,81. A diferença de 3,51 é estatisticamente significativa ($t = -8,706$; $p < ,001$). As mulheres naturais e residentes na cidade com ocupação de domésticas casam pela primeira vez mais cedo do que as mulheres migrantes e residentes na cidade com ocupação de domésticas.

Os considerandos que temos vindo a fazer não permitem afirmar que, como consequência das maiores idades médias ao primeiro casamento para os migrantes, houve um abaixamento da natalidade, pelo contrário. Neste período, houve mesmo um aumento generalizado no país que perdurou até meados da década de setenta (Bandeira 1996: 213). Mas, parece evidente que, para as mulheres que migraram e, sobretudo, para os casais em que ambos os cônjuges migraram (21,9 % do total de casais residentes no espaço em observação), um tão significativo diferencial nas idades de acesso ao primeiro casamento terá tido repercussões na diminuição da reprodução.

Mediante a análise de variância a um factor²¹, pretende-se verificar qual o efeito que a variável independente de natureza qualitativa – ou factor –, tipos de casamento (considerando apenas aqueles em que ambos os cônjuges residem na cidade), têm na variável dependente ou resposta, de natureza quantitativa, que são as idades médias dos homens ao primeiro casamento.

A questão central desta análise consiste em saber se as populações têm ou não médias iguais e, por outro lado, se as médias observadas não forem iguais, em saber se as diferenças apresentadas são ou não estatisticamente significativas.

No teste HSD de Tukey²², a coluna *Diferença de médias* mostra as diferenças das idades médias ao primeiro casamento para cada par de grupos. As diferenças positivas indicam valores médios superiores para o grupo I e as diferenças negativas indicam valores médios superiores para o grupo J. Na mesma coluna, os resultados significativos estão representados com asterisco.

²¹ Sobre a análise de variância a um factor ou One-way Anova (que é uma extensão do teste t), v. Pestana e Gageiro (1998: 177-213).

²² O teste H.S.D. de Tukey, usado para o estabelecimento de comparações entre médias, é mais sensível do que outros na detecção de eventuais falsas identificações de diferenças significativas entre grupos (cf. Pestana e Gageiro (1998: 207-211)).

Interpretando os valores expostos, verifica-se que o grupo de homens de casamento Tipo 1 celebra, em média, o casamento mais cedo três anos e cerca de onze meses que o grupo de homens de casamento Tipo 2; um ano e cerca de três meses em relação ao grupo de homens de casamento Tipo 3; dois anos e cerca de dez meses em relação ao grupo de homens de casamento Tipo 4. Como se verifica pelos níveis de significância associados aos testes, estas diferenças – exceptuando as dos casamentos Tipo 2 em relação aos casamentos Tipo 4 – são estatisticamente significativas ($p < 0,05$).

QUADRO II - 7

Idade de homens ao primeiro casamento, segundo os tipos de união

		Casamentos	Médias	D.P	n =
TIPO	1		25,51	6,08	998
	2		29,46	8,94	495
	3		26,73	6,47	454
	4		28,32	8,29	432
F		37,889			
p			,000		
Teste H.S.D. de Tukey					
(I) TIPO	(J) TIPO	Diferença de médias		p	
1	2	- 3,95*		,000	
	3	- 1,22*		,015	
	4	- 2,81*		,000	
2	3	2,73*		,000	
	4	1,14		,079	
3	4	- 1,59		,006	

A apresentação de subconjuntos homogêneos de médias, onde os grupos considerados se apresentam por ordem crescente de idades médias ao primeiro casamento, mostra a proximidade das idades médias ao primeiro casamento entre os casamentos Tipo 1 e os casamentos Tipo 3 e entre os casamentos Tipo 4 e os casamentos Tipo 2, não sendo as diferenças encontradas em cada um dos subgrupos estatisticamente significativas, uma vez que os níveis de significância são superiores a 0,05.

QUADRO II - 8

**Idade de homens ao primeiro casamento, segundo os tipos de união:
homogeneidade das médias**

Tipos de casamento	n =	1.º grupo	2.º grupo
1	998	25,51	
3	454	26,73	
4	432		28,32
2	495		29,46
p		,057	,087

Para as mulheres, ao longo das três décadas, são sempre evidentes as diferenças das idades médias ao primeiro casamento nos tipos de casamento considerados, sendo vincadas as aproximações entre idades nos casamentos Tipo 1 e Tipo 3 e nos casamentos Tipo 2 e Tipo 4.

A análise de variância aplicada às mulheres confirma as diferentes idades médias ao primeiro casamento em função dos diferentes tipos de casamentos considerados.

Mediante o teste HSD de Tukey, verifica-se que o grupo das mulheres de casamento Tipo 1 celebra, em média, o casamento mais cedo quatro anos e cerca de oito meses que o grupo das mulheres de casamento Tipo 2; cerca de seis meses mais cedo que o grupo de mulheres de casamento Tipo 3; e cerca de quatro anos mais cedo que o grupo de mulheres de casamento Tipo 4.

Em relação ao que foi observado para os homens, verifica-se paridade de comportamentos, isto é, as diferenças entre idades médias ao primeiro casamento são sempre maiores entre os casamentos Tipo 1 e os casamentos Tipo 2; e as diferenças entre os casamentos Tipo 1 e os casamentos Tipo 3 e os casamentos Tipo 2 e os casamentos Tipo 4 são menores. No caso das mulheres, essas diferenças nem sequer são estatisticamente significativas, como se pode observar pelos respectivos níveis de significância superiores a 0,05.

QUADRO II - 9

Idade de mulheres ao primeiro casamento, segundo os tipos de união

		Casamentos	D.P	n =
TIPO	1	23,68	6,50	1013
	2	28,31	9,25	523
	3	24,22	6,81	456
	4	27,65	8,91	450
F	58,091			
p	,000			
Teste HSD de Tukey				
(I) TIPO	(J) TIPO	Diferença de médias	p	
1	2	- 4,63*	,000	
	3	- 0,55	,590	
	4	- 3,97*	,000	
2	3	4,08*	,000	
	4	0,65	,547	
3	4	- 3,43*	,000	

Assim, também como vimos para os homens, os subconjuntos homogêneos de idades médias ao primeiro casamento por tipos de casamentos para as mulheres não apresentam diferenças estatisticamente significativas.

QUADRO II - 10

**Idade de mulheres ao primeiro casamento, segundo os tipos de união:
homogeneidade das médias**

Tipos de casamento	N	1.º grupo	2.º grupo
1	1013	23,68	
3	455	24,22	
4	449		27,65
2	522		28,31
p		,644	,494

Como se tem vindo a demonstrar, são claras as distâncias de idades ao primeiro casamento entre os nubentes migrantes (origem 2) e os nubentes da cidade (origem 1). Mas essas distâncias acentuam-se ligeiramente quando, à condição de origem geográfica dos nubentes, associamos a condição de origem geográfica dos seus progenitores.

QUADRO II - 11

**Idade ao primeiro casamento dos naturais e residentes na cidade,
segundo a origem geográfica dos respectivos progenitores**

Origens geográficas dos nubentes e respectivos progenitores	1940-1949		1950-1959		1960-1969	
	H	M	H	M	H	M
Origem 2: pai 2, mãe 2	28,0	28,8	27,7	27,4	27,2	27,
Origem 1: pai 1, mãe 1	25,3	23,2	26,2	23,7	25,5	23,
Origem 1: pai 2, mãe 2	27,8	25,2	26,4	24,3	25,1	23,
Origem 1: pai 2, mãe 1	26,7	23,6	26,8	24,9	26,8	25,
Origem 1: pai 1, mãe 2	25,7	24,8	25,5	24,3	27,0	24,2

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

A partir dos valores observados no quadro anterior, uma primeira nota. Para os homens migrantes e residentes na cidade, cujos progenitores são também migrantes, nas décadas de cinquenta e sessenta, as idades médias ao primeiro casamento são, embora de forma muito ligeira, superiores em relação às dos migrantes e residentes na cidade em que não se faz qualquer associação dos progenitores à data do primeiro casamento; mas para os homens naturais e residentes na cidade, cujos progenitores são ambos resi-

dentos na cidade, em todas as décadas, as idades médias ao primeiro casamento são mais baixas em relação às idades médias ao primeiro casamento dos conterrâneos em que não se faz qualquer associação aos respectivos progenitores.

O quadro seguinte regista as idades médias ao primeiro casamento, ao longo de toda a observação, para os homens residentes na cidade. Verifica-se que as origens geográficas dos progenitores se relacionam com as referidas idades, tanto pela circunstância daqueles que são filhos de pais naturais da cidade casarem dois anos e cerca de dois meses mais cedo do que aqueles cujos pais são naturais de fora da cidade, como pela circunstância daqueles em que apenas um dos progenitores é natural da cidade e o outro é de fora casarem mais cedo do que aqueles em que ambos os pais são naturais de fora da cidade.

QUADRO II - 12

Idade ao primeiro casamento de homens residentes na cidade, segundo a origem geográfica dos respectivos progenitores

Origem geográfica dos pais	Origem geográfica das mães	Média	n =
Da cidade	Da cidade	25,68	548
	De fora	26,31	220
De fora	Da cidade	26,44	261
	De fora	27,88	1075

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

Numa análise de variância, verifica-se que cada um dos factores se relaciona, de forma estatisticamente significativa, com as idades médias ao primeiro casamento, apesar da menor relevância para o efeito da origem geográfica das mães, como se verifica pelo seu valor de F e da respectiva significância (origem geográfica dos pais $F = 27,722$; $p < ,001$; origem geográfica das mães $F = 8,248$; $p = ,004$). A interacção dos dois factores não tem efeitos estatisticamente significativos.

Para as mulheres migrantes e residentes na cidade, cujos progenitores são ambos migrantes, nas décadas de quarenta e de cinquenta, as idades médias ao primeiro casamento são superiores em relação às das migrantes residentes na cidade em que não se faz qualquer associação dos progenitores à data do primeiro casamento; assim, também, tal como nos homens, as mulheres naturais e residentes na cidade, cujos progenitores são ambos naturais da cidade, registam em todas as décadas idades médias ao primeiro casamento mais baixas em relação às idades médias ao primeiro casamento das conterrâneas em que não se faz qualquer associação aos respectivos progenitores.

O quadro das idades médias ao primeiro casamento das mulheres, ao longo de toda a observação, deixa perceber a mesma tendência verificada em relação aos homens: as que são filhas de pais naturais da cidade casam, em média, três anos e cerca de dez meses mais cedo do que aqueles em que os pais são naturais de fora da cidade; e, por outro lado, aquelas em que apenas um dos progenitores é natural da cidade também casam mais cedo do que aquelas em que ambos os progenitores são naturais de fora da cidade.

QUADRO II - 13

Idade ao primeiro casamento de mulheres residentes na cidade, segundo a origem geográfica dos respectivos progenitores

Origem geográfica dos pais	Origem geográfica das mães	Média	n =
Da cidade	Da cidade	23,05	609
	De fora	24,37	247
De fora	Da cidade	24,60	280
	De fora	26,90	1151

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

Na análise de variância, verifica-se que cada um dos factores se relaciona de forma estatisticamente significativa com a idade média das mulheres ao primeiro casamento, também com menor relevância para o efeito da origem geográfica da mãe, como se verifica pelos valores de F (origem geográfica F = 91,655; $p < ,001$; origem geográfica das mães F = 26,312; $p < ,001$). A interacção dos dois factores não tem efeitos estatisticamente significativos.

Tendo em conta apenas os naturais da cidade, tanto homens como mulheres, é visível um decair no tempo – de década para década – do efeito que a origem dos progenitores dos cônjuges tem nas idades com que estes se casam pela primeira vez: é realmente na década de quarenta que os valores mais divergem.

Os homens naturais da cidade com pais daí também naturais casam, em média, na década de quarenta, dois anos e seis meses mais cedo do que os conterrâneos cujos pais são ambos naturais de fora da cidade; na década de cinquenta, esta distância é apenas de cerca de dois meses; e na década de sessenta inverte-se mesmo a relação, isto é, os segundos é que passam a casar cerca de quatro meses mais cedo do que os primeiros.

Para as mulheres, ao longo de toda a observação, mantém-se a condição de casamento mais tardio quando os respectivos progenitores são naturais de fora da cidade, muito embora essas distâncias vão decrescendo

progressivamente até terem expressão reduzida nos anos sessenta: de dois anos de distância nos anos quarenta passa para cerca de dois meses de distância neste último período.

As distâncias permanecem quando apenas um dos progenitores, o pai, é natural de fora da cidade; e permanecem de forma indistinta por sexos e ao longo dos trinta anos de observação.

Para os homens, no global, há uma diferença de um ano e cerca de um mês, com uma ligeira aproximação entre idades nos anos cinquenta.

Para as mulheres, estas distâncias aumentam progressivamente ao longo dos trinta anos de observação: de cerca de cinco meses nos anos quarenta chegam a um ano e cerca de onze meses nos anos sessenta.

Na situação oposta, ou seja, dos nubentes naturais da cidade em que apenas as respectivas mães são naturais de fora da cidade o mesmo não se verifica de todo.

Em relação aos homens, há uma inversão de tendência nos anos cinquenta para, na década seguinte, se voltar a verificar o predomínio das idades médias ao primeiro casamento daqueles cônjuges em que as mães são naturais de fora da cidade.

Para as mulheres, a situação de diferença mantém-se igualmente ao longo dos trinta anos, com maior expressão nos anos quarenta (um ano e cerca de sete meses), aproximação na década seguinte (cerca de sete meses) e, de novo, ligeiro aumento do distanciamento nos anos sessenta (cerca de dez meses).

O quadro seguinte regista as idades médias ao primeiro casamento, ao longo de toda a observação, apenas para os homens naturais e residentes na cidade. Verifica-se que as ditas idades médias ao primeiro casamento divergem em função da origem geográfica dos respectivos progenitores. Aqueles cujos pais são ambos naturais da cidade casam mais cedo um ano e três meses do que aqueles cujos pais são ambos naturais de fora da cidade e, por sua vez, aqueles em que apenas um dos progenitores é natural da cidade também casam ligeiramente mais cedo do que aqueles em que ambos são naturais de fora.

QUADRO II - 14

Idade ao primeiro casamento de homens naturais e residentes na cidade, segundo a origem geográfica dos respectivos progenitores

Origem geográfica dos pais	Origem geográfica das mães	Média	n =
Da cidade	Da cidade	25,68	537
	De fora	26,29	206
De fora	Da cidade	26,52	232
	De fora	26,93	301

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

Pela análise de variância, verifica-se que apenas um dos factores tem efeito significativo na determinação das diferentes idades médias ao primeiro casamento dos homens, que é a origem geográfica do pai ($F = 5,413$; $p = ,020$), e que não existe qualquer efeito relevante da interacção entre os factores origem geográfica do pai e origem geográfica da mãe.

As mulheres naturais e residentes na cidade cujos pais são ambos daí também naturais, ao longo de toda a observação, casam mais cedo um ano e cerca de cinco meses do que aquelas cujos pais são ambos naturais de fora da cidade; as mulheres em que apenas o pai é natural de fora da cidade casam, no entanto, ligeiramente mais tarde do que aquelas cujos pais são ambos naturais de fora da cidade.

QUADRO II - 15

Idade ao primeiro casamento de mulheres naturais e residentes na cidade, segundo a origem geográfica dos respectivos progenitores

Origem geográfica dos pais	Origem geográfica das mães	Média	n =
Da cidade	Da cidade	22,99	593
	De fora	24,24	216
De fora	Da cidade	24,64	248
	De fora	24,37	339

FONTE: registos de casamento, Bonfim.

Pela análise de variância, verifica-se que apenas um dos factores tem efeito significativo na determinação das diferentes idades médias ao primeiro casamento das mulheres, que é a origem geográfica do pai ($F = 11,562$; $p < ,001$). Neste caso, observa-se porém que o efeito da interacção é estatisticamente significativo ($F = 4,428$; $p < ,05$): a origem geográfica da mãe explica alguma variação na idade média ao primeiro casamento (de 22,99 para 24,24) mas só no caso do pai ser oriundo da cidade. Quando o pai provém de fora, a origem da mãe não introduz qualquer diferença significativa.

Conclusão

As migrações não são apenas deslocações espaciais. Na realidade, são deslocações sociais que implicam: 1) mudanças nos relacionamentos entre um ou mais grupos com um ou outros grupos; 2) que os seus protagonistas estabeleçam novas relações no espaço de acolhimento com grupos já existentes; 3) e a adopção de práticas e de comportamentos enraizados no

espaço de acolhimento, típicos da economia e da sociedade de que passam a fazer parte. A este propósito, a questão das idades ao primeiro casamento parece bem elucidativa: constitui um bom exemplo da necessidade que os migrantes têm em se adaptar ao meio que, física e socialmente, passam a integrar.

Numa época em que o controlo voluntário e directo dos nascimentos não é ainda evidente, dois factores conjugam-se para que os migrantes se assumam como importantes protagonistas na regulação da reprodução, na Transição Demográfica da fecundidade: a sua própria condição de migrantes em espaço urbano com características distintas da maior parte dos espaços de onde são provenientes e, em simultâneo, as idades médias mais elevadas em que efectuam os casamentos por comparação aos naturais, com particular evidência no caso das mulheres.

Estabelecendo a relação entre as restrições matrimoniais e a contenção da natalidade, para a primeira metade do século XX em Portugal, Bandeira comenta:

As zonas urbanas atraíam uma parte importante da população rural obrigada a partir das zonas rurais, mas as possibilidades de estabelecimento para essas populações continuavam a ser reduzidas, o que explicaria o elevado celibato masculino e feminino e as elevadas taxas de ilegitimidade. (1996: 304).

A vinda e a fixação dos migrantes para o espaço urbano – num quadro explicativo da descida da natalidade a partir da acção na nupcialidade – pode ter, e tem certamente, outras dimensões para além das referidas e que se relacionam com os aspectos aqui abordados: 1) as maiores idades médias ao primeiro casamento, tanto para homens como, sobretudo, para mulheres migrantes por relação aos naturais da cidade; 2) a influência que a condição de origem geográfica dos cônjuges tem na determinação das idades médias ao primeiro casamento, sem que igual influência se verifique em relação à situação ocupacional desenvolvida pelos cônjuges no momento do matrimónio; 3) e a relação entre a condição de migrantes residentes na cidade e a origem geográfica dos respectivos progenitores – que, em parte, também influi nas idades médias ao primeiro casamento dos próprios cidadãos, isto é, naturais da cidade.

Bibliografia

- AMORIM, Maria Norberta (1991), *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Braga: Universidade do Minho.
- (1995), *Informatização normalizada de arquivos. Reconstituição de paróquias e história das populações*, Braga: Universidade do Minho.
- BAIROCH, Paul (1986), «Cidade/campo», *Enciclopédia Einaudi*, 7, *Modo de produção. Desenvolvimento/subdesenvolvimento*, Lisboa: INCM: 256-276.
- BANDEIRA, Mário Leston (1996), *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Lisboa: INCM.
- CÓNIM, Custódio (1985), «Migrações internas em Portugal – 1981», *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 27, Lisboa: INE: 13-42.
- EVANGELISTA, João (1971), *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa: Centro de Estudos Demográficos.
- FERRÃO, João (1966), *A demografia portuguesa*, Cadernos do Público 6. Lisboa: Público.
- FLEURY, Michel e HENRY, Louis (1976), *Nouveau manuel de dépeuplement et d'exploitation de l'état civil ancien*, 2.ª ed., Paris: INED.
- GIRÃO, Amorim *et al.* (1948), *Migrações internas (1890-1940). Estudos da população portuguesa III*, Coimbra: Centro de Estudos Geográficos FLUC.
- GIRARD, Alain (1963), *Le journal intime*. Paris: PUF.
- (1981), *Le choix du conjoint. Une enquête psycho-sociologique en France*, Paris, 3^e édition. Institute national d'études démographiques: PUF (1.ª ed. 1964).
- GROS, Marielle Christine (1982), *O alojamento social sob o fascismo*, Lisboa: Edições Afrontamento.
- GUICHARD, François (1994), «O Porto no século XX», *História do Porto* (dir. de Luís de Oliveira Ramos), Porto: Porto Editora: 522-637.
- KARMEL, P. H. e POLASEK, M. (1976), *Estatística geral e aplicada à economia*, São Paulo, 2.ª ed.: Atlas (1.ª ed. 1976).
- LIVI BACCI, Massimo (1971), *A century of portuguese fertility*, Princeton: Princeton University Press.
- LOURENÇO, Nelson (1990), *Família rural e indústria. Mudança social na região de Leiria*, Lisboa: Editorial Fragmentos.
- MAIA, Rui Leandro (1996), *São Miguel de Barreiros e a sua população. 1700-1925 (estudo demográfico)*, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

— (2001), *O sentido das diferenças. Migrantes e naturais: observação de percursos de vida no Bonfim*. Dissertação de doutoramento no ramo de Sociologia, Braga: Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho (policopiado).

MICHEL, André (1983), *Sociologia da família e do casamento*, Porto: Rés-Editora.

NAZARETH, J. Manuel (1988), *Princípios e métodos de análise em demografia portuguesa*, Lisboa: Editorial Presença.

PESTANA, Helena Maria e GAGEIRO, João Nunes (1998), *Análise de dados para ciências sociais. A complementaridade do SPSS*, Lisboa: Edições Sílabo.

ROSAS, Fernando (1994), *O Estado Novo (1926-1974). História de Portugal*, sétimo volume (dir. José Mattoso), Lisboa: Círculo de Leitores.

ANEXO

QUADRO I

Idade média ao primeiro casamento de todos os residentes na cidade

Anos	Residentes		Naturais		De fora	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	28,9	27,6	27,2	25,7	30,7	29,6
1941	27,1	25,7	27,1	24,5	27,0	27,0
1942	28,3	26,0	26,1	24,4	30,4	27,5
1943	27,3	25,5	27,6	23,7	27,0	27,2
1944	26,8	26,3	24,9	25,5	28,7	27,1
1945	26,8	26,5	26,7	25,1	26,8	27,9
1946	26,4	26,2	26,1	23,1	26,7	29,3
1947	26,7	25,2	25,9	23,7	27,4	26,7
1948	26,8	25,2	24,9	23,8	28,6	26,6
1949	27,1	25,5	25,8	24,0	28,4	27,0
1950	26,8	25,5	25,7	24,2	27,9	26,8
1951	28,2	25,7	27,9	24,2	28,5	27,2
1952	26,4	25,9	27,7	24,8	25,2	27,0
1953	28,7	27,2	27,1	25,4	30,3	29,0
1954	28,1	25,3	27,1	24,0	29,2	26,6
1955	25,9	25,2	24,8	24,1	27,1	26,3
1956	26,0	25,3	25,7	23,5	26,2	27,0
1957	26,7	26,0	25,5	23,9	27,8	28,1
1958	26,9	25,5	26,0	23,7	27,7	27,2
1959	26,4	24,9	26,7	23,4	26,2	26,5
1960	26,8	25,1	26,6	23,0	27,0	27,3
1961	26,1	26,1	25,5	23,9	26,6	28,3
1962	26,2	24,1	26,3	24,3	26,2	24,0
1963	27,1	25,8	26,1	24,1	28,0	27,4
1964	26,8	26,0	26,2	24,2	27,3	27,9
1965	27,3	25,1	25,9	24,3	28,7	25,8
1966	26,0	25,0	26,3	24,7	25,7	25,4
1967	27,1	25,5	26,8	23,8	27,4	27,2
1968	26,4	25,4	25,5	22,5	27,3	28,2
1969	27,3	25,6	27,8	23,1	26,7	28,0

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

QUADRO II

**Idade média ao primeiro casamento dos residentes na cidade,
segundo os tipos de união**

Anos	Tipo 1		Tipo 2	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	26,7	25,6	31,5	31,4
1941	26,7	25,2	30,0	26,5
1942	25,0	23,4	30,1	27,3
1943	26,8	23,4	26,4	27,3
1944	24,7	23,5	27,9	27,0
1945	26,6	25,4	27,5	29,9
1946	26,4	23,0	29,6	31,0
1947	25,0	23,7	28,6	26,8
1948	24,7	23,2	28,8	29,1
1949	24,9	24,1	30,6	27,0
1950	25,6	23,6	28,9	27,7
1951	26,2	23,8	28,4	24,8
1952	27,3	25,3	25,2	24,5
1953	26,1	24,9	31,8	26,8
1954	26,6	24,3	31,4	27,9
1955	24,5	23,4	26,7	26,7
1956	25,0	23,8	26,7	26,6
1957	25,6	24,3	28,3	28,3
1958	25,0	23,7	27,3	25,7
1959	25,1	23,0	26,8	24,9
1960	24,0	21,8	26,8	26,7
1961	24,4	23,6	27,9	28,9
1962	26,3	23,0	25,3	24,3
1963	26,1	23,6	28,8	27,7
1964	26,0	23,6	27,0	27,7
1965	25,2	23,1	29,5	23,9
1966	26,1	25,1	25,9	26,5
1967	25,5	24,3	27,5	26,4
1968	24,9	22,6	28,4	28,0
1969	26,7	23,8	27,5	28,1

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

QUADRO III

**Idade média ao primeiro casamento dos residentes na cidade,
segundo os tipos de união**

Anos	Tipo 3		Tipo 4	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	26,9	26,9	29,2	26,7
1941	25,3	22,7	28,6	27,5
1942	32,4	25,5	28,1	27,7
1943	27,2	24,3	31,1	29,4
1944	28,3	29,0	25,5	27,4
1945	26,1	24,1	27,1	24,9
1946	25,3	22,5	28,6	28,1
1947	26,3	24,0	28,5	25,5
1948	27,8	25,8	25,3	23,7
1949	26,6	24,0	27,7	26,3
1950	27,0	23,7	25,9	26,2
1951	27,4	24,1	30,0	28,5
1952	25,6	23,1	28,2	27,4
1953	26,6	25,7	28,1	28,9
1954	26,6	22,9	27,8	24,9
1955	26,9	24,8	25,0	26,0
1956	25,0	21,5	29,2	27,3
1957	28,1	24,7	25,3	27,9
1958	26,6	24,2	28,9	29,5
1959	24,8	22,4	28,8	28,1
1960	27,2	24,7	27,0	26,4
1961	25,5	24,6	29,1	28,0
1962	25,7	23,2	26,4	23,2
1963	26,1	25,6	27,2	27,2
1964	23,9	25,8	26,9	26,8
1965	27,9	26,7	27,6	26,5
1966	25,6	23,7	27,4	25,2
1967	26,9	22,2	31,1	29,6
1968	25,3	23,2	27,3	27,0
1969	25,5	20,7	29,9	27,5

FONTE: Registos de casamento, Bonfim.

AGOSTO EM PORTUGAL: AS FÉRIAS DOS EMIGRANTES¹

MARIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES *

RESUMO

As férias dos emigrantes comportam momentos de lazer que não deixam de estar inseridos num movimento colectivo que convoca uma multiplicidade de forças sociais. A independência, a liberdade de gestos e atitudes, o cada vez mais procurado tempo para si acabam por se revelar deveras reduzidos. As diversas actividades tendem a ser vividas sob o olhar do outro, sob a pressão das conveniências, das normas e dos valores vigentes.

Todos os anos, ciclicamente, a actividade produtiva e os ritmos de vida quotidianos alteram-se como que suspensos por um movimento de quebra ou pausa: as férias.

Podemos definir as férias por um ou vários períodos de tempo de duração variável, durante os quais a azáfama do trabalho e o curso «rotineiro» da vida são de algum modo interrompidos. Os indivíduos das sociedades industriais dispõem de uma lufada de tempo livre. Este fenómeno gera fluxos migratórios consideráveis para determinados locais que facultam condições de existência diferentes daquelas que costumam pautar a vida quotidiana (Laurent: 1973).

* Professora na Escola do Ensino Básico, 2.º e 3.º ciclos de Briteiros.

¹ Este texto tem por base a dissertação de Mestrado em Sociologia, Área de especialização em Sociologia da Cultura e dos Estilos de Vida, intitulada «Em busca do berço perdido; as férias dos emigrantes e a inserção dos filhos dos emigrantes na escola portuguesa» (Universidade do Minho, 2002).

Este estudo é dedicado às férias dos emigrantes. Estas já conheceram épocas de maior exuberância e efervescência. Durante o ano, no estrangeiro, os emigrantes adoptavam uma postura geral de contenção, disciplina e discrição (Cunha, 1988; Leandro, 1995; Rocha-Trindade, 1998). Funcionando como uma espécie de contraponto a um ano de esforço e retraimento, as férias propiciavam, então, a expressão eufórica de cada um e a expansão de sentimentos, de afectos e de emoções. Os papéis assumidos diferiam, quando não contrastavam, com os desempenhados durante o ano:

«Para a comunidade e sobretudo para os emigrantes “em férias”, o verão é tempo de casamentos, baptizados e culto dos antepassados; de arraiais, foguetes e procissões, de visitas, passeios e peregrinações; de banquetes, folias e desvarios; de alianças, prendas e leilões; de competições, invejas e ostentações; de partilhas e brigas; de inventários, encenações e reconhecimento; de negócios, escrituras e consumos; de planos, empreendimentos e acabamentos; de contas, arquivos e documentos; de cartórios, fazendas e bancos; de estradas, caminhos e terreiros; de presas, excessos e bloqueios.» (Gonçalves & Gonçalves, 1991: 152)

Nos nossos dias, a agitação criada pela chegada dos emigrantes às aldeias que os viram partir é menor. A excitação em torno das férias dos emigrantes parece ter abrandado. A sua passagem por Portugal tornou-se mais discreta e comedida (Rocha-Trindade, 1998), o que não os impede de aproveitar as férias para renovar os laços com os seus conterrâneos. Reencontram cantos e amigos de infância; e, uma vez regressados ao país onde estão emigrados, levam recordações que lhes permitem não esquecer a comunidade de origem.

Nas férias, o tempo de lazer é muitas vezes usado como uma arena para a conquista de distinção e promoção social, numa espécie de jogo cruzado de sentidos onde se procura o reconhecimento do outro. O tempo livre pode constituir, deste modo, tanto um tempo de evasão como um tempo de aprendizagem de novas modalidades de ascensão social. É na confluência destas duas vertentes que é, em boa parte, vivido o lazer dos emigrantes. Por um lado, empreendem novos ensaios de visibilidade e reconhecimento social, trata-se de um tempo vivido sob o olhar do outro, essencialmente dos portugueses que permaneceram no país; por outro lado, procuram romper com os ritmos e os estilos de vida próprios do tempo de trabalho e, sobretudo, com a vida que levam no estrangeiro.

As férias dos emigrantes comportam certamente momentos de lazer, mas não deixam de estar inseridas num movimento colectivo que convoca uma multiplicidade de forças e obrigações sociais. A independência, a liberdade de gestos e de atitudes, acaba por se manifestar muito reduzida. Tudo é

vivido sob o olhar do outro, sob a pressão das normas e dos valores vigentes. Neste âmbito, e na óptica de muitos residentes:

«Os emigrantes excedem as suas competências. Aventuram-se em práticas e domínios que, apanágio doutras classes, lhes são impróprios. Exibem-se sem propósito, envaidecem-se sem motivo, falam estrangeiro em território nacional o que só é admissível a “estrangeiros de verdade”, desfilam mal vestidos, (...) desperdiçam as próprias férias.» (Gonçalves, 1996: 177).

Esta visão não coincide com aquela que os emigrantes têm de si próprios, embora não deixem de estar conscientes dos discursos que inspiram. A propósito das férias dos emigrantes, convém distinguir, por um lado, os discursos veiculados pelos residentes através de anedotas, contos, artigos de jornais, e, por outro, as representações que os emigrantes têm de si mesmos, assim como a forma como encaram os discursos que acerca de si vão sendo (re)construídos. É sobre esta última vertente que este texto se debruça.

Para apreender os discursos que os emigrantes produzem acerca do modo como passam as suas férias, foram efectuadas 41 entrevistas a emigrantes, durante o período de férias, em Melgaço e em Braga (Merelim, São Pedro e São Paio).

Para os emigrantes, como aliás para a maioria dos residentes, as férias pagas constituem uma realidade que desconheciam². Trata-se de uma experiência e de uma aprendizagem recentes. Sem modelos próprios incorporados atempadamente (na infância e na adolescência), recorrem a um mimetismo de circunstância que mistura os padrões que vigoram no estrangeiro, as imagens de televisão e os comportamentos, mais representados do que dominados, de determinados grupos sociais em Portugal.

Hoje, os emigrantes, em férias, dão cada vez mais importância ao tempo para si, aderindo à «nova necessidade social do indivíduo dispor de si para si mesmo» (Dumazedier, 1979: 57). Em detrimento de determinados actos sociais, como as festas e os casamentos, que tanto os cativava nos anos 70, o que hoje reivindicam é sobretudo mais tempo para si próprios. Certos compromissos sociais deixaram de ser encarados como uma forma de lazer e passaram a ser vistos como uma ocupação, que rouba tempo e liberdade a um período que pode ser desfrutado de outro modo:

«Eu até acho giro as pessoas esperar por nós p'ra casar, mas é aquela coisa de dezer num posso ir esta semana p'ra li, porque tens

² Em Portugal a concretização das férias pagas só após o 25 de Abril de 1974 se tornou uma realidade para a maioria dos portugueses. A maioria dos emigrantes, antes de partir, desconhecia esta realidade e, nas sociedades de acolhimento, deparou-se com possibilidades e práticas muito distintas daquelas que existiam em Portugal.

d'estar sábado aqui, não tens liberdade, já estás presa por causa d'estares aqui nesses dias.» (M., 36 anos, Merelim, São Pedro, Julho de 2000)

Em Portugal, as férias já não se concentram exclusivamente num local. São, pelo contrário, repartidas por vários locais, com destaque para as praias. Neste domínio, o papel do automóvel revela-se de extrema importância. Em termos físicos, ele permite evasão e ruptura franqueando múltiplos acessos:

«Agora tenho ido 15 dias p'ro Algarbe e 15 dias aqui. As praias aqui são um bocado frias e lá é outra coisa, são mais quentes. Agora faço férias em dois sítios, dantes era aqui em Merelim (...) gosto de hoje aqui, amanhã acolá.» (H., 50 anos, Merelim, São Pedro, Julho de 2000)

São ainda apreciados pequenos passeios, curtas evasões. Nos seus itinerários de sonho figuram locais tais como o Algarve, Lisboa, Nazaré e outros ainda ligados à religião, especialmente, Fátima, Santa Luzia, Sameiro, Bom Jesus e Santa Marta. Alguns emigrantes referem ainda trajectos que relevam do turismo cultural. Neste último caso os bens não lhes são de fácil acesso pois pressupõem, para além da existência de capital económico, o domínio de certos códigos e repertórios indispensáveis à respectiva apropriação e usufruto sem incómodo ou estranheza. Um número crescente de emigrantes, graças ao percurso realizado no estrangeiro, nomeadamente pela ascensão sócio-profissional e pelo contacto com outros meios sócio-económicos, elege determinados destinos com o duplo objectivo de se enriquecer culturalmente e de reencontrar as suas «raízes».

Ressalta deste estudo que, para a maioria dos emigrantes, Portugal se tornou mais num país de férias do que de regresso. As primeiras gerações de emigrantes comportavam-se «como as enguias, ano mais ano, voltavam sempre ao local de partida» (Ribeiro, 1986: 76). Para realizar este projecto apenas esperavam «organizar melhor a vida». Na actualidade, esta meta vai sendo adiada ou até preterida, e a vida vai-se ancorando no estrangeiro para, entre outras razões, usufruírem de regalias sociais, nomeadamente no domínio da saúde, e continuarem junto dos filhos. Muitos emigrantes limitam-se agora a ser «enguias» veraneantes. Portugal continua a ser o país de origem, onde estão as raízes, mas bom só para gozar férias e não para viver para sempre.

Desta forma, as suas casas, «casas castores», como lhes chama Cassola Ribeiro (1986:71), um investimento em tempos prioritário na terra natal, acabam por ser usadas apenas durante um curto período de tempo, normalmente durante as férias. Apesar da casa construída e dos projectos de regresso porventura ainda acalentados, muitos emigrantes permanecem divididos, a oscilar, contudo, mais para o estrangeiro do que para Portugal.

Neste quadro, que destino estará reservado às casas dos emigrantes? (Leite, 1993) Mais ou menos espartilhados, e com os projectos de regresso adiados ou preteridos, a vida desenrola-se no estrangeiro e as «casas castores» saldam-se por pesados encargos.

Em suma, a realidade das férias dos emigrantes alterou-se significativamente nas últimas décadas. Dedicam, agora, mais tempo a si próprios em detrimento da participação em rituais colectivos e outros tempos pautados por obrigações sociais. Repartem as férias por vários locais quebrando-se, deste modo, a exclusividade do torrão natal. Abrem-se a novas modalidades de lazer, entre as quais o turismo cultural. Portugal é cada vez mais encarado como um país de férias e menos como o destino de um futuro regresso definitivo. Neste quadro geral, as suas férias foram perdendo alguma da turbulência inicial.

Muito embora a orientação se incline para o estrangeiro, subsistem, no entanto, vários aspectos que ligam os emigrantes e até os seus descendentes, mesmo em caso de nacionalidade estrangeira, a Portugal:

Em primeiro lugar, Fátima sobressai como o local visitado, sem excepção, por todos os emigrantes entrevistados, incluindo aqueles que se afirmam não religiosos. Deslocam-se a Fátima por razões pessoais ou para a dar a conhecer aos filhos, à mãe, à sogra ou a outro parente:

«Todos os anos, bou lá [Fátima] pela religião e lebar a mãe. Nós o ano passado fomos p'ra lebar a canalha, p'ra mostrar o que é Fátima e eu não sei que tenho, quando entro lá dentro nem sei que parece.» (M., 36 anos, Merelim, São Paio, Julho 2000).

Esta visita assume um carácter religioso, mas também encerra uma componente festiva e de convívio que promove a inserção no espaço português (Rocha-Trindade, 1989). São muitos os emigrantes, incluindo os não crentes, que afiançam que é na esfera da religião que se sentem mais bem aceites em Portugal. Neste âmbito, Fátima destaca-se como lugar de uma dupla reconciliação com «Deus e com a Pátria».

O Futebol vem logo a seguir a Fátima como ponte privilegiada de ligação a Portugal. Existem muitos emigrantes que, apesar da sua radicação no estrangeiro e das escassas visitas a Portugal, conseguem manter vivos os laços com o país e identificar-se emocionalmente como portugueses graças e através do mundo do futebol:

«Os meus sobrinhos, que a mãe é francesa, o pai, o meu irmão é português, foi o futebol lá em França, o Europeu e eles ero todos Portugal e esses só biero uma bez a Portugal.» (M., 36 anos, Merelim, São Paio, Julho de 2000)

São, porém, os netos, já inseridos nas sociedades de acolhimento, e com percursos de vida diversos dos pais, quem invoca a origem portuguesa com mais orgulho, não como algo «a esconder», porventura um estigma, mas como uma mais-valia simbólica, um emblema a acarinhar.

Um terceiro vínculo que «prende» os emigrantes a Portugal remete para a família. Com ela partilham muitos momentos. A família emerge como foco de comunhão e interação privilegiada, como ponto de referência e de identificação:

«O que mais apreciava nas férias era a [minha] casa e os [meus] avós e tios e tias.» (Rapaz, 11 anos, Escola Secundária de Melgaço, 5.º ano, 2001)

Mas as relações familiares nem sempre se revelam pacíficas. Os casos de conflito são, na maioria das vezes, atribuídos a questões de ordem material. Na ausência do emigrante, os familiares ficam a tomar conta da casa, das propriedades ou das obras. Configuram-se assim situações propensas a conflitos, em que os papéis e os poderes se encontram normalmente mal delimitados, dando azo a ressentimentos, a desconfianças e a acusações de abuso de confiança e de exorbitância de competências.

Em tempo de férias, as relações com outros emigrantes são frequentes e até procuradas. Embora o emigrante procure assumir-se como português, este desígnio nem sempre encontra o retorno pretendido. Em alternativa, investe no convívio selectivo com aqueles que lhe são mais afins, ou seja, com outros emigrantes. Por sua vez, no estrangeiro, apesar de as suas características físicas não os destrinçarem das populações locais (Raveau, 1998), as diferenças culturais permanecem bem marcadas (Cunha, 1988; Leandro, 1995; Rocha- Trindade, 1998). Formando, até certo ponto, um grupo peculiar nas duas sociedades, o convívio entre emigrantes assevera-se intenso no estrangeiro e prolonga-se em tempo de férias.

No usufruto das férias, a influência de modelos estrangeiros nem sempre resulta líquida. No entanto, em certos casos é possível vislumbrar algumas referências ao estrangeiro:

«(...) a partir de amanhã [vou] à Régua, Bragança, chego lá durmo dois dias tranquilo; é um sítio que tem toda a berdura, é onde estebe o Jonh Mayor, Primeiro Ministro Inglês, numa quinta ao lado, numa casinha [de uns amigos emigrantes] estibemos nós.» (H., 50 anos, Merelim, São Paio, Julho de 2000)

Em férias, abundam as compras. No pequeno comércio e nas feiras, a relação comerciante/cliente é mais pessoal, conversa-se sobre a família, os amigos e os preços. Existe um atendimento diferenciado conforme a posi-

ção social de cada um; mergulha-se na «ordem normal das coisas» (Gonçalves, 2002). Estes laivos de controlo e de discriminação estendem-se, naturalmente, aos emigrantes, o que, de um modo geral, lhes é de pouco agrado:

«(...) porque ir assim aos mercados, aos boutiques gosto quando estão lá os preços marcados. Gosto de chegar a algum lado e perguntar o preço e dezerem sem olhar p'ra tua cara, isso gosto.» (M., 36 anos, Merelim, São Pedro, Julho de 2000)

Os hipermercados são os locais de eleição para efectuar as compras. Aqui acedem a preços mais baixos e conseguem uma certa invisibilidade. Não precisam de falar muito e diluem-se na multidão. Não existe uma relação de conhecimento pessoal entre vendedor e comprador, o tratamento é padronizado e uniforme.

Tempo de férias é tempo de quebrar rotinas. Acontece, por exemplo, irem com alguma frequência ao restaurante, prática, por sinal, rara no estrangeiro. Comer pode constituir uma actividade de lazer e não uma mera necessidade fisiológica. Os residentes detectam nesta afluência aos comércio e aos restaurantes, «sinais exteriores de riqueza» (Ribeiro, 1986), uma espécie de versão popular de «consumo ostentatório» (Veblen, 1970).

Mas, para a maior parte dos emigrantes, estas atitudes reflectem apenas a vontade de passar bons momentos, de se abrir a novas experiências, de gozar, em suma, as férias. Sem habituação precoce às novas realidades com que se deparam, os emigrantes socorrem-se, por vezes, de modelos entrevistados no estrangeiro, nomeadamente através dos meios de comunicação social, situação que os conduz a assumir atitudes que ora são autênticas, ora são artificiais e exageradas, consoante os casos e os olhos que as apreciam.

Os serviços públicos portugueses, em particular os serviços de saúde, recolhem a unanimidade das críticas dos emigrantes. Ressalta, sobretudo, a convicção de que, em Portugal, se o doente tiver dinheiro consegue um atendimento com qualidade, caso contrário «bem pode morrer»:

«Olhe o que eu gostava de ver mudado é a assistência médica, os hospitais e assim (...), Lá na Alemanha é mais humano, os médicos na Alemanha têm de fazer uma jura como os advogados e a jura deles é salvar vidas, aqui se tiberes dinheiro tens sorte» (M., 36 anos, Merelim, São Pedro, Julho de 2000)

Neste domínio, muitos emigrantes afiançam que se mantêm radicados nos países de acolhimento em boa parte para continuarem a usufruir do respectivo sistema de saúde. Esta é também uma das razões pelas quais as estadias em Portugal não são, de um modo geral, muito longas.

Durante as férias, a terra e o clima são apreciados, mas não as gentes, consideradas pouco acolhedoras, designadamente, em relação aos emigrantes. As matrículas estrangeiras dos carros, um dos seus principais símbolos, é fonte de muitos desgostos. Queixam-se da falta de tolerância e de civismo dos condutores. A sinalização afigura-se-lhes insuficiente e deficiente. Para além dos carros, a postura e a forma de vestir sobressaem como sinais distintivos dos emigrantes por terras lusas. Acrescente-se a língua, pretexto para muitas anedotas locais e um verdadeiro drama para os emigrantes e seus descendentes. Os jovens, entretanto regressados, a estudar no sistema de ensino português, quando questionados sobre a sua pior recordação das férias passadas em Portugal, respondem:

«(...) de dizerem para falar português e eu não podia.» (Rapaz, 11 anos, Escola do Ensino Básico, de Real, 2.º e 3.º ciclo 2001)

Estas vivências tendem a ser comuns à globalidade dos emigrantes. Mas existem outros aspectos que variam conforme a geração a que se pertence e a existência (ou não) da perspectiva de regresso.

Quando os emigrantes não acalentam a perspectiva de um eventual regresso, é maior o investimento no conforto e na qualidade de vida no estrangeiro. Nestes casos, já não se pronuncia tanto a clivagem entre o seu estilo de vida no estrangeiro e durante as férias em Portugal. Estas são mais frequentemente repartidas por vários períodos (alguns, durante o ano, gozados no estrangeiro). A vinda de férias a Portugal é menos regular e mais dispersa, alojando-se, habitualmente, em casa de familiares e não em casa própria.

A experiência das férias varia também consoante as gerações. Por exemplo, no caso da primeira geração, ao passar a fronteira o estatuto e os papéis da mulher e do homem sofrem alterações. Como assinalava uma entrevistada, se, no estrangeiro, homem e mulher caminham lado a lado, mal se toca o solo pátrio logo o homem vai à frente e a mulher segue atrás. Uma das dimensões mais sensíveis deste fenómeno prende-se com a suspensão da autonomia económica lograda pelas mulheres na vida quotidiana no estrangeiro. Por muito breve que seja a estadia em Portugal, o estatuto da mulher conhece uma clara regressão:

«(...) não, eu desde que venho p'ra qui não sou dona da carteira, acabou.» (M., 52 anos, Melgaço, Agosto de 1983)

No estrangeiro, a mulher adopta novas atitudes face à educação, emancipa-se e ensaia uma maior abertura sócio-cultural (Leandro, 1995). Homens e mulheres, ambos admitem que o facto de «passar a fronteira»

implica mudança de papéis, uma nova distribuição de tarefas e competências, entre as quais figura a capacidade de gerir orçamentos e movimentos.

Na «economia psíquica» do ciclo anual da vida dos emigrantes, as férias funcionam como uma «válvula de escape», propiciadora de catarse, excitação e «arejamento»:

«Os tonéis de vinho explodiriam se de vez em quando não fossem destapados, se não se deixasse penetrar um pouco de ar. Nós os homens, somos tonéis mal-ajustados que o vinho da sabedoria faria explodir, se encontrasse sempre a incessante fermentação da piedade e do temor divino. É preciso dar-lhe ar, a fim de que não se estrague. Por isso permitimo-nos alguns dias de bufonaria (a tolice), para em seguida regressar com duplicado zelo ao serviço do Senhor.»³

Norbert Elias e Eric Dunning (1992) consideram que na esfera profissional somos obrigados a ter comportamentos civilizados, mas que subsiste em nós a necessidade de ter válvulas de escape, por exemplo, no lazer, nas festividades ou no desporto, que combinam a emoção e a excitação de forma controlada. Assim, a função de muitas actividades de lazer é de criar tensões, cargas e descargas sucessivas de emoções susceptíveis de contribuir para o nosso equilíbrio. O lazer quer-se, neste sentido, pródigo em excitação. Nas suas férias, os emigrantes procuram vivências que convocam sensações, sentimentos e comportamentos extraordinários, fora do normal quotidiano.

Nesta turbulência estival, intensifica-se a porfia de rastos e de traços de identidade, que, porventura frágeis, periclitantes e, por vezes, passageiros, mais imaginados e projectados do que reencontrados ou descobertos, constituem, todavia, um precioso alimento da alma numa recorrente busca do «berço perdido».

Mas a esfera do lazer não é autónoma nem independente das restantes esferas sociais. O lugar que se ocupa na hierarquia social, sobretudo em termos de capital cultural e de categoria sócio-profissional, condiciona as escolhas e as práticas de lazer. Durante as férias, os emigrantes procuram viver momentos de lazer completamente separados do mundo do trabalho. Esta separação é facilitada pela distância quer ao nível do espaço físico, quer do contexto cultural, o que facilita a alteração do ritmo e do estilo de vida. Passam mais tempo em casa, convivem mais com a família e com os amigos, fazem mais compras,

³ Esta apologia figura na carta circular da Faculdade de Teologia de Paris, de 12 de Março de 1444, que condena a festa dos loucos e refuta os argumentos expostos por seus defensores (Bakhtin, 1987: 65).

mantêm uma relação diferente com o dinheiro⁴, cuidam mais de si próprios e tentam resguardar-se das pressões provenientes do exterior.

Afrouxam-se alguns vínculos. A mobilidade aumenta num espaço nacional consideravelmente alargado, singrado por múltiplos itinerários rumo a novos destinos. O uso do tempo segmenta-se e torna-se complexo, dando azo a um calendário cada vez mais heterogéneo. Diversifica-se, ainda, a procura de bens turísticos, com um acréscimo de exigência aos serviços de um país assumido como estância de férias. Portugal perde privilégios inerentes a eventuais compromissos de regresso definitivo, ou seja, perdem-se as amarras de futuros cativos.

A sociedade está dentro de cada um de nós e condiciona o nosso olhar, a nossa pesquisa. Por outro lado, tudo o que fazemos, enquanto investigadores, acaba por ter reflexos na sociedade (Giddens, 1978), realidade que Pierre Bourdieu designa por *efeito de teoria*, ou seja, o «poder agir sobre o mundo agindo sobre a representação do mundo» (1992: 123). Neste sentido, gostaria de alertar para as potencialidades, tão descuidadas, da oferta turística direccionada aos emigrantes⁵ e, em simultâneo, contribuir, de algum modo, para os fazer sentir que não são a parte «sombria da nossa história», o que sobra do nosso recalçamento colectivo. Urge preservar a memória condigna do que foi a emigração, do que foram e são as férias dos emigrantes, o seu regresso, as inúmeras marcas que imprimiram nos locais de onde partiram e onde se inseriram. Iniciativas tais como a criação da Biblioteca Museu Dr. Manuel Luciano da Silva, em Vale de Cambra, o projecto do Museu da Emigração, em Fafe, e a «Sensibilização comunitária numa óptica de interculturalismo em meio de forte emigração»⁶, na área da Dio-

⁴ Durante o ano, os emigrantes habituaram-se a que certos bens e serviços fossem gratuitos. Mas em férias os sistemas são outros. Paga-se, por exemplo, a consulta a um médico, algo impensável em alguns países de acolhimento: «Eu já tibe dois anos seguidos que bim aqui a Portugal e tibe qu'ir c'ó a minha filha ao médico, paguei 5 contos, mas é como digo a mim não me faz diferença, gastar mais 5 menos 5 nas férias» (Mulher, 36 anos, Merelim São Pedro, Julho de 2000).

⁵ Foram muitos os emigrantes que, durante as entrevistas, manifestaram vontade de conhecer Portugal com alguém que os «guiasse» pelos locais mais importantes. Vão por exemplo a Lisboa e visitam o Bairro Alto, mas gostariam que alguém lhes explicasse o que vêm. Gostam de «fazer pontes» com o país de acolhimento, elegendo, por exemplo, a Ponte D. Maria, no Porto, por ter sido projectada por Eiffel. Este é, sem dúvida, um dos aspectos que merecia maior atenção por parte da indústria turística portuguesa.

⁶ «Acção 1 – Estabelecimento de um serviço de informações e encaminhamento de casos sobre problemas relacionados com a emigração:

População alvo: Famílias emigrantes.

Acção 2 – Ensino do Francês:

População alvo: Familiares de emigrantes candidatos à emigração.

Acção 3 – Em aldeias de forte emigração, introdução de uma abordagem intercultural (...)» (Rocha-Trindade, 1982: 9).

cese de Coimbra, podem concorrer para que os emigrantes vislumbrem alguns sinais do «berço perdido» e passem a sentir-se parte integrante, sem complexos, nem eufemismos, da memória, da vida e da História de Portugal. Finalizo este texto com o embaraço de quem acaba com a vontade de recomeçar. Como diria Blaise Pascal (1998: 19), «A última coisa que se acha ao fazer uma obra é saber o que se deve pôr primeiro».

Referências

- BOURDIEU, Pierre (1992), *Réponses. Pour une anthropologie réflexive*, Paris: Éd. du Seuil.
- CUNHA, Maria do Céu (1988), *Portugais de France*, Paris: Éd. L'Harmattan.
- DUMAZEDIER, Joffre (1979), *Sociologia empírica do lazer*, São Paulo: Editora Perspectiva.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric (1992), *A Busca da Excitação*, Lisboa: Difel.
- GIDDENS, Anthony (1978), *Novas regras do método sociológico*, Rio de Janeiro: Zahar.
- GONÇALVES, Albertino & GONÇALVES, Conceição (1991), «Uma vida entre parênteses. Tempos e ritmos dos emigrantes portugueses em Paris», *Cadernos do Noroeste*, vol. 4 (6-7), pp. 147-158.
- GONÇALVES, Albertino (1996), *Imagens e clivagens. Os residentes face aos emigrantes*, Porto: Edições Afrontamento.
- (2002), «Um perfume de utopia: Ir às compras ao hipermercado», a publicar na revista *Comunicação e Sociedade*, Universidade do Minho.
- LAURENT, Alain (1973), *Libérer les vacances?*, Paris: Éd. du Seuil.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1995), *Au-delà des apparences, Les Portugais face à l'insertion sociale*, Paris, Éd. L'Harmattan.
- LEITE, Maria Carolina (1998), *Eva, depois do paraíso. Modos de habitar e identidade no percurso migratório*, Braga: Universidade do Minho.
- PASCAL, Blaise (1998), *Pensamentos*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- RAVEAU, François, (1998), «Espaces pluriculturels et étnicité: Présence Portugaise en France», in ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz & RAVEAU, François (orgs.) (1998), *Péeseence Portugaise en France*, Lisboa: CEMRI/ Universidade Aberta, pp. 151-160.
- RIBEIRO, F. G. Cassola (1986), *Sinais exteriores de riqueza (contos que a emigração me contou)*, Fundo documental e iconográfico da emigração e das comunidades Portuguesas, Águeda: Grafilarte.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1982), «Sensibilização comunitária numa óptica de interculturalismo em meio de forte emigração», *Nação e Defesa*, n.º 26, pp. 73-90.
- (1998), «Les Temps Mythiques des migrations», in ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ & Raveau, François (orgs.) (1998), *Presence Portugaise en France*, Lisboa: CEMRI/ Universidade Aberta, pp. 25-38.
- (1989), «A presença dos ausentes», *Sociedade e Território*, n.º 8, Ano 3/Fevereiro, pp. 8-16.
- VEBLEN, Thorstein, (1970), *Théorie de la classe de loisir*, Paris: Gallimard.

A MINHOTA TRAJADA À VIANESA: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UM ÍCONE DA CULTURA POPULAR

ALBERTINO GONÇALVES*

RESUMO

A «minhota trajada à vianesa», um dos ícones mais bem sucedidos da cultura popular portuguesa, compõe um retrato em que o Minho e o próprio País se revêem. Como se processou, desde o século XIX, a construção desta figura? Em que contextos e graças a que dinâmicas sociais? Quais foram os principais actores? Que formas e significados foi revestindo até à actualidade?

Razões de vária índole justificam a escolha da figura da «minhota trajada à vianesa», e do culto que lhe é votado, para tema deste estudo. Em primeiro lugar, trata-se de um dos «ícones» de raiz etnográfica e popular com maior projecção e visibilidade a nível local e nacional. Retomando uma expressão de Joaquim Pais de Brito (1996), a «minhota trajada à vianesa» compõe um retrato em que o Minho e o próprio País se revêem. Frisando a caricatura, pode-se avançar que, ainda hoje, na simbologia pátria, quando se pensa mulher logo acorre a imagem da «minhota»; homem, a do «campino»; e animal, a do «galo». Poucas figuras sintetizam tão a preceito a ideia, cara ao salazarismo, da unidade nacional na diversidade regional como o par formado pelo campino e pela minhota. Em segundo lugar, estou em crer que estes apontamentos podem eventualmente revestir-se de

* Professor Associado no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho.

alguma utilidade para estudos congêneres que abordem a construção e a dinâmica dos emblemas e das identidades populares. Concorrem, nesse sentido, algumas características da história da figura da minhota. Resulta de um processo deveras longo, complexo e sinuoso, mas particularmente «bem sucedido». A sua carga de identificação e mobilização permanece notável. Transcende o quadro regional e abrange praticamente todas as categorias sociais. Em Viana do Castelo, não ressalta, embora por motivos diversos, nenhuma categoria que lhe seja indiferente. Tal como a conhecemos, a figura da minhota trajada à vianesa resultou de uma heteroconstrução. A sua génese, estilização e consagração como «objecto de culto» envolveu inúmeros agentes, mormente das elites aristocráticas e burguesas, nem sempre de raiz local. Neste quadro, a relação entre o retrato, os retratantes e os retratados assevera-se problemática, ambígua e instável. Do alheamento popular inicial ao actual investimento geral, muitas peripécias marcaram este percurso, que, pela sua extensão, complexidade e relevância local, é possível confrontar com os vários contextos e movimentos históricos em que evoluiu. Uma última razão, mais aleatória e de cunho pessoal, subjaz à escolha deste tema. Numa investigação colectiva recente dedicada à Romaria da Senhora da Agonia, de Viana do Castelo (Martins *et al.*, 2000), deparei, obsessivamente, com a omnipresença da mulher, ciosa da sua indumentária regional. Desta espécie de namoro transversal provêm estes breves e tímidos apontamentos.

Como germinou a figura da minhota?

O terreno apresentava-se fértil e propício. O Minho era, na escrita hiperbólica de José Augusto Vieira, «seio ubérrimo das tradições que individualizam uma nacionalidade (...), tabernáculo sagrado das nossas tradições étnicas» (Vieira, 1986: III). A esta exuberância de «usos e costumes», acrescenta-se a presença notável da mulher, tanto em casa como na vida pública. A riqueza etnográfica e o estatuto peculiar da minhota não são, contudo, suficientes para a emergência de um ícone cultural. Todos os povos e culturas geram os seus ícones. Mas para isso não basta a preexistência de referências. É preciso todo um trabalho de construção e de cristalização que, a partir de uma base real ou imaginária, selecciona determinados traços, inventa outros, combina-os e atribui-lhes sentido, acabando por criar uma configuração original.

Tanto quanto me foi dado apurar, os primeiros esboços de relevo e culto das mulheres do Minho, com os seus trajes típicos, foram obra e iniciativa de homens, das elites e forasteiros. Nestes termos, começa, em absoluto, como uma heteroconstrução protagonizada por ilustres viajantes (os *touristes*, como eram então designados). É um facto que só em parte surpreende. Embora relativamente recente, o fenómeno do turismo estava em voga, e na moda, nas elites europeias do século XIX. As viagens eram encaradas como terapêuticas a diversos títulos: receitas pelos médicos como

factor de cura para várias maleitas, eram ainda vividas como experiências iniciáticas e regeneradoras (Corbin, 1995). Muitos destes viajantes faziam-se ao caminho imbuídos do espírito romântico que já animava Almeida Garrett: desencantar, entre paisagens e tradições ancestrais, «tudo quanto era passado ainda com restos de vida» (Ferro, 1948: 19), ou seja, os tesouros escondidos da genuína cultura popular. Nesta demanda, o Minho destacou-se claramente como destino de eleição. Em finais do século XIX, era esta, aliás, a província mais turística do reino, por sinal, inspiradora de vários livros de viagens (Costa, 1874; Vieira, 1986; Ortigão, 1887). De Lisboa e do Porto, organizavam-se, inclusivamente, excursões de comboio por altura das Festas d'Agonia¹. Refira-se, de passagem, que as fontes da época mostram que Viana do Castelo assumiu desde muito cedo a sua vocação turística de anfitriã obcecada com a sedução dos forasteiros. De entre os numerosos viajantes descobridores de micropátrias que calcorrearam este «jardim de Portugal», D. António da Costa (ver texto recolhido) e Ramalho Ortigão foram provavelmente aqueles que desempenharam um papel reconhecidamente pioneiro e decisivo no desenho dos contornos da imagem da minhota, enunciando alguns dos tópicos que lhe são mais característicos.

A Minhota

«De quantas impressões me encantaram a alma na formosa provincia, nenhuma se me entranhou tão viva como a da mulher do Minho.

Para muito vinha predisposto, para tanto não. Foi a um tempo novidade e encanto (...)

Differem nas modas do trajo as mulheres do Minho, só não differem no character. São muitas, são diferentes conforme os districtos e as localidades; são todas uma na essência. O character, a essencia da minhota é o trabalho.

Facto extraordinário encontro n'ella: a alliança entre a poesia e o trabalho. (...) É poética. Provam-no essas qualidades da alma que teem, a elegancia dos seus penteados, o bom gosto dos seus trajos (...) Provam-no esses arvoredos em que vivem, essas margens, essas relvas, essas flores, que tudo lhes está fallando ao coração, e que d'este modo lh'ó inspiram e lh'ó educam.

¹ O jornal *A Aurora do Lima*, de 4 de Agosto de 1899, noticia as seguintes «excursões a Vianna»: «A Associação Musical 11 de Março, Bombeiros Municipaes de Lisboa, realisa nos dias 17, 18, 19 e 20 do corrente mez de agosto, um passeio de recreio a esta cidade. / É feito este passeio em comboio especial, composto de carruagens de 2.ª classe, e o seu preço é, na verdade, diminuto, que de certo deve ser enorme o numero de excursionistas (...) No dia 27 do corrente annuncia-se a vinda a esta cidade dos operarios do Porto e Gaya, em numero de 2:000, approximadamente.»

Sim, é poética a minhota, mas sendo poética, é ao mesmo tempo a mulher essencialmente trabalhadeira, positiva, real; porque, n'esta provincia, ao contrario do que em toda a parte succede, a mulher é que toma verdadeiramente o logar do homem, e o homem não passa de accessório (...)

Exigiria um livro a descripção do trajar em todos os sítios da notavel Provincia. Na impossibilidade de largo desenvolvimento (...) daremos uma idéa do trajo minhoto (...) no districto de Vianna, onde vemos a lavradeira ou nas romarias ou nos mercados, verdadeiros bailes de mascaradas, e tão verdadeiros, que de lavradeiras se entram no carnaval muitas senhoras, em trajos de lavradeiras se photographam muitas tambem, em trajos de lavradeiras vão aos campestres *pic-niks*, para mais elegantes e poéticas se apresentarem.

Logo ao chegar a Vianna vi um mercado.

A primeira minhota que me surpreendeu foi uma lavradeira da freguezia de Deuchriste (...) Cobria-lhe o alto da cabeça, e acompanhava o cabelo na linha caprichosa que elle formava, um lenço de neve bordado de flores, em nó atado na nuca, especie de turbante gracioso. Devo desde já dizer que o grande lenço na cabeça, deixando ver na frente o cabelo, e enlaçado atrás, caindo as pontas elegantemente pelas costas, é a casquilharia da minhota, o enlevo d'ella e dos que a vêem. Corresponde ao pé da parisiense e ao abanico da hespanhola. Das orelhas pendiam-lhe arrecadas resplandcentes, ao redor do pescoço um grillhão de oiro em cinco voltas, deixando por entre ellas ver a carne. O peito arqueado, cobria-lh'o lenço á chineza, traçado para traz das costas. Sáia de lã fina, entrançada de listas de cores com barra escarlata debroada de verde; jaleco de riscas curtissimo, deixando entre elle e a sáia apparecer mão travessa de camisa alvissima; mangas largas, brancas e bordadas. A personificação do asseio e da campestre elegancia minhota.

Era este o vestir d'aquella freguezia, que apresento como feição geral, mas o que torna deliciosa a romaria, o mercado e o arraial, é a immensa variedade dos trajos, conforme as freguezias e os districtos. [*Segue-se descripção dos trajos de Anha, Santa Marta, Meadela e Areosa*]

As da Ariosa são as de trajo mais caprichoso e notavel, principiando algumas, infelizmente, a amodernar-se (...)

Se porém são variadissimos os trajos, conforme as freguezias, os concelhos e os districtos, ha um ponto geral em que se ajustam as mulheres de todas as localidades (...) Esta feição, seu baptismo social, imprime-lhe character na individualidade: é o oiro. (...) O coração da minhota adora o seu namorado, a imaginação da minhota sonha com o seu oiro. A que apresenta nas orelhas um par de compridas e largas arrecadas obedece simplesmente ao minimo do dever; a que apresenta dois pares, cumpre-o; o luxo é penderem-lhe das orelhas tres pares, e ás vezes quatro. O peito da minhota, um céu estrellado. Grillhões de todos os feitios, corações de oiro lavrado excedendo a palmo (...). Não toca só em



Fig. 1: *Minhota segurando a soga*, de Manuel Couto Viana.



Fig. 2: Minhotas trajando à lavradeira no início do século (postal editado pelo Bazar Couto Vianna).

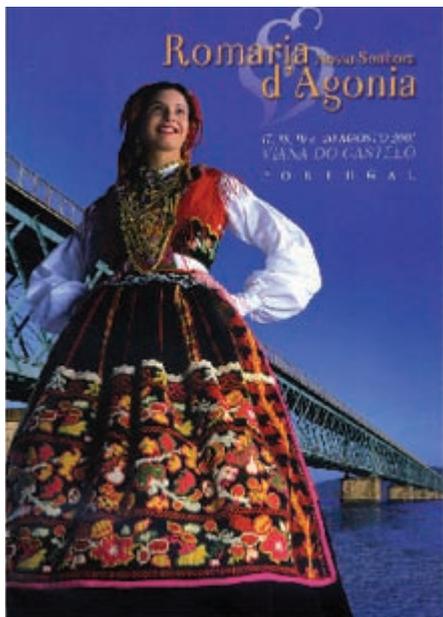


Fig. 3: Cartaz da Romaria de N.^a Sr.^a d'Agonia (2001).



Fig. 4: Imagem de Nossa Senhora do Minho.

luxo esta notável originalidade da minhota, quasi que toca em vicio, pelo menos é paixão (...)

No Minho poderá ainda o trabalho das artes e officios pertencer ao homem. Os campos pertencem á mulher.

Tal é em ligeiro esboço a mulher do Minho no seu conjuncto original. Gentil, phantasiosa, meiga e sobretudo trabalhadeira por excellencia. Não erro, pois, quando digo que a mulher do Minho enternece. E não só enternece, mas dá motivo para nos gloriarmos de pertencer a uma nação, que ao mundo póde perguntar com ufania: “Onde tendes uma mulher como a minhota de Portugal?” (Costa, 1874: 251-266).

- 1) Deparar-se com uma minhota releva de uma experiência que se aproxima de uma «revelação»;
- 2) O seu carácter típico remete para uma essência cuja origem pode remontar a um cruzamento étnico «d’esse genio celta, que foi o nosso *fiat* genesisico, e d’essa alma grega, que foi a nossa iniciação artistica» (Vieira, 1986: III);
- 3) As minhotas são mulheres de trabalho sem igual;
- 4) São, também, poéticas, transformando, com mãos de fada, tudo que tocam em obra de arte;
- 5) Existe uma perfeita sintonia com a paisagem e a natureza, ao ponto de, por exemplo, a Ribeira Lima, a cidade de Viana do Castelo e a minhota (ou a vianesa) comungarem dos mesmos atributos num jogo especular de metáforas e metonímias;
- 6) Guardiã da tradição², a mulher evidencia uma superioridade moral face ao homem³, havendo até quem vislumbre alguns laivos de matriarcado na sociedade minhota. Este estatuto peculiar da mulher depressa é estereotipado em diversas ilustrações (ver Fig. 1): invariavelmente, uma linda e esbelta mulher do Minho, ostentando bonitos

² O Conde d’Aurora (1929: 212) formula nos seguintes termos o contraste entre homens e mulheres no que respeita à salvaguarda dos usos e costumes locais: «Carros, cestos, sacas, feixes – todo o peso, todo o trabalho é para a mulher. Eles, os moços: de alfádega atrás da orelha e marmeleiro ou lódão nas unhas, as mais das vezes de guarda-chuva negro, quando não trazem o palhinhas citadino ou o panamá de quem foi ao Brasil, se não a máscula camisa caqui e as grevas dos estoques americanos de França. / E os que andaram fugidos à militança ou atraídos pela peseta nas terras da Galiza, já trazem a gorra azul e a alpercata dos irmãos de Rosalia de Castro. / Que o português, o minhoto, é assim! Se emigrasse para Inglaterra vinha-nos a jantar de *smoking* e a jogar *golf* nas chãs da nossa ribeira. / Valha-nos a heróica, tradicional e linda mulher do Minho. Deus te abençoe, Mulher!».

³ Sobre esta pretensa superioridade moral da mulher, ver Poinard (1912: 56-57).

trajes da região, segura a soga de uma junta de bois que puxa o carro da vida (o carro de bois). Em alguns dos casos, o homem segue atrás no carro de bois (gravura da capa de *O Minho Pitoresco*), noutros, a mulher é ladeada ora por um homem a cavalo, ora por dois, um de vara na mão e o outro tocando harmónio (cartazes das Festas d'Agonia de 1912 e 1914, da autoria de Manuel Couto Viana);

- 7) O traje, obra exclusivamente feminina desde as «substancias primas» até à «última malha da renda», encerra uma riqueza, originalidade e diversidade a todos os títulos assinalável⁴;
- 8) No século XIX, o traje à vianesa já usufruía de alguma notoriedade, nomeadamente ao nível das elites. A sua projecção ultrapassava as fronteiras, existindo, por exemplo, na viragem do século, anúncios publicitários brasileiros com a figura da lavradeira minhota⁵. Despontava a consciência de que importava estudar, descrever, inventariar, classificar, preservar e promover este tesouro ímpar da cultura popular;
- 9) Esta missão depara-se tanto mais imperiosa e urgente quanto, *já no século XIX*, se teme a ameaça das sequelas da modernidade para a autenticidade e a sobrevivência dos usos e costumes, em geral, e do traje típico regional, em particular;
- 10) O ouro, e o dourar-se, é uma componente com um forte enraizamento na cultura local que se manifesta inseparável da condição e da figura da mulher minhota;
- 11) Reconhecida como um valor e um emblema nacional, sobre a minhota trajada à vianesa paira a aura de um ícone da cultura popular portuguesa.

⁴ A este propósito, escreve Ramalho Ortigão: «As vestimentas das vendedoras, conservando aqui, excepcionalmente, toda a pureza do costume tradicional, são as mais pittorescas, as mais graciosas, as mais variadas de côr e de linha, as mais felizmente achadas para fazer realçar a graça das formas, a ondulação dos movimentos, o mimo da expressão feminino» (1887: 43). A mulher do Minho «está dos pés á cabeça ricamente vestida pelo trabalho que ella só executou desde a primeira manipulação das substancias primas tomadas á materia bruta até ao ultimo ponto da costura e a ultima malha da renda. De duas ovelhas, de uma leira de terra e de um punhado de semente ella extrae pela sua aptidão e pelo seu talento todo o enxoval do seu noivado e todo o bragal da sua familia. Extrae ainda alguma cousa mais preciosa que tudo isso, e é o respeito dos outros e a dignidade de si mesma» (*Ibidem*: 43).

⁵ Ver reprodução de um destes anúncios em Vasconcelos (1998: 69-70).

A esta fisionomia física e moral proposta por D. António da Costa, acrescenta Ramalho Ortigão (1887: 34-35) a já então proverbial beleza da mulher do Minho: «Prezo-me de ter visto mulheres e de ter reparado n'ellas em alguns sítios onde mais famosas se tornaram as legendas da formosura. Vi-as celebradas pela arte nas melhores telas de Leonardo de Vinci, de Raphael e de Ticiano, de Velásquez e de Murillo, de Van Dyck e de Rubbens, de Rembrandt e de Latour, de Reynolds e de Thomas Lawrence. Vi-as nos proprios logares onde vivem ainda as conterraneas dos grandes typos consagrados pela arte: em Hyde Park e em St. James Park, nos Champs Elysées e no Luxemburgo (...) Pois bem! eu acho-me hoje na obrigação de declarar que nunca, em parte alguma, vi mulheres mais bonitas do que algumas das que encontrei a vender na feira de Vianna.» Em contrapartida, para Ramalho Ortigão, «a mulher de Lisboa (...) é das mais feias da Europa» (*ibid.*: 36).

Na Europa, no País e na região, o «espírito do tempo» apresentava-se, então, de feição a este género de construções culturais ancoradas no património etnográfico popular. No seio das classes dominantes, designadamente na burguesia, desenvolvem-se novos estilos de vida que apontam para o reforço da vida mundana, a profusão dos clubes ⁶, a valorização do lazer, a procura do ar livre, do campo e da praia, o enlevo pelos passeios e viagens, a atenção votada ao cuidado do corpo, ao exercício físico e ao desporto. Os espaços semi-abertos para recreação, principalmente, da «gente elegante» proliferam. Pense-se, por exemplo, no caso dos jardins e dos passeios públicos. O turismo afecta não só os seus adeptos e praticantes como também os territórios e as populações visadas. Neste capítulo, nunca será demais sublinhar o papel desempenhado pelo turismo na expansão da «indústria do típico», da «encenação de autenticidades» (Urry & Crawshaw, 1995: 54) e, de um modo geral, do consumo e oferta de «bens etnográficos». Por outro lado, à contracorrente do progressismo liberal e universalista, ganha corpo na Europa novecentista um movimento cultural, de claro pendor romântico, que preza a tradição, sobretudo histórica e popular, e as questões de identidade (nacional, regional, étnica...). Este ímpeto etnográfico também se fez sentir em Portugal. Teófilo Braga, F. Adolfo Coelho, J. Leite de Vasconcelos, A. A. da Rocha Peixoto ou Z. Consiglieri Pedroso lançam pesquisas e obras que rasgam caminhos no domínio da etnografia, da filologia e da arqueologia.

Em Viana do Castelo, os ventos de folclorização também sopravam de feição. Se o Alto Minho pontifica como manancial de cultura e arte popular,

⁶ Viana do Castelo conta, na alvorada do século XX, com vários clubes: por exemplo, o Viana Taurino Clube, o Gymnasio Club, o Club Recreativo de Caçadores, o Club Naval Vianense ou o Sport Club Viannense.

em muito o deve às Festas d'Agonia que, desde muito cedo, funcionaram como viveiro e montra exemplar do património e da identidade regionais. No último quartel do séc. XIX, as festas sofrem, ao mesmo tempo, uma franca expansão e uma metamorfose decisiva. Se antes se confinavam aos campos d'Agonia e do Castelo e áreas adjacentes, desenvolve-se agora um novo pólo na avenida marginal junto ao Passeio Público e à ponte recentemente inaugurada. Aqui nascem, ano após ano, enxertados no programa da Romaria, números como a Regata, a Serenata e o Festival no Jardim Público. Estas mudanças exprimem um aburguesamento das festas. Pela primeira vez se institui uma clivagem material e formal no seio do público. A «sociedade elegante» tende a demarcar-se do «muito povo». É o caso, por exemplo, do Passeio Público, local certamente privilegiado para o desfrute das novas atrações, mas todo ele cercado por uma vedação e com entrada a pagar: dentro, compraziam-se as elites; fora, acotovelava-se a «enorme multidão»⁷. Por outro lado, consagra-se a divisão entre o actor, no palco, e o público, na assistência. É neste novo cenário, o mais burguês das Festas d'Agonia, que se dão os passos mais significativos no sentido da espectacularização da cultura popular, que «tem como efeito (...) subtrair os camponeses à condição de *agentes* reduzindo-os à condição de *actores*» (Vasconcelos, 1997: 219). Esquematizando, tudo parece passar-se como se uma parte do povo se exibisse no palco não para o restante povo, mas para as elites, as principais promotoras e consumidoras deste género de encenações.

A vocação de Viana do Castelo como capital do folclore, e da romaria d'Agonia como seu expoente, beneficiou de um impulso notável nos últimos anos da monarquia. Em 1901, as tradições regionais passam a constar, explicitamente, do programa das Festas d'Agonia. Nele se menciona que, no dia 19, «os forasteiros poderão apreciar o mais bello quadro dos nossos costumes, sobresahindo as *nuances* garridas dos trajes das camponezas de Vianna e seu districto». Esta mais-valia parece, no entanto, relevar, ainda, de uma espécie de «geração espontânea», sem interferência por parte de qualquer instituição organizadora. A situação altera-se, contudo, em 1905, ano

⁷ O incómodo material e simbólico causado pela cerca era de tal ordem que, após a implantação da República, uma das medidas da nova câmara foi proibi-la, «não consentindo que qualquer logradouro publico ao mesmo publico fosse vedado para as diversões do costume» (Jornal *A Aurora do Lima*, de 19.06.1911). As reacções não se fizeram esperar e a própria comissão organizadora das Festas, ligada à Associação Comercial, acabou por se demitir. Encontrou-se, por fim, um compromisso. Autoriza-se a vedação mas «de fórma que o publico que queira aproveitar-se d'essa commodidade, não fique inhibido de admirar aquella diversão sem onus, visto que se fará com arames pregados em postes junto da valeta» (Jornal *A Aurora do Lima*, de 11.08.1911).

em que a comissão se propõe organizar um concurso «de *esturdias, tocatas* e outros grupos musicais aldeãos com todo o seu feitio typico da região. Para classificar o melhor grupo haverá um jury especial, que conferirá premios pecuniários» (Jornal *A Aurora do Lima*, 31.07.1905). Em 1907, promove-se uma exibição de «dansas e cantares typicos por grupos de lavradeiras do Minho com os seus 'costumes' multicôres» (*A Aurora do Lima*, 14.08.1907). Em 1908, acontece a *Parada Agrícola*, versão pioneira do actual *Cortejo Etnográfico*, onde se prevê que desfilem «os melhores exemplares de gado...; grupos de lavradeiras com seus trajes garridos ou costumes tradicionaes; carros de lavoura ornamentados e com grupos de homens e de mulheres do campo; grupos de tocadores com instrumentos primitivos, e tantos outros elementos que imprimam ao concurso, além de um character festivo e typico, o da utilidade de certamens desta natureza» (*A Aurora do Lima*, 31.07.1908). No ano seguinte, é retomada a *Parada*, agora com outra envergadura e mobilização. Em 1910, não houve parada agrícola. Realizou-se, em contrapartida, «um concurso de costumes typicos, descantes e danças regionaes, formados por grupos das mais formosas raparigas das freguezias do concelho, as quaes ostentarão os seus mais ricos trajes caracteristicos que tão apreciados são em todo o paiz e na provincia da Galiza pela polychromia das suas côres. Aos grupos são conferidos premios pecuniários» (*A Aurora do Lima*, 05.08.1910). Este certame, tal como os congéneres de 1905 e 1907, prefiguram nitidamente o número que mais tarde se tornaria famoso sob o nome de *Festa do Traje*. Por esta altura, o culto da figura da minhota já raiava a idolatria.

Para além das Festas d'Agonia, e das respectivas comissões, outras entidades se destacam na promoção do património etnográfico do Alto Minho. Por exemplo, o Sport Club Vianense e a casa comercial Nova Havaneza / Bazar Couto Viana. O primeiro, uma associação recreativa e cultural do maior relevo na cidade, ocupou-se anos a fio da organização das Festas d'Agonia, precisamente no período em que a sua componente etnográfica mais se expandiu. O seu contributo foi também decisivo para a realização das paradas agrícolas. Por estranho que pareça, uma casa comercial assumiu, na viragem do século, um papel crucial no desenvolvimento da «indústria do típico» e, por conseguinte, dos produtos e dos valores regionais. Desde meados do século XIX que a Nova Havaneza, propriedade da família Couto Viana, mantinha a concessão do abarracamento da Feira d'Agonia (Araújo, 1993). «No coração da Cidade e no coração das Festas» (Martins *et al.*, 2000: 94), esta empresa ocupava-se, por exemplo, do alojamento dos forasteiros e da venda dos bilhetes para as diversões. Logo nos primeiros anos do séc. XX, o Bazar Couto Viana edita várias e extensas colecções de bilhetes postais ilustrados dedicados aos «usos e costumes», ao «traje» e à «vida minhota» (ver Figura 2). Propõe, ainda, aos clientes, conforme anúncio de 1920, «costumes do Minho em preto e colorido, factos à lavradeira, à

moda do Minho e bonecas com o mesmo traje de todos os tamanhos» (*Pró Viana*, 1920).

A República abre um parênteses de quase suspensão da expansão pública da espectacularização dos usos e costumes regionais. Isto não significa, porém, uma pausa na actividade de construção da figura da minhota trajada à vianesa, mas antes a sua deslocação para as margens e os interstícios da sociedade oficial, animada muitas vezes por uma postura de resistência à modernidade, em geral, e ao próprio regime, em particular. Como sugere Jorge Freitas Branco (1999: 42), «ao universalismo ideológico do regime terão as forças que se lhe opunham respondido com um recolhimento regionalizante». No Alto Minho, sob a República, o ímpeto etnográfico deslocou-se mas não esmoreceu. Foram vários os intelectuais, artistas plásticos e «etnógrafos» locais que, neste contexto, se debruçaram sobre os usos e costumes, os trajes e os cancioneiros regionais, entregando-se à sua preservação e valorização. Manuel Couto Viana, presença sistemática na organização das Festas da Agonia, autor de alguns dos seus mais reputados cartazes, homem de confiança do Estado Novo, foi, provavelmente, até aos anos sessenta, a personalidade mais marcante no que toca à história da cultura popular no Alto Minho. Além de vários textos dedicados às «coisas do povo», deixou um legado apreciável de desenhos onde inventaria, classifica e estiliza as muitas variantes do traje à vianesa⁸. Para a esteticização da minhota, muito contribuíram também os cartazes e as gravuras de Luís Filipe, caricaturista famoso do primeiro modernismo português. Cláudio Basto (1930) e Afonso do Paço (1994), dois etnógrafos de projecção nacional, esmeraram-se, cada um por seu lado, na caracterização e taxinomia do traje regional. Volvidos setenta anos, a obra de Cláudio Basto, *Traje à Vianesa*, mantém-se como o cânone incontestado, a referência mor nesta matéria. Abel Viana teve, após a Primeira Guerra Mundial, uma influência decisiva na formação dos primeiros grupos folclóricos. Nos anos vinte, o essencial da figura da minhota trajada à vianesa já se encontrava firmado e definido. De substantivo, o Estado Novo e, em particular, o Secretariado Nacional da Informação, dirigido por António Ferro, pouco lhe acrescentaram. Levaram, isso sim, sistematicamente, a sua folclorização, estilização, esteticização e nacionalização a níveis extremos.

Um último apontamento acerca da relação entre o «povo» e o seu retrato, ou seja, as entusiásticas projecções de que é alvo. Erigido a objecto de pesquisa e de culto, a adesão do povo à sua própria encenação nem sem-

⁸ A Câmara Municipal de Viana do Castelo publicou, deste autor, em 1989 e 1990, dois volumes de uma antologia de textos (*Ferro-Velho: memórias e estudos*) e, em 1993, uma colecção de desenhos (*Minho: Desenhos*).

pre foi espontânea nem sequer imediata. Pelo menos, até à Segunda Guerra Mundial, defraudou frequentemente os anseios dos promotores de vários concursos, cortejos, amostras e outras folclorizações do género. A história das primeiras paradas agrícolas é, a este propósito, bem elucidativa. A Parada Agrícola de 1908, cuja organização teve o condão de concitar a boa vontade da generalidade dos poderes, foi, sem dúvida, um sucesso, mas a participação do «povo das aldeias» ficou aquém das expectativas. Participaram grupos de lavradeiras da Areosa e de Perre (*A Aurora do Lima*, 21.08.1908), mas os de Meadela, Santa Marta e Afife, embora aguardados (*A Aurora do Lima*, 17.08.1908), acabaram por não comparecer. Trata-se de um sintoma precoce de um desafio que vai perdurar: como colmatar a falta de envolvimento e de interesse das camadas populares? Como motivá-las para uma participação que, constata-se, não é natural nem garantida? Em matéria de usos e costumes regionais, parece ter sido mais fácil mobilizar as classes dominantes e os órgãos do poder do que as tão solicitadas massas populares. Missão relativamente recente das elites, a descoberta e a promoção do «povo» confrontam-se amiúde com o respectivo alheamento e resistência. Aprendida a lição, para a parada do ano seguinte, 1909, o esforço de mobilização, sobretudo do povo, vai ser enorme. Convocam-se praticamente todas as esferas de poder (burguesia, aristocracia, Igreja, Estado e sociedade civil). «O Sr. Arcebispo de Braga publicou uma portaria, recomendando a todos os revs. Parochos deste districto que, em ocasião opportuna, fóra da missa parochial, expliquem aos seus parochianos em que consiste a Parada Agrícola... animando-os a assistir, a inscrever-se como concorrentes, ou a auxiliar por outros meios os bem intencionados esforços dos promotores daquelle certamen» (*A Aurora do Lima*, 06.08.1909). Por seu lado, «os srs. Governador civil e presidente da camara interessam-se a valer pelo bom resultado da Parada Agricola» (*A Aurora do Lima*, 07.07.1909). O primeiro dispõe-se a «fazer pedidos... às camaras municipais e administradores do concelho» no sentido de «auxiliarem efficazmente a concorrência á Parada Agrícola» (*A Aurora do Lima*, 12.07.1909). A Casa Real confirma os prémios. Os deputados pelo círculo de Viana intercedem junto do governo para obter vários tipos de apoio. As associações não se fazem rogadas. A própria comissão de festas provém do Sport Club Vianense. A nobreza e a burguesia tão pouco deixam os seus créditos por mãos alheias. Multiplicam-se as inscrições e os donativos provenientes de ambas as classes. O cortejo redundou num êxito memorável.

Três perigos pareciam ameaçar os tesouros ancestrais da cultura popular. Em primeiro lugar, a «grande onda do cosmopolitismo [que levava] aos mais recônditos recessos das nossas ingénuas aldeias a sua devastadora e desnacionalizadora influência» (Lemos, 1919). Em segundo lugar, o persistente alheamento do povo face às iniciativas programadas em seu nome e em sua homenagem. Em terceiro lugar, os sinais de despreendimento do povo em rela-

ção à sua «cultura autêntica», expressos num crescente descuido e desuso dos seus mais elevados, profundos e cada vez mais raros valores. Estreitamente interligadas, estas ameaças assombam, ao longo do tempo, o trabalho e os discursos dos devotos do povo. Torna-se difícil descortinar onde acaba a realidade e começa a ficção. É que estes descobridores de micropátrias tendiam também a assumir-se como seus paladinos e salvadores. Nestas condições, a iminência do perigo e da poluição, eventualmente de catástrofes irremediáveis, era parte integrante do seu imaginário. Para enfrentar tamanhos riscos e escolhos, muitos foram os métodos utilizados: a «persuasão» e o exemplo por parte dos «influentes»; a atribuição de prémios, prendas e brindes; a concessão de entradas gratuitas para os recintos vedados e para os espectáculos... Como ilustração, permito-me convocar o testemunho de Manuel Couto Viana sobre o que ele próprio designa por «campanha em defesa do traje à *vianesa* e pelo ressurgimento, nas aldeãs, do gosto pelo seu trajar»:

«Devo dizer-lhes que esta campanha se caracterizou por uma acção sem publicidade mas persistente. Sem publicidade, não digo bem. Convidado anos seguidos para desenhar gratuitamente o cartaz das Festas da Agonia (...) empreguei sempre como motivo principal a lavradeira, envergando o seu formosíssimo traje.

Isto começou por volta de 1920. Depois, ensaiaram-se timidamente uns concursos de trajos regionais por ocasião das Festas da Cidade. (...) A concorrência era fraca – umas dez a vinte lavradeiras. Instituíram-se prémios para os melhores fatos e, como se verificasse que o sistema era mau, resolveu-se antes sortear, entre as concorrentes, prendas, «objectos de enfeite», todos de oiro: um cordão, uns brincos «à rainha», etc... E de ano para ano as concorrentes aumentavam.

Conseguiu-se que as autoridades proibissem a entrada em bailes carnavalescos de mulheres vestidas à *vianesa*, isto como medida de prestigiação do fato regional. Durante as Festas da Agonia premiavam-se as camponesas que vinham à cidade com os seus trajos completos, dando-se-lhes facilidades na entrada nos divertimentos pagos. Organizaram-se paradas regionais, espectáculos inolvidáveis que mereceram justos e espontâneos aplausos aos que a elas assistiam, o que lisonjeava profundamente as raparigas participantes, fazendo nelas nascer o sentimento de real valor do traje e do interesse que sempre despertava.

A campanha chegara ao seu auge.

Eram já muitos os que se devotavam à causa (...).

Nas primeiras tentativas, dificilmente se juntavam umas vinte lavradeiras, trajando rigorosamente; depois, mais de quinhentas tomavam parte nas paradas regionais (...).

Os etnógrafos interessavam-se. Os estudiosos documentavam-se (...).

Em cada freguesia surgia enfim um entusiasta, auxiliar precioso e indispensável obreiro neste trabalho de fazer regressar aos seus usos e costumes tradicionais esta região de maravilha» (Viana, 1990: 75-77).

Seja por estas artes, acopladas à longa «massagem» do Estado Novo, seja pelo pressentimento de algum interesse material e simbólico na apropriação do «retrato», seja pelas novas inclinações pós-modernas, mormente a revalorização da tradição e do local pelas novas classes médias, seja, ainda, pela conjugação destes e de outros factores, o certo é que se, no início do século XX, a adesão do povo à figura da minhota pecava por defeito, no seu termo, «peca» por excesso, extravasando as referências originárias (as classes populares) para abarcar toda a sociedade, incluindo as elites. Nos dias que correm, torna-se difícil encontrar em Viana uma mulher que nunca se tenha trajado à vianesa nem projecte fazê-lo. Vestir, «donairosamente», o traje à lavradeira, de meia senhora, de mordoma ou de noiva releva de um ritual que faz parte do percurso de uma vida, tanto nos meios humildes como nos mais opulentos. Quem, por altura das Festas da Agonia, admirar o desmedido desfile da mordomia, assistir à apoteótica Festa do Traje, visitar o recatado Museu do Traje, atender à profusão de comentários esotéricos, e quase exegéticos, dos entendidos, ou, simplesmente, divagar pelas ruas da cidade engalanada, sentir-se-á, provavelmente, compelido a admitir que a figura da minhota trajada à vianesa constitui um caso exemplar de um ícone da cultura popular que simboliza uma região e o próprio País. Atente-se no comentário apostado ao cartaz das Festas da Agonia de 2001 (ver Fig. 3):

«Se a alegria é a alma da Romaria de Nossa Senhora da Agonia, o traje é o tema central das Festas, figurando assim no cartaz de 2001. O avental que surge no primeiro plano é riquíssimo no recorte do desenho e no equilíbrio cromático, transmitindo a grandiosidade das nossas raízes culturais, no abraço entre a tradição e a contemporaneidade, na plena vivência da festa. O «contrapicado» fotográfico torna a lavradeira, com o seu traje de Festa, um monumento, com a força, a vitalidade e beleza da edificação grega, através de uma verticalidade gerada pela estabilidade das linhas e pela perspectiva ascendente.

A monumentalidade é reforçada pelas linhas oblíquas, desenhadas pela ponte de Gustave Eiffel, que criam tensão e dinamismo na composição gráfica. A ponte, obra de engenharia em «filigrana», está carregada de simbolismo, fazendo a união profícua das duas margens do rio Lima e que servindo de placa à majestosa serenata.

Esta singular composição termina com um apontamento de design no texto dourado sobre o azul celeste; um coração de Viana, estilisticamente desenhado, fazendo invocação aos monogramas, elementos patentes nos trajes vianenses» (*Romaria Nossa Senhora d'Agonia*, Programa das Festas, 2001).

Emblema colectivo, a imagem da minhota trajada à vianesa resulta sobrelevada num pedestal que realça, «em perspectiva ascendente» e solene, a sua «grandiosa» «monumentalidade».

No Minho, até Nossa Senhora traja à vianesa. Na Serra de Arga, numa capela, inaugurada em 1958, dedicada à Nossa Senhora do Minho, a imagem representa Maria vestida com o traje à lavradeira (ver Fig. 4), assumido como o ícone, por excelência, da identidade minhota.

Referências bibliográficas:

- ARAÚJO, José Rosa de (1993), *Memória da Capela de Nossa Senhora da Agonia*, Viana do Castelo: Gráfica Casa dos Rapazes.
- AURORA, Conde de [1996 (1929)], *Roteiro da Ribeira-Lima*, Ponte de Lima: LIMICI.
- BASTO, Cláudio (1930), *Traje à Vianesa*, Gaia: Edições Apolino.
- BRANCO, Jorge Freitas (1999), «A fluidez dos limites: discurso etnográfico e movimento folclórico em Portugal», *Etnográfica*, vol. III (1), pp. 23-48.
- BRITO, Joaquim Pais de (1996), *Retrato de Aldeia com Espelho: Ensaio sobre Rio de Onor*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- CORBIN, Alain (1995), *L'Avènement des Loisirs: 1850-1960*, Paris: Aubier.
- COSTA, D. António da (1874), *No Minho*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- FERRO, António (1948), *Museu de Arte Popular*, Lisboa: SNI.
- LEMS, Júlio de (1919), «As festas d'Agonia», *Jornal A Aurora do Lima*, 25.07.1919.
- MARTINS, Moisés, GONÇALVES, Albertino & PIRES, Helena (2000), *A Romaria da Sr.ª da Agonia: Vida e Memória da Cidade de Viana*, Viana do Castelo: Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.
- ORTIGÃO, Ramalho (1887), *As Farpas. Tomo I: A Vida Provincial*, Lisboa: David Corazzi – Editor.
- PAÇO, Afonso de (1994), *Etnografia Vianesa: Colectânea de Trabalhos de Etnografia*, Viana do Castelo: Câmara Municipal.
- POINSARD, Léon (1912), *Portugal Ignorado*, Porto: Magalhães & Moniz, Lda. - Editores.
- Pró Viana* (1920), Boletim das Festas da Agonia.
- URRY, J. & Crawshaw, C. (1995), «Turismo e Consumo Visual», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, pp. 47-68.
- VASCONCELOS, João (1997), «Tempos Remotos: A presença do passado na objectificação da cultura local», *Etnográfica*, vol. I (2), pp. 213-235.
- VASCONCELOS, Maria Emília (1998), «Lembrando quem nada esqueceu», in *A Falar de Viana...*, Viana do Castelo: Comissão de Festas d'Agonia.
- VIANA, Manuel Couto (1989), *Ferro-Velho: memórias e estudos*, 1.º vol., Viana do Castelo: Câmara Municipal.
- (1990), *Ferro-Velho: memórias e estudos*, 2.º vol., Viana do Castelo: Câmara Municipal.
- (1993), *Minho: Desenhos*, Viana do Castelo: Câmara Municipal.
- VIEIRA, José Augusto [1986 (1887)], *O Minho Pitoresco*, Tomo I, Valença: Rotary Club de Valença.

O MUNDO DA MÚSICA EM BRAGA DE MEADOS DO SÉCULO XIX ATÉ HOJE

HUGO FILIPE LARANJEIRO RIBEIRO DA CUNHA *

RESUMO

Neste artigo pretende-se esboçar uma descrição e análise da rede de actividades conjugadas a que podemos chamar mundo da música em Braga, por analogia com o conceito de mundos da arte, de Howard Becker. Assim, abordamos a música dita clássica em Braga de meados do século XIX até hoje, nas suas variadas vertentes, da oferta de actividades, espaços e músicos, até à procura por parte dos públicos, passando pelas entidades intermediárias, que garantem a formação dos músicos, a organização e a divulgação dos espectáculos.

1. Introdução

Este texto tem por base a dissertação de Mestrado em Sociologia da Cultura e dos Estilos de Vida intitulada «O mundo da música em Braga de meados do século XIX até hoje», a qual contou com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Dada a necessidade de delimitar o objecto de estudo, optámos por restringir o trabalho àquelas manifestações musicais com uma história mais longa, mas que ainda exerce uma grande influência sobre as práticas actuais, e com regras mais formais, cristalizadas por esse extenso passado mas também pelas características do seu público tradicional: as elites. Falamos dos recitais e concertos de música dita clássica.

* hugo@aeiou.pt ; <http://musicabraga.web.pt>

A acepção restrita da expressão «**música clássica**» designa toda a música séria ou erudita («grande música», «música histórica», como é também referida; música legítima, daí a referência simples a «música» no título do trabalho) situada no período histórico designado por «classicismo», ou seja, composta aproximadamente entre 1750 e 1830. A acepção vulgar da expressão «música clássica» tem, porém, um carácter muito mais lato: como refere um dos nossos entrevistados,

«Chama-se música clássica à música que faz parte da história da música ocidental europeia, que vai desde os gregos até à actualidade. É uma música que tem uma evolução histórica, ao contrário da música tradicional, de transmissão oral e que não tem autoria. A chamada música clássica, que não tem nada a ver com o período clássico e com a música do século XVIII, é uma música com autor, com evolução histórica, com estilos, por oposição à outra, que é repetitiva, sem evolução.»

Por se tratar de uma expressão algo vaga e genérica (o próprio dicionário assim o diz), optámos por referir-nos a este tipo de música como «música dita clássica», ou seja, na sua acepção corrente.

Quanto ao limite temporal, o estudo remonta aos meados do século XIX, pois as condições políticas e económicas da época permitiram grandes mudanças na cidade de Braga e conseqüentemente no meio musical, aproximando-o da sua configuração moderna, no que diz respeito a actividades, espaços, músicos, organizadores, formação, etc.

Os dados para esta abordagem da actividade musical em Braga foram obtidos através de:

- **pesquisa documental**, tendo como fontes jornais, programas de concertos, estatutos de associações, almanaques e anuários, publicações para divulgação de eventos culturais, etc.
- realização de 20 **entrevistas** a pessoas de algum modo ligadas à música ou ao meio cultural bracarense (músicos profissionais e amadores, professores de música, promotores culturais, etc.).
- **levantamento e caracterização dos concertos** realizados em Braga entre 1977 e 2001, pois o período anterior havia já sido descrito por Álvaro Carneiro (1960; inédito). Foi assim construída uma base de dados com cerca de 650 espectáculos musicais, inevitavelmente incompleta. Excluímos: os concertos didácticos, os concertos de coros quando de repertório popular, audições de alunos particulares e audições de alunos realizadas nas próprias escolas; os coros litúrgicos e a música sacra praticada no âmbito da liturgia; e os espectáculos não abertos ao público em geral. Foram incluídos con-

certos por alunos dos CESES (Cursos de Estudos Superiores Especializados – Instituto de Estudos da Criança), cujos intérpretes são professores de música.

- **levantamento e caracterização das escolas de música** existentes em Braga.
- **análise de conteúdo da crítica musical** entre 1977 e 2001.
- **observação** presencial dos eventos musicais, analisando de uma forma não estruturada a afluência do público e o seu comportamento.

É objectivo deste trabalho descrever e analisar a actividade musical bracarense, registar virtudes, problemas e soluções. Tratar-se-á de um meio musical rico e estruturado ou, pelo contrário, pobre e feito de actividades intermitentes e desconexas? Existem espaços culturais em Braga ou há lacunas a esse nível? Existem agentes a trabalhar profissionalmente na área ou a música está delegada em amadores? Como se configura o universo da formação? O que dizer da divulgação e dos públicos? As respostas a estas questões serão procuradas através dos meios acima referidos.

2. A música na actualidade – revisão de literatura

Este trabalho tem como génese uma outra investigação, de carácter quantitativo, sobre as práticas culturais dos bracarenses, que não permitiu responder a perguntas mais profundas sobre o domínio do simbólico, nomeadamente referentes a fundamentos, representações e motivações. As conclusões desta anterior investigação aproximam-se das de outros estudos sobre práticas culturais, realizados por José Machado Pais, Augusto Santos Silva, Carlos Fortuna, João Teixeira Lopes, entre outros, que apresentam resultados semelhantes entre si. Augusto Santos Silva faz o ponto da situação dos estudos sobre o consumo cultural:

«Assim, o consumo tende a requerer, a título de condição necessária, embora não suficiente, uma qualificação escolar intermédia ou superior; e requiere-o tanto mais quanto mais elevada for a posição do bem consumido na escala socialmente hegemónica de bens culturais. Essa qualificação conta mais do que a posição estatutária ou os rendimentos disponíveis – e eis o que determina que seja entre as fracções escolarizadas das classes médias e superiores (profissionais liberais, quadros técnicos e científicos, estudantes universitários) que se verificam as mais altas taxas de prática cultural legítima. Contudo, mesmo entre estes grupos, o consumo cultural regular é minoritário, tanto mais minoritário quanto

mais estiver associado a formas da chamada alta cultura, quer na sua variante clássica, quer na sua variante moderna, tais como a literatura, as artes plásticas, a música erudita ou o teatro declamado.» (Silva *et al.*, 2002: 109)

No que diz respeito especificamente à música dita clássica, os públicos são constituídos por pessoas com características sociográficas bem delimitadas. Cerca de 70 % a 80 % dos indivíduos nunca vão a concertos de música clássica (67,2 % segundo inquérito na cidade de Braga – Laranjeiro, 1998 – e 79,1 % segundo o inquérito Lisboa – Pais, 1994 –, que incluía inquiridos de zonas suburbanas). Estamos a falar de 1,3 % de espectadores frequentes e 9,5 % ocasionais, segundo o inquérito Braga (2,2 % e 5 %, respectivamente, segundo o inquérito Lisboa). No inquérito Porto (Silva; Santos, 1995) não se distingue o tipo de concertos, mas 86,9 % dos inquiridos não frequenta qualquer tipo de concertos. Em relação às vendas de discos, a rubrica «música clássica» representa apenas 5 % do total de vendas, quando no passado representou uma percentagem muito maior (*Jornal de Letras*, 9.04.1997; *Correio da Manhã*, 1.05.1997; 16.02.2000).

Em suma, citando Augusto Santos Silva (Silva *et al.*, 2002: 110), a música erudita é uma das «formas culturais socialmente menos acessíveis, ou mais reservadas, mais exigentes em meios de interpretação, mais distantes da experiência quotidiana».

A maior parte dos estudos sociológicos realizados em Portugal sobre a cultura debruçam-se sobre a procura, e são esses que temos vindo a referir. No entanto, é de destacar também a investigação coordenada por Augusto Santos Silva e Carlos Fortuna, realizada desde 1997 sobre culturas urbanas em cidades de média dimensão, entre as quais Braga, que abrangeu também a oferta (Fortuna; Silva, 2002).

Através da leitura destes e de outros estudos, ressaltam algumas observações gerais sobre a música na actualidade.

A era da reprodutibilidade técnica deu origem a grandes alterações no panorama musical¹, mas normalmente só é analisado o seu impacto na música ligeira e não na música clássica. No entanto, o panorama tem-se alterado, com a adesão das formas culturais eruditas aos modelos das indústrias culturais. Cada vez mais, a música escapa ao controlo dos artistas

¹ No princípio do século, por constrangimentos técnicos, as canções tinham a duração de cerca de três minutos, pois esta era a duração dos discos de 78 rotações. No entanto, mesmo com o surgimento dos discos de 33 rotações, que já permitem 30 minutos de música de cada lado, continuou a escrever-se e a gravar-se músicas com a duração de três minutos, pois tinha-se criado esse hábito.

para se tornar cativa de grupos industriais financeiros. Dá-se a transferência de poder «de las manos de los artistas, músicos y maestros a las de los hombres de negocios, técnicos y operadores» (Kucharski, 1980: 20), sendo estes acusados de atribuir um mínimo denominador comum de gosto exageradamente baixo.

As próprias estratégias de marketing, amplamente usadas na indústria do *rock*, tendem cada vez mais a ser adoptadas no domínio da música clássica: verifica-se a valorização dos intérpretes em detrimento dos compositores e é feito uso da música clássica em anúncios e filmes que dão maior ênfase à «visualização da música» do que à audição musical.

Estes factores privilegiam uma estética da distração em detrimento de uma estética da contemplação. Há uma crescente banalização da música, uma fruição inconsciente através da publicidade ou da música ambiente nas ruas e estabelecimentos. «Se está enseñando a toda una generación, de manera sutil, pero insistente, a no prestar atención a la música.» (Kucharski, 1980: 18). 70 % das pessoas ouvem música como som de fundo enquanto fazem outras coisas (Pais, 1994: 168), em detrimento da atitude «nobre» de dedicar toda a atenção à música que se está a ouvir.

Os progressos técnicos são fundamentais para explicar as alterações verificadas no meio musical. O advento do gramofone e das invenções que se seguiram introduziu-nos na economia da repetição sem contingências de tempo nem de espaço. No que diz respeito ao tempo, assistimos actualmente a concertos que são transmitidos em directo para todo o mundo; no que diz respeito ao espaço, assistimos à re-espacialização da música clássica, levada para o exterior, para os estádios (Os Três Tenores; grandes óperas...) e outros espaços não tradicionalmente usados para concertos (armazéns, pavilhões desportivos...); a música torna-se portátil (*walkman*, *diskman*, *mini-disk*, MP3), alargando o seu alcance espacial, tornando-se omnipresente.

O aumento de popularidade da música clássica é acompanhado pela dessacralização do concerto como principal modo de fruição musical. A música da sala de concertos, tornada reproduzível de modo a poder ouvir-se em casa, pode levar a que o consumidor direcione a sua atenção mais para a qualidade do som do que para a música.

E se, por um lado, a disposição das colunas de som, com o efeito *surround*, pretende imitar o ambiente da sala de concertos, por outro lado, face à perfeição da qualidade atingível pelas gravações em estúdio, passa a exigir-se o mesmo dos espectáculos ao vivo: as execuções têm que ser cada vez mais perfeitas, os instrumentos melhores. É certo que a gravação em estúdio permite uma experiência de maior acuidade do que o concerto, sujeito a ruídos dos espectadores, uma interpretação menos feliz por parte dos músicos, uma má acústica da sala, motivo por que as gravações passaram a ser o modo de audição preferido de muitos amantes da música. É-lhes

possibilitada uma fruição individualizada das composições musicais, iniciando e terminando a audição quando desejarem, ouvindo os vários andamentos segundo a ordem que pretenderem ou o mesmo andamento várias vezes, ajustando o volume a seu gosto, interrompendo a audição quando desejarem, alternando diferentes gravações da mesma obra (Symes, 1997: 82-83).

Estas possibilidades contrastam com a inflexibilidade do concerto como modo de fruição musical. Mas a mais-valia do concerto sobre a gravação está na aura dos intérpretes e sobretudo na vivência directa do acontecimento:

«Há qualquer coisa de particularmente poderoso num concerto – talvez a única e efémera natureza de uma exibição ao vivo, o facto de que o que estamos a ouvir nunca mais será tocado da mesma forma. Só um CD que se autodestruísse após a primeira audição poderia provocar a mesma excitação que um espectáculo ao vivo – mas, por razões óbvias nunca haverá mercado para tal tipo de produtos! Outra vantagem dos espectáculos ao vivo é que nos permitem definir o nosso próprio equilíbrio de som: se desejarmos ouvir melhor a harpa podemos consegui-lo com sucesso dirigindo o olhar e o ouvido na direcção desse instrumento.» (Waugh, 1996: 46)

O que acontece de novo nestes novos mundos da música é a emergência do que chamaremos uma **nova cultura musical**. É o caso de alguns ouvintes para os quais a sala de concertos é uma experiência longínqua e que criam as suas referências musicais não em relação ao próprio local de concerto mas aos suportes que mediatizam a sua audição². Ou seja, recuperando a ideia de simulação de Baudrillard, trata-se de uma cultura hiperreal, na qual se toma a cópia pelo real. É crescentemente a unidade de reprodução e não a de produção a fonte da cultura musical (Symes, 1997: 83).

Como principal vantagem da reprodutibilidade técnica, é apontada a democratização cultural. Com os discos, rádio, televisão, colecções de fascículos que incluem CDs a preços reduzidos, muita mais gente tem acesso a muita mais música e variada – «explosão demográfica do ouvinte de música», mas a expensas dos aspectos que referimos acima. De qualquer forma, a democratização é vista como um caminho para a sua possível desmoralização, degradada pelos efeitos nefastos das forças do mercado. Para

² Numa outra variante, dizia Walter Benjamin que as técnicas de reprodução impõem-se elas próprias como formas originais de arte.

alguns, o valor estético de uma composição musical é inversamente proporcional à sua popularidade (Symes, 1997: 85).

Um outro aspecto que ressalta dos textos sobre sociologia da cultura diz respeito à passagem de elementos entre níveis de cultura (cultura popular, cultura de massas e alta cultura). Isso pode ser facilmente testemunhado no caso da música dita clássica em relação à música ligeira³. Assistimos a versões sinfónicas e barrocas de canções dos Beatles, sucessos do *rock* e da *pop* em versão de canto gregoriano, Bach *in Africa*, Bach *in Brasil*, vemos os Três Tenores cantarem árias de ópera e logo a seguir êxitos de musicais, temos as colectâneas de música clássica intituladas «Hooked on classics», «Classics are cool», «Classical stressbusters»...

Estes *hit paradés* da música clássica criam modas, influenciam preferências, formam gostos. Concentram o repertório clássico à volta de um número limitado de êxitos: As Quatro Estações, colecções de *Adagios*... Nada antes de Bach, nada depois de Sibelius. Compilações baseadas em temas e não em géneros ou compositores, com músicas, normalmente excertos, de curta duração, desenraizando a música clássica das suas origens históricas e culturais⁴, não só atravessam as fronteiras entre música séria e música popular mas também eliminam os aspectos sérios da música.

As trocas registadas entre níveis de cultura representam uma passagem de elementos entre esses níveis mas não forçosamente uma mistura. Os estudos sociológicos continuam a registar a manutenção de fronteiras entre alta cultura, cultura de massas e cultura popular, apesar da comunicação entre níveis de cultura. Augusto Santos Silva ironiza sobre aqueles «observadores demasiado entusiasmados com as promessas de superação das hierarquias estabelecidas, ao ponto de confundirem os seus próprios desejos com as realidades que observam» (Silva *et al.*, 2002: 113).

³ Os exemplos de intercepção entre níveis de cultura são muitos: Richard Clayderman; Apocalyptica (finlandeses) – quatro violoncelistas interpretam música alternativa com instrumentos clássicos; Corvos (portugueses); Scorpions com a Orquestra Filarmónica de Berlim; Andrea Bocelli; Nuno da Câmara Pereira com a Orquestra do Estado da Lituânia.

⁴ «... a maior parte da música clássica foi escrita com a sala de concertos em mente e uma gravação (por melhor que seja) é sempre uma distorção das intenções originais do compositor» (Waugh, 1996: 47).

3. O mundo da música em Braga

O título deste trabalho deriva da obra de Howard Becker, segundo o qual a actividade artística implica actividades conjugadas de um certo número de pessoas, formando estruturas mais ou menos sistemáticas de cooperação a que podemos chamar mundos da arte:

«Pour qu'un orchestre symphonique donne un concert, par exemple, il a fallu inventer des instruments, les fabriquer et les conserver en bon état, il a fallu mettre au point une notation et composer de la musique en utilisant cette notation, des gentes ont dû apprendre à jouer sur leurs instruments respectifs la partition ainsi notée, il a fallu trouver le temps et le lieu nécessaires aux répétitions, annoncer le programme du concert, organiser la publicité, vendre des places et attirer un public capable d'écouter, de comprendre peu ou prou, et d'apprécier le concert.» (Becker, 1988: 28)

Neste sentido, o artista já não é entendido como o criador solitário mas como um elemento numa cadeia de participantes. É precisamente este facto que diferencia o nosso trabalho de um estudo sobre história da música: o objecto de análise não são os compositores nem as obras musicais, mas sim todo o ambiente musical visto de uma perspectiva sociológica.

Procuraremos descrever como se estrutura a rede de actividades que constituem o mundo da música em Braga, referindo-nos à oferta de actividades, espaços e músicos, aos intermediários, desde a formação à distribuição, passando pela organização dos espectáculos, até à procura por parte do público. Passemos à sistematização desses dados.

Em meados do século XIX, Braga viveu grandes mudanças permitidas pela acalmia política que se seguiu às invasões francesas e às lutas liberais: foram construídos o Teatro de S. Geraldo, a Biblioteca Pública de Braga, o Liceu, cafés, bancos e palacetes dos «brasileiros» endinheirados, um jardim público com lagos e pavilhões envidraçados; o centro urbano deslocou-se da Sé para a Arcada, a estrada para o Porto foi melhorada e estabelecida uma carreira de diligências, as ligações ao Alto Minho e a Guimarães foram rectificadas e alargadas, as ruas da cidade começaram a ser pavimentadas, mudou-se o sistema de iluminação de azeite para gás (Oliveira, 1995: 20; 57-58; 440).

Também o mundo da música foi alvo de grandes alterações. Até então, os músicos eram sobretudo mestres de capela ou outros membros das capelas musicais, organistas, professores de música no Seminário. Agora, surgem casas de espectáculo para receber a burguesia em ascensão e que também acolhem orquestras residentes, são criadas bandas e associações de convívio.

3.1. Oferta

No primeiro ponto, além de analisarmos a oferta de actividades musicais, abordaremos os espaços culturais que as acolhem, e os intérpretes, solistas ou agrupamentos.

3.1.1. Actividades

A oferta musical em Braga encontra-se ligada, desde há séculos, à actividade da Igreja Católica, ou não fosse esta cidade sede da Sé Primaz. É grande a tradição das **festividades religiosas**, a que os **Seminários** (Seminário dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo, Seminário de Santo António e S. Luís Gonzaga) respondiam com uma formação musical capaz de dotar os seminaristas com conhecimentos que lhes permitissem prestar o seu contributo musical nessas festividades (ainda hoje é notória a influência de ex-seminaristas no mundo da música em Braga, apesar do decréscimo do número de estudantes nos Seminários). Nessas festividades participavam também **agrupamentos amadores** de distintos cidadãos (antes do surgimento dos coros paroquiais), até às primeiras décadas do século XX, quando a música ainda era amplamente praticada por amadores.

A implantação da República causou um grande abalo em toda esta actividade, com a confiscação dos bens da Igreja, levando à deterioração do seu património, no qual se incluíam os grandes órgãos de tubos, só em décadas recentes sujeitos a restauro, e partituras, muitas das quais se perderam.

Face à inexistência de escolas especificamente de música no início do século XX, os eventos musicais públicos passavam também por **audições dos alunos de classes particulares** de música ministradas por professores dos Seminários, Colégios e professores de ensino livre.

Eram muito frequentes, no século XIX e inícios do século XX, os **espectáculos de beneficência**, muitas vezes por amadores.

As **casas de espectáculos**, nas sessões de teatro e de cinema mudo (até ao advento do cinema sonoro em finais da década de 20) e os **cafés** tinham as suas orquestras residentes (pequenos conjuntos, sendo que na altura não se usava ainda esta designação).

As **bandas** exibiam-se no coreto (1868) do jardim público (1864-1914) todas as semanas, constituindo um evento social de grande importância o passeio pelo jardim, as damas mostrando os seus vestidos, os cavalheiros *flirtando*; por vezes prestava-se atenção à música, outras vezes a música era só um pretexto para o namorico. Em 1914 o jardim foi transformado na Avenida Central ou Avenida dos Combatentes, mantendo-se no entanto o coreto e as exibições das bandas. Também eram construídos coretos improvisados quando necessário.

Quanto aos **concertos**, eram realizados no Teatro de S. Geraldo (1860-1918) ou no Teatro Circo (1915), mas muitos deles eram **por assinatura**, dando origem a que, embora públicos, fossem frequentados apenas por uma elite.

Também as **associações de convívio** (ou clubes) que pudemos identificar no período de tempo em estudo promoviam actividades musicais, desde concertos a bailes para os sócios. Voltaremos a este assunto.

Finalmente, e relembrando o papel dos amadores de música, havia **encontros em casas particulares**, onde se tocava música para familiares e amigos.

A história dos concertos, dos bailes, dos clubes, dos amadores de música, cruza-se com a história da **burguesia**, grupo indefinido e heterogéneo que partilhava a crença de que, através do mérito e não do nascimento, poderia subir na vida. O convívio e a actividade musical exigiam dinheiro e tempo para o lazer, que a burguesia em ascensão detinha.

As novas condições sociais objectivas da burguesia deviam reflectir-se no mundo simbólico da cultura, no qual o peso da tradição dificulta a mudança (Lopes, 2000a: 163). No entanto, os burgueses sofriam uma ascensão social demasiado rápida para permitir a interiorização do «bom gosto» e da «cultura» (Lopes, 2000a: 164) e eram muitas vezes caracterizados como grosseiros e incultos. Daí o proliferar de manuais de civilidade, que prometiam aos recém-chegados uma rápida integração nas elites através da imitação das suas maneiras (Cruz, 1999: 398).

As salas de visitas com piano identificavam as habitações burguesas: Maria Antonieta Cruz estudou o estilo de vida burguês e concluiu que «O piano aparece inventariado entre os bens de cerca de 50 % dos falecidos cujo balanço de elementos activos e passivos excedia os 50000\$000 réis» (Cruz, 1999: 384); «Geralmente tocado pelas meninas da família, que aproveitavam as reuniões privadas para mostrarem este complemento educativo, a sua existência, fenómeno de moda sem dúvida, patenteava ao mesmo tempo a cultura e o ócio burgueses» (Cruz, 1999: 433); «Era tocado não só por prazer mas também pela necessidade de demonstrar socialmente o domínio de um saber que dava prestígio» (Cruz, 1999: 435).

O proliferar do piano ao longo do século XIX foi acompanhado pela publicação de métodos de aprendizagem «sem mestre» e pelos progressos da edição musical, «reflectindo-se, no âmbito doméstico, nos inúmeros arranjos, fantasias e *pot-pourris* para piano a duas e a quatro mãos sobre os trechos líricos mais populares» (Nery; Castro, 1999: 139). Por volta de 1900, o entretenimento das pessoas em casa centrava-se no piano.

Voltando a Braga, todas as práticas referidas foram decaindo ao longo do século XX, até às últimas décadas. Surge o Conservatório em 1961, com a

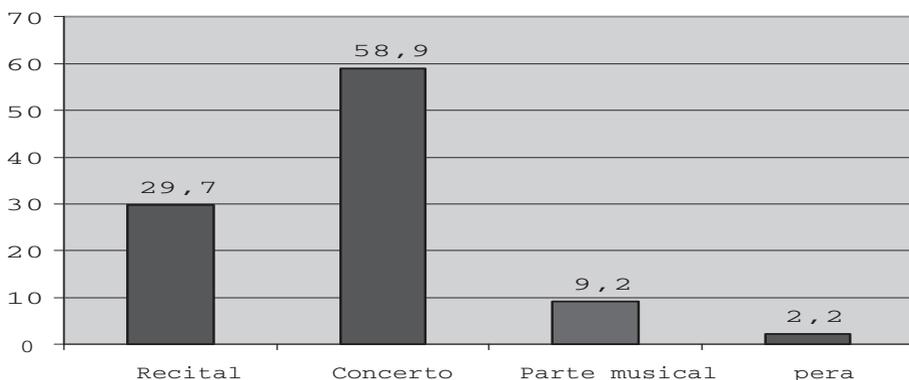
organização de frequentes concertos, principalmente depois da construção do seu edifício em 1971; tornam-se habituais os encontros de coros, dinamizados pelo Padre Manuel Faria nos anos 70; começam a ser restaurados os órgãos das igrejas, depois de décadas de inactividade; surge a Orquestra de Câmara do Distrito de Braga em 1991; e, também desde os anos 90, o Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho passa a promover diversas actividades musicais.

No entanto, as iniciativas mais frequentes e regulares, recentemente asseguradas sobretudo pelo Instituto de Estudos da Criança, deixaram de realizar-se com a mesma frequência. Não tem havido Recitais de Jovens Músicos nem Serões Musicais. As iniciativas anuais existentes na cidade resumem-se ao Dia Mundial da Música, ao Dia de Santa Cecília, a Encontros de Coros e às Noites Musicais da Arcada. Há alguns concertos esporádicos, principalmente na Sé e no Conservatório. Quanto a outros eventos que incluem manifestações musicais, decorrem principalmente no Natal, no Dia Internacional dos Museus, no âmbito das Solenidades da Semana Santa e dos Galardões «A Nossa Terra».

Não há em Braga festivais anuais como os que encontramos em muitas outras cidades do país. Entretanto, realizou-se o I Festival Internacional de Jovens Músicos, de Abril a Julho de 2002, organizado pelo Departamento de Expressões Artísticas e Educação Física do Instituto de Estudos da Criança e pela Companhia da Música, escola pertencente à Fundação Stela e Oswaldo Bonfim, numa tentativa de contrariar este cenário.

Se distinguirmos entre recitais (com solistas ou duos), concertos (com agrupamentos maiores), eventos musicais inseridos em outros espectáculos e óperas, obtemos a seguinte distribuição:

GRÁFICO 1: **Tipo de espectáculo (%)**



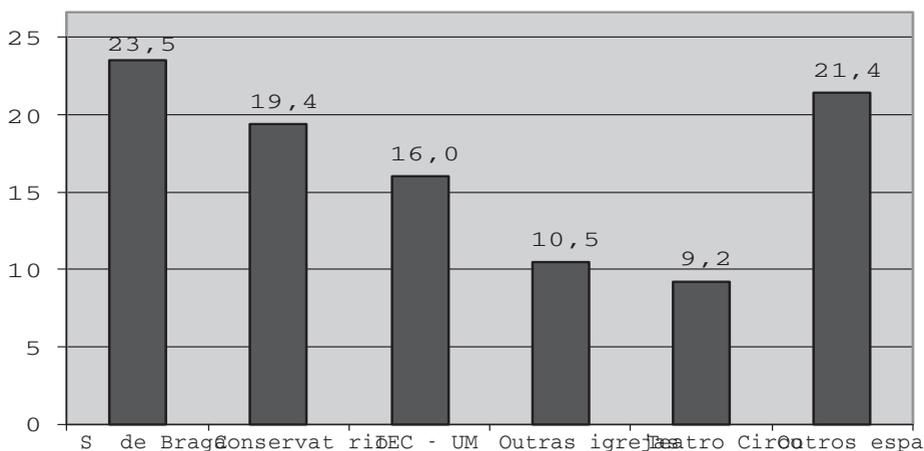
FONTE: Base de dados construída a partir do levantamento dos eventos musicais realizados em Braga desde 1977.

3.1.2. Espaços culturais

No que diz respeito aos espaços onde são realizados os eventos musicais, no século XIX, para além do jardim público e de outros espaços de convívio como cafés, o espaço para grandes espectáculos era o **Teatro de S. Geraldo**, inaugurado em 1860, que possuía uma orquestra privativa e onde se exibiram companhias de ópera, opereta, zarzuela, e onde se realizavam concertos de amadores de música e de intérpretes consagrados como Pablo Casals, Óscar da Silva e Bernardo Moreira de Sá. Em 1915, com a inauguração do **Teatro Circo**, aquela casa de espectáculos foi desactivada por não conseguir competir com o novo teatro. O Teatro Circo teve também a sua orquestra privativa durante algumas décadas e acolheu grandes concertos, organizados pelo Círculo de Cultura Musical, pela Pró-Arte e pela Juventude Musical Portuguesa. Esta casa de espectáculos encontra-se em grandes obras de remodelação desde Outubro de 1999, estando a sua reabertura prevista, na melhor das hipóteses, para o final de 2003.

Segundo a base de dados que elaborámos, os principais espaços que acolhem concertos de música clássica em Braga, desde 1977, são a Sé Catedral (23,5 %), o Conservatório de Música Calouste Gulbenkian (19,4 %), o Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (16 %) e outras igrejas para além da Sé (10,5 %) (Gráfico 2). O Teatro Circo, devido às obras, tem a sua programação muito condicionada pela exiguidade «Espaço Alternativo» (instalações da Portugal Telecom) que serve de palco aos espectáculos. Em outros espaços os concertos são muito esporádicos.

GRÁFICO 2: Principais espaços culturais que acolhem concertos (%)



FONTE: Base de dados construída a partir do levantamento dos eventos musicais realizados em Braga desde 1977.

A falta de um espaço em Braga que pudesse substituir-se ao Teatro Circo na realização de grandes eventos durante o período de obras tem condicionado grandemente a realização de óperas e de concertos sinfónicos. Por exemplo, o concerto de encerramento dos festejos do Bimilenário da Cidade, em 2000, com a Orquestra Metropolitana de Lisboa, teve que ser realizado na Sé, apesar de estar previsto para o Parque de Exposições de Braga, isto por exiguidade do palco. A ópera infantil «O pequeno limpa chaminés», de Benjamin Britten, realizada em 21 de Janeiro de 2000 no Instituto Nun'Álvares (Santo Tirso), teve lugar fora de Braga pela inexistência de local para a sua realização. Para que se pudesse realizar a ópera «O Elixir de Amor», de Donizetti, no dia 23 de Fevereiro de 2002 no Parque de Exposições, a orquestra teve que tocar no palco, de costas para o público, e o maestro dirigiu de frente para a plateia, por falta de um fosso para a orquestra. A própria Vereadora da Cultura admite que não é possível trazer grandes orquestras a Braga porque não há palco que permita recebê-las.

3.1.3. *Músicos*

Quanto aos músicos, existiu desde o século XVI até 1911 a **Capela da Sé** (conjunto de músicos composto normalmente por 30 elementos e ampliado nas cerimónias mais importantes – Carneiro, 1957), formada por elementos que também se exibiam em actividades profanas, como os Paivas e os Esmerizes, que pertenceram a agrupamentos que actuavam em teatros, em sessões de cinema mudo e em cafés.

O papel dos **amadores** de música até às primeiras décadas do século XX era importante, como foi já repetidamente referido: fazia-se música por paixão, independentemente de qualquer profissionalismo, actividade que veio a desvanecer-se com o surgimento da rádio e do disco, que em parte substituíram o prazer de fazer música. Fernando Lopes-Graça dizia, num texto datado de 1953, que o amador de música estava em vias de desaparecer, enquanto que dantes boa parte da música era composta para amadores tocarem: «O consumidor de música era não apenas aquele que a ouvia, mas também, e possivelmente em maior grau, aquele que a fazia na intimidade do seu lar ou num círculo de amigos ligados por um mesmo e não raro tocante culto» (Lopes-Graça, 1992: 168).

De destacar o papel das bandas de música, que tiveram e têm ainda um papel muito importante no ensino da música. É aí que começam muitos instrumentistas de sopro, alguns dos quais vieram a integrar orquestras. Além disso, as bandas levam a música a terras onde ela não existiria de outra forma. Em meados do século XIX foi criada a **Banda** do Regimento de Infantaria 8, pela mesma altura que a Banda de S. Miguel de Cabreiros (1843-). Foi também criada em 1855 a Filarmónica Bracarense, e depois a

Banda dos Bombeiros Voluntários, a Banda da Oficina de S. José e a Banda do Colégio dos Órfãos de S. Caetano. No entanto, hoje apenas resta um dos referidos agrupamentos, a Banda de Cabreiros.

Em 1923 é criado o **Orfeão de Braga**, na sua origem formado por amadores, padres e seminaristas, homens apenas, de acordo com a génese da palavra orfeão. Este agrupamento mantém-se nos dias de hoje, depois de duas longas interrupções, e desde 1980 com uma formação mista.

Em 1926, a **Grande Orquestra Sinfónica Bracarense**, com 80 elementos dirigidos por Raimundo de Macedo, deu o seu primeiro e único concerto, após o que se extinguiu, ao que parece por dificuldades financeiras.

Reportando-nos a décadas mais recentes, destacaremos o **Coral Porta Nova** (1981-2002), o **Coro Académico da Universidade do Minho** (1989-), a **Orquestra de Câmara do Distrito de Braga** (1991), a **Capella Bracarensis** (1997-2000) e o **Coro Gregoriano de Braga** (2000). Como solista, o protagonismo vai para o pianista e professor universitário Luís Pipa, de acordo com a opinião das pessoas que entrevistámos. São também referidas algumas cantoras, como Elisabete Matos, Ana Paula Matos, Dora Rodrigues e Cláudia Nelson.

3.2. Intermediários

Chamamos intermediários aos agentes que medeiam entre o artista e o público. Começaremos por falar na formação, que consiste na produção dos próprios produtores. Em seguida, dedicar-nos-emos aos programadores culturais, que dinamizam a oferta de espectáculos, e finalmente dedicaremos a nossa atenção à divulgação, que permite a comunicação entre o campo da oferta e o campo da procura.

3.2.1. Formação

Em finais do século XVI o **Seminário de S. Pedro** deu início às aulas de música, que se estenderam mais tarde aos colégios da cidade. Muitos dos professores destas instituições ministravam também **aulas particulares**.

Em 1914, o Presidente da Câmara punha a hipótese da criação de uma Escola Municipal de Música que acabou por não se concretizar. Em Março de 1925, por iniciativa do Padre Manuel Alaio, é criada uma aula de rudimentos de música no Orfeão de Braga. Em 1929 é discutida nos jornais a pertinência da criação de um **conservatório** em Braga, mas este acaba por surgir só em 1961, por iniciativa de Maria Adelina Caravana. O então Conservatório Regional de Música, hoje Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga, teve desde a sua criação, e tem ainda, um papel muito importante, não só na sua actividade pedagógica mas também na promoção de concertos, de cursos e de concursos para instrumentistas.

Nos anos 90 proliferaram as **escolas de música** em Braga, o que testemunha um aumento da procura destes serviços por parte dos pais interessados em investir na educação dos filhos. Neste momento, serão pelo menos 11 as escolas de música em Braga, para além do Conservatório, algumas delas ligadas a lojas de instrumentos musicais, com objectivos modestos e dimensões reduzidas: em média, têm 6 professores, pouco mais de 3 salas de aula e 6 das escolas têm 40 alunos ou menos. A maior escola e a mais antiga é a do Salão Mozart, com cerca de 300 alunos nas suas instalações de Braga e com 23 anos de existência. Houve outras escolas que se extinguíram, como a da Vadeca, a Bramúsica, a Macromúsica, «Aulas de educação musical para crianças e adolescentes» no Centro Comercial de Santa Cruz. Destas 15 escolas no total, 4 (26,7 %) foram criadas antes dos anos 90, 10 (66,7 %) durante os anos 90 e 1 (6,7 %) em 2001.

O Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (até 1996 designado CEFOPE – Centro de Formação de Professores e Educadores) desenvolve também actividades de ensino e promoção da música, quer nas suas actividades curriculares normais (outrora nos CESES, actualmente apenas nos cursos de licenciatura em Ensino Básico e Educação de Infância) quer em actividades extracurriculares, como conferências, *master classes*, seminários. No ano lectivo de 2002-2003 tem início o Mestrado em Estudos da Criança – Especialização em Educação Musical.

Outras instituições realizam actividades mais ou menos pontuais relacionadas com a formação na área da música, de que são exemplo o Museu Nogueira da Silva, a Câmara Municipal de Braga, a Casa do Professor e a Associação Cultural e Recreativa de Dume. Além disso, importa referir os concertos didácticos realizados principalmente pela Orquestra do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga, que já passou por quase todas as escolas do concelho, e pela Orquestra de Câmara do Distrito de Braga (enquanto teve disponibilidade financeira), ambas dirigidas pelo maestro António Baptista.

3.2.2. Programadores culturais/organizadores de espectáculos

Como organizadores de espectáculos em Braga, destacamos primeiro os dois **teatros** já referidos, o de S. Geraldo e o Teatro Circo, que incluíam a música na sua programação, como vimos. De destacar também as **associações de convívio** (clubes), das quais salientamos o Ateneu Comercial (1886 - ?), o Clube Bracarense (1905 - ?), o Salão Recreativo Bracarense (1924 - ?) e o Instituto Minhoto de Estudos Regionais (1943-1974), que organizavam concertos, saraus de arte, festas e bailes (as reuniões dançantes não foram permitidas na última associação referida, o que levou ao seu abandono por muitos dos associados).

As iniciativas de maior relevo no que diz respeito à organização de concertos decorreram, no entanto, no tempo do **Círculo de Cultura Musical** (1944-1955; 1960-1972), que muito deveu à acção do Dr. Domingos de Araújo Afonso e que trouxe a Braga alguns dos maiores intérpretes nacionais e internacionais, como a violoncelista Guilhermina Suggia e a sua discípula Madalena Moreira de Sá e Costa, o pianista Viana da Mota, seu discípulo Sequeira Costa, Luís Costa, Nikita Magaloff, Artur Rubinstein, Alfredo Cortot, Wilhelm Kempff (em dois concertos em anos consecutivos), Friedrich Gulda, os maestros Pedro de Freitas Branco e Frederico de Freitas, as cantoras Victoria de Los Angeles e Elisabeth Schwarzkopf, os Pequenos Cantores de Viena, etc.

São de referir também os concertos organizados pela **Juventude Musical Portuguesa** (1962-1975) e pela **Pró-Arte** (1963-1976), outras associações de concertos que tiveram delegações em Braga.

Os eventos musicais realizados actualmente em Braga são organizados por várias entidades, por vezes em parceria. As instituições de maior relevo na organização de concertos de música dita clássica são, segundo a base de dados que construímos com o levantamento dos concertos realizados em Braga de 1977 a 2001, o **Conservatório**, o **Instituto de Estudos da Criança** (desde os anos 90) e o **Cabido da Sé Catedral** (graças à actividade do seu Deão, Monsenhor Eduardo Melo Peixoto, tendo sido mesmo definida uma temporada repleta de concertos na Sé desde Setembro de 2001 até Maio de 2002), a **Comissão das Solenidades da Semana Santa** (que inclui representantes de várias entidades, de entre as quais tem maior peso o Cabido) e a **Câmara Municipal**. Como refere Augusto Santos Silva, os municípios são parceiros, internamente débeis, tornados fortes pela debilidade do conjunto dos actores da cena cultural local (Silva, 1995). Mesmo com uma actuação discreta, de mero apoio às actividades ou grupos, a Câmara Municipal de Braga permite a subsistência de alguns agentes através de protocolos, por exemplo com a Orquestra de Câmara do Distrito de Braga, com o Coro Académico da Universidade do Minho, para a realização dos Encontros de Coros Universitários, com a Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho, com o Orfeão de Braga, com a Banda de Cabreiros.

A maioria dos concertos realizados em Braga é de **entrada livre**, em grande parte porque os principais organizadores são a Sé, o IEC e o Conservatório, instituições culturais sem fins lucrativos e que nunca cobram bilhete para os espectáculos que organizam.

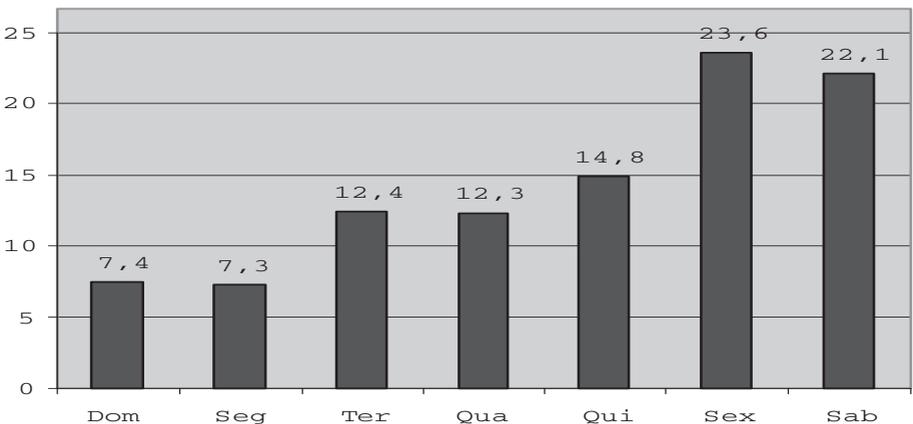
Acerca da entrada livre ou paga nos concertos, as opiniões dos entrevistados divergem. Se a entrada paga pode condicionar a afluência aos concertos, por outro lado contribui para reduzir os custos dos organizadores e inspira uma postura diferente por parte do público (respeito, atenção, silêncio). A entrada livre responde ao objectivo de educação do público mas pode levar algumas pessoas a desvalorizarem o espectáculo.

A entrada livre é utilizada para atrair público, mas as investigações desde Bourdieu indicam que a questão não está no capital económico mas no capital cultural. É valorizado o papel da família e da escola... e dos concertos didácticos, acrescentamos, a partir do que diz o próprio Bourdieu (Bourdieu; Darbel, 1979) que, ao estudar a frequência dos museus, sugere que seja fornecido ao público, ao mesmo tempo que a obra, o código segundo o qual a obra está codificada, isto num discurso (verbal ou gráfico) cujo código seja já dominado (parcial ou totalmente) pelo receptor. O objectivo é evitar que alguns sujeitos se sintam deslocados, fornecendo-lhes a ajuda que eles esperam. Por isso os concertos didácticos, em que são explicados os aspectos que envolvem as obras, os compositores, os instrumentos, modos de ouvir e de estar... são um óptimo meio de formar bons ouvintes e captar novos públicos.

No que concerne ao **horário**, os concertos em Braga decorrem normalmente às 21:30 horas. Há dois grupos horários que se destacam: entre as 21 e as 22 horas temos 70 % dos eventos e, muito abaixo, temos 10 % dos eventos musicais entre as 18 e as 18:30 horas. Os organizadores que mais apostam no horário do final da tarde são o Conservatório e o Instituto de Estudos da Criança, devido à presença de alunos nesses horários.

A sexta-feira e o sábado são os dias privilegiados pelos organizadores devido ao fim de semana, em que as pessoas se encontram libertas dos constrangimentos do trabalho. O sábado tem as desvantagens de não acolher as pessoas que se deslocam para fora da cidade ao fim-de-semana e da concorrência de outras formas de lazer (Gráfico 3).

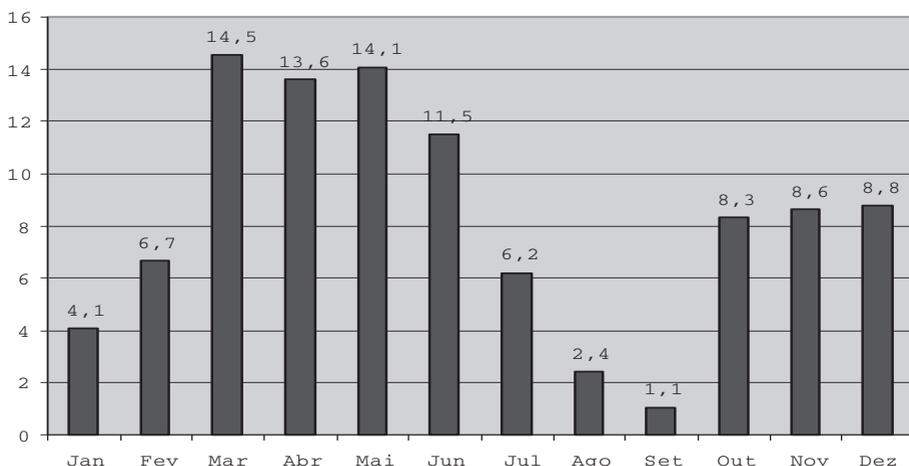
GRÁFICO 3: Concertos realizados por dia da semana (%)



FONTE: Base de dados construída a partir do levantamento dos eventos musicais realizados em Braga desde 1977.

Quanto aos meses do ano privilegiados pelos organizadores de concertos, são principalmente Março, Abril e Maio, com cerca de 14 % cada, principalmente devido à realização das Solenidades da Semana Santa mas também em virtude de certas efemérides como o Dia Internacional dos Museus (18 de Maio), algumas Jornadas de Música de Órgão, Recitais de Jovens Músicos, Música na Universidade, Encontros de Coros Universitários, etc. (Gráfico 4).

GRÁFICO 4: Concertos realizados por meses do ano (%)



FONTE: Base de dados construída a partir do levantamento dos eventos musicais realizados em Braga desde 1977.

Problemas de organização

A organização de eventos musicais em Braga **não é obra de uma direcção artística estruturada** mas muitas vezes fruto do **acaso**, por exemplo no que diz respeito à exibição de óperas no Teatro Circo entre 1994 e 1996, conforme explica Rui Madeira, administrador-delegado daquela casa de espectáculos:

«As óperas de que estamos a falar aconteceram a partir de um determinado momento, quando as ex-repúblicas soviéticas faliram e as pessoas foram todas contratadas por pouco dinheiro para actuarem em Espanha. Era um empresário espanhol que tinha espectáculos em muitas cidades de Espanha (e Espanha tem outro nível cultural), e ficando em Vigo e na Corunha, davam aqui um salto e faziam mais um espectáculo. O empresário, em vez de ter a companhia parada dois dias, fazia isto a

preços possíveis de nós garantirmos a bilheteira. A bilheteira começou por ser garantida enquanto foi fenómeno social e à quinta ópera havia menos público e o Teatro Circo deixou de estar interessado em financiar isso, porque não tinha dinheiro, e se tivesse dinheiro não estava interessado porque o nível das últimas coisas que vieram aí deixou muito a desejar.» (entrev.)

Exemplo da falta de programação é ainda a afirmação de um dos entrevistados: «Quando posso vou organizando uns concertos». A programação não é regular, é dispersa, dando origem a períodos com muitos concertos e outros de vazio. Esta **falta de coordenação da programação** leva a que, por vezes, se realizem dois ou mais concertos no mesmo dia e à mesma hora. Em Braga, a Páscoa costuma ser um período em que se quebra o jejum a nível musical: no ano 2000 houve três concertos no mesmo dia e à mesma hora (14 de Abril, 21:30 horas), dois deles fazendo parte das Solenidades da Semana Santa, e o mesmo já aconteceu pelo menos em mais três ocasiões (30 Abr. 1993, 25 Mar. 1999, 1 Out. 1999). Desta forma, condiciona-se a oferta de três espectáculos a apenas uma opção. Dos concertos e eventos que incluem música dita clássica registados na nossa base de dados, aconteceram em 36 ocasiões dois no mesmo dia, em horários coincidentes ou não. Por vezes a hora não é incompatível, mas o ideal seria distribuir os eventos de forma a evitar longos períodos de vazio e outros com uma grande concentração de concertos.

Torna-se necessária a cooperação entre as instituições culturais da cidade – Universidades, Conservatório, Câmara Municipal, Igreja... Para João Teixeira Lopes, a iniciativa deve partir das Câmaras Municipais: «... as autarquias são as entidades privilegiadas para organizarem e gerirem o «jogo» local de relações, isto é, a rede de agentes directa ou indirectamente envolvidos, os seus interesses e os seus conflitos» (Lopes, 2000b: 83). Em Braga, a Câmara Municipal tem um papel bem mais discreto, como vimos.

3.2.3. Divulgação

Uma boa divulgação dos eventos é essencial para o seu sucesso em termos de público. Uma forma de divulgação geralmente utilizada é a pequena notícia no jornal. Por seu lado, o recurso à publicidade na imprensa apresenta custos muito elevados.

Para facilitar a divulgação das actividades culturais em Braga, surgiu em Maio de 1997 uma **agenda cultural** editada pela Câmara Municipal de Braga. O seu papel tem sido positivo, mas são apontadas algumas críticas pelos entrevistados: a periodicidade mensal deixa de fora qualquer iniciativa organizada com menos de um mês de antecedência. Além disso, a infor-

mação sobre concertos é muito incompleta, pois menos de 40 % das actividades musicais realizadas aparecem referidas na *Braga Cultural*, se compararmos o número de concertos incluídos na nossa base de dados com o número de concertos indicados na publicação camarária.

A **crítica musical** nos jornais bracarenses é cada vez mais rara; no entanto, é importante que se divulgue, mesmo *a posteriori*.

Analisando os artigos publicados desde 1977, chegamos à conclusão de que são quase todos escritos por pessoas que estão ou estiveram ligadas à Igreja ou ao Seminário (P.^e Manuel Faria, P.^e Costa Araújo, P.^e Joaquim Mendes de Carvalho, P.^e Sousa Marques, Prof. Costa Gomes). Escrevem sobretudo acerca de concertos de coros amadores ou de órgão, denotando alguma ligação, por vezes sentimental, aos intérpretes ou compositores, fazem muitas apreciações técnicas, não deixando de criticar. Quando se referem a música sacra, nota-se a valorização do concerto como oração em detrimento do espectáculo. Expressam ainda o seu amor pela cultura local, valorizando o que é de Braga.

Desde Fevereiro de 2001, Helena Vieira, professora da Universidade do Minho, faz a divulgação da música através de crónicas quinzenais no *Diário do Minho*. Aí incluí sugestões de concertos, de entre os quais apenas um ou outro são em Braga, por escassez de oferta.

3.3. *Públicos*

Até há poucos séculos, a música de acesso público era exclusivamente sagrada, praticada no culto, dentro dos templos. A música das cortes e dos salões era privada e a restante música profana era considerada arte menor. Assim, **nem sempre houve concertos**, como referem Tomás Borba e Fernando Lopes-Graça:

«Os nossos antepassados ignoraram completamente o que fosse este género de espectáculos, porquanto as audições musicais que então se realizavam eram exclusivamente as festas que algumas cortes reais promoviam e as solenidades religiosas a que a música era chamada, para lhe dar brilho e pompa. As academias ou serões musicais que então existiam limitavam a sua acção à intimidade de alguns associados, sem a comunhão do público.» (Borba; Lopes Graça, 1956: 346)

Foi assim que **a música se desenvolveu sem público**, com outras funções que não a de ser ouvida «passivamente», desde uma função terapêutica a uma função guerreira, passando pelo objectivo de conferir especial relevo a determinadas cerimónias religiosas e civis. No entanto, com a ascensão da burguesia, devido à aspiração de pautar o seu estilo de vida pelo da aristo-

cracia, e face à diminuição da possibilidade de formar orquestras privadas, **surge o concerto**, no final do século XVII. Quando se expande para o espaço público (daí o nome da sua nova audiência), a música adquire a nova função de ser escutada e sentida pelo público em geral.

E actualmente, como é caracterizada a situação dos públicos da música dita clássica em Braga? As opiniões dos nossos entrevistados são muito díspares: muitos consideram que, globalmente, os públicos são suficientes (Helena Vieira, Manuel Simões, Cónego Melo, António Sousa Fernandes), mas outros são de opinião que falta público (Carla Simões, António Fidalgo, Ilda Carneiro). De acordo com os concertos que pudemos observar ou dos quais obtivemos relatos, a avaliação da participação do público nem é muito positiva (57,5 %) nem muito negativa (42,5 %).

As variáveis mais importantes que intervêm na presença do público nos concertos são as seguintes, de acordo com os entrevistados:

1. Há mais público quando o intérprete é mediático.
2. O público também adere quando há hábito ou tradição, principalmente ligada à Igreja.
3. Muitas vezes o público não acorre por causa da música mas para seu reconhecimento social ou porque conhece alguém que vai actuar.
4. Há grande separação de públicos dependendo dos organizadores e dos espaços, e os públicos não se cruzam.
5. A apreciação sobre a quantidade de público depende do que considerarmos público suficiente. Temos que ajustar as expectativas à realidade da inexistência de hábitos culturais. Como forma de criar públicos, há que criar hábitos culturais através de uma educação de base nas escolas, que actualmente não é satisfatória. Pode formar-se bons ouvintes realizando concertos didácticos, como referi.
6. Há mais público quando o concerto decorre de um grupo específico para um público específico, envolvendo uma componente social para além da própria música.
7. No entanto, há uma grande margem de imprevisibilidade na adesão do público.

Da violência à indiferença

Os públicos demonstram uma atitude cada vez mais distante em relação aos intérpretes. Já vão longe os tempos das rivalidades entre os adeptos das bandas, com violência pelo meio, das grandes pateadas nos teatros, da violência entre fãs de determinadas cantoras de ópera...

Hoje regista-se um grande controlo das emoções nos concertos, visível através das palmas só no final das obras e do silêncio obrigatório. Como exemplo da indiferença dos públicos, uma entrevistada refere: «Aplaudem quando gostam e quando não gostam. Aplaudem menos a música do que as pessoas que se conhecem».

De qualquer forma, as obras hoje ouvidas nos concertos são consagradas, não estão à espera da consagração do público. Uma importante alteração que ocorreu nos concertos foi precisamente o facto de, até há mais de cem anos, o público dos concertos apenas escutar música dos seus contemporâneos, algo que não sucede hoje em dia, em que é rara a inclusão de música contemporânea nos programas de concertos. O público actual deseja ouvir obras consagradas, que lhe dão a segurança de poder aplaudir algo que passou o veredicto do tempo.

Depois, há o facto de, então, a música clássica ser uma prática de elite e que trazia benefícios simbólicos a quem a conhecesse e que frequentasse esses meios. Quando perdeu essa aura, com a dessacralização da música erudita, que deixou de ser factor de distinção, deixou de ter esse público assegurado.

Norbert Elias teorizou sobre este crescente controlo das emoções, entendendo-o como um aspecto inerente ao processo civilizacional:

«Actualmente, o código de conduta daqueles que vão aos concertos limita os aplausos, remetendo-os para o final de uma sinfonia ou qualquer peça de música com andamentos múltiplos. O aplauso no fim de um andamento é refreado, se não mesmo censurado. No tempo de Haydn ou Beethoven, contudo, o aplauso depois de cada andamento não só se verificava como era esperado. Muitos andamentos tinham também a intenção de favorecer os aplausos, como forma bem-vinda de libertar a excitação da tensão produzida pela música. Hoje, a audiência permanece em silêncio no fim do andamento que havia sido escrito e reclamava o aplauso.» (Elias, 1992: 81)

Em suma, aparentemente o público da música passou da violência à contenção, manifestando um crescente controlo das emoções: hoje, o ouvinte deve conter a excitação provocada por um andamento musical que, no tempo da sua composição, era desejada.

Outros exemplos de indiferença são a inexistência de crítica musical, a ausência de debates como existiram no passado: por exemplo, em 1929 sobre a possibilidade de criação de um Conservatório; em 1983 sobre o restauro de um dos órgãos da Sé, entre Manuel Faria e o organeiro.

Conclusões

1. *A importância da Igreja*

A história da música em Braga no último século e meio é, em muitos aspectos, comum à história de qualquer outra cidade portuguesa, com o passeio público onde regularmente actuavam as bandas no coreto. O teatro contava com a presença obrigatória da elite.

Braga não diferia muito das outras cidades de província, caracterizadas por Fernando Lopes-Graça em Setembro de 1931: «de música, só ouve os “concertos” das suas “bandas militares” e os passa-calhes das suas “filarónicas”...» (Lopes-Graça, 1989: 97).

No entanto, Braga distingue-se das outras cidades através de um traço crucial: a importância da Igreja. Isto é visível através de vários indicadores.

Como vimos, o Cabido da Sé é a principal instituição organizadora de concertos, e a Sé o principal espaço que os acolhe.

A importância da música para a Igreja está patente nas determinações do Arcebispo em 1916: «... determina o ensino do canto gregoriano e musica no Seminário não podendo ninguém ser admittido a tomar ordens sem 1.º ter obtido aprovação no exame de musica sacra» (*Echos do Minho*, 24 Nov. 1916). Já em 2000 o aparecimento do Coro Gregoriano de Braga está na continuação da tradição da música religiosa da cidade.

A Igreja continua a promover o ensino da música nos Seminários e ainda, actualmente, através da Escola Diocesana de Música Sacra. Também a escassa crítica musical realizada em Braga é da iniciativa de pessoas ligadas à Igreja, como vimos atrás.

Muitas das figuras que entrevistámos e que desempenham papéis relevantes no campo da música são sacerdotes ou, quando não o são, passaram pelo Seminário no seu percurso escolar (Cónego Melo, António Sousa Fernandes, António Costa Gomes, João Duque, Fernando Lapa, António Fidalgo, José Bernardino). A estes nomes muitos outros se poderiam juntar, dos quais destacamos Manuel Faria e Joaquim Santos, que desenvolveram grande parte da sua actividade em Braga.

2. Principais problemas da música em Braga

No que diz respeito a **actividades**, Braga encontra-se actualmente **fora do circuito musical português**. Até à década de 70 eram realizados na cidade importantes concertos pelo Círculo de Cultura Musical, pela Juventude Musical Portuguesa e pela Pró-Arte, que tinham delegações na cidade. No Conservatório realizavam-se concertos oferecidos pela Fundação Calouste Gulbenkian. Também são de destacar os Festivais Gulbenkian. Tudo isso desapareceu na década de 70.

Quanto a **espaços**, sente-se a falta de um local de grandes dimensões, que permita a realização de óperas e de concertos sinfónicos, dado que o Teatro Circo se encontra em obras.

Os **agrupamentos** que se destacam na cidade, nos últimos anos, são o Orfeão de Braga, o Coral Porta Nova, o Coro Académico da Universidade do Minho, a Orquestra de Câmara do Distrito de Braga, a Cappella Bracarenensis, o Coro Gregoriano de Braga e a Banda de Cabreiros.

Trata-se de músicos amadores, excepto a Orquestra e a Cappella Bracarenensis. No entanto, a Orquestra não se encontra em actividade e a Cappella foi recentemente extinta.

Os coros existem mais pela sociabilidade do que pela música. Os grupos existentes ou não têm forma jurídica (Coral Porta Nova, Cappella Bracarenensis, Coro Gregoriano de Braga) ou são associações sem fins lucrativos (Banda de Cabreiros, Orfeão de Braga, CAUM, Orquestra de Câmara do Distrito de Braga). Vivem não do mercado mas da «carolice», do apoio mecenático ou do financiamento público estatal ou municipal.

No que diz respeito à **formação**, torna-se necessário repensar o papel do Conservatório, sujeito a variadas críticas: deveria ser apenas escola de música em vez de possuir ensino integrado, encontra-se fechado ao exterior, não se nota a sua presença em Braga, é uma escola de elites onde não entra qualquer um, mas apesar disso encontra-se superlotado.

Há problemas na **organização** de eventos musicais: não é obra de uma direcção artística estruturada mas muitas vezes fruto do acaso; há falta de coordenação entre entidades organizadoras, originando períodos de grande actividade, com vários concertos em simultâneo, e períodos de vazio.

De um modo geral, a **divulgação** é considerada deficiente, a crítica musical é praticamente inexistente e a agenda cultural apresenta como principal falha o facto de se encontrar muito incompleta e de, segundo alguns entrevistados, dever ser semanal ou quinzenal, em vez de mensal, para permitir a inclusão de eventos que são organizados com menor antecedência.

É de registar a imprevisibilidade da adesão do **público** e o processo que denominámos «da violência à indiferença».

3. Perspectivas de futuro

Quais as possibilidades de dinamização do mundo da música em Braga?

1. Criação do curso de música na Universidade do Minho, que poderá contribuir para dinamizar o próprio Conservatório, levando a que mais alunos enveredem pela carreira musical.
2. O curso de música na UM contribuirá certamente para que a Universidade no seu todo tenha um discurso mais activo sobre a música, quando actualmente só alguns professores de uma pequena parte de um departamento de uma escola da UM o sustentam. Isto poderia contribuir para a coordenação de esforços entre instituições culturais. Não esqueçamos que, segundo a investigação coordenada por Carlos Fortuna e por Augusto Santos Silva (2002), a Universidade do Minho é considerada, de longe, a instituição mais importante em Braga.
3. O papel da Igreja no meio musical tende a diminuir, devido à diminuição do número de seminaristas. Além disso, se é de destacar a importância do actual Deão do Cabido da Sé, por outro lado o seu sucessor pode não ser melómano.
4. A realização, de Abril a Julho de 2002, do I Festival Internacional de Jovens Músicos de Braga e dos Cursos Internacionais de Música pode ser um bom prenúncio de uma actividade regular de grande importância.
5. A explosão da procura do ensino da música terá, no futuro, consequências na organização do meio musical em Braga.
6. Finalmente, chamamos novamente a atenção para a importância da realização de concertos didácticos, através dos quais se poderá formar bons ouvintes.

Bibliografia

- BECKER, Howard (1988), *Les mondes de l'art*, Paris: Flammarion.
- BORBA, Tomás; LOPES GRAÇA, Fernando (1956 e 1958), *Dicionário de Música (ilustrado)*, 2 vols., Lisboa: Edições Cosmos.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain (1979), *L'amour de l'art: les musées d'art européens et leur public*, 2.^a ed., Paris: Les Éditions de Minuit.
- CARNEIRO, Álvaro (1957), «Músicos de Braga», *Gazeta Musical*, Lisboa, ano 7, n.º 81, Jun. 1957, pp. 101-105. [reprodução, com pequenas alterações, da palestra efectuada na Biblioteca Pública de Braga para os sócios da agremiação cultural «Convívium», em 11 de Maio de 1957, e reproduzida no jornal *Correio do Minho* em 12, 15 e 18 de Maio de 1957, p. 3]
- (1960), *A música em Braga*, Braga. [Separata da revista *Theologica*, Braga: vol. 2, fasc. 3/4 (1959), pp. 7-454; vol. 3 (1959), pp. 135-352]
- (inédito), *Braga e a música*, Braga.
- CONDE, Idalina (1996), «Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995)», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 23, pp. 117-188.
- CRUZ, Maria Antonieta (1999), *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (1992), *A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional*, Lisboa: Difel.
- FERNANDES, António Teixeira *et al.* (1998), *Práticas e aspirações culturais: os estudantes da cidade do Porto*, Porto: Edições Afrontamento/Câmara Municipal do Porto.
- FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Santos (orgs.) (2002), *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.
- KUCHARSKI, Rosa Maria (1980), *La musica, vehiculo de expresion cultural*, Madrid: Ministerio de Cultura.
- LARANJEIRO, Hugo Filipe (1998), *Gostos e práticas culturais: um estudo dos públicos do espectáculo em Braga*, Relatório de Estágio do Curso de Sociologia das Organizações.
- LOPES, João Teixeira (2000a), *A cidade e a cultura: um estudo sobre práticas culturais urbanas*, Porto: Afrontamento.
- (2000b), «Em busca de um lugar no mapa: reflexões sobre políticas culturais em cidades de pequena dimensão», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 34, pp. 81-116.
- LOPES-GRAÇA, Fernando (1989), *A música portuguesa e os seus problemas*, 2.^a ed., Lisboa: Caminho.
- (1992), *Nossa companheira música*, 2.^a ed. aumentada, Lisboa: Caminho.
- NERY, Rui Vieira; CASTRO, Paulo Ferreira de (1999), *História da Música*, 2.^a ed., Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de (1995), *Estudos sobre os séculos XIX e XX em Braga. História e Arte*, Braga: Edições APPACDM.

- PAIS, José Machado (coord.) (1994), *Práticas culturais dos lisboetas*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1983), *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa: Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais.
- SILVA, Augusto Santos (1995), «Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano. Uma análise de seis cidades portuguesas», in SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (org.), *Cultura e Economia*, Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 252-270.
- SILVA, Augusto Santos; SANTOS, Helena (1995), *Prática e representação das culturas*, Porto: Centro Regional das Artes Tradicionais.
- SYMES, Colin (1997), «Beating up the classics: aspects of a compact discourse», *Popular Music*, 16 (1), pp. 81-95.
- WAUGH, Alexander (1996), *Música clássica: uma nova forma de ouvir*, Lisboa: Edições Temas da Actualidade.

A MAGIA DOS OBJECTOS DE MUSEU: ANÁLISE SEMIÓTICA DO LOUDEL DE D. JOÃO I

FERNANDO PAULO OLIVEIRA MAGALHÃES *

RESUMO

Quando entramos num museu apreciamos e observamos colecções que são, por sua vez, compostas por objectos. Contudo, na sociedade em que vivemos, todos os dias são produzidos milhões de objectos. O que é que faz então com que apenas uma ínfima parte deles encontrem lugar no museu? São muitos os factores, alguns dos quais iremos observar ao longo deste texto. Em todo este processo, é de salientar o vigoroso contributo que a semiótica pode prestar para o entendimento do valor que é, hoje, atribuído ao objecto, o qual lhe confere um lugar no museu.

Christopher Tilley (1989) e Susan Pearce (1992), de entre vários investigadores, aplicaram estas técnicas a objectos materiais, obtendo resultados interessantes na interpretação do valor que as sociedades actuais lhes conferem. Baseados em alguns destes teóricos, iremos efectuar um exercício semelhante, para melhor entendermos o valor cultural atribuído ao lou-del, usado por D. João I na Batalha de Aljubarrota, o qual se encontra exposto no Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães.

Introdução

Actualmente vivemos numa sociedade do consumo em que, mais do que nunca, se produzem objectos de todo o tipo, em torno dos quais gira a vida social e cultural das populações (Miller, 1991; 1995). Se todos os objectos são pedaços do mundo material, cuja materialidade lhes permite ocupar, tal como nós, um tempo e um espaço, e os «distingue de outras criações humanas insubstanciais, tais como a música, um poema, ou a ideia de casa-

* Mestre em Antropologia, docente na Escola Superior de Educação de Leiria

mento» (Pearce, 1992: 15), nem todos encontram um lugar no museu. Os museus, enquanto locais especiais de alojamento de colecções de objectos, não acolhem toda e qualquer peça, de qualquer tipo ou espécie, daqueles milhões que diariamente nos fazem companhia. O que é que faz então que desses milhões apenas alguns sejam escolhidos para figurarem no museu? Mesmo em relação à arte sacra, o que é que faz com que de entre tantos objectos de culto, ou que já serviram para ele, sejam escolhidos apenas alguns, por parte dos museus? Estas são algumas das questões sobre as quais nos debruçaremos ao longo deste texto, procurando demonstrar como as técnicas da semiótica, já desenvolvidas por outros investigadores na área da cultura material (Tilley, 1989: 185-194; Pearce, 1992: 25-31), são bastante úteis na análise do particular significado cultural que, apenas, uma muito restrita quantidade de objectos materiais adquire no seio das sociedades humanas. Esta técnica será aplicada ao estudo de um objecto de grande significado para a cultura portuguesa: o loudel de D. João I, depositado e exposto ao público no Museu de Alberto Sampaio, situado entre duas das zonas de maior simbolismo histórico-cultural da cidade de Guimarães: a Rua Alfredo Guimarães e a Praça da Oliveira.

Análise semiótica do loudel de D. João I

Todos os objectos possuem uma vida social que os acompanha, desde o momento em que são elaborados até ao fim da sua vida; alguns podem durar apenas algumas horas, mas outros, como os que estão presentes nos museus, e em particular aqueles em relação aos quais se refere este estudo, podem durar séculos, ou mesmo milénios, o que faz com que eles adquiram, à medida que se movem no tempo, uma história, passando por diversas mãos, lugares, e eventualmente contextos diversificados de uso. Serão pois estes objectos, de vidas longas e complexas, cuja «materialidade e aspecto físico lhes permite a capacidade de se ancorar no tempo e no espaço bem como a atribuição de valores especiais tais como uma vida social, um poder de sobrevivência física que os permite relacionar com acontecimentos passados, e a sua capacidade de serem possuídos e avaliados» (Pearce, 1992: 17), que irão com mais facilidade encontrar um lugar no museu.

Os objectos físicos não podem ser dissociados das ideias que comandam a vida social e cultural dos Homens, tal como a linguagem, mas, independentemente dela, eles desempenham um papel fundamental na reprodução social, pois, uma vez que viajam por tempos e espaços muito longos, frequentemente maiores do que os dos humanos, possuem a capacidade de comunicar certas tradições do grupo às gerações futuras, funcionando concomitantemente como sistemas de comunicação e meios de socialização. Se todos os objectos podem funcionar como meios de comuni-

cação permitindo a reprodução social, nem todos o fazem com a mesma intensidade, e neste sentido, atrever-me-ia a afirmar que os objectos ligados à religião assumem um lugar particularmente importante. Enquanto expostos numa igreja, lembram-nos constantemente onde estamos, e como nos devemos comportar em relação aos outros, funcionando portanto como meios de socialização, eles regulam as nossas atitudes e formas de comportamento (Gossman, 1975). A partir do momento em que estes objectos sagrados passam a ocupar o espaço do museu, continuam a funcionar como meios de comunicação, e reguladores do comportamento, embora o façam não mais em moldes associados ao ritual religioso, mas sim em relação ao secular. Uma vez dentro do museu de Alberto Sampaio, os objectos expostos lembram-nos, embora de forma diferente da igreja, quem somos, de onde vimos, e como se formou a nossa cultura. Por intermédio da educação ¹, recorrendo-se aos objectos enquanto meios privilegiados de informação, efectua-se a reprodução social, na medida em que nos é constantemente lembrado o nosso passado cultural. No museu de Alberto Sampaio, o loudel de D. João I, ou o tríptico de Aljubarrota, apresentam-nos um passado feito de mitos e heróis, de uma importante batalha vencida «fundamental para a constituição da nossa cultura». Por outro lado, os objectos de arte sacra testemunham não só as crenças religiosas dos nossos antepassados, mas também a existência de grandes artistas, que com a sua habilidade contribuíram para a nossa rica herança cultural. A talha, a ourivesaria, ou a escultura, a última independentemente do material com que é trabalhada, constituem esse testemunho das artes que os nossos antepassados foram capazes de dar origem, contribuindo dessa forma para uma maior coesão social.

Observa-se também que quanto mais antigo for um objecto, maior será o seu valor, aumentando tna mesma proporção o «apetite» por parte do museu para o acolher. A esta ocorrência não estará por certo alheio o facto deles possuírem a capacidade de transportarem o passado para o presente. O edifício do museu de Alberto Sampaio, a estatuária, e de uma forma geral, cada objecto presente neste museu, possuem uma data que os permite localizar no tempo, e neste sentido, tanto podem possuir cerca de cem ou duzentos anos de existência como vários outros séculos. O cálice românico oferecido por D. Sancho I e pela rainha D. Dulce a Santa Marinha da Costa, datado do século XII, contrasta com outro gótico, duzentos anos mais velho, e estes dois estão rodeados por tantas outras peças que, possuindo as mesmas funções, são no entanto muito posteriores, nomeadamente dos séculos XVIII e XIX.

¹ A educação constituiu um dos marcos fundamentais da sociedade secular, sendo instituída a partir do paradigma moderno.

Ora, a magia destes objectos, tal como em todos os outros presentes no museu, reside precisamente no facto de eles serem capazes de sobreviver durante tanto tempo, e terem tido uma relação «real», «única» com acontecimentos passados (Pearce, 1992: 24), tornando-se as únicas vozes de um passado mais ou menos distante, e ao qual nenhum humano sobreviveu, para nos poder contar. Neste sentido, podemos dizer que existe uma grande proximidade entre os objectos de arte sacra e a religião, incluindo o *sentimento* religioso, e, visto que cada cultura em cada época histórica procurou uma forma particular de se relacionar com o mundo, a vida e o seu futuro (...), então apreciar um objecto de arte religiosa, produzido e usado nessa época específica, é entrar noutra dimensão, é fazer um périplo por determinadas épocas do passado e conhecer os anseios, as crenças, os sentimentos e as emoções dos nossos antepassados (Franch, 1988: 63-65), em suma, cai-se fora do tempo presente, para se fazer uma viagem pelo passado. Os objectos ligados à religião, possuindo um contacto real com os acontecimentos há muito passados, detêm, mais do que qualquer outro meio, a capacidade de os trazer até nós.

Vejamus então como um determinado artefacto, presente no museu de Alberto Sampaio, possui essa capacidade. Tomando como exemplo o loudel usado por D. João I e oferecido por ele a Nossa Senhora da Oliveira em agradecimento pela sua vitória frente aos exércitos comandados pelo rei D. João I de Castela, naquele que viria a ser conhecido como um dos episódios mais miticamente marcantes para a cultura portuguesa, a Batalha de Aljubarrota em 1385. O loudel, aliás como o tríptico de Aljubarrota, também oferecido pelo rei a Nossa Senhora da Oliveira, enquanto realidades físicas, não só sobreviventes a esse confronto, mas também aos seis séculos que já decorreram desde então, têm concorrido para o estudo e bom conhecimento das circunstâncias espacio-temporais, nas quais decorreu a acção que viria a conduzir à sua oferta por parte de D. João I à Nossa Senhora, ao mesmo tempo que servem como atestados da importância que esta batalha teve na manutenção e constante desenvolvimento da cultura portuguesa, bem como no contributo dado por Guimarães para a manutenção de Portugal como Reino independente. Mas, ao contrário do que parece à primeira vista, a capacidade de estabelecer uma ponte entre o passado e o presente por parte desses objectos não é assim tão simples.

Baseados em Ferdinand Saussure (Tilley, 1989: 185-194), iremos aplicar as técnicas analíticas da semiótica, para compreendermos melhor essa relação que o loudel mantém entre o passado, o distante contexto do século XIV, e o actual, como é que ele se transformou num veículo mensageiro actuando em relação à batalha de Aljubarrota quer como um signo intrínseco, quer como símbolo metafórico, capaz de múltiplas interpretações, permitindo ao mesmo tempo criar o presente a partir do passado.

Saussure, o pai da linguística moderna, definiu a *langue* como o sistema de códigos, regras e normas que estruturam qualquer linguagem particular, enquanto que *parole* se refere ao acto situado da utilização deste sistema por um orador individual (Saussure, 1960 in Tilley, 1989: 185). Por sua vez, o que subjaz à construção da *langue*, é o signo linguístico diacrítico, consistindo numa união de dois componentes, o *significante*, e o *significado*. O significante é uma pronúncia audível ou a «imagem» som, referindo-se a um conceito particular, o significado (Tilley, 1989:185-186). Aplicando a linguística de Saussure ao estudo da cultura material, Pearce (1992: 26) define como a *langue* da sociedade, as regras e toda uma série de possibilidades que subjazem à sua estrutura mais profunda. Cada sociedade «escolhe» a partir de uma grande (mas não infinita) série de possibilidades, aquilo que irá definir a sua individualidade. Trata-se de uma escolha dinâmica que, a um determinado momento, permite a uma dada sociedade uma grande série de possibilidades comunicativas, incluindo o corpo de cultura material. Podemos então dizer que o loudel resultou de uma escolha, ou selecção, tornando-se uma forma de comunicação que, em 1385, ajudou a definir a individualidade da sociedade portuguesa. É claro que para ser de uso social toda a série de possibilidades comunicativas deve estar estruturada *according to socially understood rules which command broadly-based social support, and which will, of course, be a part of the local system of domination and subservience* (Pearce, 1992: 26).

A *parole* emana da *langue* da sociedade, e pode ser definida como a acção presente, acto realizado, ou sentença falada, a partir das quais cada sociedade se cria a si mesma e perpetua no tempo. A união entre o significado, identificado por Roland Barthes em 1977 com a *langue*, e o significante com a *parole* (Barthes, 1977 in Pearce, 1992: 26-27), dá-nos o *signo*, que é a construção social pela qual os membros do grupo se reconhecem e entendem uns aos outros.

O papel do loudel no contexto da sociedade de 1385 é então o seguinte: a *langue* da sociedade portuguesa em 1385 contemplava uma série de possibilidades humanas e materiais, que incluíam a produção de todo o tipo de armamento em uso na altura, têxteis de diversos estilos e cores, dos quais temos como exemplo o loudel, e materiais associados com a religião cristã, parte marcante de todas as esferas da sociedade da época, destacando-se no seio destes materiais o tríptico, fracção importante das colecções do museu de Alberto Sampaio. É claro que o tipo de armas usado, bem como a riqueza dos materiais utilizado na elaboração e decoração do loudel, nomeadamente a utilização do fio de ouro no bordado de elementos heráldicos, dos quais só subsistem as quatro pontas da cruz de Avis, em seda verde, sobre um círculo de linho, em bordado de aplicação, bem delineada no centro a forma do escudo em que teria lugar Portugal, surge como uma

maneira de destacar o grupo do rei D. João dos demais, ou como refere Pearce (1992:26), a cultura material, neste contexto, inclui o desejo de definir as forças em combate, e dentro destas, diferentes classes e grupos. Neste sentido, podemos então dizer que o loudel é um *signo*, unindo a mensagem (o significado) e o incorporamento físico (o significante) (Figura 2). A entidade portadora da mensagem, (o loudel como significante) sustenta a mensagem (o significado) como resultado de uma escolha humana.

Analisando agora os objectos sob a perspectiva da distinção operada por Edmund Leach em 1976 (Pearce, 1992: 27) entre *signo* e símbolo, poderíamos dizer que os objectos operam como *signo* quando eles permanecem como uma representação do todo, do qual constituem uma parte intrínseca, como acontece com o loudel actualmente em relação aos acontecimentos ocorridos em 1385, assim, existe uma relação metonímica entre as diferentes partes do todo. Por outro lado, os objectos operam como *símbolos* quando são conduzidos numa associação arbitrária com elementos em relação aos quais não possuem uma relação intrínseca. Assim, em relação à capacidade que o loudel possui de transportar o significado associado com a batalha de Aljubarrota, do passado para o presente, podemos dizer, de acordo com Pearce (1992: 27), que a *parole* passada torna-se continuamente uma parte da *langue* contemporânea, a qual é continuamente re-estruturada para permitir a *parole* contemporânea numa espiral sem fim. Neste processo, os objectos, tais como o loudel, são associados com elementos com os quais não possuíam uma relação original ou metonímica, e em relação aos quais eles actuam como símbolos. Nesta perspectiva, actualmente, o loudel é então um *signo* na medida em que está relacionado com o rei D. João I e a batalha de Aljubarrota. Por outro lado, simboliza quer num contexto turístico, quer educativo, a indumentária militar da época, e a contribuição de Guimarães para a manutenção da independência de Portugal, bem como a capacidade da nossa cultura se manter autónoma face a Espanha (Figura 3). Nos estudos que a ele se referem, no sentido de elucidar o público, o loudel é considerado como uma verdadeira relíquia nacional, sendo a peça de maior valor histórico e documental do museu de Alberto Sampaio.

É claro que o simbolismo, que hoje possui o loudel, não é o mesmo que sempre deteve no passado, mas resulta antes de uma escolha por parte de uma determinada sociedade, numa dada época. Por exemplo se, aproximadamente até ao século XVI, o loudel simbolizava a vitória de Portugal na batalha de Aljubarrota e a devoção que o rei possuía para com Nossa Senhora da Oliveira, e que devia ser seguida por todos, no fundo, ele era mais um atestado dos milagres feitos por Nossa Senhora, sendo mesmo utilizado em procissões (Carvalho, 1947: 29-32), a partir daí, com a ocupação de Portugal pelos Filipes de Espanha, as comemorações da batalha de Aljubarrota passam a ser obviamente proibidas, não deixando, contudo, de con-

tinuarem a ser feitas em Guimarães, e o simbolismo do pelote ² torna-se agora totalmente diferente. Um pouco abandonado, a sua degradação passa, em 1638, vésperas do fim do domínio castelhano sobre Portugal, a simbolizar a decadência do reino, ele é o «retracto dos males de Portugal» (Pereira de Moraes, 1998: 133-134).

A partir deste período, o seu simbolismo vai sendo cada vez menor, até atingirmos o século XIX, e principalmente o XX, onde, aparecendo associado à Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira como símbolo da religião e da monarquia, é mais ou menos ignorado pelos novos poderes republicanos.

Chegados à instauração do regime salazarista em 1926, o loudel, aliás como todos os objectos ligados à religião e à história, adquirem um novo simbolismo ao lado de um novo regime ditatorial, nacionalista, bem patente no discurso de Oliveira Salazar: *Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a Autoridade e o seu prestígio; não discutimos a Família e a sua moral; não discutimos a glória do Trabalho e o seu dever* (Nogueira, 1978 in Pereira de Moraes, 1998: 485). A este discurso, não estará por certo alheia a restauração do loudel que ocorre ainda durante este período, mais precisamente entre 1958 e 1962. Estas associações, frutos de circunstâncias espacio-temporais específicas, sustentam então uma relação metafórica com a batalha de Aljubarrota, ocorrida em 1385. É esta capacidade que os objectos possuem de actuarem concomitantemente quer como signos, quer como símbolos, que lhe dão essa magia de transportarem uma parte do passado para o presente. Mas, também pelo facto de esses mesmos objectos poderem ser alvo de re-interpretações simbólicas, advém o seu poder peculiar e ambíguo.

Em resumo, o loudel atravessando todos estes séculos possui, então, uma história simbólica, mas, enquanto ele «sobrevive» fisicamente, irá reter uma relação metonímica com a batalha em si, e neste sentido, ele actua como um «signo», uma parte intrínseca da batalha. Esteve lá. Temos então um signo, capaz de uma reutilização simbólica, a qual cria novas séries de significantes. O loudel, enquanto signo é capaz de transportar um signifi-

² Este é outro nome atribuído ao loudel, sendo no entanto distinto deste, na medida em que enquanto o pelote é um nome associado apenas a uma peça de vestuário usada com frequência ao longo da Idade Média, o de loudel refere-se a uma antiga peça de vestuário militar. É hoje aceite que, não obstante o uso do término pelote na referência à peça em exposição no museu de Alberto Sampaio, trata-se antes demais de um loudel, pelo que o termo anterior, quando usado, tem o mesmo sentido que o de loudel: peça utilizada pelo rei D. João na batalha de Aljubarrota em 1385, e oferecida a Santa Maria de Guimarães. Neste sentido, veja-se como por exemplo A. L. de Carvalho (1947) utiliza o termo pelote, para se referir ao loudel, atribuindo àquele o sentido militar da peça.



(2)

Fig. 1. Cálice românico oferecido por D. Sancho I e pela rainha D. Dulce a Santa Marinha da Costa, datado do século XII (1), contrasta com outro gótico, mas duzentos anos mais velho (2).

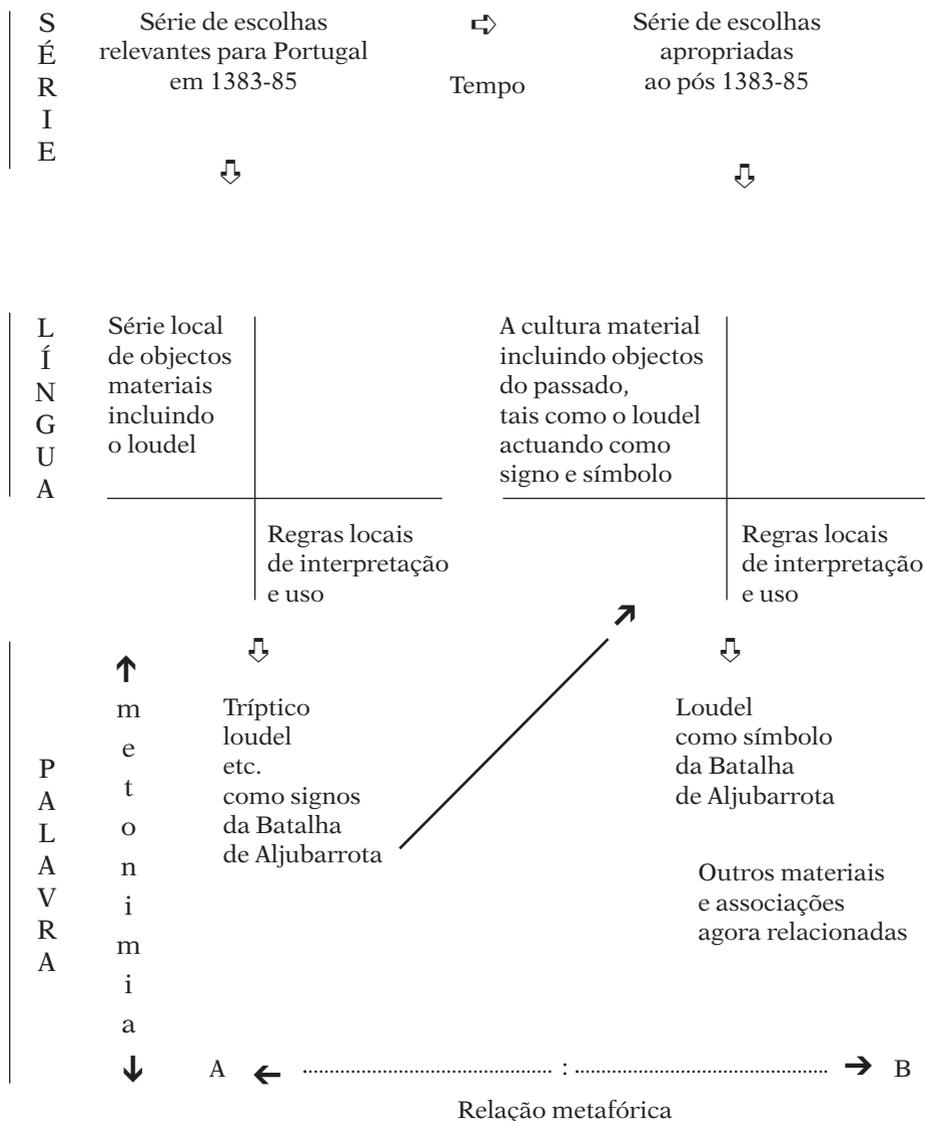


Fig. 2. Análise semiótica do loudel usado por D. João I na batalha de Aljubarrota em 1385³.

³ Esta análise foi elaborada com base nos estudos desenvolvidos por Susan Pearce (1992) para a espada usada por Alistair Macdonald de Keppoch na batalha de Culloden, em 1746.

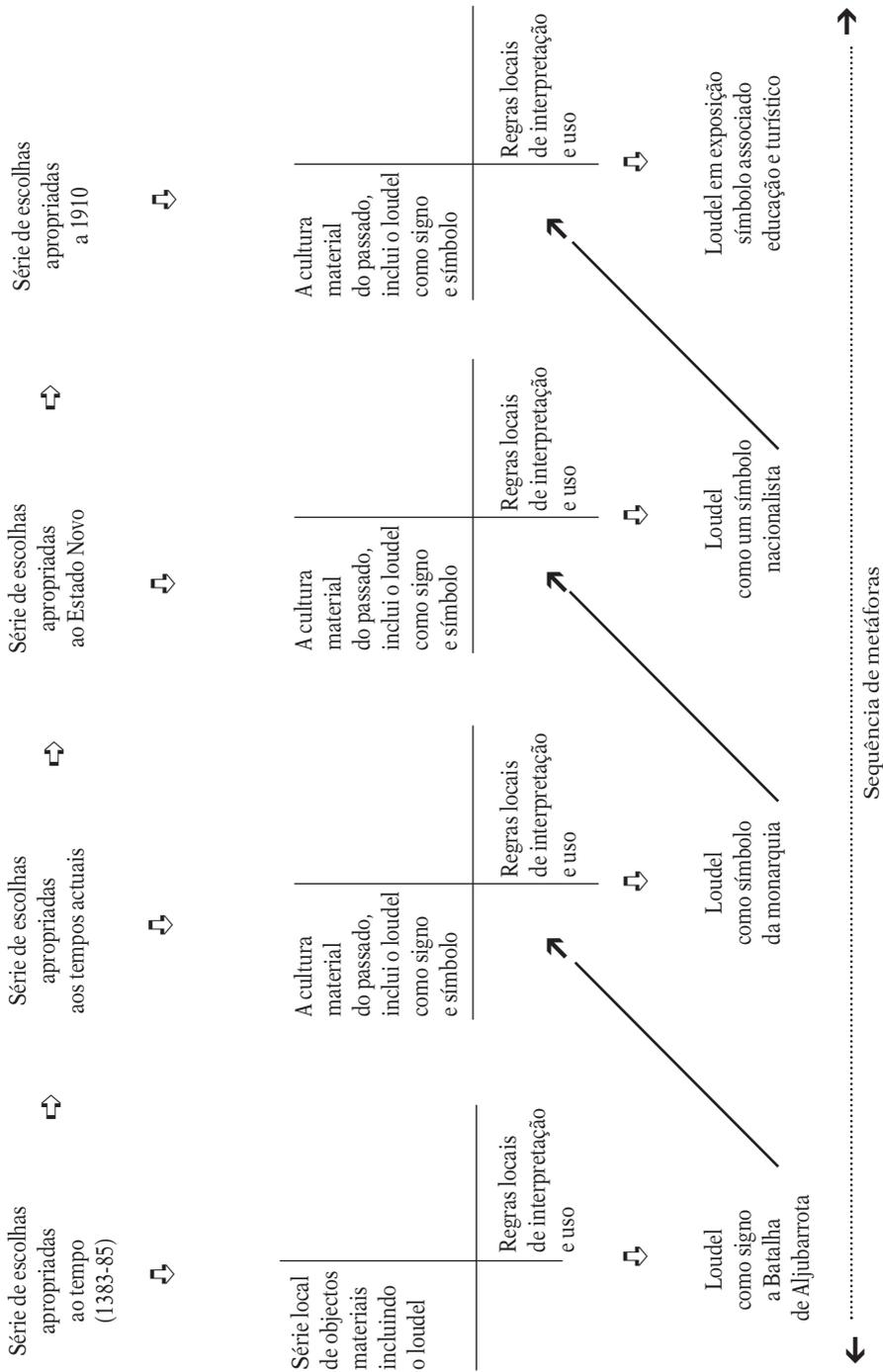


Fig. 3. Análise semiótica (alargada) do loudel usado por D. João I na Batalha de Aljubarrota em 1385.

cado, porque ele possui uma relação «eterna» com o passado, e é isto que nós experienciamos como o poder do «objecto actual». Por outro lado, ele também influencia em parte a natureza de significado recém-criado, ajudando a conduzir as mudanças que cada *parole* sucessiva representa (cf. Pearce, 1992: 28-30).

Outros atributos possui no entanto o objecto, responsáveis pelo poder que ele tem de trazer o mais ou menos distante passado para o presente. Um deles reside na sua capacidade de serem efectivamente possuídos, e a tradição museológica é apenas mais um dos modos de posse dos objectos. Ao facto de poderem ser possuídos, vendidos, passarem de mão em mão, não está alheia por um lado, a circunstância de constituírem elementos físicos e, por outro, de serem desejáveis, e são tanto mais desejados quanto maior for o valor que a comunidade lhes atribui.

O valor dos objectos reside não só no facto de constituírem importantes fontes de prazer estético e de conhecimentos históricos e científicos, mas também no tipo de material com que são elaborados. Na nossa sociedade a raridade é em si mesma uma fonte de valor e pode manifestar-se na utilização de metais nobres como o ouro e a prata, ou noutro tipo de materiais como as pérolas ou o marfim (Gonseth, 1984: 25; Pearce, 1992: 33). No museu de Alberto Sampaio, à valorização dos objectos, principalmente os que estão expostos na sala de ourivesaria, não estará por certo alheio o tipo de metal com que são elaborados. Por outro lado, o facto deste tipo de materiais ser acessível apenas a alguns grupos sociais, também ajuda a explicar o valor a eles atribuído. Os metais preciosos, com que eram elaboradas as peças de arte religiosa, serviram ao longo dos séculos, pelo menos em parte, para avaliar o estatuto e a importância da Colegiada da Nossa Senhora da Oliveira, da qual é em grande parte herdeiro o actual museu.

Associado ainda à raridade ou não, na atribuição de valor ao objecto, está o nível artístico com que ele foi trabalhado. E quanto maior for a relação entre esse nível e a utilização do ouro ou da prata, mais belo ele se tornará e por isso mais valorizado será. Neste contexto, não é por acaso que objectos como o tríptico de Aljubarrota, em prata dourada, em exposição no museu, ou as jóias sagradas roubadas em 1975⁴, são ou foram consideradas de entre as mais valiosas peças do museu, não esquecendo obviamente o seu valor histórico. O facto dos mais apurados trabalhos artísticos serem conco-

⁴ Foram desviados do museu os seguintes objectos: a coroa de Nossa Senhora de Oliveira, em ouro e pedras preciosas, do século XVIII; uma meada de ouro, com 32 metros de comprimento, do século XVIII; um cordão de ouro, do século XVII; um grilhão de ouro, do século XVIII; uma cruz indiana, de ouro, do século XVII; um peitoral de prata dourada, do século XVIII; um brinco de diamantes (o outro ficou), e as condecorações das Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

mitantemente os mais valorizados deve-se, segundo Susan Pearce (1992), à circunstância de ao artesão, que lhes deu origem, ser exigida uma elevada experiência prática, que leva muito tempo a ser conseguida. Por esta razão, o artífice transforma-se num mestre, cuja elevada importância do seu trabalho é reconhecida pela sociedade, a qual lhe fornece, por via desse reconhecimento, grande parte dos materiais por ele usado assim como a alimentação, a roupa e/ou o abrigo. Um objecto de grande execução artística exige, por norma, uma elevada perícia e muito tempo, pelo que transporta uma «espécie de investimento extra, em grande parte suportado pela sociedade, e do qual esta deve, da mesma forma, tirar partido» (Pearce, 1992: 33).

Para além disto, os objectos, presentes no museu de Alberto Sampaio, são vistos como uma parte importante da nossa herança cultural, onde o seu aspecto material é ultrapassado para se atingir o espiritual. Para além do objecto físico, está toda uma panóplia de aspectos inerentes à sua produção, sejam económicos, religiosos, sociológicos ou estéticos, dos quais, os objectos são as únicas testemunhas «oculares» que chegaram até nós, o que acontece da mesma forma para a sua valorização.



(1)



(2)

Fig. 4. Loudel de D. João I (1) frente e (2) costas.

Algumas ideias em conclusão

Ao longo deste pequeno texto, esperamos que, de entre outros aspectos, através dos quais é atribuído um especial valor a um determinado objecto, a análise semiótica do Loudel tenha contribuído para uma melhor compreensão do valor cultural deste objecto. Aguardamos pois que, após a leitura do artigo, o visitante, uma vez inserido dentro do museu, compreenda os enormes destaques atribuídos, por este, a um objecto que, comparado com outros de grande beleza artística, dourados ou prateados, não se afigura à primeira vista como algo tão especial. De facto, o que é que faz com que um «pedaço de tecido envelhecido» ocupe tal posição, evidenciada na sua orientação espacial, ao centro da sala de Aljubarrota, bem como nos escritos a ele dedicados, no seio de um museu rico em peças de grande complexidade artística, constituiu o motivo do nosso trabalho, e para o qual pretendemos dar uma resposta, recorrendo à semiótica.

Referências bibliográficas

- CARVALHO, A. L. de (1947), *Guimarães dos Tempos Idos*, Guimarães: Edição subsidiada pela Câmara Municipal de Guimarães.
- FRANCH, J. A. (1988) [1982], «El fenómeno del arte en el marco de la sociedad y la cultura», *Arte y antropología*, Madrid: Alianza Editorial, pp. 61-70.
- GONSETH, Marc-Oliver, (1984), «Le mirror, le masque et l'écran», in HAINARD, J. e KAEHR R. (eds.), *Objets Prétextes Objets Manipulés*, Neuchâtel: Musée d'Ethnographie Neuchâtel, pp. 13-25.
- GOSSMAN, E. (1975), *Frame Analysis*, London: Penguin Books.
- MILLER, D. (ed.) (1991), *Material Culture and Mass Consumption*, Oxford: Basil Blackwell.
- (1995), «Introduction: anthropology, modernity and consumption», in MILLER, D. (ed.), *Worlds Apart: Modernity Through the Prism of the Local*, London: Routledge, pp. 1-23.
- MORAES, M. A. Pereira de (ed.) (1998), *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Guimarães.
- MUSEU DE ALBERTO SAMPAIO (s.d.), *Público-Museus de Portugal*, IX.
- PEARCE, S. M. (1992), «Museums, Objects and Collections», in PEARCE, S. M. (ed.), *Museums, Objects and Collections: A Cultural Study*, Leicester and London: Leicester University Press, pp. 1-14.
- (1992), «Objects Inside and Outside Museums», in PEARCE, S. M. (ed.), *Museums, Objects and Collections: A Cultural Study*, Leicester and London: Leicester University Press, pp. 15-35.
- (1992), «Collecting: Body and Soul», in PEARCE, S. M. (ed.), *Museums, Objects and Collections: A Cultural Study*, Leicester and London: Leicester University Press, pp. 36-67.
- (1992), «Collecting: Shaping the World», in PEARCE, S. M. (ed.), *Museums, Objects and Collections: A Cultural Study*, Leicester and London: Leicester University Press, pp. 68-88.
- TILLEY, C. (1989) «Interpreting material culture», in HODDER, I. (ed.), *The Meanings of Things: material Culture and Symbolic Expression*, London: Unwin Hyman, pp. 185-195.

DIREITO, CIÊNCIA E O CORPO FEMININO: A PROSTITUIÇÃO COMO «OBJECTO DE FRONTEIRA»¹

MANUEL CARLOS SILVA*
HELENA MACHADO*
SUSANA SILVA*

RESUMO

Considerando a objectivação sexual específica do fenómeno da prostituição feminina em Portugal, pretendemos analisar a forma como os discursos e as práticas provenientes da esfera do Direito e da Ciência constroem representações sociais em torno da prostituição que, embora ideologicamente diferenciáveis, se revelam complementares e socialmente eficazes na acção de disseminação de ideias dominantes acerca dos corpos e da sexualidade femininos e do lugar das mulheres na sociedade.

1. Introdução: da sexualidade como *essência* à prostituição feminina como *problema*

Se até aos anos setenta a sexualidade era um tema marginal e negligenciável na Sociologia, mais ainda o era a prostituição, nomeadamente a feminina. Quando muito, a sua abordagem surgia subsumida como um assunto

* Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada como comunicação na 5.^a Conferência da Associação Europeia de Sociologia (ESA), *Visions and Divisions*, que decorreu em Helsínquia, Finlândia, de 28 de Agosto a 1 de Setembro de 2001.

Para a realização deste trabalho, os autores beneficiaram de apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito de dois projectos de investigação, respectivamente

«desviante» no âmbito dos estudos sociais do parentesco, da família e do casamento.

Sem pretendermos agora debruçarmo-nos sobre as diversas teorias em torno da prostituição feminina, despoletadas nas últimas décadas, surge com certa pertinência a questão de saber se se trata de uma inevitabilidade inerente à «desregrada» sexualidade humana, configurando-se como uma situação historicamente recorrente e irreversível ou se, sendo socialmente condicionada, os seus contornos e manifestações, além de variáveis no tempo e no espaço, possibilitam encarar a prostituição como um fenómeno histórico e socialmente estruturado, susceptível de ser compreendido e explicado por factores de ordem não só biológica e psíquica, mas também social: económicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos.

Tal remete-nos para a própria definição de sexualidade, sobre a qual não há obviamente unanimidade – de âmbito académico ou de outra índole –, como veremos de seguida. Com efeito, em certos círculos conservadores tópicos como sexualidade, prostituição e homossexualidade têm sido encarados como tabus ou desqualificados e verberados como «pecados» pela religião dominante em cada contexto espaço-temporal (em Portugal, pela religião católica). Noutros meios também conservadores, mas com uma leitura mais elaborada, nomeadamente de cariz organicista e funcionalista, a sexualidade foi perspectivada como resultante dum forte impulso carnal que, derivando de energias biológicas instintivas e inatas, deveria ser controlada, de modo a evitar os seus efeitos destrutivos e ameaçadores da moral e da ordem social vigente². Já, porém, nas esferas ora liberais, ora libertárias, o continente da sexualidade tendeu a configurar-se como objecto de interpretações bio-genéticas e psicológicas, em particular pela psicanálise de inspiração freudiana. Nesta óptica libertária, a sexualidade, vista como força libidinosa irresistível, deveria irromper contra o repressivo sistema normativo dominante, não só presente nas sociedades tradicionais, como também na moderna civilização vitoriana, puritana. Na versão tradicional

intitulados «Prostituição feminina em zonas semiperiféricas de fronteira em Portugal» (em curso) e «Direito, ciência e controlo institucional do comportamento sexual e procriativo das mulheres» (concluído em Março de 2002).

² O período salazarista é especialmente revelador da abordagem repressiva e conservadora em torno da prostituição feminina. De facto, a consolidação do projecto sócio-político do Estado Novo passou, nomeadamente, pela produção ideológica de uma nova imagem da «prostituta», que justapunha perspectivas morais, políticas e médicas. Com base em abordagens médicas em vigor nos anos vinte e trinta, em Portugal, em torno de doenças sexualmente transmissíveis, a elite salazarista projectou através de instrumentos legais e de campanhas de assistência e de reeducação sociais, a conceitualização da prostituta como um ser «doente», passível de perigosidade social, cujos traços identitários fundamentais seriam a impureza e a contaminação (Bastos, 1997; Silva, 2001).

da maior parte das religiões, nomeadamente da católica, a sexualidade inerente ao corpo e embebida na «degradada» condição terrena do ser humano, só podia ser vencida pela força do espírito ou tolerada como mal menor pelo sacramento do matrimónio, destinado a santificar a relação conjugal e a própria família. Na perspectiva libertária de Freud (1975), a essência, o núcleo verdadeiro e autêntico da personalidade humana residia no inconsciente (*id*), ou seja, no instinto libidinal que, enquanto pulsão de vida e princípio do prazer, estaria em confronto com o *superego*, o qual, com as suas normas e valores culturais restritivos, constituiria o princípio da realidade limitativo da realização do prazer, sublimando-se, quando muito, na criação artística ou cultural³. Em ambas as visões, a sexualidade era conceptualizada de modo essencialista, como uma força bio-genética imparável, próxima da natureza animal e, senão anti-cultural, pelo menos, metassocial e transcultural.

A essencialização naturalizada da sexualidade e outros fenómenos com ela relacionados viriam a ser desconstruídos por sociólogos, antropólogos, historiadores e outros cientistas sociais, que começaram a encarar a sexualidade não apenas como um atributo ou propriedade de ordem biogenética ou psíquica, mas como um «produto social» ou, como diria Foucault (1994), um construto histórico compreensível no seu contexto sócio-histórico. Mais, a diferença biológica e anatómica dos órgãos sexuais masculinos e femininos converte-se de elemento constituinte da sexualidade em justificação ideológica da dominação masculina com base na «*justificação natural da diferença socialmente construída entre géneros e, em particular, da divisão sexual do trabalho*», tornando-se assim «*uma construção social que encontra o seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica*» (Bourdieu, 1999: 16, 21).

A abordagem da sexualidade e das suas manifestações sociais – ao nível da prostituição, mas também da pornografia, do assédio sexual, da violação e das discriminações com base em distinções de género – como um fenómeno sociologicamente «investigável» e «criticável» beneficiou, em larga medida, dos movimentos feministas, nomeadamente nos meios académicos (sobretudo anglo-saxónicos e franceses), que conheceram um elevado dinamismo desde finais dos anos sessenta, em conjugação com as ramificações académicas também introduzidas pelos movimentos sociais *gay*, pela deno-

³ Alguns neofreudianos como Reich (1972) e Marcuse (1963) estabeleceram uma ponte entre freudismo e marxismo, identificando o *superego* freudiano com as normas e valores alienantes do sistema capitalista, criador do homem unidimensional, mas sem deixar de fornecer uma dimensão histórica em relação à origem e à evolução da exploração e dominação da mulher que, segundo Engels (1964), prender-se-ia com a origem da propriedade privada e do Estado.

minada «revolução sexual» e por movimentos sociais em defesa dos direitos das mulheres. A conversão da sexualidade em algo cognoscível e passível de reflexão pela sua inclusão na área do político ou do politizável representou a base da denúncia feminista da cumplicidade existente entre os pressupostos culturais – sobre a sexualidade e sobre as diferenças entre mulheres e homens – incorporados ao nível do inconsciente e diariamente veiculados e reafirmados pelas diversas instituições, assentes em retóricas essencialistas, que deste modo reafirmam o naturalismo das assimetrias e das desigualdades de género. Os estudos feministas têm sido determinantes na investigação empírica sobre os modos como os padrões de comportamento sexual inculcados nos processos de socialização são, em regra, diferentes por sexo: enquanto as mulheres são educadas no sentido de associar a actividade sexual à intimidade emocional, os homens são induzidos a dissociar ou fragmentar o dito impulso sexual e a emoção. Potenciam-se, desta forma, diferentes imagens de mulher e respectivos significados de feminilidade – a mulher-prostituta, vista como um objecto de prazer «animalesco» e de subjugação corporal ou a mulher-esposa-mãe, entendida como figura virtuosa e protectora, amiúde também dominada e paradoxalmente sublimada como fonte de vida.

Se, por um lado, as perspectivas que focam tanto as diferenças como as semelhanças biológicas entre mulheres e homens como plataforma para a construção social das desigualdades de poder têm sido acusadas de serem «essencialistas» (Frug, 1992), também as concepções que se podem incluir no conjunto de perspectivas designadas por «construcionismo social» (*social constructivism*) e que canalizam a sua atenção para as «representações culturais» podem ser criticadas por ignorarem a dinâmica que é criada pela materialidade dos corpos nas práticas, sociais e económicas, nos discursos e nas identidades (cf. Ross e Rapp *in* Lancaster *et al.*, 1997: 153-168). Uma alternativa possível para escapar a esta circularidade de raciocínio assente na dicotomia natureza/cultura, corpo/representações, talvez seja entender a materialidade corporal como algo que, em si mesmo, «tem uma história», não sendo uma entidade fixa, imutável, passivamente exposta às diferentes inscrições culturais, mas sim um produto que resulta de processos de materialização historicamente construídos.

Assim, sem negar os «imperativos» do corpo, as potencialidades biogénicas e psíquicas, os desejos e as emoções, aliás possibilitadoras e, em regra, sempre presentes na actividade sexual, importa sublinhar, como o faz Weeks (1986: 15 ss.), que a sexualidade não pode ser abordada unicamente como uma espécie de energia bio-psíquica apenas derivada de genes, hormonas, órgãos sexuais, instintos ou do inconsciente e, como tal, desligada do contexto social e histórico. De acordo com as abordagens mais recentes no seio das ciências sociais e humanas, a sexualidade engloba um conjunto de possibilidades biológicas e mentais (identidade de género, diferenças

corporais, capacidades reprodutivas, necessidades, desejos e fantasias), mas que não necessitam estar todas associadas e, de facto, em certas culturas não o estão. Por isso, contrariamente a uma abordagem fixista, determinista e reducionista de cariz ora biogenético ora psíquico, entendemos aqui que a sexualidade comporta várias dimensões que fazem de qualquer relação sexual uma relação social que, como qualquer outra, é socialmente condicionada, estruturada e construída em diversos patamares: sócio-estrutural, organizacional e interaccional. Nesta perspectiva, também o fenómeno da prostituição feminina deverá ser abordado tendo em conta os referidos níveis de análise, o que reclama uma perspectiva pluricausal que atenda às diversas dimensões que lhes estão associadas, nomeadamente: os constrangimentos estruturais, sociais e económicos; as redes e os contextos político-organizacionais; a dimensão racional dos sujeitos; a origem social da prostituta e a respectiva trajectória biográfica; e a vertente interaccional-simbólica (Silva, 1998).

Pese embora a relevância teórico-metodológica do nível sócio-estrutural, enquanto pressuposto condicionante básico da prostituição nomeadamente feminina, neste artigo visamos salientar o nível político-organizacional, amplamente destacado por Weber (1978) e por neoweberianos como Dahrendorf (1959) e Parkin (1979). Este patamar de análise, articulado até certo ponto com o nível interactivo, permite compreender como a intervenção de grande parte dos profissionais da medicina e da magistratura face às mulheres-prostitutas surge com uma função mediadora da política sexual delineada pelo Estado, quer em termos preventivos e curativos, quer em termos dissuasórios e eventualmente penais.

Tal como a respeito da sexualidade, a nossa abordagem da prostituição feminina não almeja a revelação da *essência* ou de um conjunto de atributos das mulheres classificadas como «prostitutas», mas está sobretudo orientada para uma análise dos processos relacionais que, em determinados contextos históricos, sócio-políticos e culturais, as projectam para fora das fronteiras dos comportamentos sexuais «normais», regulados e autorizados pelas instituições políticas e administrativas dominantes e pelos agentes jurídicos, judiciais e médicos.

A nível organizacional e político-administrativo, o maior ou menor grau de interferência estatal na regulação da prostituição, a maior ou menor dose de repressão patriarcal e policial sobre as mulheres-prostitutas é dependente do tipo de sociedade e seu contexto espaço-temporal, das mentalidades, doutrinas e ideologias da época, sobretudo ao nível institucional e estatal, em relação aos comportamentos sexuais humanos. É nesta perspectiva que determinadas condutas são consideradas normais, aceitáveis e outras desclassificadas como anormais, desviantes ou até patológicas, o que nos remete para as concepções funcionalistas, nomeadamente durkheimianas, acerca dos factos sociais normais e patológicos. Aliás, a este respeito, o

próprio Durkheim (1974) deixava de ser o sociólogo que pretendia explicar o social pelo social para cair na armadilha filosófica essencialista ao assumir que o homem, bem como a mulher, sendo «por natureza» devassos ou possuindo apetites desenfreados, designadamente os sexuais, careciam de alguma forma de controlo e regulação. Por isso, segundo Durkheim (1977), se a religião e as diferentes comunidades eclesíásticas, em particular a católica, constituíam, nas sociedades agrárias tradicionais, e em articulação com Estados de cariz conservador⁴, as principais instituições reguladoras de fenómenos «desviantes» ou «patológicos» como, por exemplo, a prostituição feminina, nas sociedades modernas teriam de ser, a par da família, da escola e dos corpos profissionais intermédios dos próprios cidadãos, as instituições públicas estatais que, directamente ou através de corpos profissionais tais como o policial, o judicial e o médico, deveriam regular e controlar o amplo campo biossocial e político da sexualidade.

Com a emergência de doenças sexualmente transmissíveis (ontem doenças venéreas como a sífilis, hoje outras mortíferas como a SIDA), a presença de regulação e controlo sociais torna-se ora razão ora pretexto cada vez mais imperativo em relação ao controlo das sexualidades alternativas ditas desviantes, «artificiais», «anormais» (vg. uniões de facto, homossexualidades) e, em particular, com a sexualidade mercantilizada como seja a prostituição, principalmente a feminina, conjugando-se e fundindo-se, a este respeito, o controlo-despistagem das doenças e o controlo-supervisão das mulheres-prostitutas. Embora em moldes e latitudes diferentes e com meios mais sofisticados que no passado, a política sexual encontra-se também hoje e com maior acutilância no cerne das políticas de saúde pública designadamente em torno do fenómeno da prostituição.

A política sexual reemerge como objecto de disputa e mobilização políticas, inclusivamente partidárias, por um lado, entre conservadores restritivos e hostis à educação sexual e às sexualidades extra-matrimoniais e alternativas e os liberais permissivos das mesmas e, por outro, entre uns e outros perante outras forças e correntes contestatárias de cariz radical: socialista, marxista e feminista. Tem sido graças às lutas e aos movimentos

⁴ Sem pretender de modo algum identificar Durkheim como inspirador de regimes corporativos totalitários, fascistas ou fascizantes – é bem conhecido o seu empenho no sistema democrático vigente e nas suas fórmulas educativas pela persuasão e não pela repressão – cabe, no entanto, referir que o seu corporativismo conservador apresenta curiosas semelhanças com a doutrina social da Igreja, também esta declaradamente perfilhada por ditadores como Salazar. Importa todavia ter presente que, enquanto Salazar e demais ideólogos do «Estado Novo» arquitectaram e implementaram um corporativismo centralista de Estado, Durkheim advogava um corporativismo de associação que, aliás também sob o «Estado Novo», teve defensores como Castro Fernandes (*in* Wiarda, 1977).

sociais conduzidos por estas últimas forças contra as políticas e ideologias conservadoras que se têm registado alguns avanços nas políticas sexuais, as quais para uns representam uma forma de incorporação desses movimentos e para outros novas plataformas para novas reivindicações. Segundo estas visões críticas, a prostituição feminina, como refere Nencil (1994), questiona não só o posicionamento e as práticas da sexualidade masculina, as atitudes e as imagens, os papéis e as representações dos homens acerca da mulher e, sobretudo, os seus estereótipos e preconceitos sexuais, como também os códigos dominantes do comportamento feminino, especialmente a elaboração de oposições binárias entre as mulheres «bem comportadas» e «mal comportadas», ou seja, entre mulheres «honradas», «trabalhadoras» e «virtuosas», por um lado, e mulheres «degeneradas», «indolentes» e «viciadas», por outro. De facto, no passado, em particular no período ditatorial e fortemente conservador do «Estado Novo» em Portugal, a prostituição feminina era percebida como uma ameaça à estabilidade familiar e à integridade dos «bons portugueses», potencialmente corruptíveis, biológica e moralmente. Nesta mundivisão patriarcal, reforçada pela ideologia católica conservadora, os homens eram desculpabilizados nos seus impulsos «irresistíveis», enquanto as mulheres-prostitutas eram estigmatizadas como símbolos de degradação e desmoralização.

Actualmente, em especial com a proliferação da SIDA, o Estado reclama-se responsável pela defesa de um interesse legítimo, a protecção da segurança e da saúde públicas. Segundo McKeganey e Barnard (1996) é, aliás, em nome destes objectivos que as velhas e as novas formas de actuação estatal tornam as prostitutas apreensivas perante as forças policiais e os próprios serviços de saúde e de segurança social. Porém, tal como no século XIX, com as leis sobre doenças contagiosas na Inglaterra entre 1864 e 1869 (cf. Millet, 1974; Finnegan, 1979: 9 ss.), o facto de os homens-clientes não serem supervisionados nem sancionados por eventuais transmissões de doenças sexuais denota bem a duplicidade da moral e da política oficiais: indulgência e benevolência para os clientes-homens *versus* penalização e discriminação para as mulheres-prostitutas.

Adoptando o conceito de *boundary object* definido por Star e Griesman (1989), entendemos que a prostituição feminina pode ser abordada como constituindo um «objecto de fronteira», isto é, um fenómeno social que, embora possa assumir diferentes significados consoante o indivíduo ou os grupos, simultaneamente apresenta características comuns em mais do que um contexto, o que permite que possa haver uma certa base de partilha e de cooperação entre os actores sociais. Com base na realidade empírica evidenciada pelos modos de actuação dos tribunais e das forças policiais face às mulheres-prostitutas, de um lado, e das campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis essencialmente dirigidas a este «grupo de risco», por outro, procuramos aqui perspectivar algumas das estratégias

comuns, tanto ao Direito, como à Ciência, de estruturação de uma política sexual que tem como alvo privilegiado as mulheres-prostitutas. Neste contexto, admitimos que o tratamento sócio-político, jurídico-legal e médico da prostituição feminina em Portugal é um mecanismo ao serviço do controlo patriarcal, o que é assegurado, entre outros, pela promoção de um modelo de «feminilidade» que, embora interiorizado em grande parte de membros de classes dominadas, obedece aos padrões ideológico-normativos de grupos sociais dominantes.

Com base em entrevistas realizadas junto de magistrados e de agentes policiais⁵ e na análise de conteúdo de brochuras de campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis destinadas a prostitutas e de processos judiciais de investigação de paternidade⁶ envolvendo menores filhos de prostitutas, analisaremos as relações entre o discreto poder disciplinar subjacente a discursos institucionais e modos concretos de actuação que tomam como alvo privilegiado de controlo os procedimentos individuais das prostitutas.

2. A duplicidade da monitorização das prostitutas: Direito e Ciência em confluência

Em Portugal, a prostituição foi descriminalizada pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, com entrada em vigor a 1 de Janeiro de 1983 e que revogou, nomeadamente, o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 44 579, de 19 de Setembro de 1962:

«2. (...) consideram-se prostitutas as raparigas e mulheres que habitualmente se entreguem à prática de relações sexuais ilícitas com qualquer homem, delas obtendo remuneração ou qualquer outro proveito económico.

3. As prostitutas são equiparadas aos vadios, para o efeito de aplicação de medidas de segurança. Às menores de 16 anos aplicar-se-ão medidas de protecção, assistência ou educação previstas no Decreto-Lei n.º 44 288, de 20 de Abril de 1962.».

⁵ As entrevistas foram realizadas por Susana Silva, no âmbito da preparação da sua dissertação de Mestrado em Sociologia (ICS, Universidade do Minho), intitulada «As fronteiras das ambivalências. Controlo e poder institucionais sobre a prostituição feminina» (Silva, 2001), sob supervisão científica de Manuel Carlos Silva (ICS, Universidade do Minho).

⁶ Os processos judiciais de investigação de paternidade de menores com menos de dois anos de idade constituem uma modalidade de prática judiciária a cargo do Ministério Público, de carácter compulsivo em relação a todo o registo de nascimento que não contenha a identidade do progenitor masculino. A potencialidade analítica deste material empírico tem vindo a ser foco de atenção por parte de Helena Machado (Machado, 1996, 1999, 2000) e de Susana Silva (Silva, 2001).

Ainda que o exercício da prostituição não seja punível, o seu fomento, favorecimento, facilitação e/ou exploração (lenocínio e tráfico de pessoas) são criminalmente sancionados (cf. Duarte, 2000: 15 ss.). Porém, permanece implícita a referência exclusiva à prostituição feminina, sendo o cliente novamente esquecido. Mais ainda, e de acordo com alguns regulamentos de polícia distritais⁷, aprovados pelo Governador Civil respectivo, as prostitutas, nomeadamente de rua, ainda em 2001 podiam ser detidas, presas e, eventualmente, julgadas em casos de ofensas «contra a decência» e a «ordem públicas»⁸.

A descriminalização da prostituição em Portugal não só dissimula algumas argumentações moralistas, como também não significa uma diminuição real nas actividades policiais dirigidas a esta ou na própria prostituição. Traduz sim mudanças e ajustamentos nos procedimentos policiais, criando-se, para tal, medidas alternativas, de cariz essencialmente político, como as denominadas «detenções para investigação». O policiamento reflecte assim uma preocupação com a prostituição, nomeadamente de rua, mas agora enquadrada numa crescente subtileza ao nível do poder e do controlo sociais sobre a sexualidade feminina em geral e sobre a prostituição em particular, de resto convergentes com a concepção moderna da penalidade.

Considerando o caso específico do distrito de Braga – local onde foram realizadas as entrevistas e recolhidos os processos judiciais consultados, sendo também uma região do país conhecida pela ainda forte influência local da Igreja Católica – a estratégia global da intervenção policial consiste no confinamento da prostituição a determinadas áreas, escondidas do público, sobretudo dos portugueses e/ou estrangeiros «decentes»⁹. Os agen-

⁷ Destacamos os regulamentos de polícia distritais de Castelo Branco, Viseu, Braga, Aveiro, Viana do Castelo, Coimbra, Portalegre e Faro (Silva, 2001: 98 ss.).

⁸ Pelo acórdão n.º 83/2001, publicado no *Diário da República* de 6 de Abril de 2001, o Tribunal Constitucional declarou a inconstitucionalidade de tais normas, por violação do preceito constitucional respeitante à reserva relativa da Assembleia da República no âmbito dos direitos, das liberdades e das garantias. Ao enquadrar tais normas nos direitos à liberdade e de circulação do cidadão, remete-se para a Assembleia da República (ou para o Governo, desde que com a devida autorização legislativa, nos termos do n.º 2 do actual artigo 165.º da Constituição) a exclusiva responsabilidade de legislar neste domínio.

⁹ Os primeiros regulamentos municipais contra a prostituição que surgiram no nosso país datam de meados do século XIX. Tratou-se de uma forma de expressão de uma política sexual emanada do Estado que assentava no princípio ideológico da necessidade de «tolerar» a prostituição para satisfazer os impulsos masculinos, mas, ao mesmo tempo, de a vigiar e controlar, o que passa pelo confinamento das actividades das prostitutas a determinados locais, de modo a não perturbar o bem-estar sexual e familiar dos portugueses «normais». O auge das políticas de «encerramento» das prostitutas em espaços susceptíveis de vigilância permanente pelas autoridades policiais e governamentais aconteceu durante o período ditatorial salazarista, nomeadamente pela criação, em 1930, da Polícia Sanitária, que tinha como função fisca

tes policiais entrevistados reproduzem o entendimento institucional dominante de que a prostituição, em si mesma, não é ilegal, mas que o são vários aspectos relacionados com a mesma, permitindo que as prostitutas sejam detidas para identificação e/ou averiguação, como atesta a seguinte afirmação de um agente policial. Abre-se, assim, um leque infindo de possibilidades de exercício de poder e de controlo sobre as prostitutas:

«Em relação à prostituição propriamente dita, que eu tenha conhecimento, não há base legal para se poder acabar com isso, embora no caso da prostituição de rua a polícia tenha métodos de prevenção. É a tal situação que falei há pouco: trazer as fulanas para a esquadra para identificação, porque normalmente nunca têm bilhete de identidade, mas também só podem cá estar durante no máximo duas horas para identificação. Depois desse tempo, elas regressam novamente ao local de trabalho, digamos assim (...). Se virem a polícia, escondem-se, fogem. A polícia dobra a esquina e elas voltam novamente.» (Agente policial, sexo masculino)

As políticas de educação para a saúde, em particular os projectos de intervenção para a prevenção da SIDA e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST) que têm como público-alvo as pessoas que se prostituem apresentam estratégias ideológicas que, em vários aspectos, são idênticas às práticas de controlo social das prostitutas bem visíveis nos modos de actuação das forças policiais. Os projectos de intervenção para a prevenção da SIDA e outras DST junto das pessoas que se prostituem têm contribuído para o reforço da influência médica no controlo social da sexualidade feminina, num contexto ideológico em que a SIDA permanece associada a uma doença do «marginal» e do «outro» e, como tal, distante da população dita «normal». Para tal, conjugam-se poderes e saberes que constroem «patologias» e respectivas «terapêuticas», (re)criando representações sociais sobre o corpo que, desta forma, evidenciam diferentes mecanismos subjacentes ao controlo institucional sobre os mesmos.

Pela prevenção, responsabilizam-se as próprias mulheres-prostitutas e, ao mesmo tempo, dissimulam-se as desigualdades de recursos e de oportunidades inerentes aos seus comportamentos sexuais. Desencadeia-se, desta forma, uma nova identidade – a de «potencial seropositivo» –, que orienta as próprias políticas de saúde pública, fomentando a distinção entre potenciais infectados e não-infectados, a que, no léxico dos agentes policiais entrevista-

lizar comportamentos e impor normas de higienização às prostitutas (Bastos, 1997; Silva, 2001: 36-46). Ressalvando o contexto diferente e as formas menos brutais de controlo nos dias de hoje, há contudo que salientar o paralelismo entre os modos de actuação das forças policiais, no passado, e as práticas verificadas no presente, o que, sendo evidente, deve ser obviamente objecto de reflexão ao nível dos estudos sociológicos sobre a prostituição feminina.

dos, corresponde à dicotomia entre «mulheres de má vida» e «mulheres sérias». Neste contexto, compreender-se-á melhor a hierarquia de objectivos destes projectos: prevenção do VIH e das DST; promoção da saúde sexual; disponibilização de serviços sociais e de saúde; prevenção/tratamento da toxicoddependência/uso mais seguro da droga; prevenção da violência/exploração; direitos humanos/civis/emancipação; promoção e reforço da autoestima; aconselhamento; serviços de apoio/informação (por exemplo, em assuntos jurídicos) (AA.VV., 1998: 8-9).

O recurso à medicalização, à prevenção e à responsabilização das mulheres, apelidadas de «utentes», visível nas campanhas de prevenção da SIDA e de outras doenças sexualmente transmissíveis dirigidas a prostitutas, contribui para a manutenção da exploração sócio-económica e da dominação sócio-política das mesmas, tornando aceitáveis condições de existência revoltantes (Barbosa, 1987). A racionalidade «científica» da prevenção assenta, neste caso, num modelo epidemiológico «restrito» – associa um comportamento «sexual»/«social» a uma potencial doença, evidenciando as variáveis ou factores de risco que supõem ter uma incidência directa sobre a «saúde» (factores físicos, químicos, biológicos, etc.) em detrimento da compreensão dos fenómenos de influência indirecta sobre o próprio corpo (factores sócio-económicos, culturais, etc.) (cf. Barbosa 1987: 175-6).

Esta perspectiva encontra-se bem enraizada nas próprias orientações dos projectos de prevenção, que baseiam a sua intervenção numa actuação profissional e especializada sobre variáveis individuais. As estratégias de prevenção assentam numa racionalidade típica do modelo de medicina curativa hospitalar, que favorece, por um lado, a dependência destas mulheres e, por outro lado, eventuais campanhas de moralização e de culpabilização. Como salienta Barbosa (1987: 178), «*não se pode esquecer que a ideologia da prevenção se baseia na moral e nos valores das classes mais favorecidas donde provêm as normas que tendem a abafar outras formas de saber*». Entre a promoção da saúde e o receio da morte, a prevenção especializada poderá dar lugar a uma prevenção geral, utilizada para evitar todos os comportamentos «desviantes». Estender-se-á desta forma o campo de actuação da medicina, o que reforçará o seu poder de «normalização» dos comportamentos.

É neste contexto que surgem algumas brochuras de promoção da saúde das mulheres-prostitutas que analisamos e que dizem: «*Defende-te. Impõe as tuas condições*»; «*A tua vida está nas tuas mãos. (...) Usa sempre preservativo. Se picas, não partilhes*». Estas afirmações, mesmo quando resultantes de legítimas preocupações de saúde e defesa da vida dos homens e das mulheres, são formuladas em tom imperativo mais do que conteúdos directos, transmitem mensagens veladas, que tentámos descortinar. Com efeito, as estratégias de prevenção privilegiam a transmissão de informação, recorrendo, para tal, a diversos argumentos, cujo objectivo fundamental será conseguir alterar os comportamentos individuais, sobretudo através de

uma re-socialização do adulto. Porém, para além das boas intenções ou objectivos de higienização sexual, para que os programas de educação para a «saúde» e de prevenção da «doença» sejam bem sucedidos, eles reclamam também uma intervenção sobre os factores de incidência indirecta que actuam sobre o próprio corpo destas mulheres, fundamental para que se consiga uma alteração dos seus comportamentos individuais. No entanto, constatamos que a despersonalização e a objectivação do corpo caracterizam a concepção predominante nos discursos e nas práticas de prevenção, aliás também presente nas próprias mulheres-prostitutas.

A distinção entre a dimensão pública e privada de um mesmo corpo físico exige, neste caso, uma construção mental frágil, quer para as mulheres envolvidas, quer para os «técnicos» a colaborar nos projectos. De modo a gerir esta fragilidade, os «técnicos» recorrem, fundamentalmente, a duas estratégias: *i*) delimitação de espaços e de fronteiras de envolvimento, fomentando uma «relação afectiva controlada»; *ii*) e manutenção de certos rituais de distanciamento. Para tal, utilizam, entre outros, instrumentos «técnicos» e uma linguagem «científica», ilustrada constantemente pelo tratamento das prostitutas como «utentes», o que por si só já exige uma separação mental. De entre uma multiplicidade de meios disponíveis para demarcar tal distinção, destacamos o «kit de prostituição» (preservativos, seringas e toalhetes). De facto, a distribuição de preservativos e de seringas assume-se como uma barreira simbólica, que reforça permanentemente a ideia de que todos saberão que aquela é uma relação meramente «profissional».

Dados os recursos disponibilizados, a insuficiência e, por vezes, a ineficiência dos argumentos de promoção da «saúde» e de prevenção da «doença» é conhecida, sendo estes argumentos também utilizados para dissimular interesses, sobretudo políticos e ideológicos. De facto, pela prevenção é possível associar a conceptualização da prostituição como um «perigo» social, biológico e moral (e não como crime) à aplicação de medidas assistenciais e reeducativas. Esta convergência ideológica é conseguida, entre outras estratégias, pela própria distribuição de preservativos e de seringas. Por um lado, simboliza o carácter «científico» e «profissional» dos projectos de intervenção e garante um relacionamento «controlado» entre «técnicos» e «utentes». Por outro lado, e de acordo com os agentes policiais entrevistados, são estas as provas recolhidas e utilizadas pela polícia, nomeadamente, quando esta é chamada a intervir por pressões dos cidadãos, que reclamam pelos distúrbios públicos (ruídos, movimentação «estranha» de automóveis, entre outros) eventualmente causados pelo exercício da prostituição naquele espaço.

De acordo com os referidos actores sociais, em situação de denúncia de comportamentos atentórios da «decência e ordem públicas», a polícia desloca-se aos locais respectivos para observar o ambiente e, se for caso disso, elabora um relatório das informações consideradas pertinentes. Após esta

fase, ouvem-se os envolvidos (reclamantes e testemunhas) e envia-se o processo para o Ministério Público. No caso de existir um processo criminal, a polícia tem um mandado de busca e aí apreendem alguns materiais, sobretudo preservativos, seringas (artefactos esses que são rotineiramente distribuídos por técnicos de saúde no contexto de campanhas de prevenção da SIDA e outras DST) e também lençóis sujos¹⁰.

A credibilidade «científica» dos projectos de intervenção para a prevenção da SIDA e outras DST nas pessoas que se prostituem é, desta forma, apropriada pelas forças policiais. Como vemos, o «*kit* de prostituição» reforça então permanentemente o carácter «científico» e «profissional» destes projectos, favorecendo a conceptualização da prostituição como um «perigo» biológico e não como um crime, possibilitando o uso de medidas reeducativas. Nesta perspectiva, estes instrumentos «técnicos» parecem ser do exclusivo domínio da ciência (para)médica. Ao mesmo tempo, o «*kit* de prostituição» é usado como prova em processos de investigação judicial e eventualmente em processos criminais, com o objectivo de provar em tribunal o envolvimento de determinada mulher na prostituição, o que, como veremos, constituiu um sério obstáculo a sentenças «favoráveis» a mulheres nessas condições. Logo, o recurso às instâncias judiciais, constituindo um segundo mecanismo aliado da ciência (para)médica, é todavia do domínio exclusivo do Direito, enquanto ciência e enquanto prática.

Neste cenário, o «*kit* de prostituição» assume uma dimensão simbólica, que nos permite perspectivar a prostituição feminina como um «objecto de fronteira» – como um fenómeno que assume duas facetas. Por um lado, revela-se suficientemente versátil para se adaptar, em simultâneo, aos procedimentos legais e científicos e, assim sendo, as atribuições de sentido que lhe são dirigidas estão sujeitas a negociações e a interpretações localizadas de sentido, que envolvem actores sociais dotados de representações, experiências prévias, expectativas e interesses muito diversos (técnicos de saúde e agentes policiais). Por outro lado, o «*kit* de prostituição» assume configurações de sentido suficientemente «sólidas» para sustentar uma identidade comum e reconhecida no seio das duas instituições: enquanto conjunto de artefactos que simbolizam a «atipicidade de comportamentos» e a «perigosidade social» dos sujeitos que o possuem.

A actuação dos magistrados no domínio da investigação judicial de paternidade de menores filhos de mulheres-prostitutas converge com as for-

¹⁰ Não foi possível compreender objectivamente as razões pelas quais a polícia recolhe «lençóis sujos» como material probatório de actividades atentatórias da «ordem e decência públicas». cremos, contudo, que se trata de uma associação informal entre o «sujo» e o «sexo ilícito» (entendidos como potenciadores de patologias e de perigosidade social), levada a cabo pelos agentes policiais nas suas actividades profissionais quotidianas.

tes implicações políticas e ideológicas subjacentes aos conceitos dominantes que classificam a mulher em função do seu comportamento sexual, assumindo a prostituição contornos específicos neste domínio, dado o seu estatuto de «perigosidade», enfatizado pela emergência e configuração médica das doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente a SIDA, e dos modos de actuação das forças policiais face à «evidência» da perturbação do bem-estar e decência públicas por força de comportamentos perturbadores de prostitutas. Com base na análise de um conjunto de cento e um processos de *averiguação oficiosa de paternidade* decorridos num tribunal do Norte do país entre 1968 e 1996, envolvendo menores filhos de prostitutas, procuramos descortinar alguns dos modos quotidianos de actuação dos magistrados portugueses perante a necessidade jurídica – imposta pelo Estado – de procurar determinar a identidade do respectivo progenitor masculino¹¹.

Nos dias de hoje, no sentido de alcançar a identificação da paternidade biológica dos menores, os tribunais socorrem-se, com frequência, da realização de testes genéticos. A credibilidade «científica» dos testes genéticos é actualmente partilhada quer pelo público em geral, quer pelos próprios magistrados, que «aceitam automaticamente» os respectivos resultados (Machado, 1999, 2000). A preocupação com a «verdade biológica» é assim inquestionável no Direito de família português – tal como na esmagadora maioria dos sistemas jurídicos ocidentais (European Commission, 1997) – como aliás confirmam as declarações dos magistrados entrevistados:

«Houve um grande salto a partir do momento em que tivemos a possibilidade, de facto, de fazer exames hematológicos que dissessem: «Esta pessoa tem 99 % das hipóteses de ser o pai da criança». A partir daí, a filosofia de facto mudou e passou a ser esta – independentemente do comportamento promíscuo da mãe, o que se pretende mesmo averiguar é a paternidade da criança. (...) Creio que a filosofia era liberal – era considerado pai da criança aquele que tivesse tido relações sexuais com a mãe de uma forma constante, relativamente permanente, de modo a que de alguma maneira se assemelhe a uma situação de casamento. Esta é uma resposta liberal, enquanto a nossa resposta actual é, digamos, uma resposta estatal, tem a ver com a verdade. (...) Era uma verdade dentro de determinados limites e essa tinha efectivamente defeitos e daí haver montanhas de pessoas que não tinham direito à paternidade. A nossa actual também tem defeitos, não em relação ao filho, mas em relação ao pai (...). Por exemplo, imagine uma prostituta

¹¹ Uma análise pormenorizada do referido conjunto de processos judiciais de investigação de paternidade envolvendo mulheres-prostitutas encontra-se explicitada em Silva (2001). Abordagens sociológicas das características gerais da população envolvida em investigações judiciais de paternidade (prostitutas e não-prostitutas) encontram-se em Machado (1996).

que tem relações com 300/400 clientes e um deles é o pai da criança (...). Quer dizer, isto tem algo de injusto para ele ... A nossa lei avançou no sentido de estabelecer a verdade, defender a criança, mas também no sentido de castigar alguém pelo facto de ter tido uma relação sexual. É o outro lado, o lado que chamaria de estatização da questão, o lado da punição.» (Magistrado, sexo masculino)

Como compreender então que nenhum exame genético tenha sido efectuado nos processos que consultamos, ainda que a maioria das mães identifique um ou mais pretensos pais (quadro I)? A resposta será encontrada no facto de a mãe do menor ser classificada como prostituta ou «mal comportada» em todos os processos analisados.

QUADRO I

Identificação do pretenso pai pela mãe do menor

Identificação do pretenso pai pela mãe	n	%
Identificação do pretenso pai	79	78,3
Um pretenso pai	74	73,3
Dois pretensos pais	2	2,0
Três ou mais pretensos pais	3	3,0
Não identificação do pretenso pai	20	19,7
Mãe não inquirida	2	2,0
TOTAL	101	100

FONTE: Autos de processos judiciais de *averiguação oficiosa de paternidade* (1968-1996).

De facto, a par destes discursos aparentemente neutros e impessoais, que tendem a auto-legitimar o poder socialmente construído e reconhecido dos agentes de direito, encontramos a subtileza do modo de actuação dos tribunais. O controlo social sobre a sexualidade feminina e a subalternidade das mulheres mantêm-se, neste caso, pela construção de um subterfúgio – uma resistência dissimulada à realização de testes genéticos quando a mãe do menor revela um «mau comportamento moral e sexual», excluindo-a desta forma da possibilidade da evidência «científica» nos processos de investigação judicial de paternidade.

Não será portanto surpreendente o facto de os juízes considerarem todos os processos que envolvem mulheres com um «mau comportamento moral, social e sexual» como «não viáveis» (quadro II). Apenas verificamos quatro casos de «perfilhações», tratando-se de situações em que houve um reconhecimento voluntário da paternidade por parte do pretense pai.

QUADRO II

Resultados judiciais dos processos por décadas

Resultados judiciais	Décadas				TOTAL
	1968-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1996	
Perfilhação	0	1	3	0	4
Não viável	13	49	20	15	97
TOTAL	13	50	23	15	101

FONTE: Autos dos processos de investigação judicial de paternidade (1968-1996).

O carácter diferenciado da admissibilidade e utilização das provas, nomeadamente «científicas», reforça a reprodução da subordinação feminina numa perspectiva sexualizada, subjugada e desqualificada. Independentemente da evolução dos meios de prova de ordem genética, prevalecem os meios de defesa da lógica moral e social das sociedades (Ferreira, 1999).

Pelo seu comportamento sexual «inapropriado», a mulher-prostituta é assim acusada de «contaminar» biológica, social e moralmente homens «normais», maridos, pais e filhos. Nestes casos, o homem não é responsabilizado pelos seus próprios comportamentos sexuais, como evidenciam as seguintes afirmações relativas a duas *averiguações officiosas de paternidade* «inviáveis», concluídas, respectivamente, em 1972 e 1996:

«A Rosa confirma que há diversos anos vem tendo relações sexuais com os mais diversos indivíduos, entre eles o João e um irmão deste. O João é casado, pobre e tem muitos filhos. O João confirma que tem mantido diversas vezes relações sexuais com a Rosa, afirmando que ela as mantém com os mais diversos indivíduos.»

«Embora a PSP refira a relação marital entre ambos, não deixa de mencionar o facto de, na região, a Maria se dedicar à prostituição enquanto viveu com o Artur. Para além da falta de prova quanto ao relacionamento e

de exclusividade das relações por parte da Maria com o tal Artur, os elementos apontam até para a inexistência de exclusividade devido à actividade a que ela se dedicava nessa região. Nesta conformidade, somos de parecer que não é viável a acção de investigação de paternidade (...).»

Através da análise das diferentes formas com que os tribunais se apropriam dos argumentos «científicos» (dependendo do que querem provar), podemos, uma vez mais, perspectivar a prostituição feminina como um «objecto de fronteira». Por um lado, as mulheres com «mau comportamento sexual e moral» são excluídas da prova «científica» – os testes genéticos – nos processos judiciais de investigação de paternidade, bem como do reconhecimento da paternidade dos seus filhos, mesmo que indiquem um pretenso pai. Por outro lado, os tribunais usam os instrumentos «científicos» (o «*kit* de prostituição») como prova em tribunal do envolvimento das mulheres no exercício da prostituição, o que afectará decisivamente (pela negativa) as sentenças dirigidas a mulheres nestas condições ¹².

3. Conclusão

A máxima «*The personal is political*», adoptada como *slogan* pelos movimentos feministas dos anos sessenta, serviu para evidenciar o carácter político e ideológico da sexualidade – esfera da vida humana que as sociedades modernas industriais, sobretudo as correntes liberais, nos habituaram a pensar como sendo uma esfera privada, subtraída ao controlo institucional, espécie de resquício da «liberdade humana». Contudo, trata-se de uma dimensão do comportamento humano profundamente moldada por desigualdades sociais, nomeadamente de género. De facto, pela associação da respeitabilidade social à «pureza» sexual, uma mulher está permanentemente sujeita a perder a sua reputação. Logo, «*a violência sexual (...) não é*

¹² As abordagens feministas do Direito têm-se desdobrado em investigações empíricas que evidenciam o modo como as decisões dos juízes são diferentes de acordo com o sexo das pessoas em julgamento. Vários estudos realizados nos EUA e no Reino Unido indicam que, por um lado, as mulheres estão mais sujeitas do que os homens a serem questionadas em relação às suas actividades sexuais e ao seu desempenho nas tarefas de cuidar dos filhos (Eaton, 1986; Poster, 1978) e, por outro lado, é conferida uma importância diferencial ao «estado civil» e à «profissão», consoante se trate de uma mulher ou de um homem (Machado, 1996; Smart, 1995). A profissão das mulheres parece ser apreciada, no contexto dos tribunais, em função da sua «adequação» ao que se entende serem as características femininas ou através de avaliações normativas sobre a sua «respeitabilidade». Já o elemento «estado civil» parece servir de base para opor «mulheres solteiras» a «mulheres casadas», sendo que as primeiras são tendencialmente encaradas com suspeição, pelas dúvidas que despertam em relação à moralidade dos seus comportamentos sexuais.

acerca de sexo, mas de poder. No coração de tal violência está a posição estruturalmente subordinada da mulher na sociedade» (McKeganey e Barnard, 1996: 79). Neste sentido, uma mulher deverá «aprender» os critérios subjacentes a uma sexualidade «normal» para se tornar uma «boa» mulher: idealmente, deverá ser uma esposa e uma mãe que expressa a sua sexualidade no contexto de uma relação familiar afectiva – leia-se, heterossexual e estável. Por seu lado, historicamente, os homens sempre tiveram a respeitabilidade pública como protecção – auferida, nomeadamente, pela sua posição profissional – enquanto as mulheres, sobretudo as prostitutas, são vistas de acordo com a sua actuação na esfera do privado – nomeadamente, pelo seu «comportamento moral e sexual».

Se as intervenções institucionais (médicas e judiciárias) em torno da prostituição feminina de algum modo se têm legitimado pela disseminação, ao nível do senso comum, da ideia de que o controlo social dirigido às mulheres que se prostituem se justifica em nome da protecção da saúde pública ou das «boas famílias»; já a noção de que todos os comportamentos sexuais são, de algum modo, estruturados, condicionados e moldados por contextos sociais mais latos, tem encontrado forte resistência, inclusive no seio académico. De facto, a naturalização da sexualidade e, nomeadamente, das diferenças entre mulheres e homens, enquanto processo político e histórico, tem-se imposto no próprio domínio da investigação científica. Já Bourdieu, na sua obra sobre a «dominação masculina», lamentava a «*relação de familiaridade que nos une à nossa própria tradição*» (Bourdieu, 1999: 3), apresentando as assimetrias entre os dois sexos como constituindo os exemplos mais cabais de uma «*construção social naturalizada*» que se impõem como «*fundamento natural da divisão arbitrária que está no princípio tanto da realidade como da representação da realidade e que, por vezes, se impõem à própria investigação.*» (Bourdieu, 1999: 3).

Com este trabalho, pretendemos captar alguns modos de acção dirigidos à prostituição feminina exercitados em diferentes contextos institucionais, que se revelam contingentes, negociáveis e reconfiguráveis de acordo com os interesses e as expectativas locais dos diferentes actores sociais. No caso do Direito e da Ciência, tais modos de actuação assentam a sua legitimidade social numa retórica da neutralidade e da impessoalidade, como alicerces fundamentais da sua autoridade. De facto, pelas entrevistas realizadas e pela análise do conteúdo produzido, quer por campanhas de educação para a saúde, quer pelos tribunais, pudemos perceber que os actores sociais se dedicam a um esforço considerável de investimento em procedimentos de normalização e de padronização – utilizando uma linguagem e métodos específicos –, de modo a obter o máximo de controlo sobre uma série de conhecimentos e de acções que são tidos como validados e que podem reclamar o estatuto de «verdade» ou de «eficácia».

Admitindo que o fenómeno social da prostituição feminina pode ser descrito como um «objecto de fronteira», uma vez que se revela suficientemente versátil para se adaptar, em simultâneo, aos procedimentos legais e científicos, e suficientemente sólido para sustentar uma identidade comum e reconhecida por estas duas instâncias distintas; tomamos aqui, como objecto de análise, determinados modos de actuação exercitados pelas instâncias judiciais e policiais e pelos profissionais de saúde em relação aos comportamentos que se distanciam das fronteiras reguladas e autorizadas dos comportamentos femininos «apropriados». Verificamos que se tratam de estratégias de controlo directo, embora por vezes dissimulado, sobre os corpos e comportamentos das prostitutas, que reforçam e reafirmam a posição de subordinação social das mulheres, numa perspectiva sexualizada e desqualificada.

Em suma, a nossa abordagem dos modos como os sistemas institucionais judiciais e médicos encaram os comportamentos das mulheres prostitutas levou-nos a concluir que a compreensão desse «problema social» e a correspondente construção de «estratégias profissionais» constituem processos localizados de negociação e de reinterpretação, levada a cabo pelos actores sociais de acordo com as suas próprias representações e configurações de sentido – que, no entanto, obedecem a constrangimentos e a exterioridades instituídas por redes mais globais de produção de conhecimentos e de definição de práticas, tanto ao nível das instâncias jurídicas como científicas.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (1998), *Cuidar da saúde. Desenvolver serviços para as pessoas que se prostituem na Europa*, s.l., Rede Europeia para a Prevenção do VIH/DST na Prostituição (EUROPAP/TAMPEP) (tradução para versão portuguesa de alguns capítulos do Manual «Hustling for Health»).
- AA.VV. (1999), *Projecto de intervenção para a prevenção da SIDA e outras DST nas pessoas que se prostituem. Relatório UNIDADE MÓVEL 1997-1998*, Lisboa: Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e Comissão Nacional de Luta contra a SIDA.
- AA.VV. (s./d.), *Projecto de intervenção para a prevenção da SIDA e outras DST nas mulheres prostitutas. Relatório DROP-IN 1994-1998*, Lisboa: Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e Comissão Nacional de Luta contra a SIDA.
- BARBOSA, António (1987), «Educação para a saúde: determinação individual ou social?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, pp. 169-184.
- BASTOS, Susana Pereira (1997), *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuições para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A dominação masculina*, Oeiras: Celta.
- DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Londres: Routledge & Kegan Paul, Ltd.

- DUARTE, Fátima (2000), *Prostituição e tráfico de mulheres e crianças. Colectânea de textos legais e de instrumentos internacionais*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Gabinete da Ministra para a Igualdade.
- DURKHEIM, Émile [1974 (1895)], *Las reglas del método sociológico*, Madrid: Morata.
- [1977 (1893)], *A divisão social do trabalho*, Lisboa: Presença.
- EATON, Mary (1986), *Justice for women? Family, court and social control*, Milton Keynes: Open University Press.
- EDWARDS, Susan (1995), «Prostitutes: Victims of Law, Social Policy and Organised Crime», in Carlen, Pat; WORRALL, Anne (eds.), *Gender, crime and justice*, Buckingham: Open University Press, pp. 43-56.
- ENGELS, Friedrich [1964(1884)], *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Rio de Janeiro: Editorial Vitória.
- EUROPEAN COMMISSION, Directorate-General XII, Science, Research and Development (1997), *Studies on the socio-economic impact of biotechnology: genetic fingerprints, scientific truth and filiation law*, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- FERREIRA, Virgínia (1999), «A reprodução e as novas tecnologias. Da volatilização da maternidade à materialização da paternidade», *Ex Aequo*, Oeiras: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres/Celta, 1, pp. 33-43.
- FINNEGAN, Frances (1979), *Poverty and Prostitution. A Study of Victorian Prostitutes in York*, Cambridge e Londres: Cambridge University Press.
- FONSECA, Aureliano da (2000), «Breves notas acerca da prostituição», *Notícias*: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, n.º 55, pp. 34-35.
- FOUCAULT, Michel (1994), *História da sexualidade I. A vontade de saber*, Lisboa: Relógio d'Água.
- FREUD, Sigmund [1975 (1946)], *Abrégé de psychanalyse*, Paris: Presses Universitaires de France.
- FRUG, Mary Joe (1992), *Postmodern legal feminism*, New York e London: Routledge.
- MACHADO, Helena (1996), *Redes informais e institucionais de «normalização» do comportamento sexual e procriativo da Mulher*, Braga, Dissertação de Mestrado em História das Populações apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- (1999), «'Vaca que anda no monte não tem boi certo': uma análise da prática judicial de normalização do comportamento sexual e procriativo da mulher», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55, pp. 167-184.
- (2000), «Law, science and institutional control of women sexual and procreative behaviour», comunicação apresentada na 4S/EASST Conference, *Worlds in Transition: Technology, Citizenship and Culture in the 21st century*, Viena, Áustria, 27 a 30 de Setembro de 2000.
- MARCUSE, Herbert [1963 (1955)], *Eros et Civilisation*, Paris: Éditions du Minuit.
- McKEGANEY, Neil; BARNARD, Marina (1996), *Sex work on the streets: prostitutes and their clients*, Buckingham: Open University Press.
- MILLET, Kate (1974), *Política sexual*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MOSSUZ-LAVAU, Janine (1995), «As mulheres e a sexualidade. Novos direitos, novos poderes?», in George Duby, Michelle Perrot (eds.), *As mulheres e a história*, Lisboa: Publicações Dom Quixote: 79-89.

- NENCEL, Lorraine (1994), «The secrets behind sexual desire: the construction of male sexuality in Lima, Peru», *Etnofo*, VII, 2: 59-75.
- PARKIN, F. (1979), *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*, Londres: Tavistock Publications.
- POSTER, Mark (1978), *Critical theory and the family*, London: Pluto Press.
- REICH, William [1972 (1942)], *La psychologie de masses du facisme*, Paris: Payot.
- ROSS, Ellen; RAPP, Raynna (1997), «Sex and society. A research from social history and anthropology», in LANCASTER, Roger et al. (eds.), *The gender/sexuality reader: culture, history, political economy*, London e New York: Routledge, pp. 153-168.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), «Prostituição feminina: uma primeira abordagem para uma pesquisa», *Cadernos do Noroeste*, 11 (1), pp. 227-244.
- SILVA, Susana (2001), *As fronteiras das ambivalências. Controlo e poder institucionais sobre a prostituição feminina*, Braga, Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- SMART, Carol (1995), *Law, crime and sexuality: essays in feminism*, London: Sage.
- STAR, Susan Leigh; GRIESEMER, James [1999 (1989)], «Institutional ecology, 'translations' and boundary objects: amateurs and professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39», in Mario Biagioli, *The science studies reader*, New York e London: Routledge, pp. 505-524.
- WEBER, Max [1978 (1920)], *Economy and Society*, I e II, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- WEEKS, Jeffrey (1986), *Sexuality*, London e New York: Tavistock Publications.
- WIARDA, Howard (1977), *Corporativism and Development: the Portuguese Experience*, Massachusetts: University of Massachusetts Press.

PROSTITUIÇÃO FEMININA NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO IBÉRICO – UM CASO MUITO PARTICULAR DE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS ¹

MANUELA RIBEIRO*
OCTÁVIO SACRAMENTO**

RESUMO

Nas regiões fronteiriças do interior norte de Portugal tem vindo a registar-se, nos últimos anos, uma expansão da prostituição feminina, nomeadamente da que se processa em estabelecimentos destinados a tal finalidade, designados, na gíria, como «clubes». Neste artigo, procuramos identificar e analisar em que medida e por que formas, a fronteira, na pluralidade das dimensões que nela convergem – simbólica, legal e política, entre outras - informa e se projecta nas condutas e nas estratégias de acção dos principais protagonistas desta prostituição de «clubes», a saber: as mulheres que se prostituem, os clientes e os «empresários».

1. Introdução

As reflexões que aqui desenvolveremos sobre a prostituição feminina em regiões de fronteira decorrem de um projecto de investigação, financiado pelo Ministério da Ciência de Portugal, que teve início em Janeiro de

* Socióloga; Professora Associada – Departamento de Economia e Sociologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real

** Antropólogo; Colaborador do Departamento de Economia e Sociologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

¹ Este texto corresponde a uma versão revista de uma comunicação apresentada ao Seminário sobre «Las relaciones hispano-portuguesas en el marco de la libre circulación de

2001, e no qual estão envolvidas três Universidades portuguesas, a de Trás-os-Montes e Alto Douro, a do Minho e a da Beira Interior, respectivamente².

A área de incidência do estudo recobre toda uma larga faixa territorial do norte e noroeste interior português, bem como os correspondentes territórios espanhóis de Castilla-León e da Galiza, com os quais aquela faz interface. Dentro deste vasto espaço geográfico delimitámos, para efeitos de observação empírica, um perímetro de cerca de 50 quilómetros para cada lado da linha de fronteira, delineando assim, e a traço grosso, um espaço transfronteiriço aonde, nos últimos anos, se têm vindo a acumular indícios e até evidências sobre actividades ligadas à prostituição feminina.

Esta constatação confirma a pertinência do argumento expresso por vários autores (Tamzali, 1996; Costa e Alves, 2001) de que, no âmbito dos países da União Europeia, o problema da prostituição é, quase por definição, um problema de fronteiras, isto é, um problema cada vez mais estreitamente vinculado ao duplo movimento de progressivo esbatimento das fronteiras internas e de crescente amuralhamento das externas. Tomando este argumento como ponto de partida, procuramos, no nosso estudo, identificar os principais desenvolvimentos do fenómeno da prostituição feminina dentro do espaço transfronteiriço seleccionado, as configurações novas e distintas que ele vem aí assumindo e os factores que, mais directa e decisivamente, vêm informando uns e outras.

Os conteúdos que a seguir desenvolveremos sobre estas matérias, carecem, todavia, ser enquadrados pelo seguinte conjunto de ressalvas:

- foram construídos a partir de alguns resultados preliminares da pesquisa em curso e revestem-se, por isso, de um carácter exploratório;
- procedem de análises e interpretações que são, fundamentalmente, tributárias de referências teórico-conceptuais e metodológicas próprias das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia e da Antropologia;
- a prostituição feminina é um fenómeno muito complexo, que se desdobra por uma enorme gama de formas – prostituição de rua, de

trabajadores y el espacio social europeo», organizado pelo Instituto Rei Afonso Henriques, Zamora, nos dias 19 e 20 de Novembro de 2001. Na revisão do texto, tivemos a colaboração do Prof. Carlos Silva, da Universidade do Minho, e do Dr. Fernando Bessa, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a quem deixamos o nosso agradecimento, não lhes cabendo, no entanto, quaisquer responsabilidades pelos conteúdos nele expressos.

² Projecto SAPIENS/99 (POCT1/36472/SOC) – «Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira».

estrada, de *clubs*, de apartamentos, entre outras – e que envolve a participação de uma considerável diversidade de agentes, entre os quais relevam prostitutas, clientes, empresários, recrutadores e engajadores, *chulos* e proxenetas;

- neste texto, restringiremos o nosso interesse à prostituição que podemos designar como «abrigada», ou seja, a que se desenvolve em espaços fechados, comumente identificados como *clubs*³, incidindo o foco de análise na trilogia dos principais agentes implicados nesta modalidade: as prostitutas, os clientes e os empresários;
- e porque a investigação desenvolvida até agora se tem concentrado mais nas áreas portuguesas integrantes do conjunto transfronteiriço já definido, elas representam, obviamente, o principal referente empírico das considerações que aqui apresentamos.

A informação que serve de base a estas considerações provém:

- dos poucos inquéritos formais que já conseguimos realizar com mulheres prostitutas;
- de conversas informais entretanto havidas entre algumas delas e membros das equipas de investigação a operar no terreno;
- da pesquisa documental;
- de entrevistas já realizadas com alguns clientes, empresários e agentes institucionais relacionados com o sector;
- e da observação directa de uma boa parte dos *clubs* implantados no espaço transfronteiriço em causa.

2. A prostituição feminina de *clubs* na raia norte luso-espanhola

À excepção da área do Minho e da correspondente área galega, os *clubs* são, de longe, os locais dominantes das actividades ligadas à prostituição feminina dentro do corredor transfronteiriço de incidência do nosso estudo. Do lado português, nas áreas beirã e transmontana, e do lado espanhol, naquelas que lhes dão continuidade física imediata⁴, apenas se regista prostituição de *clubs*, sendo inexistente ou negligenciável a prostituição de rua ou de estrada.

³ No meio em observação, os estabelecimentos de prostituição são, de um modo geral, designados *clubs*, uma denominação importada do inglês, amplamente generalizada em Espanha, já relativamente usual nalguns contextos fronteiriços do lado português e que passaremos a empregar também ao longo deste texto.

⁴ Basicamente, as áreas de Fuentes de Oñoro, Zamora, Verín e Xinzo de Límia.

Comparativamente a esta última modalidade, a prostituição praticada em *clubs* tem um grau de visibilidade social bastante mais reduzido, uma situação que é reforçada pela interioridade e periféricidade física e político-social destes territórios, e pela ausência da maior parte deles do que tem sido a geografia tradicional da prostituição organizada nos respectivos países. A maior opacidade social de que a prostituição aqui se reveste, por um lado, e por outro, a emergência de contextos político-legais que têm vindo a facilitar o movimento de pessoas entre fronteiras estão, seguramente, na base da valorização, por parte dos principais agentes envolvidos no fenómeno, de que estas áreas transfronteiriças têm vindo a ser objecto nos últimos anos.

Inferimos esta valorização de uma série de indicadores, de que destacamos:

- a proliferação de estabelecimentos com reconhecidas ligações ao comércio do sexo, e que levou, recentemente, um jornalista português a apelidar o conjunto em análise como «A Raia dos *Clubs*» (Garcias, 2001: 24);
- a frequência com que os meios de comunicação, em particular a imprensa de âmbito regional, vêm fazendo eco dos resultados de intervenções policiais junto destes estabelecimentos, resultados que quase sempre confirmam a sua ligação à prostituição feminina;
- a crescente detecção de mulheres estrangeiras nestas áreas, feita pelos aparelhos burocrático-administrativos, policial e judicial em primeiro lugar, mas também pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e pelo Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (IDICT). A presença destas mulheres, não podendo, de modo algum, ser linearmente atribuível e, muito menos, ser exclusivamente relacionada com a prostituição, pode, com plausibilidade, tomar-se como pista indiciadora.

Partindo destes dados e indícios, são muitos, incluindo mesmo alguns empresários do sector, os que afirmam que, nestes territórios transfronteiriços do interior, o negócio da prostituição prospera e revela dinâmicas de crescimento difíceis ou mesmo impossíveis de replicar nos sectores convencionais das economias locais e regionais.

A abordagem ao estudo da prostituição é, reconhecidamente, dificultada por uma série de factores, que por serem do conhecimento geral, nos abtemos de tratar aqui. Cabe, no entanto, fazer referência às dificuldades suplementares que a modalidade de prostituição de *clubs* apresenta. Assim, e em primeiro lugar, há que mencionar o carácter acentuadamente volátil

do universo desta modalidade de prostituição, uma volatilidade que se apreende:

- na elevada rotatividade de início e suspensão de actividade deste tipo de estabelecimentos, isto é, no ritmo acelerado a que abrem e fecham;
- na frequência com que a titularidade da propriedade e da exploração dos mesmos muda de mãos;
- e, sobretudo, na rotação temporal relativamente apertada da permanência da maioria das mulheres que neles exercem prostituição.

Boa parte desta volatilidade geral do sector poderá tomar-se como meio destinado a reduzir a visibilidade e os riscos de detecção de ilicitudes que, não raro, a actividade de prostituição tende a levar associadas.

No que às mulheres diz respeito, há, porém, a acrescentar que a sua acentuada mobilidade, a sua mudança constante de local de trabalho, a sua itinerância, não só entre localidades e estabelecimentos dentro de um mesmo país, mas também de um país para outro, corporizam estratégias que visam camuflar e gerir a situação de imigrantes ilegais em que muitas delas se encontram. Tais estratégias, da iniciativa e responsabilidade quer das próprias mulheres, quer dos donos das casas aonde elas trabalham, constituem, assim, um meio para iludir e despistar a vigilância das autoridades.

Mas são também, e sobretudo, parte integrante dos subterfúgios de gestão adoptadas pelos empresários, por forma a atender à variedade da procura – aos gostos, motivações e interesses diferenciados dos clientes – e responder às suas exigências de *caras novas* e diferentes, o que obriga a uma renovação frequente da oferta. De facto, tendo em vista evitar a rotina, manter permanentemente despertos os anseios dos clientes por *novidades* (o que irá potenciar uma maior procura) e inviabilizar a sedimentação da relação cliente/ prostituta, tida, no geral, como pouco benéfica para o negócio, os empresários do sector procuram assegurar uma considerável rotatividade das mulheres, inserida ela própria, a uma escala mais ampla, num complexo e difuso intercâmbio mundializado das mesmas.

A este propósito e referindo-se, concretamente, ao caso dos EUA, Richard (1999: 11) sublinha que «estas mulheres são postas a girar por todo o país por diversas razões. Os traficantes procuram, desta forma, garantir o fornecimento de «caras frescas» aos clientes, bem como manter as suas vítimas em estado de desorientação, de modo a nem sequer serem capazes de estabelecer contacto com as autoridades. Adicionalmente, os traficantes fazem mover as mulheres para impedir que elas desenvolvam qualquer

espécie de relação mais estável com algum cliente que se disponha a tentar ajudá-las».

Esta mobilidade, esta errância entre diferentes estabelecimentos e entre diferentes territórios a que as mulheres são sujeitas, e bem assim, as motivações que lhe subjazem, são mais ou menos comuns em todos os países ocidentais, aonde a importação, para fins da prostituição, de mulheres estrangeiras, quer das áreas a sul do globo, quer dos países semiperiféricos do Leste Europeu, não tem parado de crescer.

Deve, contudo, acrescentar-se que a circulação das mulheres, no âmbito da prostituição, é também, e num número significativo de casos, resultado da livre iniciativa e decisão das próprias, tendo em vista a realização de objectivos pessoais diversos. Entre estes, destacam-se a, já antes referida, procura de despistagem de irregularidades legais decorrentes da sua situação de imigrantes; a busca de melhores condições materiais de trabalho; a aproximação a uma ou outra colega a quem se sentem mais ligadas, seja por simples laços de nacionalidade comum, seja por companheirismo e amizade; e, mais raramente, mas nem por isso menos importante, meras razões de curiosidade, vontade de conhecer novos ambientes e espírito de aventura.

3. As mulheres que trabalham nos *clubs*

Como já deixámos dito, a prostituição feminina de *clubs* é a modalidade que predomina no contexto transfronteiriço que estamos a pesquisar. Para muitas das mulheres que neles prestam serviço como prostitutas, estes estabelecimentos funcionam, em simultâneo, como locais de trabalho e de residência, o que, de certo modo, lhes cria e impõe situações de reclusão social mais ou menos extensa, relativamente explícita nuns casos, de carácter mais difuso noutros. Esta reclusão faz, em larga medida, parte do arsenal de meios accionados para diminuir os riscos de denúncia das ilegalidades que convergem / podem convergir, quer na(s) actividade(s) das próprias casas, quer, como se disse, na situação de uma boa parte das mulheres que aí trabalham. Mas pode servir também, à perfeição, objectivos de controlo das mesmas, por parte dos patrões e de outros agentes que as enquadram – traficantes, engajadores, «namorados», *chulos* e proxenetas.

A reclusão a que as mulheres, nalguns casos, são submetidas aparece, igualmente, justificada por motivos de eficácia empresarial, como deduzimos das afirmações de um dos poucos empresários que, até agora, aceitaram colaborar connosco, e que textualmente nos disse que *deixar as mulheres andar soltas e à vontade pela cidade, iria certamente estragar-me o negócio. É que eu renovo periodicamente o grupo das mulheres que trabalham na minha casa. Então começa a constar-se, o [X] recebeu mulheres novas, tem*

lá gente «fresca». E os homens ficam cheios de curiosidade para conhecerem o novo material. Ora, se eu as deixasse andar «a bater perna» pela cidade, à vontade delas, ficavam logo todos a conhecê-las, e à borla. Assim não. Para conhecerem as novidades têm que lá ir, à minha casa!

A referida reclusão constitui (mais) um obstáculo muito difícil de transpor para acedermos às mulheres e à recolha de informação directa sobre os seus reais contextos de vida e de trabalho, sobre a sua condição, sobre os constrangimentos e condicionalismos que lhes balizam os quotidianos e os percursos biográficos⁵.

Da análise da informação, a respeito destas mulheres, que temos vindo a reunir, sobretudo a partir de fontes indirectas, ressaltam como particularmente significativos os aspectos relacionados com a sua proveniência geográfica e situação jurídica.

3.1. A maioria é de origem extra-comunitária

Nos *clubs* de ambos os lados da fronteira, as mulheres autóctones, portuguesas e espanholas, parecem estar a tornar-se numa categoria relativamente residual. A presença de mulheres espanholas é muito baixa nos *clubs* espanhóis e praticamente nula nos que funcionam no lado português. E quanto às portuguesas, o seu número tem vindo também a registar um claro declínio, mais notório nos estabelecimentos espanhóis, aonde, num passado ainda bem recente, elas terão chegado a constituir o grupo maioritário.

Tão pouco consta que, por aqui, prestem serviço mulheres com nacionalidade de outros países da União Europeia. Esta constatação não deixa de ser surpreendente, sobretudo se atendermos ao tempo a que se reporta, ou seja, um tempo em que as fronteiras se diluem para os de dentro e se reforçam para os de fora. E sendo este o tempo, faz sentido assumir que o estatuto de cidadãs comunitárias e o conseqüente direito de livre circulação representariam uma mais-valia para o negócio da prostituição, na medida em que o poupariam dos problemas e da tensão subjacentes ao recrutamento de mulheres de origem extra-comunitária.

No entanto, a melhoria dos níveis médios de vida registada nos países da Europa comunitária, aonde o crescimento económico fez multiplicar as fontes de emprego e de rendimento e permitiu a construção de esquemas de

⁵ São já várias as situações em que os investigadores envolvidos neste projecto foram expressamente proibidos, pelos donos dos *clubs* e/ou pelos seus representantes, de inquirir formalmente mulheres que aí trabalham.

protecção social mais ou menos generosos, terá seguramente contribuído para minimizar muitos dos factores conducentes à entrada das mulheres na prostituição. Assim sendo, os países menos desenvolvidos, penalizados por desfavores de toda a espécie, mormente os engendrados pelos enviesamentos que permeiam as suas relações económicas com os países do centro, tornam-se, no actual contexto de globalização, áreas privilegiadas de recrutamento de mulheres, em regra, mulheres pobres, vulnerabilizadas por carências de vária ordem e pressionadas a encontrar respostas imediatas de sobrevivência. Daí a extraordinária diversidade de proveniências das mulheres que, actualmente, alimentam a actividade da prostituição nos países mais desenvolvidos do Norte.

Mas ao que temos vindo a apurar, a oferta de mulheres disponibilizada pelos *clubs* é também, em larga medida, determinada pelas preferências da procura. E no caso específico de que nos ocupamos neste estudo, as orientações de escolha dos clientes parecem concentrar-se, maioritariamente, nas mulheres de origem latino-americana, mais em concreto, colombianas, dominicanas e, sobretudo, brasileiras, por serem *mais carinhosas, mais permissivas, mais comunicativas, mais expressivas, mais abertas, mais calorosas e mais meigas*, para citar apenas algumas das expressões mais correntemente invocadas como justificação das preferências agora dominantes entre os clientes destas zonas. A facilidade de intercomunicação, propiciada pela comunidade ou similitude linguísticas, representa um contributo importante para a consolidação destas preferências. Fora destas três nacionalidades, indiscutivelmente as mais representadas, encontram-se também, ainda que com uma expressão muito menor, mulheres de origem africana, tais como nigerianas, angolanas e guineenses.

A título de curiosidade, refira-se que, em determinadas zonas, como a de Valença/Tuy, algumas casas adoptaram mesmo uma sinalética luminosa exterior própria para indicar a origem das mulheres que têm ao serviço. Assim, luzes azuis ou vermelhas significam que o estabelecimento em causa oferece, sobretudo, uma mistura de mulheres colombianas e nigerianas. Luzes amarelas e verdes indicam que há, essencialmente, brasileiras.

Já a presença de mulheres do Leste Europeu que, hoje em dia e de forma cada vez mais notória, povoam os principais pólos de prostituição nos países do chamado primeiro mundo, não é ainda muito visível. Todavia, com o decorrer do trabalho de campo, temos vindo a aperceber-nos de um ligeiro incremento da sua presença, mais no lado espanhol.

3.2. A maioria está em situação jurídica precária e com escassas possibilidades de regularização

São variadas as razões, os objectivos e as formas por quê e como estas mulheres chegam à prostituição nos estabelecimentos que vimos observando, como variados são também os seus perfis pessoais, as suas experiências de vida passada e as suas expectativas em relação ao futuro. Em comum terão, contudo e desde logo, um rol imenso de dificuldades para transporem as fronteiras que lhes permitem aceder ao espaço europeu.

A fiscalização e o controlo policiais nos aeroportos vêm tecendo malhas cada vez mais finas para a permissão de entrada de estrangeiros, concretamente no que toca à verificação da validade dos documentos e à exigência da apresentação de provas necessárias para confirmar o objectivo declarado da vinda e as condições de estada. A mera posse dos documentos de viagem que a lei fixa como obrigatórios, incluindo, em muitos casos, os vistos de entrada, não bastam já para aplacar as suspeitas e desconfianças que têm vindo a crescer entre as autoridades aduaneiras.

Assim, para potenciar as probabilidades de sucesso, ao cumprimento dos requisitos legalmente estipulados, aos vistos, na grande maioria dos casos de curta duração (3 meses), há agora, e cada vez mais, que adicionar outros procedimentos e ardis. Os que a seguir apresentamos são, segundo Shulke (2001), do Serviço Galego para a Igualdade, aqueles que a mulher imigrante, cujo destino é a prostituição, mais correntemente põe em marcha, seja por iniciativa própria, seja em concertação com quem a recruta:

- evitar os aeroportos que se têm vindo a tornar conhecidos como particularmente «difíceis» (caso de Barajas, em Madrid);
- escolher percursos com várias escalas;
- disfarçar-se, o mais possível, de turista, mas sem cair no exagero denunciador (vestir-se como turista e exhibir máquinas de fotografar e filmar, mapas, pastas, etc.);
- viajar com bilhete de primeira classe;
- fazer-se portadora de cartas, de convites e de endereços de residentes nacionais que supostamente virá visitar;
- fazer-se portadora da quantia de dinheiro legalmente estipulada como necessária para assegurar as despesas da estadia;
- fazer-se portadora do bilhete de regresso.

Estes estratégias acabam, de um modo geral, por ter repercussões manifestamente negativas *a posteriori*, sobretudo na situação das mulheres que vêm enquadradas por engajadores(as), e que parece ser a maior parte

delas. As que chegam desta forma fazem-no, quase sempre, *a crédito*, recebendo antecipadamente dos donos dos *clubs*, via intermediários(as), o bilhete da *passagem* e algum dinheiro para cobrir outras despesas relacionadas com a viagem ⁶. Assim, logo à chegada, são portadoras de dívidas que podem ascender a somas muito elevadas, para cuja amortização irá reverter o essencial dos proventos do seu trabalho, até à liquidação total dos montantes fixados pelos seus *recrutadores*; montantes que, por vezes, representam o triplo da quantia que, efectivamente, dispenderam com elas. Reféns de um compromisso de dívida, as mulheres, enquanto o mesmo não é resgatado, acabam enredadas em situações de enorme vulnerabilidade social, não raro mesmo «à beira da escravidão» (Garcias, 2001:27). Estas situações são terreno fértil para as mais variadas formas e práticas de exploração, como de resto tem vindo a ser demonstrado e confirmado por inúmeros documentos e textos produzidos sobre o assunto (Leidholdt, 1998; Richard, 1999; Kelly e Regan, 2000; Lazaridis, 2001).

As que logram vencer a barreira da fronteira exterior, dispõem, em regra, de autorização de permanência por três meses, como turistas. Esgotado este prazo, algumas optam por fazer retiradas estratégicas, regressando à origem para tentar voltar mais tarde. Muitas delas, no entanto, arriscam continuar. Para tanto, algumas, poucas, recorrem a documentos falsos ou falsificados, de acesso relativamente fácil para quem disponha de um bom punhado de notas para dar em troca (Neves, 2001). Outras, a maior parte, permanece como ilegal, uma situação sobejamente documentada nos comunicados de imprensa das diferentes autoridades policiais sobre os resultados das intervenções que realizam junto dos ditos estabelecimentos de diversão nocturna, bem como nos títulos da imprensa e conteúdos noticiosos que se lhes referem:

- «A Directoria do Porto da Polícia Judiciária, com a colaboração da Inspeção de Chaves e o NITE de Vila Real, realizou na noite passada uma vasta acção de prevenção no Nordeste Transmontano, com especial incidência nas zonas de Bragança, Mirandela, Carrazeda de Ansiães e Vila Real. [...] Os alvos escolhidos foram locais de diversão nocturna referenciados como tendo ligações a actividades criminosas. No âmbito da acção, foram detidas 11 mulheres [...] na sua maioria brasileiras e colombianas, que se encontravam em situação ilegal no nosso país e exerciam a prostituição» (Comunicado da PJ, Porto, 21.07.2000);

⁶ Os empresários também adiantam algum dinheiro às mulheres para elas apresentarem aos serviços alfandegários, como prova da sua capacidade de fazer face aos gastos decorrentes da estadia. Este dinheiro, após a passagem da alfândega, é logo devolvido.

- «GNR encerrou duas casas de alterne [na zona de Barcelos]. Autoridades detectaram onze mulheres estrangeiras em situação irregular» (Fonseca, 2001: 31);
- «Cinco mulheres brasileiras foram detidas [na cidade da Régua]» (Cardoso, 2001: 16);
- «[...] em Julho de 2000, a Polícia Judiciária do Porto identificou no local [bar em Mirandela] 12 empregadas estrangeiras em situação irregular que, para além de servirem às mesas, como viria a ficar provado, exerciam a prostituição» (Carmo, 2001: 11);
- «Operação nocturna leva 13 cidadãs aos tribunais. De acordo com um comunicado do comandante do Grupo Territorial de Bragança da GNR, [...] a Brigada Territorial n.º 4, em colaboração com a Direcção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Norte, levou a efeito, na noite do dia 6 para 7 de Dezembro, uma operação de fiscalização a casas conotadas com a prostituição, nas áreas dos concelhos de Bragança, Vinhais e Mirandela. Da operação resultou a detenção de 13 cidadãs estrangeiras, sendo 6 brasileiras, 4 colombianas e 3 africanas» (Jornal *O Mensageiro de Bragança*, Dez. de 2000);
- «Brasileiras detidas sem visto. Na madrugada de anteontem a GNR de Chaves deteve 4 brasileiras em situação ilegal na vila de Salto, concelho de Montalegre. A detenção ocorreu durante uma rusga feita pela GNR à discoteca Manos» (Fernandes, 2001: 32).

Em entrevista, datada de Outubro de 2000, o próprio Director Regional do Norte do SEF declara que «uma das principais preocupações desta Direcção Regional é [...] a ilegalidade de permanência de mulheres oriundas de países da América do Sul, nomeadamente Brasil, Colômbia e Venezuela. [...] São na sua maioria cidadãs ilegais que acabam «exploradas» em casas de prostituição»⁷.

Muito por causa da situação de ilegalidade em que vivem, estas mulheres são, como já deixámos dito, inseridas em circuitos de trabalho – acordados entre empresários de ambos os lados da fronteira, ou estabelecidos por iniciativa delas próprias a partir de informações de colegas e de outros conhecimentos pessoais no meio –, que as obrigam a viajar, com alguma regularidade, de um país para outro. Esta circulação transfronteiriça vem sendo, de certa forma, facilitada pela abolição da quase totalidade dos pos-

⁷ In <http://www.sef.pt/Fronteira/00/107reportagem-pag24.htm> - 30.10.01.

tos de fronteira dentro da União Europeia (na sequência da aplicação do Acordo de Schengen), o que «permite aos viajantes, incluindo os ilegais, deslocarem-se mais ou menos livremente pelo continente, uma vez passada a fronteira exterior» (Alou, 2000).

Pesem, embora, os efeitos fortemente detrimenais que a situação de clandestinidade projecta nas suas condições de existência, traduzidos, antes de mais, numa clara desprotecção jurídica e social (Silva, 1998), estas mulheres confrontam-se com sérias dificuldades para saírem dela, sendo-lhes bastante difícil obter das entidades competentes a autorização de permanência e, ainda mais difícil, a autorização de residência. A primeira e mais determinante fonte destas dificuldades é o não reconhecimento legal em nenhum dos dois países – Portugal e Espanha – da actividade que exercem e, por conseguinte, a impossibilidade de, com base nela, firmarem qualquer contrato de trabalho, que é, por sua vez, um dos requisitos mais relevantes nos processos de legalização. No caso específico de Portugal, durante a vigência da Lei 4/2001, de 10 de Janeiro, correspondente a um processo extraordinário de legalização de imigrantes que terminou em 30 de Novembro de 2001, a assinatura de um contrato de trabalho foi mesmo apresentada como a condição fundamental para obtenção de autorização de permanência⁸.

Assim sendo, muitas das estrangeiras que aqui se encontravam antes de 30 de Novembro de 2001 a exercer, de facto, a actividade de prostituição, não tiveram outras alternativas de regularização da sua condição de imigrantes que não o recurso à simulação e à construção de situações forçadas. Estas estratégias, assentaram, quase sempre, na celebração de contratos de trabalho mais ou menos fictícios e de contratos falsos, visando a obtenção de permissão de permanência no país, que, de acordo com a legislação em vigor na altura, era concedida por um ano, prorrogável por iguais períodos até um máximo de cinco anos. Tomando como referência empírica mais imediata a zona portuguesa da raia transmontana, a celebração daqueles contratos de trabalho pode remeter-se, basicamente, para uma das seguintes configurações: os próprios proprietários dos *clubs* contratavam, segundo condições e termos que seriam da sua conveniência, as mulheres prostitutas como empregadas de mesa, bailarinas, empregadas de balcão e similares; o

⁸ A Lei 4/2001, de 10 de Janeiro, «fundamentalmente veio dizer o seguinte: o imigrante que tiver um contrato de trabalho, ou apenas uma promessa de contrato de trabalho, poderá ser regularizado estando em Portugal, dispensando-o, assim, de obter o visto prévio fora de Portugal, para entrar no nosso mercado de trabalho» (Baganha, 2001: 11). Este dispositivo jurídico novo (e temporário) destinou-se, essencialmente, à regularização dos imigrantes ilegais que se encontravam já no país.

contrato era feito por terceiras pessoas, quase sempre a troco de contrapartidas de vária ordem. De entre estas contrapartidas, destacam-se:

- ganhos pecuniários, resultantes de situações efectivas de compra e venda de (falsos) contratos de trabalho. O IDICT de Bragança chegou mesmo a denunciar uma situação em que um empresário local, a troco de algumas centenas de contos, «tentou legalizar como empregadas domésticas sete mulheres estrangeiras que presumivelmente trabalham em casas de alterne» (Fragoso, 2001: 39);
- favores sexuais e/ou arranjos do mesmo tipo, com vista à celebração de «contratos-fantasma», envolvendo, por regra, clientes convertidos em pseudo-empregadores de mulheres estrangeiras convertidas em pseudo-empregadas domésticas, ajudantes de cabeleireiro, vendedoras, empregadas de limpeza, copeiras, estagiárias, empregadas de mesa e de balcão e até mesmo limpadoras de matas e florestas. São, com efeito, estas as categorias profissionais que predominam na maior parte dos contratos de trabalho apresentados ao longo do ano de 2001, sobretudo por mulheres de nacionalidade brasileira, nos serviços transmontanos do IDICT, Depois de os reconhecer de acordo com a legislação laboral em vigor, o IDICT procedia ao envio dos respectivos pareceres legais para o SEF que, por sua vez, emitia as correspondentes autorizações de permanência para as mulheres imigrantes em causa.

Os indícios e a suspeição correntes sobre a natureza fraudulenta destes contratos ganham ainda mais consistência quando se apura que, nalguns casos, pouco tempo depois de ter sido conseguida a autorização de permanência, o contrato que esteve na base da sua concessão é rescindido. Os indícios e a suspeição correntes sobre a natureza fraudulenta destes contratos ganham ainda mais consistência quando se apura que, nalguns casos, pouco tempo depois de ter sido conseguida a autorização de permanência, o contrato que esteve na base da sua concessão é rescindido. Geralmente, é o pseudo-empregador que, receando eventuais coimas, solicita junto do IDICT a rescisão do contrato, invocando como justa causa o facto da empregada não comparecer no local de trabalho. A própria pretensa empregada também tem interesse e contribui, de alguma forma, para este desfecho. É que, segundo informação que recolhemos junto dos serviços competentes, esta rescisão contratual não lhe impõe qualquer tipo de penalização e, mais importante ainda, não implica a revogação da autorização da sua permanência no país, já concedida pelo SEF e que continua a vigorar até ao fim do tempo pré-estabelecido.

Apesar de comportar muitos riscos para as partes envolvidas, e consideráveis custos financeiros e doutro tipo para as interessadas, o recurso a subterfú-

gios para contornar a lei como os que identificámos, foi bastante frequente durante o período (10 de Janeiro a 30 de Novembro de 2001) em que decorreu o processo extraordinário de legalização de imigrantes. E isto porque, embora fáceis de intuir, tais irregularidades tornavam-se, por regra, difíceis de provar.

4. Os clientes dos *clubs* raianos: breve caracterização

Ainda que escassamente referenciados em estudos e análises sobre a prostituição e de a sociedade, em geral, tender a menorizar o seu papel e a sua participação no fenómeno, os clientes constituem como que o *pivot* estruturante em torno do qual se organiza o mercado global da prostituição, nomeadamente no que diz respeito aos canais de circulação e tráfico de mulheres⁹. De facto, é a partir da monitorização das preferências e expectativas dos clientes, fundadas em estereótipos hierarquizantes, construídos quase sempre por referência às nacionalidades das mulheres (Phizacklea 1997, Phoenix 1998, Lazaradis 2001), que os donos dos *clubs* activam e estruturam as suas redes de contactos no sentido de poderem contar com os serviços daquelas que, teoricamente, melhor correspondem a essas preferências e expectativas.

Os clientes não apresentam uma identidade unitária e homogénea, mas sim uma pluralidade de perfis, daí resultando, entre outros, formas diversas de relacionamento com as mulheres, que vão da relação puramente física e maquinal até um envolvimento afectivo e emocional mais ou menos profundo. Tais perfis identitários, resultam da confluência interactiva de diversas variáveis (idade, estado civil, grau de escolaridade, estatuto sócio-económico e outras), apresentando-se, no entanto, as suas configurações concretas fortemente influenciadas pelas condições e as histórias de vida pessoais.

No corredor transfronteiriço em que está a decorrer o nosso estudo, os clientes distribuem-se por uma banda de idades bastante larga, sensivelmente, dos 15 anos aos 70/75 anos. A maior parte concentra-se na primeira metade do espectro etário delimitado, isto é, no segmento que vai até por volta dos 45 anos. A partir daí, o seu número começa, gradualmente, a diminuir, até atingir valores residuais à medida que se aproxima o extremo superior do leque de

⁹ O termo circulação diz mais directamente respeito às mulheres que têm uma certa autonomia para serem elas próprias a definir o seu ingresso e trajecto(s) no meio prostitucional, enquanto que tráfico implica a existência de um rede organizada de pessoas que, a troco de uma determinada soma de dinheiro, calculada *per capita*, incentiva, planeia e assegura, por vezes de forma enganosa e forçada, a deslocação de mulheres para a prostituição. A propósito da complexidade e das diversas tentativas de clarificação do conceito «tráfico de mulheres», vejamos, entre outros, Wijers e Lap-Chew (1997), Van Dijk (1998).

idades. A esmagadora maioria deles é casada, sendo que os clientes que se situam mais próximos do limite etário inferior são, regra geral, solteiros, enquanto que aqueles que povoam o extremo mais alto são quase todos viúvos. Quer uns, quer outros, apresentam, no geral, um estatuto sócio-económico médio / baixo¹⁰ e níveis de escolaridade relativamente modestos.

O esboço genérico e sumário que acabámos de traçar sobre os clientes apresenta variações significativas, sobretudo em função das características dos estabelecimentos e da área em que estes estão implantados (zona mais rural ou mais urbana). Também se verificam algumas dissonâncias de perfil, embora não muito significativas, entre os clientes espanhóis e portugueses. Os primeiros parecem evidenciar uma maior homogeneidade etária (concentrando-se, mais marcadamente, em redor dos 40 anos) e um nível sócio-económico, em média, mais elevado. Estas diferenças, acabam por induzir algumas nuances específicas no relacionamento com as mulheres, dando azo a que as mesmas, a partir da variável nacionalidade, construam sobre eles diferentes representações e projecções.

Contudo, a nosso ver, a diferença mais assinalável entre os clientes portugueses e espanhóis situa-se a nível da mobilidade transfronteiriça, isto é, da frequência (assimétrica) com que uns e outros transpõem a fronteira para aceder aos estabelecimentos existentes do outro lado. Esta mobilidade inscreve-se e tem sido largamente estimulada pelo quadro da livre circulação de pessoas entre países da União Europeia, esboçado inicialmente pelo Tratado que instituiu a Comunidade (Tratado de Roma) e confirmado, mais tarde, nos artigos 14.º, 18.º e 61.º e seguintes do Tratado da Comunidade Europeia. O movimento transfronteiriço de clientes, apesar de facilitado pelas actuais disposições jurídicas europeias, é quase em exclusivo protagonizado pelos portugueses, que, com uma assiduidade notória, buscam os *clubs* do lado espanhol, enquanto que os espanhóis só muito pontualmente fazem o trajecto inverso.

A partir da análise dos fluxos e dinâmicas da procura, torna-se possível destacar, no corredor raiano que delimitámos para efeito da presente investigação, 5 grandes eixos transfronteiriços: Braga – Viana do Castelo / Vigo; Montalegre / Xinzo de Limia; Chaves / Verín; Bragança / Alcañices – Zamora e Vilar Formoso / Fuentes de Oñoro.

Nalguns centros espanhóis inseridos nestas verdadeiras rotas de peregrinação dos tempos modernos, tais como Verín (Galiza) e Fuentes de Oñoro (Castilla-Léon), a presença de clientes portugueses chega a ser clara-

¹⁰ Tendo em conta o seu estatuto sócio-económico, a procura de prostitutas pode desempenhar aquilo que Schmidt (1983) designa por «função compensatória», algo que Gilmore (1983) também constatou quando estudou o fenómeno da «masculinidade exagerada» na Andaluzia.

mente superior à dos espanhóis, em especial durante a semana, já que estes últimos parecem concentrar mais as suas saídas nos fins-de-semana. Segundo algumas fontes (Garcias, 2001: 27), mais de 90 % dos clientes que frequentam os *clubs* de Fuentes de Oñoro são portugueses. As explicações sobre esta maior afluência dos clientes portugueses aos *clubs* espanhóis e, em especial, nos casos que acabámos de referir, enraízam num conjunto de constatações e pressupostos que passamos a enunciar:

- do lado português que confronta com Fuentes de Oñoro não há, presentemente, nenhum estabelecimento destes a funcionar;
- em relação a Verín, e atendendo a que no lado português contrastante, mais concretamente em Chaves e em Vila Verde da Raia, existem ¹¹ dois estabelecimentos de prostituição e uma *casa de alterne*, a «fuga» da clientela portuguesa para o lado de lá terá a ver, muito provavelmente, com as maiores quantidade e diversidade das mulheres e, por conseguinte, com possibilidades mais amplas de escolha. Por outro lado, Verín tem muitos bares, discotecas e espaços de diversão nocturna que os clientes portugueses também procuram, em complemento aos locais de prostituição;
- para além dos contrastes da oferta, mais evidentes numas áreas que noutras, temos também de ter em consideração que os clientes portugueses, que normalmente saem em grupos de 2 a 4 indivíduos, tendem muito a «saltitar» entre os diferentes estabelecimentos de ambos os lados da fronteira ¹², o que poderá originar uma certa inflação na quantificação da sua presença;
- o intenso trânsito de clientes portugueses para Zamora andarà ligado ao reconhecimento geral da excepcionalidade de um determinado *club* local. Com efeito, no quadro singular de deambulações algo frenéticas dos clientes portugueses, entre os diferentes estabelecimentos (não só *clubs* como, em muitos casos, bares e discotecas) das áreas adjacentes aos eixos transfronteiriços de circulação a que já fizemos referência, regista-se uma excepção digna de menção – Zamora.

¹¹ À data da elaboração deste texto.

¹² Isto não significa que, sempre que entram num estabelecimento, acabem por *subir* (para o quarto), termo correntemente utilizado no meio para se fazer referência à prestação dos serviços sexuais. Muitos deles, entram apenas para *beber um copo* e divertir-se na companhia dos amigos. No entanto, em sentido oposto, outros, por vezes, acabam por *subir* mais que uma vez durante a noite. Temos relatos de dois clientes portugueses que, em Verín, chegaram a *subir* três vezes na mesma noite, em diferentes *clubs*.

Quando vão a Zamora, os clientes portugueses, dos quais a maioria é proveniente do distrito de Bragança, partem já focalizados num destino específico e exclusivo – o tal *club* acima mencionado –, por eles próprios considerado um *topo de gama*, quer no que diz respeito ao espaço em si, quer em relação às mulheres e à qualidade do atendimento. Constitui, por isso, um significativo pólo de atracção para a clientela portuguesa, em especial para a de maior nível sócio-económico, bem patente, aliás, na gama dos automóveis com matrícula portuguesa que se podem encontrar no respectivo parque de estacionamento.

Para além destes indícios, de natureza mais factual, pensamos que na explicação da elevada presença de clientes portugueses nos *clubs* das áreas raianas da Espanha, aonde, como já dissemos, chegam por vezes a superar os clientes nacionais, convergirão também factores de outra ordem, aos quais aqui nos referiremos apenas como mero exercício conjectural, por não dispormos, ainda, de evidência empírica inquestionável que os suporte.

Atendendo a que a maioria é casada, as saídas nocturnas para *clubs* em Espanha podem ser entendidas como uma forma de assegurar o anonimato. A probabilidade de aí encontrarem alguém conhecido circunscreve-se, quase exclusivamente, ao contexto da prostituição. E dentro deste, o mais natural, é o desenvolvimento de relações de cumplicidade e encobrimento mútuo, como requisito de auto-protecção e salvaguarda da privacidade. Além de propiciar a preservação do anonimato, a passagem da fronteira, em especial por parte dos clientes casados, ao associar uma transição física ao cruzamento de uma barreira social, a barreira da fidelidade, parece revestir-se de uma dimensão simbólica e ritual, na qual emergem significantes indiciadores de liminaridade, ruptura, novo *status* e legitimação que lhe conferem uma estrutura em tudo idêntica à de um rito de passagem, tal como o entenderam Van Gennep (1960)¹³, Turner (1974) e Douglas (1976). A transição da fronteira assinala, deste modo, o que Xiberras (1996) designa de «depaysation», marcando simbolicamente uma descontinuidade social¹⁴ que alivia o indivíduo do ónus da conformidade aos papéis que pautam a sua quotidianidade (pai, marido...) e lhe atribui alguma legitimidade para se comportar apenas e só como cliente.

Neste plano de análise mais antropológico, acerca das incursões dos clientes, sobretudo dos casados / comprometidos, por terras d' além fronteira, convém também ter em atenção a dimensão simbólica da proximidade

¹³ Para Van Gennep (1960), o rito de passagem é algo que marca ou induz uma mudança na posição social do indivíduo.

¹⁴ Veja-se, a este propósito, a perspectiva de Turner (1974) sobre o ritual como mudança social – abandono da estrutura formal e incursão nas «margens».

dade, um pouco na linha do velho adágio «longe da vista, longe do coração». De facto, parece haver uma relação entre a gravidade da infidelidade e a distância do local em que é concretizada ¹⁵ relativamente à área de residência, sendo que se afigura tanto mais grave quanto menor é essa distância. De igual modo, em termos de «distância social», e dentro da mesma matriz simbólica da proximidade, a infidelidade cometida com pessoas do círculo social mais próximo tende a ter um maior impacte e uma maior carga negativa que a cometida, por exemplo, com prostitutas. No caso muito particular dos clientes transfronteiriços, podemos constatar uma convergência cumulativa das distâncias física e social, a qual, além de ter um efeito redutor sobre a visibilidade do desvio, inviabilizando a sua exposição e consequente cristalização social, constitui um recurso simbólico de que eles se apropriam para (para)legitimar e desculpabilizar um comportamento tido, socialmente, como desviante.

O argumento da apropriação dos recursos simbólicos proporcionados pela transposição da fronteira e pela distanciação física (e social) que lhe é inerente, com fins de atenuação da incompatibilidade entre o quadro sócio-cultural da vida quotidiana do cliente e as suas experiências «marginais», comporta um elevado potencial explicativo. Requer, no entanto, ser invocado com reservas, entre outros motivos, porque é ainda muita escassa a informação empírica que temos reunida sobre a clientela, mormente sobre a espanhola, cujo comportamento, aparentemente, não reflecte a pertinência do argumento.

5. Empresários de *clubs*: negócio(s) sem fronteiras

Depois das mulheres e dos clientes, falta agora tecer algumas considerações sobre uma outra figura-chave – o(a) empresário(a) –, uma espécie de vértice do triângulo central da prostituição.

Como reiteradamente temos vindo a ressaltar, o material empírico que temos, por agora, disponível não é ainda suficiente para nos permitir esboçar um quadro de análise amplo e consistente sobre algo tão «entrincheirado» como são as estratégias e dinâmicas inerentes à gestão do negócio da prostituição. E isto porque, numa das áreas do nosso contexto de estudo, ainda não se iniciou o processo de observação sistemática dos estabelecimentos, nomeadamente dos que ficam do lado espanhol. Mas mesmo aonde já foram feitas observações e se logrou chegar à fala com os empresários,

¹⁵ Ao que viemos a apurar, em Espanha existirá mesmo o ditado de que «a fidelidade prescreve aos 300 quilómetros».

alguns deles mulheres, o que mais recolhemos foram, como de resto já pré-víamos, silêncios, evasivas, redundâncias e contradições, em suma, material de que se compõem as autênticas muralhas que quase todos eles constroem em torno da sua actividade.

Nestas circunstâncias, a alternativa mais fecunda para a obtenção de alguma informação sobre os padrões do negócio da prostituição tem sido a recolha indirecta, através das prostitutas, dos clientes¹⁶ e de outras pessoas que conhecem ou têm algum tipo de relação com eles. Todavia, é por demais evidente que, nem mesmo nos seus círculos mais próximos de relação, deixam de fazer «curto-circuito» de muitos assuntos e factos que se passam e dão corpo ao(s) negócio(s) que exploram. E nem poderia ser outro o comportamento de alguém que tem um estabelecimento licenciado sob a designação de bar, café, *snack-bar*, discoteca ou *pub*, no caso português, e de *hostal* (hospedaria) e *pub-bar*, no caso espanhol, a funcionar como bordel, carecendo este de qualquer tipo de reconhecimento legal.

Apesar das diferentes tentativas de encobrimento/camuflagem, a própria estrutura física e dinâmica de organização dos estabelecimentos acaba por indiciar, desde logo, o tipo de actividades que aí decorrem.

Assim, no rés-do-chão, está instalado o bar, onde os clientes se encontram e conversam com as mulheres. No decorrer da conversa, por vezes, convidam-nas a *tomar uma copa* – designação específica para a bebida (licor, whisky, sumo, entre outras) que os clientes lhes pagam –, cujo preço é, no geral, 4 ou 5 vezes superior ao da (mesma) bebida que eles próprios consomem. O dinheiro das *copas* é repartido entre elas e o proprietário do *club* – metade para cada um.

Já o primeiro andar, ou quando ele não existe, a parte traseira dos edifícios, é ocupado pelos quartos e respectivos lavabos, para onde as mulheres *sobem* com os clientes e onde, muitas delas, se alojam diariamente¹⁷. A *subida* custa ao cliente cerca de 32 €, sendo que o patrão recebe 5 € por cada. O restante fica para a mulher que, nalguns casos, poucos, ainda tem um «companheiro» a quem tem de entregar parte, quando não mesmo a totalidade, desse dinheiro.

Um negócio a funcionar em pleno, pode render ao respectivo proprietário, por noite, alguns milhares de euros, entre o lucro das bebidas e a percentagem retirada da quantia que as mulheres recebem pela prestação dos serviços sexuais. E é precisamente esta percentagem que a lei portuguesa

¹⁶ Trata-se, neste caso, de uma recolha de informação em 3.ª mão, já que aquilo que os clientes sabem, geralmente, é-lhes contado pelas prostitutas.

¹⁷ A maioria dos estabelecimentos cobra às mulheres uma *diária* que pode ir até 25 €, correspondente ao pagamento do alojamento e das refeições.

considera imoral e, portanto, ilegal, imputando-lhe o estatuto de crime de lenocínio. Deste forma, «quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição, ou a prática de actos sexuais de relevo é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos» (Código Penal Português, art.º 170.º, ponto 1). No caso de «o agente usar de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, ou se aproveitar da incapacidade psíquica da vítima, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos» (*idem*, art.º 170.º, ponto 2).

Ainda recentemente, a imprensa deu conta de que, no distrito de Bragança, dois empresários cumpriram pena efectiva de prisão de dois anos, julgados pelo crime de lenocínio. Um outro, do distrito de Vila Real, mas a explorar um estabelecimento no distrito de Bragança, aguarda julgamento, indiciado também pelo mesmo crime.

A legislação espanhola, por sua vez, revela-se bastante mais branda em relação ao negócio da prostituição. Segundo o que o Código Penal Espanhol, de 1995, prescreve nos seus artigos 187.º e 188.º, o proprietário de um *club* é responsabilizado criminalmente, apenas no caso de as mulheres que se encontram no seu estabelecimento serem menores de idade, diminuídas do foro psíquico (pena de prisão de 1 a 4 anos e multa de 12 a 24 meses), ou estiverem escravizadas, contra a sua livre vontade (pena de prisão de 2 a 4 anos e multa de 12 a 24 meses).

Além desta maior brandura legal, em Espanha, o negócio parece beneficiar também de uma maior tendência de a polícia «fechar os olhos» (Hart, 1998) ao que se passa portas adentro dos *clubs*. Ao contrário, em Portugal, as forças policiais desenvolvem uma fiscalização mais apertada e mais sistemática destes locais, não raro pondo no terreno operações de grande envergadura e alcance, como a que, há poucos meses atrás, a Guarda Nacional Republicana (GNR) desencadeou, a nível nacional, e que designou como «Operação Noite Limpa» – uma acção de fiscalização de todos os estabelecimentos de diversão nocturna, da qual resultaram várias detenções.

Na sequência das diferenças jurídicas e de controlo policial, existentes entre Portugal e Espanha, alguns empresários raianos portugueses, nomeadamente na região Centro, parecem estar a optar por transferir o seu negócio para o outro lado da fronteira, na convicção de que ali o risco e a probabilidade de virem a ser incomodados pelas autoridades serão tendencialmente menores. Esta estratégia está, como se sabe, facilitada pelo facto de, na sequência da assinatura do Acto Único Europeu, os nacionais de Estados-membros da União Europeia, a partir de 1993, passarem a poder circular e permanecer livremente em qualquer país da União e aí, nas mesmas condições dos nacionais, terem o direito a executar qualquer actividade profissional, por conta própria, como é o caso, ou por conta de outrem.

Se do lado espanhol se encontram já alguns proprietários (e muitos empregados) portugueses de *clubs*, do lado português, apenas temos conhe-

cimento de um estabelecimento, em Bragança, em que um dos sócios maioritários é galego. E mais não seria de esperar, face justamente ao que dissemos sobre as diferenças no panorama jurídico e na filosofia de actuação das forças policiais nos dois países.

6. Concluindo

As fronteiras e mais em concreto as políticas que as regulamentam, abrindo-as, cerrando-as, eliminando-as, reforçando-as, são, hoje em dia, um referente estruturante de praticamente todos os processos sociais. São-no, de forma claramente determinante, no que diz respeito à expansão da indústria do sexo e, mais em particular, aos segmentos ligados à prostituição feminina.

Limitados, por agora, ao caso concreto do espaço transfronteiriço que temos vindo a observar e aos dados produzidos pela pesquisa em curso, ainda assim não nos parece abusivo extrair do que ficou anteriormente dito, a importância decisiva que a fronteira vem ganhando na produção e na reprodução das assimetrias que comumente definem e caracterizam o lugar e o estatuto da trilogia dos principais intervenientes no fenómeno da prostituição – as mulheres que se prostituem, os clientes e os empresários. A subordinação, maior ou menor e quase sempre efectiva, das primeiras, o estatuto de inferioridade que, em regra, lhes cabe, por um lado e, por outro, o domínio e o estatuto superior que, geralmente, correspondem aos segundos, embora inscritos numa imensa e complexa teia causal, reflectem também, e em grande medida, o estatuto diferente que umas e outros têm perante a(s) fronteira(s).

Com efeito, a flexibilização de que o próprio conceito de fronteiras tem vindo a ser objecto, no quadro da construção da política de integração europeia e que, entre outros, cria a distinção entre fronteiras internas e externas da União, apresenta-se como crucial para o debate e o entendimento das questões que brevemente abordámos neste texto, mormente no que respeita à configuração e aos desenvolvimentos do fenómeno em estudo. A informação que temos vindo a reunir e a analisar, deixa claro que a fronteira constitui, na pluralidade das suas dimensões, uma referência incontornável da temática em apreço. Os comportamentos, as práticas e as estratégias dos principais actores envolvidos na prostituição feminina de *clubs* nas áreas raianas aparecem marcados e condicionados, de forma inquestionável, pela fronteira, seja pela sua vertente mais simbólica, como parece ser o caso dos clientes, seja, para as mulheres e para os empresários, pelos aspectos jurídico-legais que directa ou indirectamente lhe andam associados.

Referências bibliográficas

- ALOU, J. (2000), «EU Enfrenta Crise de Imigração», *Grande Reportagem*, 28.08, s/pg.
- BAGANHA, M. I. (2001), «Imigrados em Portugal», *Contextos de Sociologia*, n.º 1, pp. 8-11.
- CARDOSO, J. M. (2001), «Cinco Mulheres Brasileiras Foram Detidas», *Jornal A Voz de Trás-os-Montes*, 21.06, p. 16.
- CARMO, V. (2001), «Alfredo Palas Acusado de Lenocínio», *Jornal Semanário Transmontano*, 16.12, p. 11.
- COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES – CIDM – (2000), «Prostituição e Tráfico de Mulheres e Crianças», *Cadernos Condição Feminina*, Colectânea de Textos Legais e de Instrumentos Internacionais, Lisboa.
- COSTA, J. e ALVES, L. (2001), *Prostituição 2001. O Masculino e o Feminino de Rua*, Lisboa: Eds. Colibri.
- DOUGLAS, M. (1976), *Pureza e Perigo*, São Paulo: Editora Perspectiva.
- ELIAS, J. et al. (1998), *Prostitution: On Whores, Hustlers, and Johns*, Nova Iorque: Prometheus Books.
- FERNANDES, E. (2001), «Brasileiras Detidas sem Visto», *Jornal de Notícias*, 27.04, pg.32.
- FONSECA, F. (2001), «GNR Encerrou duas Casas de Alterne», *Jornal Público*, 02.11, p. 31.
- FRAGOSO, A. (2001), «Empresário Tenta Legalizar «Alternadeiras» como Empregadas Domésticas», *Jornal Público*, 12.10, p. 39.
- GARCIAS, P. (2001), «A Raia dos Clubs», *Jornal Público*, 31.01, pp. 26-27.
- GILMORE, D. (1983), «Sexual Ideology in Andalusian Oral Literature: A Comparative View of a Mediterranean Complex», *Ethnology*, 22, pp. 241-252.
- HART, A. (1998), *Buying and Selling Power: Anthropological Reflections on Prostitution in Spain*, Oxford: Westview Press.
- KELLY, L. e REGAN, L. (2000), *Stopping Traffick: Exploring the Extent of, and Responses to Trafficking in Women for Sexual Exploitation in UK*, Londres: Police Research Series, paper 125.
- LAZARADIS, G. (2001), «Trafficking and Prostitution. The Growing Exploitation of Migrant Women in Greece», *The European Journal of Women's Studies*, Vol. 8, Londres: Sage Publications, pp. 67-102.
- LEIDHOLDT, D. (1998), «Prostitution: A Contemporary Form of Slavery». Coalition Against Trafficking in Women, *United Nations Working Group on Contemporary Forms of Slavery*, Geneva, Maio, in <http://www.url.edu/artscl/wms/hughes/catw/slavery.htm> - 02.11.2001.
- NEVES, P. (2001), «Sexo, Tráfico e Jogo em Lisboa», *Revista Focus*, n.º 81, pp. 38-44.
- PHIZACKLEA, A. (1997), «Sex, Marriage and Maids», *paper* apresentado na Conferência *Non Military Aspects of Security in Southern Europe: Migration, Employment and Labour Market*, Santorini, Grécia, 19-21 de Setembro.
- PHOENIX, A. (1998), «Representing New Identities: «Whiteness» as Contested Identity in Young people's Accounts», in K. Koser e H. Lutz (eds.), *The New Migration in Europe: Social Construction and Social Realities*, Basingstoke: Macmillan.
- RICHARD, A. (1999), «International Trafficking in Women to the United States: a Contemporary Manifestation of Slavery and Organized Crime», DCI, *Exceptional Intelligence Analyst Program*, Center for the Study of Intelligence, State Department's Bureau of Intelligence and Research, Washington.

- SCAMBLER, G. *et al.* (1997), *Rethinking Prostitution. Purchasing Sex in the 1990's*, Londres: Routledge.
- SCHMIDT, C. (1983), «Common Male Sexual Disorders: Impotence and Premature Ejaculation», in MAYER, J.; SCHMIDT, C.; WISE, T. (eds.), *Clinical Management of Sexual Disorders*, Baltimore: Williams and Wilkins.
- SHULKE, N. (2001), «O Fenómeno da Prostituição na Região da Galiza: Enquadramento Legal; Estratégias de Intervenção». Com. oral feita ao 2.º *Workshop – Eixo Formação – Diversidade na Unidade: Experiências Internacionais e o seu Contexto*, Projecto de Rua em Rua, CIDM, Porto, 18 de Outubro.
- SILVA, M. C. (1998), «Prostituição Feminina: Uma Primeira Abordagem para uma Pesquisa», *Cadernos do Noroeste*, Vol.11 (1), pp.227-244.
- TAMZALI, W. (1996), «La Prostitucion Feminina en la Europa de Hoy: Como Responder a esta Cuestion», Conferência proferida em Madrid: Casa da América, 17 de Dezembro.
- TURNER, V. (1974), *O Processo Ritual: Estrutura e Anti-Estrutura*, Petrópolis: Editora Vozes.
- VAN DIJK, N. (1998), «Trafficking in Women in the Postcommunist Countries in Central and Eastern Europe», in LA STRADA CIESKA REPUBLICA (ed.), *Traffick in Women in Postcommunist Countries of Central and Eastern Europe*, paper apresentado na Czech-Ukrainian Conference, Praga, 27 e 28 de Novembro.
- VAN GENNEP, A. (1977), *Os Ritos de Passagem*, Petrópolis: Editora Vozes.
- WIJERS, M. e LAP-CHEW, L. (1997), *Trafficking in Women: Forced Labour, and Slavery-Like Practices*, Utrecht: STV.
- XIBERRAS, M. (1996), *Les Théories de l'Éxclusion*, Paris: Armand Colin.

Sites:

- <http://www.bufetalmeida.com/codigop.htm> - 07.10.2001.
- <http://www.europarl.eu.int/factsheets/230pt.htm> - 07.10. 2001.
- <http://www.fempres.cl/base/151ve.htm> - 21.10.2001.
- <http://www.geocities.com/litertulia/00> - 03.11.2001.
- <http://www.min-nestrangeiros.pt/politica/europeia/schengen/schengen> - 13.10.2001.
- <http://www.portugal-expresso.com/conteudos/DL252-oo.asp> - 24.10.2001.
- <http://www.sef.pt/fronteira/0010/reportagem-pag24.htm> - 30.10.2001.

VIOLÊNCIA CONJUGAL: O PACTO DE SILÊNCIO

Uma reflexão sociológica sobre o impacto da legislação penal portuguesa no crime de violência conjugal

VERA MÓNICA DUARTE *

RESUMO

O artigo apresenta algumas notas de reflexão para a leitura da violência conjugal, privada ou interpessoal, enfatizando uma abordagem à mulher vítima, na tentativa de compreender e explicar a permanência da violência conjugal, na sociedade hodierna, quando assistimos a mudanças profundas, ao nível da estrutura, dos valores e das mentalidades, que se acompanham de ideais de igualdade, de liberdade e emancipação; quando a própria violência conjugal deixa de ser um problema pessoal e de foro privado, para passar a constituir-se em problema social; e quando já não existem, na lei, imunidades relativas à agressão entre cônjuges.

1. Contextualização teórica e metodológica: contributo para a (des)construção do problema da violência conjugal

Olhar para o conjunto dos problemas induzidos pelo tema exige que se trace, num primeiro momento, uma orientação metodológica e que se delimite, conceptualmente, o que se pretende trabalhar, pois compreender o fenómeno implica procurar a sua coerência interna analisando-o quanto à sua natureza, procurando as suas causas e objectivando as consequências, problematizando o papel do sistema de justiça criminal, o plano legal e os níveis de intervenção.

* Departamento de Sociologia, ICS, Universidade do Minho.

Deparamo-nos, desde logo, com uma grande dificuldade de definição – serão os conceitos de «violência doméstica», «violência familiar», «violência parental», «maus tratos», «violência conjugal», «violência contra as mulheres», «mulheres espancadas» diferentes terminologias para uma mesma realidade? A falta de unanimidade argumentativa obriga a restringir, ao máximo, o campo conceptual e, consciente da tenuidade das fronteiras terminológicas, optei por me debruçar sobre a «violência conjugal», enquanto vertente da «violência familiar», inserida na «violência doméstica» e, enquanto construção social, extremamente próxima do conceito de «violência contra as mulheres». Afinal, e segundo as estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), do Ministério da Justiça, do Projecto Inovar e da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), assistimos a uma prevalência da violência masculina (normalmente perpetrada pelo cônjuge ou pelo companheiro que apresenta, na maior parte das vezes, dependência de álcool, drogas ou vício de jogo) e uma elevada vitimização das mulheres (maioritariamente casadas com idades compreendidas entre os 26 e 55 anos), concretizada, maioritariamente, em crimes contra a integridade física. Vítima e agressor, normalmente, pertencem a estratos sociais baixos, sendo o lar a zona privilegiada de vitimização. Apesar destes serem os dados estatísticos que caracterizam, de uma forma geral, a violência conjugal em Portugal, não podemos partir para uma análise mais aprofundada, se não tivermos consciência de que a violência conjugal é um fenómeno complexo e multidimensional que não conhece classes, idades, fronteiras geográficas e culturais, mas que parece conhecer, à primeira vista, o género, usado como categoria relacional que expressa grande parte das histórias de violência conjugal sobre as mulheres. O género denomina-se, segundo Scott (1998) e Amâncio (1993), como o campo no qual o poder se articula e em que os conceitos de género se estabelecem através de um conjunto objectivo de referências que são as diferenças biológicas, a divisão sexual do trabalho, a procriação e a reprodução. São estas referências que irão estruturar a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social, instituindo as distribuições de poder e um acesso diferenciado a fontes materiais e simbólicas, estando a construção do género envolvida, directamente, com as construções de poder (Freire, 1979). Segundo a perspectiva feminista (*in* Matos, 2002: 96) a conceptualização da violência é vista como uma desordem que emerge das desigualdades de género, sendo estas construídas socialmente e que, segundo Bourdieu, constituem «depositórios de princípios de visão e de divisão sexuanes» (1999: 9)

De que falamos, então, quando nos referimos à violência conjugal? A teorização geral permite aferir a violência conjugal como um abuso perpetrado por um dos membros do casal sobre o outro que ocorre de forma cíclica na esfera da conjugalidade. Comportamento que dependerá da inten-

ção ou do significado social, do seu grau de severidade e da sua frequência. Contudo, não é fácil qualificar este ou aquele acto de violência conjugal por três principais motivos. Primeiro, porque o conceito de violência ¹, pelos códigos secretos que encerra, só se desmistifica se for definido em função dos valores culturais, da organização social, do direito e do senso comum de cada época, logo, nenhuma medida de agressão interpessoal pode evitar a presença da subjectividade, e será a intencionalidade do acto, avaliado em função da legitimação que se lhe atribui, que definirá, na aplicação prática, o seu significado social (Silva, 1991: 387, Pais, 1998: 70-71). Segundo, porque o carácter privado que norteia a instituição familiar obscurece este crime. Refúgio da intimidade e da privacidade, a família é um espaço particular de agressividade e violência. Por fim, segundo Gelles (*in* Matos, 2002: 85), a violência sobre o parceiro inclui duas dinâmicas específicas, por um lado, pode estar relacionada com o uso intencional da força contra outrem, coagindo a acção e causando danos físicos, por outro, relacionada com um número ilimitado de agressões não físicas, mas igualmente violentas. *Mau trato físico e/ou psicológico, isolamento social, intimidação, ameaça, violência sexual, recurso ao privilégio masculino ou controlo económico* ² não deixam de ser, segundo Scott (1992), a expressão máxima, física e simbólica, de uma relação de poder, ou seja, de controlo coercitivo de poder e domínio num relacionamento íntimo que vem romper com a ordem instituída pela legislação. Assim, e na perspectiva de Stark e Flitcraft (1996), a progressiva intimidade na natureza da violência, a sua ligação ao controlo coercivo da dominação-submissão, as relações sociais que diferenciam os lugares, as identidades sociais de género e uma certa confusão sobre a responsabilidade, formam a experiência da violência familiar entre cônjuges.

Destarte, quando é que a violência conjugal é crime? Segundo Pais (1998: 32) cabe à ciência criminal designar os actos repreensíveis e objecto de penalização – crime, levando em consideração que, tanto a violência como o crime, devem ser entendidos no quadro das referências em que são produzidos. «O crime é uma realidade constituída pelo sistema penal, mas deve ser estudada como reacção social total (...), ou seja, (...) o crime põe

¹ Etimologicamente, a palavra violência deriva do latim *vis*, que significa força e, normalmente, é utilizado para se referir ao «uso da força destinado a exercer coacção (...) física ou moral, de carácter individual ou colectivo, exercida pelo homem sobre o homem, na medida em que é sofrida como um ataque ao exercício de um direito reconhecido como fundamental ou a uma concepção do desenvolvimento humano possível num dado momento». Um acto com violência pode «matar, ferir ou simplesmente ameaçar, e assentar em níveis diversos como a fé, a liberdade ou a integridade física» (cit. *in* Fisher 1992: 18).

² Tipologia de maus tratos preconizada por Walker (1994, cit. *in* Matos, 2002: 85). Ver também Antunes, 2002: 59-60.

em movimento a totalidade da sociedade e das suas instituições, sendo um fenómeno multifacetado³, ao mesmo tempo jurídico, económico, político, morfológico, doméstico...» (*ibid.*: 47).

Em Portugal, a violência conjugal é crime. Os maus tratos a cônjuge é crime, previsto no art. 152.º do Código Penal Português, punível com pena de prisão de 1 a 5 anos. A violência conjugal, enquanto crime de género, deixa de ser um objecto de direito privado para passar a matéria de crime público, e o facto de ocorrer, em regra, no interior do domicílio, não pode negar a sua natureza pública. Este olhar direccionado sobre a prática legislativa que regulamenta a violência conjugal em Portugal não pode ser desligado dos processos de emancipação e de redefinição do papel da mulher em todos os sectores da vida social, da democratização da sociedade e de uma consciencialização dos direitos individuais, dos movimentos feministas e dos debates públicos sobre os direitos das mulheres, das plataformas de acção e das comemorações internacionais preconizadas pelas instâncias políticas internacionais (Ano Internacional da Mulher, Ano Internacional da família, campanhas europeias de sensibilização da opinião pública para a violência contra as mulheres), dos Planos Nacionais contra a Violência Doméstica, que surgem no contexto de políticas europeias, e dos movimentos da sociedade civil, do trabalho dos profissionais, dos investigadores, entre outros.

Considerar a violência que acontece nas relações interpessoais intrafamiliares vem introduzir rupturas profundas nas concepções fundamentais do crime e na construção de explicações⁴ sobre a violência conjugal. O cri-

³ Segundo a autora, o paradigma das inter-relações sociais fazem a articulação de dois campos de análise: o campo penal que cria e aplica as leis e o campo fenomenológico-social onde surgem os conflitos, os problemas e as transgressões.

⁴ Os discursos, socialmente construídos, são fulcrais nas explicações da violência conjugal, auxiliando a uma melhor e mais eficaz leitura do fenómeno. Estes discursos são inúmeros, contudo, têm sido sistematizados em três abordagens teóricas fundamentais: (1) As **teorias centradas no indivíduo** explicam a violência conjugal pela existência de problemas psicológicos como desordens na personalidade, baixa auto-estima, dificuldades na empatia, comunicação e auto-controlo. Refira-se, aliás, que as primeiras teorias sobre a violência conjugal assentavam em opiniões generalizadas de que o ofensor era um doente perturbado, sendo, mais tarde, esta patologia alargada à vítima da agressão, com a ideia da «mulher masoquista». O discurso patológico sobre a violência esquece, contudo, muitos aspectos importantes da vida e isto porque não é apenas no contexto das significações internas que se joga a agressividade e a violência, mas também no das representações sociais sendo o género, a idade, a classe social, a profissão, as trajectórias pessoais e sociais variáveis com um papel determinante na passagem ao acto. (2) **Perspectivas diádicas-familiares** atribuem os comportamentos violentos mais à estrutura familiar e suas interacções do que ao indivíduo, pois será na família que os indivíduos irão aprender (noção de aprendizagem social) não só estratégias maltratantes como valores morais que viabilizam esses comportamentos violentos. Esta perspectiva conduz-nos à

minoso = estranho e a casa = espaço seguro deixam de figurar no discurso de senso comum, principalmente, a partir dos anos 70⁵ pela mão dos movimentos feministas que se focalizam na discussão sobre violência contra as mulheres e pelo impacto da perspectiva interaccionista que rompe com a etiologia e com as disposições tradicionais na explicação dos comportamentos criminosos e do próprio fenómeno de vitimização⁶. Estas novas visões vêm clarificar a multidimensionalidade deste fenómeno criminal através de uma reflexão académica mais sistemática que contribui para a transformação das estruturas e das práticas favoráveis à vitimização. Mostram, igualmente, que a realidade da vulnerabilidade não é, somente, produto dos comportamentos, mas também de posições estruturais objectivas que legiti-

ideia de intergeracionalidade da violência que postula que a experiência de vitimização na infância favorece a sua perpetuação. Uma das fragilidades das explicações até agora discutidas reside no facto de ignorarem que os processos ocorrem numa estrutura social em que existem profundas desigualdades de poder entre sexos. Aqui surge a terceira abordagem. (3) **Teorias sociais e culturais** que explicam a violência conjugal pelas estruturas sociais e pelos valores culturais que legitimam o controlo e a dominação masculina, fruto do seu tratamento histórico e da actual sociedade patriarcal. Aliás, como nos mostram Dobash e Dobash (*in* Matos 2002:86) é importante «reconhecer o legado clássico do estatuto das mulheres enquanto vítimas apropriadas de violência na família» para melhor compreender a situação de violência conjugal, pois quaisquer que tenham sido as tarefas atribuídas às mulheres numa determinada sociedade, estas foram realizadas sob relação de dominação social, estabelecidas pelos homens sobre as mulheres, sendo estas tarefas desvalorizadas e desprestigiadas. Esta leitura é frequentemente conotada com a corrente feminista que tece fortes críticas à família tradicional que já não é estritamente patriarcal, mas que continua a ser transmissora de desigualdades sexuais que perpetuam os estereótipos de género, uma socialização diferencial entre homens e mulheres, bem como a distribuição de poder dentro da família. Para um melhor aprofundamento destas teorias cf. Andersen, 1997; Antunes, 2002; Buzawa, 1996; Dias, 1997; Matos, 2002; Portugal, 2000.

⁵ A violência contra as mulheres é um tema relativamente recente nas preocupações sociais do mundo ocidental, sendo considerado problema social somente a partir da década de 70. O conceito de maus tratos à mulher e, especificamente, o de «síndrome de mulher batida» foi, provavelmente, importado do conhecido «síndrome da criança batida», que surgiu nos anos 60, quando se tentava alertar o mundo para os maus tratos parentais às crianças.

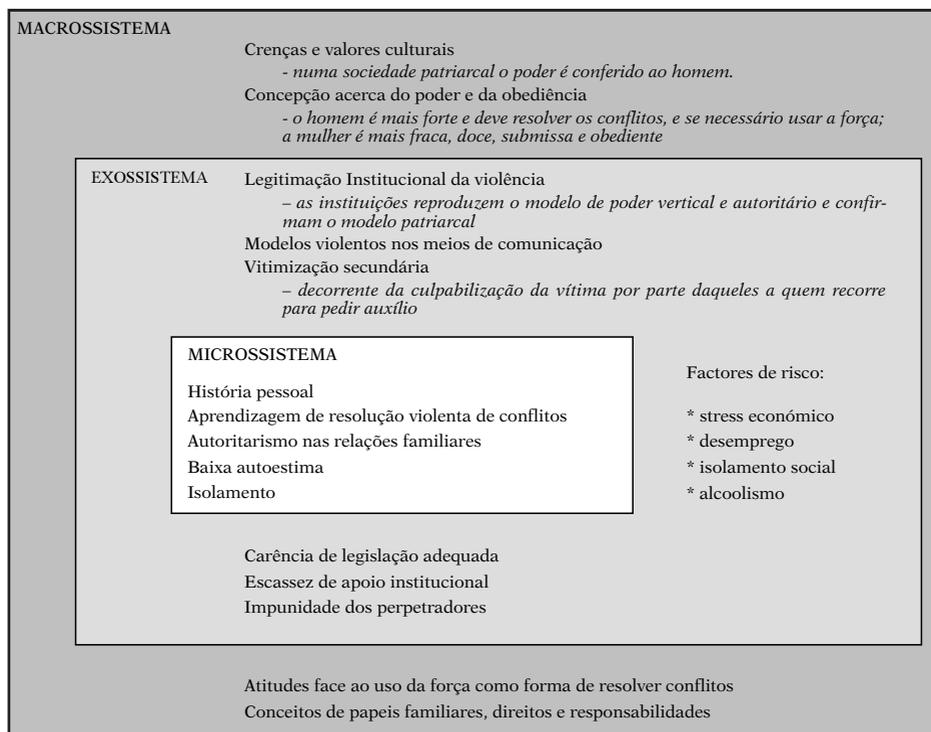
⁶ A uma criminologia voltada para uma explicação etiológica, centrada no estudo do fenómeno do crime que tradicionalmente se reportava ao delinvente (*bad actor*) e ao acto criminoso, propriamente dito, sucedeu uma nova criminologia preocupada em saber, não só porque é que os delinquentes praticam crimes, mas quais os critérios que presidem à selecção da delinquência (i.e. como é que a sociedade reage ao crime), deslocando o seu estudo para o sistema de controlo e para as instâncias formais e informais de reacção social ao crime (*powerful reactors*), estudando o conjunto das relações sociais que concorrem para o desvio, recorrendo a dois sistemas de acção: o olhar da sociedade que define a categoria de desvio e o olhar dos estigmatizados que integram a etiqueta imposta pela sociedade (Xiberras, 1993: 115). Nesta perspectiva o desvio deixa de «ser visto como um fenómeno que emerge da estrutura da sociedade, para passar a ser concebido como o resultado de um processo de definição social» (Ferreira, 1995: 431).

mam a reprodução das relações de dominação-submissão, sem descurar, contudo, a importância dos discursos criminológicos e dos órgãos judiciais que «ao aceitarem explicações e práticas que culpabilizam a vítima, se podem constituir como aliados das estratégias de racionalização utilizadas pelo ofensor» (Machado, 2002: 27).

Neste sentido, e após esta breve incursão teórico-metodológica às questões relacionadas com a violência conjugal propõe-se, como esquema de leitura, um modelo ecológico (quadro 1), adaptado de Corsi (1995: 53 cit. Alarcão, 2000: 313), que mostra que a realidade que se desenvolve no microsistema das histórias pessoais de violência conjugal é duplamente influenciada. Por um lado, pelo macrosistema das crenças, dos valores culturais e das concepções de poder que espelham a sociedade e, por outro, pelo exossistema que contempla factores de risco que podem ampliar o comportamento violento ainda que, *de per si*, não tenham força suficiente para o desencadear.

QUADRO 1

Legitimação institucional da violência



FONTE: Corsi, 1995: 53, cit. Alarcão, 2000: 313.

Assim, paralelamente a uma maior visibilidade social do fenómeno e a um esforço para uma maior consciencialização do problema, a realidade da violência entre cônjuges, no interior da família, continua a ser um dos segredos mais bem guardados da instituição-matrimónio. Mas ela está lá e os seus números imitam a lógica do *iceberg*: o cume visível escondendo, habitualmente, um tamanho desmesurado. Movimentos contraditórios que escapam ao discernimento científico e que encontram a sua explicação na ‘química dos afectos’, equacionada enquanto experiência única e individual.

2. (In)visibilidade da violência conjugal: do problema às respostas

Temos vindo a assistir, nos últimos trinta anos, a transformações muito profundas no seio da família. Damo-nos conta dos movimentos de desinstitucionalização e privatização que deram origem a novas práticas e concepções sobre a vida familiar, principalmente, ao aumentar as margens da autonomia e de liberdade individual, no plano da vida privada, e ao promover uma nova relação com o corpo e com a sexualidade. Assistiu-se, provavelmente, à mais radical das transformações: a do estatuto social da mulher, que se emancipa através da conquista do voto, do direito ao trabalho e do direito à instrução (Matos, 2002; Leandro, 1995; Costa, 2000; Pais, 1998; Portugal, 2000; Silva, 1991). Estas mudanças de estrutura e de valores transferem para a vida privada a ideia de igualdade de oportunidades que se materializa em profundas reformas jurídicas no que diz respeito ao trabalho, à família, ao casamento e ao divórcio; e que levou à difusão, pelo menos ao nível teórico, de modelos simétricos e de aproximação dos papéis do homem e da mulher reflectidos na indiferenciação de tarefas e nas relações de poder no interior da família.

Apesar de reflectirmos sobre a autonomização e a emancipação femininas, a submissão da mulher não acaba com o reconhecimento social do direito à igualdade. Mudanças tão significativas provocam tensões e novos problemas, principalmente, quando a transformação do problema pessoal da violência conjugal em problema social é coibido pelo facto de a violência conjugal ocupar um «lugar secreto» (Ariés, 1983, cit. Pais, 1998: 70) numa estrutura social onde se assiste ao choque profundo entre a necessidade de novas definições nas relações de poder intrafamiliares, como a alteração dos papéis conjugais tradicionais onde a hegemonia masculina pode ser posta em causa; e uma sociedade marcada ainda pela autoridade marital e pela tentativa de manutenção de uma ordem social reflectida na dominação de tipo patriarcal. Uma organização social perpetuada e baseada na hierarquia tradicional dos poderes na família, onde predominam profundas desigualdades entre sexos, e por imperativos de ordem sócio cultural legiti-

mados por instituições como a Religião e o Direito. Na realidade, a ordem social parece funcionar como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina e isto porque a visão sexista da realidade atravessa tanto a socialização do homem como a da mulher (Antunes, 2002; Bourdieu, 1999; Torres, 2001)

A violência esteve, desde sempre, presente no domínio conjugal/familiar, contudo, à medida que a família se transformava, também a violência conjugal, na família, e as atitudes perante esta assumiram novas configurações. Enquanto nas sociedades tradicionais a violência exercida entre cônjuges, no seio doméstico, era atribuída a uma função de «socialização e de integração» (Pais, 1998:34) que funcionaria como regulador social e como forma de o homem mostrar o seu poder dentro do lar obtendo, desta forma, a submissão da mulher – situação explicada, em parte, pelo facto do casamento ser visto como um contrato entre famílias; nas sociedades modernas, a família surge como lugar de refúgio, de investimento emocional e de expressão dos afectos, principalmente devido a uma nova ética, ou segundo Luhman (1986: 146, cit. Torres, 2001: 116) uma nova semântica da conjugalidade: o casamento por amor. Assistimos a uma «individualização da existência e privatização da felicidade» (Pais, 1998: 73) que vem criar tensões sobretudo onde a violência pode tomar lugar: nas relações interpessoais que ainda não conheceram o lugar da indiferença, num espaço privilegiado como o lar (Portugal, 2000: 230; Pais, 1998: 63). Será esta domesticidade da família moderna e a privatização do espaço conjugal que contribuíram, decididamente, para a invisibilidade da violência conjugal.

Ao mesmo tempo que se vem assistindo à condenação social e legal de práticas anteriormente inquestionáveis, o «uso da força continua a ser uma resposta normativa e eficaz, socialmente aceite, de comunicação e interacção entre os diferentes elementos que constituem a família moderna» (Costa, 2000:14), uso esse que não deixa de se assumir como expressão e reflexo de uma estrutura social assente em premissas sócio-culturais e religiosas⁷ que são utilizadas «ingenuamente» para perpetuarem uma tradição

⁷ Expressões como «entre marido e mulher ninguém meta a colher»; «uma bofetada não magoa ninguém»; «o marido tem direito de bater na mulher quando ela se portar mal»; «o marido tem o direito ao corpo da mulher. Ela tem o dever de receber o marido sempre que ele quiser»; «Têm que aguentar para não acabar com o casamento. É o destino da mulher» são o reflexo de imperativos culturais/tradicionais enraizados na sociedade e que tiveram, como principal promotor, discursos religiosos (moral judaico-cristã) de carácter normativo e punitivo, que veicularam e veiculam a ideia da dependência e obediência da mulher em relação ao marido, a perpetuação do casamento e a sexualidade como pecado (o Livro do Génesis, com a parábola de Adão e Eva, perpetua a dependência e inferioridade da mulher pelo facto de esta ter 'sido criada' do homem; Ef 5, 22-24 mostra que as mulheres devem submeter-se seus mari-

cultural de desigualdades entre sexos e assegurarem, no medo, os actos violentos ao naturalizá-los (Torres, 2001).

Esta legitimação social e cultural da violência conjugal é acompanhada por uma legitimação ao nível legal. Durante anos, todos nós, amigos, vizinhos, polícia, tribunais, governos, fechamos os olhos perante o problema. A própria lei portuguesa, durante muito tempo, não ousava regulamentar a esfera privada da família e as raras vezes que interferiu fê-lo adoptando atitudes diferenciadas no tratamento entre sexos, promovendo a desigualdade que se ia transformando, paulatinamente, em graves injustiças. Por exemplo, até 1852, a lei portuguesa autorizava o marido a bater na mulher; o Código Penal de 1886 considerava o adultério da mulher uma atenuante se o marido cometesse homicídio. A mulher sempre foi desprotegida da lei ao mesmo tempo que era concedida ao homem uma impunidade perante a mesma. Somente em 1976, decorrente das sucessivas modificações legislativas após o 25 de Abril, com a entrada da nova Constituição, se estabelece a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios. Em 1978 desaparece a figura do chefe de família e, somente, no Código Penal de 1982, de acordo com o artigo 153.º, os maus tratos a cônjuge passam a ser crime. Mais tarde, no Código Penal de 1995 (Decreto-Lei n.º 48/95 de 15 de Março), verificou-se um agravamento das penas aplicáveis e, da protecção das vítimas, passou-se à defesa dos seus direitos na esfera jurídica, criminalizando as condutas que os violam. O crime passa a estar designado no artigo 152.º que pune quem exerça maus tratos físicos e psíquicos sobre o cônjuge, com uma pena de prisão que pode oscilar entre os 1 e os 5 anos (*in* Gonçalves, 1999). Com a Lei 7/2000, de 27 de Maio, o crime de maus tratos passa a ter natureza pública podendo um terceiro fazer a denúncia (cf. Matos, 2002; Beleza, 1998; Portugal, 2000).

Actualmente, na maioria dos países ocidentais, já não existe, na lei, imunidades relativas à agressão dos cônjuges. Portugal, sem excepção, tem uma lei bastante abrangente⁸ no que respeita à violência conjugal, procu-

dos; 1 Cor 7, 4 reflecte a postura da mulher no casamento uma vez que esta não dispõe do seu corpo mas é o marido que dispõe). Cf. Buzawa, 1996; CIDM, 2001; Costa, 2000; Portugal, 2000; site da APAV.

⁸ O Código Penal português pune quem exerça maus tratos físicos e psíquicos sobre o cônjuge, com uma pena de prisão que pode oscilar entre 1 e 5 anos – art. 152.º Código Penal, uma pena que pode ser agravada e atingir os 10 anos se a vítima ficar gravemente prejudicada tanto física como psicologicamente. O procedimento criminal dependerá da queixa – art. 200.º, 281.º, e 282.º do Código de Processo Penal; Lei n.º 65/98 de 2 de Setembro; as ofensas corporais a outra pessoa são consideradas crime punível até 3 anos ou pena de multa – art. 143.º a 148.º do Código Penal, sendo consideradas graves as agressões que provocarem a perda de um órgão ou de um membro, afectarem a capacidade de trabalho, capacidades intelectuais e de procriação, uma anomalia grave, uma doença permanente, entre outras; crime punido com pena de

rando responder às exigências do consenso internacional⁹, pelas recomendações da ONU, da UE e do Conselho da Europa.

Apesar da violência conjugal se ter constituído em problema social, não se vê, contudo, uma tradução concreta do ponto de vista do tratamento jurídico e judiciário, havendo, ainda, tensões entre a judicialização-desjudicialização e a criminalização–descriminalização do fenómeno que acaba por ser, segundo Antunes (2002) e Dias (1997), a admissão da dificuldade em conceber e elaborar uma resposta que rompa com a forma tradicional no tratamento da violência conjugal, no espaço doméstico. Segundo Jesuino, a permanência da violência conjugal nas sociedades hodiernas não se coloca tanto «ao nível da falta de legalidade, mas na dificuldade de a legitimar» (1982, cit. Pais 1998: 83)

A recusa em passar as fronteiras da privacidade familiar tem sido um grande obstáculo à intervenção sobre o problema da violência conjugal. Assistimos a uma tensão entre duas tendências contraditórias: de um lado, a linha descriminalizadora assente no paradigma liberal de intervenção mínima e de preservação da liberdade de decisão e da intimidade privada; e, por outro, face às transformações culturais, o salientado peso das reivindicações e dos movimentos feministas que impuseram a tendência generali-

prisão que pode ir de 2 a 10 anos; as agressões sexuais, por parte do cônjuge, são muitas vezes aceites pelas mulheres como se a liberdade sexual não fosse um direito seu. A coacção sexual, prevista no art. 163.º Código Penal, é punida com penas de prisão de 1 a 8 anos e a violação – art. 164.º Código Penal, é punida com pena de 3 a 10 anos. A violência conjugal e as estratégias de domínio usadas pelo ofensor sobre a vítima implicam actos de natureza criminosa dos quais poderá vir a ser responsabilizado perante a lei. Outra legislação surge como: Lei n.º 61/91 de 13 de Agosto (reforço de mecanismos de protecção legal devida às mulheres vítimas de crimes de violência); Lei n.º 107/99 de 3 de Agosto e Decreto-Lei n.º 323/2000 de 19 de Dezembro (estabelecem o quadro geral da rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência); lei n.º 129/99 de 20 de Agosto (prevê que as vítimas de maus tratos possam ser indemnizadas) Lei n.º 93/99, de 14 de Junho (medida de protecção de testemunhas que a lei designa de «especialmente vulneráveis») Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de Junho que aprovou o Plano Nacional de Luta contra a Violência Doméstica com três objectivos: sensibilizar e prevenir; intervir para proteger a vítima, investigar e estudar.

⁹ Segundo a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (2001: 111) e Portugal (2000) as principais iniciativas e instrumentos internacionais a considerar são: do Conselho da Europa destacam-se a Recomendação R(85)4, de 26 de Março de 1985 sobre a violência na família e a Recomendação R(90)2, de 15 de janeiro de 1990, sobre Medidas Sociais relativas à Violência Doméstica; a Cimeira de Ministros, em Outubro de 1993, onde foi aprovado pelos 31 estados membros, incluindo Portugal, a Declaração sobre políticas de combate à violência contra as mulheres, resolução sobre violação e crimes sexuais contra as mulheres, Declaração sobre a 4.º Conferência sobre as Mulheres (Beijin, 1995); das Nações Unidas foi aprovada, em 1 de Dezembro de 1993, a Declaração para a Eliminação da Violência contra as Mulheres; da União Europeia destaca-se a Campanha Europeia de Tolerância Zero à violência contra as mulheres, no ano de 1999.

zada no sentido da denúncia da não punibilidade dos crimes sexuais e a penalização ou «jurisdicização» desses actos, tradicionalmente «tolerados» ou escondidos, resíduos de um sistema penal de cunho patriarcal cujo regime jurídico é estabelecido em benefício dos homens e em que as mulheres foram as principais vítimas (Beleza, 1998; Dias, 1997; Antunes, 2002: 60). Para as feministas (*in* Matos, 2002: 96), os maus tratos à mulher continuam ignorados pelo sistema de justiça criminal e social. O «mito» feito lei que autorizava o homem a bater na mulher ainda hoje persiste e influencia a intervenção da justiça – veja-se o caso dos crimes passionais, reveladores de uma certa tolerância jurídica (Silva, 1991: 386). A violência constitui, neste sentido, uma forma de preservação do *status quo* que exerce a função de controlo e surge como manifestação do exercício simbólico do poder (Dobash e Dobash, 1992, cit. Pais, 1998: 77; Bourdieu, 1999).

As alterações registadas nas consecutivas reformas legislativas, principalmente na Parte Especial do Código Penal de 1995 (cf. Beleza, 1998), não deixam, aliás, de exprimir as profundas alterações operadas ao nível das concepções e das práticas revolucionárias que levaram a considerar a protecção da liberdade e da igualdade como único valor digno e carecido de tutela jurídico-criminal. O que está em causa é a elevação de valores morais, religiosos e de costume à categoria de bens jurídico-penais, reconvertendo as suas violações em autênticos crimes. O que vem explicar que este domínio seja um dos mais sensíveis às exigências das criminalizações.

Apesar das grandes resistências encontradas quando se pretende transpor a fronteira do mundo privado e apesar de se ter verificado a conversão do problema pessoal da violência conjugal em problema social, esta tendência para a criminalização da violência conjugal é um passo crucial, não só, para dar uma maior visibilidade ao fenómeno, cuja extensão permanece ainda desconhecida (uma vez que é uma área onde reconhecidamente as cifras negras predominam), mas também para mostrar que a domesticidade pode ceder perante os direitos dos indivíduos. Tender para a criminalização é potenciar o alargamento do espaço coberto pelo sistema formal de controlo social. Um sistema que, apesar de apontar para mudanças significativas¹⁰ ainda assume uma valorização do bem jurídico propriedade que se sobrepõe, muitas vezes, ao bem jurídico pessoa. É inconcebível que o perpe-

¹⁰ E.g. a formação específica das forças e serviços de segurança; a implementação de um policiamento e de uma justiça cada vez mais orientada para a proximidade e para a comunidade; a tendência para a desjudicialização das questões familiares que leva em linha de conta a reconhecida fraca coercibilidade das decisões judiciais, que faz apelo à participação responsável e à intervenção interessada dos cidadãos (Antunes, 2002: 73, Buzawa, 1996) e a potenciação do papel mais activo e interventivo da vítima no sistema de justiça criminal.

trador de ofensas corporais graves seja punido com penas inferiores às penas de alguns crimes patrimoniais.

Destarte, e segundo Portugal (2000), a criminalização será um passo importante no processo de responsabilização pública pelas injustiças cometidas no espaço privado, contudo, não vale a pena punir o criminoso se não se apoiam as vítimas. Qualquer «estratégia de intervenção requer que se compreenda o que se passa ao nível da vítima, do agressor, do ciclo de violência e da espiral da violência» (Antunes, 2002:56), sendo que o problema da intervenção na esfera da conjugalidade, no que respeita à violência conjugal, exige, desde logo, a compreensão das suas dinâmicas o que nos obriga a levar em consideração, segundo Alarcão (2000: 303), dois factores essenciais: o seu carácter cíclico e a sua intensidade crescente.¹¹

As alterações do modelo penal de enquadramento do crime de maus tratos a cônjuge têm vindo a mostrar que essa intervenção e responsabilização pública é alvo de alguma controvérsia. Considerar a violência conjugal crime público não veio fomentar, como esperado, o aumento das denúncias, por parte da sociedade civil, nem veio retirar à vítima a responsabilidade num processo criminal, que prima, acima de tudo, pela morosidade. Se se consegue combater o medo da formalização da queixa não se consegue combater o medo de testemunhar as agressões, nem minorar as pressões, tanto sociais como do cônjuge, para que o silêncio se imponha. Os estudos realizados mostram que estes, entre muitos outros motivos, como o desconhecimento dos seus direitos, a dependência económica, a existência de filhos menores, o medo de que os agressores se tornem mais violentos ou então as promessas de que não voltará a acontecer, levam as vítimas à não concretização da queixa e a conformarem-se com o seu destino. Decidir fazer uma participação legal (seja a vítima de maus tratos seja um terceiro) implica a certeza da existência de condições de protecção, de segurança e a de apoio à vítima e, quando a situação implica a prisão do abusador, a certeza de que este será sujeito a programas de intervenção específica, no sentido de evitar retaliações. O sistema judicial deve ter capacidade para intervir e dispor de medidas legais adequadas, no quadro da violência conjugal. Subsiste, contudo, a necessidade de se sentir uma condenação inicial

¹¹ O ciclo de violência, também chamado de Teoria das três fases da violência familiar, é constituído por três etapas: 1) emergência e acumulação da tensão onde se assiste a pequenos episódios de confronto e hostilidade entre cônjuges; 2) fase do incidente crítico da agressão em que o ofensor maltrata física e/ou psicologicamente a mulher vítima; 3) reconciliação ou fase da «lua-de-mel» em que o ofensor manifesta à vítima arrependimento e promete não voltar a ser violento. Com o tempo, a violência aumenta em frequência e em gravidade e o ciclo de violência tende a modificar-se. A primeira fase torna-se mais curta e intensa, a segunda torna-se mais frequente e mais grave, a terceira fase é cada vez menos duradoura e menos intensa (cf. Costa, 2000; Matos, 2002; Antunes, 2002; Alarcão, 2000).

por parte da sociedade, pois não é evidente que a «simples judicialização do problema impeça a reiteração da conduta ou a reincidência» (Antunes, 2002: 56). A judicialização deve de ser acompanhada de uma efectiva condenação social.

4. Notas para reflexão

Podemos tentar procurar as explicações da violência conjugal nos factores internos da família, nas características e histórias pessoais dos seus membros, nas relações de género ou nos factores de ordem estrutural e ideológica em que se enquadra a realidade familiar, mas tentar compreender a permanência da violência conjugal, nas sociedades hodiernas, obriga-nos a compreender que a violência entre cônjuges, no interior da família, é um dos segredos mais bem guardados da instituição matrimónio, que perpetua estereótipos de género, uma socialização diferencial entre homens e mulheres e questões de poder que, sem se pretender limitar a amplitude temática, se devem principalmente:

- a uma certa tolerância/consentimento social em torno deste tipo de crime. A pressão social tem encorajado muitas mulheres a permanecer junto dos seus maridos a qualquer preço, sobrepondo o valor da manutenção da família à dignidade e à salvaguarda dos direitos de cada um. Uma dinâmica perpetuada ao longo de gerações que alimentou uma tirania do silêncio e inibiu a consciencialização da sua natureza criminal (Matos, 2002: 87);
- um estranho desconhecimento da violência conjugal, enquanto realidade legislativa, sendo «normal» agir como se esta violência, em vez de acto criminoso e público, perpetrando uma violação dos direitos fundamentais à integridade física e psíquica, fosse apenas um problema de foro íntimo da família; explicado, em certa medida, pelo facto de as mudanças que se verificaram na lei não terem sido externalizadas/internalizadas ao nível do senso comum, registando-se uma discrepância entre a forma da lei (que concebe a igualdade de género) e a realidade concreta que muitas vítimas, maioritariamente mulheres, vivem. O peso da tradição e dos imperativos de ordem sócio-cultural, pese embora as alterações da lei, é perpetuado pelas mulheres que, ao não usarem os direitos que estão ao seu alcance, se resignam com situações de injustiça, o que faz encarar a violência conjugal como algo normal, tradicional e socialmente legitimado na relação entre os cônjuges;
- um vazio, não legislativo, mas de acção política. Ao nível jurídico mantém-se uma grande discrepância entre a aplicação da lei e as

situações que de facto ocorrem. A legislação que pune o agressor e que protege as vítimas apresenta três principais lacunas: a morosidade, a inadequação e uma fraca aplicabilidade, justificada, ou pela ausência de testemunhas da agressão, ou pela falta de provas, uma vez que é exigido o flagrante delito, ou até o medo, da vítima e de testemunhas, em fazer a participação. Os serviços incumbidos de apoiar as vítimas de violência conjugal não estão configurados para dar respostas proactivas de forma eficaz e, neste sentido, se o sistema de justiça criminal e o serviço social não têm capacidade de resposta adequada, o mais provável é que a vítima não tenha outra opção senão a de regressar à relação de violência.

Em suma, e como nos mostra Silva (1991), encontramos implícito no crime de violência conjugal um juízo de «ilegalidade legítima» que a sociedade aceita e o Estado não afronta porque, se a lei se baseia no costume e só lentamente segue a evolução que se passa fora do lar, o papel social tradicional é ainda mais preponderante do que o direito à individualização preconizado pelas sociedades hodiernas. A justiça, para ser efectiva, precisa de intervir mais no domínio das práticas e representações dos diferentes actores envolvidos (criminoso, vítimas, legisladores, aplicadores da lei, investigadores), principalmente, porque não podemos esperar que o nível da violência conjugal e a prevalência de crimes de violência diminua se não se intentar jurídica, judicial e politicamente contra ela, se não se «dessacralizarem» e desmistificarem mitos e heranças culturais perpetuadoras de relações de dominação-submissão e se compreenderem as subculturas de violência. Como nos mostra Bourdieu (1999), é completamente ilusório crer que a violência seja vencida apenas pelas armas de uma consciência libertadora e da vontade e isto não só porque os efeitos e condições da sua eficácia estão duradouramente inscritos no mais íntimo dos corpos sob a forma da disposição da submissão, mas também porque a violência conjugal ainda é socialmente aceite, principalmente por se considerar pertencer ao mundo privado da família. Tornar público o crime de violência conjugal não significa o fim deste pacto de silêncio, nem para as vítimas que já não o vivenciam em concreto, nem para as que continuam enredadas no ciclo de violência conjugal, e muito menos parece intimidar os perpetradores que têm aliados poderosos: a «mentalidade machista», a subserviência da mulher, a vergonha, o medo e uma legislação permissiva, reflexos de uma sociedade onde os estereótipos sexuais, as condições de vida e os espaços de poder impõem normas que interferem na capacidade de autonomia. Um conjunto de obstáculos profundos à concretização dos objectivos de igualdade, de liberdade e de dignidade.

E por isso, o pacto de silêncio continua...

Bibliografia

- ALARCÃO, Madalena (2000), *(des)Equilíbrios familiares*, Coimbra: Quarteto Editora
- AMÂNCIO, Lúcia (1993), «Género – Representações e Identidades», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, pp. 127-140.
- ANDERSEN, Margaret (1997), *Thinking about women: sociological perspectives on sex and gender*, EUA: Allyn and Bacon.
- ANTUNES, Manuel Ferreira (2002), «Violência e vítimas em contexto doméstico» in RUI GONÇALVES, Abrunhosa; MACHADO, Carla (coord.), *Violência e vítimas de crimes*, vol. 1: *Adultos*, Coimbra: Quarteto, pp. 43-77.
- BELEZA, Maria Pizarro (1990), *Mulheres, direito, crime ou a perplexidade de Cassandra*, Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa.
- BELEZA, Teresa Pizarro (1998), «A revisão da Parte Especial na reforma do Código Penal: legitimação, reequilíbrio, privatização/ individualismo», in PALMA, Maria Fernanda, BELEZA, Teresa Pizarro (org.), *Jornadas sobre a revisão do Código Penal*, Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A dominação masculina*, Oeiras: Celta Editora.
- BUZAWA, Eve; BUZAWA, Carl (1996), *Domestic Violence, the criminal justice response*, California: Sage Publications.
- CIDM (COMISSÃO PARA A IGUALDADE E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES) (2001), *Portugal situação das mulheres 2001*, Lisboa: CIDM.
- COSTA, Maria Emília; DUARTE, Cidália (2000), *Violência familiar*, Porto: Ambar.
- DIAS, J. Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa (1997), *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*, Coimbra: Coimbra Editora.
- FERNANDES, António Teixeira (1994), «Os direitos do homem nas sociedades democráticas», *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras, I Série, vol. IV, Porto: Universidade do Porto.
- FERREIRA, Carvalho *et al.* (1995), «Desvio e controlo social», in *Sociologia*, Amadora: McGraw-Hill.
- FISHER, Nicolas (1994), *A dinâmica social, violência, poder, mudança*, Lisboa: Planeta Editora/ISPA.
- GONÇALVES, M. Maia (1999), *Código Penal Português anotado e comentado e legislação complementar*, 13.ª edição, Coimbra: Almedina.
- LEANDRO, Maria Engácia (1995), «A dinâmica dos modelos familiares», *Cadernos do Noroeste*, vol. 8 (2), pp. 69-97.
- MACHADO, Carla; ABRUNHOSA, Rui Gonçalves (2002), «Vitimologia e criminologia», in GONÇALVES, Rui Abrunhosa; MACHADO, Carla (coord), *Violência e vítimas de crimes*, vol 1: *Adultos*, Coimbra: Quarteto, pp. 17-41.
- MATOS, Marlene (2002), «Violência conjugal», in GONÇALVES, Rui Abrunhosa; MACHADO, Carla (coord), *Violência e vítimas de crimes*, vol 1: *Adultos*, Coimbra: Quarteto, pp. 81-130.
- PAIS, Elza (1998), *Homicídio conjugal em Portugal*, Lisboa: Hugin.
- Portugal, Sílvia (2000), «Globalização e violência doméstica» in *Revista Critica de Ciências Sociais*, 57/58, pp. 231-258.
- SCOTT, Paul (1998), *The tower of silence*, Chicago: University of Chicago Press.

- SILVA, Luísa Ferreira (1991), «O direito de bater na mulher» violência interconjugal na sociedade portuguesa», *Análise Social*, vol. XXVI (111), 2.º, pp. 385-397.
- STARK, Evan; FLITCRAFT, Anne (1996), *Women at risk: Domestic violence and women's health*, Londres: Sage Publications.
- TORRES, Anália (2001), *Sociologia do casamento: a família e a questão feminina*, Oeiras: Celta Editora.
- XIBERRAS, Martin (1993), *As teorias da exclusão, para a construção do imaginário do desvio*, Lisboa: Instituto Piaget.

Recursos electrónicos:

www.cidm.pt
www.inovar.online.pt
www.apav.pt
www.mj.gov.pt

PODER LOCAL EM PORTUGAL: HERANÇAS PESADAS E DESAFIOS EMERGENTES¹

DANIEL FRANCISCO *

RESUMO

O Poder Local assumiu, após 1974, um papel central nas tarefas do desenvolvimento e da vivência democrática em Portugal. Todavia, apesar de ter inspirado elevadas expectativas, a realidade autárquica não tem merecido investigação ampla, capaz de a avaliar à luz dos paradoxos que a caracterizam. Dessa fraqueza analítica têm resultado apreciações sobre o Poder Local que ora exaltam as virtudes, mais ou menos idealizadas, do seu funcionamento, ora resvalam para uma retórica de ressentimento e acusação face aos défices que frustram as ambições da sua moldura jurídica. Acima de tudo, o Poder Local em Portugal tem de começar a ser ponderado à luz das transformações por que passa actualmente o cenário das políticas públicas, sobretudo no contexto europeu, de forma a vislumbrar-se o seu modo de inserção nesse novo espaço de referência.

1. Introdução

Os estudos sobre o Poder Local em Portugal têm adoptado perspectivas que raramente escapam aos discursos que, de forma avulsa e mais ou menos convencional, é corrente ver na sociedade portuguesa a propósito do tema. A oscilação entre a apologia desmesurada das virtudes autárquicas e a recriminação pura e simples dos factores que corroem «por dentro» a possível manifestação dessas virtudes, é a tónica dominante das análises sobre a

* Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.

¹ Este texto é grandemente tributário de «O Poder Local entre centro e periferias», que o autor publicou, juntamente com Fernando Ruivo, na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, pelo que as referências a este artigo serão omitidas.

política local. Aí encontramos desde a exaltação do programa de desenvolvimento e aprofundamento democrático que se deve ao Poder Local, nomeadamente após o 25 de Abril, até ao dedo acusador que nele vê o centro predilecto da deriva clientelista, caciquista, corrupta e despesista que definirá o exercício do poder político em Portugal². De permeio fica abundante literatura a glosar as incontornáveis tensões entre as administrações local e central, quase sempre para denunciar o centralismo do Estado e nele ver o óbice à verdadeira materialização das capacidades e dinamismos socioeconómicos locais.

Além do viés político-ideológico que preside a muitas destas análises, o problema reside na excessiva atomização dos estudos existentes. Daí a sua inaptidão para veicular um debate contínuo, organizado e estruturante, não só sobre o Poder Local que queremos ter, mas, muito especialmente, sobre o Poder Local que temos.

2. As políticas públicas e o local, um enredo complexo

Apesar da legislação modernizante, o Poder Local em Portugal tem-se regido em certa medida por aquilo a que, na esteira de Legendre (1976 e segs.), se pode designar a «excepção concedida pelo Príncipe». Isto é, uma excepção à legalidade promovida pela própria autoridade do Estado, que encontra na sociedade portuguesa particular receptividade³.

A explicação para este facto começa logo na verificação de que a penetração do Estado no território e o esvaziamento dos vários poderes com ele concorrentes, disseminados pela sociedade, – ou seja, a instauração de uma linha clara de demarcação entre o «público» e o «privado» – constitui meta apenas parcialmente atingida. O que se vê é antes o complexo entrelaçamento de ambas as esferas, pública e privada, com assinaláveis consequências.

Especificando, dir-se-ia que o exercício actual do poder público em Portugal estará animado por dois ritmos distintos e conjugados. Um, socio-cêntrico, consiste numa actuação geral e abstracta, a servir o espaço igualitário da cidadania. Outro, egocêntrico, propõe-se elaborar respostas a partir

² Miguel Sousa Tavares chegou a asseverar que o Poder Local era a «história mais triste» dos anos da democracia em Portugal, enquanto Saldanha Sanches considera que «não há nada de mais corrupto em Portugal do que as autarquias, mas até que isso chegue à opinião pública vai levar tempo» (*Focus*, n.º 125, Março de 2002: 43). Entre outros, são figuras que se têm destacado neste tipo de denúncia.

³ Jorge Dias (1971:30), por exemplo, diz que uma das facetas do «carácter nacional» seria a tendência para «sobrepor a simpatia humana às prescrições gerais da lei».

dos particularismos ostentados por alguns cidadãos, não com base no pressuposto da igualdade de todos perante o poder⁴.

Por tudo isto, a abordagem clássica das políticas públicas, nomeadamente quando se refere ao «local», não tem grande correspondência na realidade portuguesa. Aliás, aquela sempre padeceu, em geral, de vários equívocos e omissões, para cuja superação têm contribuído sucessivos estudos nas áreas da sociologia da administração, das organizações ou da ciência política em geral, designadamente em países como a França, a Grã-Bretanha e a Itália. Entre outros, refira-se o equívoco de considerar as políticas públicas como totalmente delineadas num eixo colocado ao nível central (nacional), sendo depois distribuídas de forma racional, automática e homogénea pelos diferentes territórios da nação. De igual modo, a omissão resultante de se pensar que a concretização dessas políticas públicas se faria de forma perfeitamente vertical e hierárquica, obedecendo à lógica de uma cadeia de agentes racionais submissos ao interesse geral. Por aí se perdeu de vista a multiplicidade dos actores, contextos e lógicas efectivamente envolvidos em tal processo, tornados por demais evidentes, em especial nas décadas mais recentes.

Na verdade, as transformações que nos últimos anos percorreram as sociedades desenvolvidas suscitaram alterações importantes nos figurinos da acção pública, obrigando a modificações nos paradigmas utilizados para a descrever. Os modelos de análise que fizeram sucesso até aos anos setenta, como o marxismo, o funcionalismo, a teoria das elites, o corporativismo e o pluralismo, foram confrontados com mudanças tão amplas que se impuseram reformulações substanciais. As ambições teóricas foram, desde logo, moderadas. Aos modelos explicativos globais sobrepôs-se a procura de ferramentas analíticas mais flexíveis, capazes de se adaptar aos múltiplos contextos (institucionais, territoriais, organizacionais) em que os actores forjam as suas identidades, reformam os seus quadros mentais e tecem as suas estratégias, por aí configurando a própria ordem social.

Nos estudos sobre o Estado e a administração, as versões herdadas do modelo centro/periferia⁵, mas também o institucionalismo clássico, foram

⁴ Disto mesmo será reflexo, no que se refere ao Poder Local, a coexistência de diferentes mecanismos de financiamento: um, dotado de critérios objectivos de distribuição, universais e juridicamente estipulados, como o do Fundo de Equilíbrio Financeiro (o «bolo oficial»); outro, reproduzindo algumas formas similares às «participações» do regime anterior a 1974 (mais esvaziadas de critérios, portanto), designadas por muitos autarcas como «bolo paralelo» (Ruivo, 1995: 191 e ss.; Ruivo e Campos: 1995: 145 e ss.) e com grande base de accionamento pessoal.

⁵ Grémion (1976), Tarrow (1979), Chevallier (1978), Mény e Wright (1985), são alguns dos que demonstraram a necessidade de complexificar os tradicionais modelos centro/periferia, insistindo, por exemplo, nas dinâmicas próprias desta última.

postos em questão. Essencialmente por se ter verificado que o Estado, agência por excelência da acção do centro, não funcionava como um corpo unitário e monolítico, servido por uma autoridade hierárquica homogénea e aplicando a mesma racionalidade jurídica da base periférica ao topo central. Tomado nas suas diferentes dimensões – institucionais, sectoriais e territoriais –, o Estado revela-se menos unitário e mais fragmentado, menos pautado pela rigidez burocrática e mais adaptado a interesses múltiplos, menos autoritário e mais «negociado» (Streeck e Schmitter, 1985; Ruivo, 1995)⁶. Daí ser mais útil concebê-lo como um conjunto de instituições do que como um actor (Marks, 1997).

À medida que a ciência política ia relativizando o institucionalismo jurídico nos seus pressupostos, acumulavam-se as investigações reveladoras de uma administração pública composta por diferentes esferas e lógicas institucionais, permeável a uma sociedade com grupos cada vez melhor organizados nos níveis sectorial e territorial, em condições de se apresentarem perante o Estado como actores eficazes nas tarefas da regulação social e na definição das políticas públicas em geral⁷. As capacidades de acção colectiva, por exemplo, deixaram de estar unicamente centradas no sistema corporativo tradicional, dominado pelas grandes organizações sectoriais do fordismo, para incorporarem um leque mais variado de entidades e protagonistas, emergentes agora na mediação entre o público e o privado, o Estado e o indivíduo.

Tradicionalmente também, as formas de coordenação da vida social foram analisadas através do império exclusivo de duas instâncias opostas: os mercados e as hierarquias. No entanto, a insuficiência de tais instâncias perante a complexidade crescente da vida em sociedade obrigou a alargar o concurso das entidades reguladoras. Às figuras mencionadas deveria adicionar-se um novo campo de regulação, o campo reticular, constituído pela acção das redes sociais. A ideia de que as redes seriam a categoria mais geral das formas de regulação, abarcando tanto o funciona-

⁶ Como refere Poggi (1996: 32), «uma concepção unitária do Estado já não é verosímil, uma vez que, no fundo, as diferentes unidades do sistema político-administrativo não funcionam mais como partes subordinadas e servis a um todo. A coordenação das actividades é muitas vezes mínima; faz-se, quando muito, por um jogo de negociações entre os níveis superiores das diferentes unidades; na pior das hipóteses, através de uma rivalidade sem quartel para obtenção dos favores do nível mais elevado».

⁷ Tributária dos estudos de Grémion, Crozier e Thoenig, Friedberg, entre outros, a sociologia da administração assinalou no interior do sistema burocrático do Estado uma pluralidade de actores em interacção «estratégica», o mais das vezes informalmente, com interesses e recursos provenientes de vários quadrantes do espaço político-social, nem sempre compatíveis entre si. Os conceitos de «notável local», «regulação cruzada» ou «ordens locais» estão na origem de progressos analíticos consideráveis.

mento do mercado como as hierarquias político-administrativas, foi avançada (Thompson, 1991: 18). Além disso, a utilização das redes permitia superar a dicotomia cavada entre os modelos pluralistas e neo-corporativistas, propondo uma perspectiva analítica inovadora.

O conceito de rede foi então aplicado a vários domínios e serviu diferentes abordagens⁸. Pela ambição de «médio alcance» e pelas modalidades reticulares de que, nas diversas áreas da vida colectiva, permite dar conta, a noção de rede tem servido para identificar os vários actores, modos operatórios e estruturas de decisão que a cada momento determinam o *timing* e os conteúdos da acção organizada, mormente a pública. Estimulando uma leitura interaccionista dos processos em apreço, permite considerar os diferentes graus de formalidade e informalidade, verticalidade e horizontalidade que hoje caracterizam os modos de decisão na base das políticas públicas e da acção do Estado em geral⁹.

3. A ideia de *governance* e o território

A temática das redes foi complementada por desenvolvimentos conceptuais que a inscreveram em debates mais amplos. Destacariamos a noção de *governance*. Esta propõe que se considere a acção pública como resultado da interdependência crescente entre redes de actores públicos e privados¹⁰. Tal como na abordagem pelas redes, a noção de *governance* convida directamente os actores e os jogos de negociação em que eles se envolvem, relativizando o papel formal do Estado e as fronteiras entre o público e o privado.

Um dos processos a que mais tem sido frutífero aplicar as noções de rede e de *governance* é o da territorialização das políticas públicas. A *governance* tem sido, por isso, muito desenvolvida com referência à escala local. Refira-se que este interesse pelo território e seus actores surge, também ele,

⁸ Que preencheram todo o caminho entre uma perspectiva mais estruturalista (Knoke, 1990) e a visão eminentemente inter-pessoal preconizada, por exemplo, por autores como Richardson e Jordan (1982), ou Wilks e Wright (1987).

⁹ Segundo Le Galès (1995: 14) «num ambiente complexo, as redes são o resultado da cooperação, mais ou menos estável, não hierárquica, entre organizações que se conhecem e reconhecem, negociam, trocam recursos e podem partilhar normas e interesses».

¹⁰ Nas palavras de Biarez (1999: 45), «A *governance* é um conjunto complexo de instituições e de actores que se situam para além da ideia unitária e hierárquica de governo. As fronteiras e as responsabilidades permanecem fluidas entre as questões sociais e económicas, em sistemas que implicam o sector privado e mais particularmente grupos sociais activos. Nas relações de *governance*, nenhuma organização tem uma completa autonomia. Mesmo que uma instituição queira impor um certo controlo, depende da intervenção de outros actores.»

na sequência de mudanças cruciais. Por um lado, a de um Estado que, cada vez mais segmentado nos planos horizontal e vertical, deixa o papel de autoridade única para assumir o de iniciador – ou activador, se quisermos – das redes e parceiros relevantes para o desempenho de funções públicas (Leca, 1996; Kohler-Koch, 1999). Por outro lado, o vasto movimento de reconstrução dos territórios pertinentes para a acção pública, que tem chamado os agentes e os níveis territoriais a um protagonismo renovado – em boa parte devido aos referenciais das políticas comunitárias, como a ideia da subsidiariedade, e às pressões exercidas pela Comissão Europeia (Kohler-Koch, *op. cit.*).

Não surpreende pois que o conceito de *governance* seja operacionalizado precisamente para elucidar modos de regulação territorialmente situados. É que se a característica mais saliente da contemporaneidade é um processo de globalização que desterritorializa as redes económicas e os fluxos culturais dominantes (Castells, 1999), vê-se igualmente que no interior desse processo emergem modalidades de regulação (socioeconómica, política) locais ou regionais, que conferem nova importância aos agentes, redes ou instituições organizados e implicados a diferentes níveis do território. Na verdade, o mesmo movimento que leva à desterritorialização das relações sociais, pode levar à sua reterritorialização, nos espaços produtivos e identitários das comunidades locais¹¹. Nos últimos anos, uma extensa literatura tem mesmo procurado argumentar que a globalização não diminuiu, antes pelo contrário, acentuou, a importância dos territórios nas formas de vida dos indivíduos¹².

A possibilidade de neste quadro se configurarem verdadeiros actores colectivos de expressão territorial (Agnew, 1987) é certamente variável segundo as circunstâncias próprias de cada região, cidade ou localidade, nas quais jogam papel decisivo os níveis de desenvolvimento económico, as genealogias associativas, as culturas políticas nacionais, etc. Mas num contexto europeu de retracção – talvez melhor, de recomposição (Wright e Casese, 1996) – do Estado face ao mercado e à galopante complexidade social,

¹¹ Como diz Boaventura Santos (1993: 22), «o processo histórico de descontextualização das identidades e de universalização das práticas sociais é muito menos homogéneo e inequívoco do que se pensou, já que com ele concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades e das práticas».

¹² Segundo Robertson, o local não deve ser visto como a antítese, mas como um aspecto próprio da globalização. Contra as teses da homogeneização, do imperialismo ou da tensão entre o local e o global, prefere dizer que «a globalização tem envolvido a reconstrução, em certo sentido a produção, do 'lar', da 'comunidade' e da localidade (...) no mesmo sentido genérico da ideia da invenção da tradição e da sua imaginação» (1995: 35). A globalização conhecerá assim duas tendências que se interpenetram, a universalização do particularismo (caso do Estado-nação) e a particularização do universalismo (1990).

não é de excluir que territórios intermédios, como as cidades e as regiões, possam apresentar-se enquanto patamar eficaz de integração, organização e regulação socio-política ¹³. Isto num movimento que pode até suscitar redefinições nas identidades e a reconstrução dos sentidos colectivos das populações (Le Galés, 1998). Assim sendo, ganharão forma grupos, organizações e interesses, públicos ou privados, de carácter territorial, bem como, nos casos mais avançados de estratégias locais ou regionais bem articuladas, a eventual representação externa dos espaços subnacionais, designadamente junto da União Europeia ¹⁴.

É por estas razões que se justifica uma abordagem na qual os territórios infra-nacionais sejam considerados, não realidades políticas estáticas, subservientes a directrizes exógenas (do Estado ou do mercado, da União Europeia ou da globalização), mas processos dinâmicos de relacionamento e posicionamento colectivo, cujo sucesso ou fracasso não está totalmente decidido à partida. As condições para que possam apresentar-se como tais interpelam essencialmente um olhar microssociológico, onde os actores assumam a importância que efectivamente têm nas interacções que a todo o momento reconstruem a acção pública e conduzem a sorte dos diferentes territórios. Isto porque são já muitos os casos a justificar a ideia segundo a qual o local tende progressivamente a ser construído como «espaço de concertação, de negociação, de projecto, cada vez mais desligado das suas inscrições territoriais, no sentido da geografia espacial e das questões de delimitação, para desaguar numa concepção do território como construção política fundada em interacções (...) O território é cada vez mais um «território projecto», construído pela cooperação de actores que fazem algo em comum. Se a construção do comum é a essência do político, os modos da sua fabricação estão assim a recompor-se. E esta recomposição afecta em

¹³ Na óptica de Le Galés (1998), «se os Estados-nação na Europa (nomeadamente os mais antigos e centralizados como a França, a Grã-Bretanha, a Suécia ou Portugal), perderam uma parte da sua capacidade de regulação e estruturação da sociedade (ainda assim permanecem importantes), temos de nos interrogar sobre as novas linhas de estruturação, de recomposição do fenómeno político. Outros territórios que não os Estados-nação podem emergir como lugar de regulação social e política. Ora, os territórios infra-nacionais, nomeadamente as cidades e as regiões, apareceram como um dos níveis possíveis de regulação de interesses, de grupos e de instituições, mesmo que estes territórios não tenham as características do Estado-nação [...] Parece-nos que no jogo das recomposições entre Estado, mercado e sociedade civil, que se traduz nomeadamente na indefinição das fronteiras, a extensão da lógica do mercado, incluindo na esfera pública, conduz a uma procura de organização política e social a outros níveis que não o nacional, nomeadamente em certos territórios. O avanço do mercado conduziria, paradoxalmente, a uma forma de regresso do político, ou pelo menos da sua reestruturação em certas cidades e regiões europeias (230-231).

¹⁴ Cf., por exemplo, Jefferey (1997).

conjunto os modos de governo e as formas de legitimação da acção pública. Governar já não é apenas ter competência (autoridade) sobre um território concebido como um espaço delimitado por fronteiras. Competência e soberania encontram-se desconectadas. A comunicação, a interacção, a negociação entre actores do campo político e campos conexos, produz o território político como espaço legítimo da acção pública. Igualmente, noções como a proximidade, a eficácia, a participação, a cidadania, formam os novos materiais de um referencial político construído à volta do local. A *governance*, o contrato, o projecto, tornam-se os novos instrumentos de uma acção pública em recomposição» (Autès, 2001: 21-22).

4. O sistema local em Portugal, aspectos estruturais

No nosso país, o sistema político local continua a produzir actores cujo empenho na captação de investimentos, privados ou públicos, nomeadamente junto da administração central ou através dela (no caso dos fundos europeus), se encontra no topo das prioridades de acção. Daí que a qualidade das relações com o Estado permaneça a preocupação fundamental dos autarcas portugueses. A necessidade permanente de inscrever, ou manter, o «seu» concelho na rota do investimento público e da boa vontade estatal assim o determina.

Parece, no entanto, evidente que não há apenas uma forma de atrair e executar as políticas públicas. De facto, a sua captação desdobra-se numa diversidade de modalidades de acção, que ora assumirão aqui determinado cariz, ora tomarão ali outro figurino. Das variáveis que influenciam esta situação, a variável do «aqui» e do «ali», dos diferentes locais, das suas especificidades, dos seus agentes e hipotético protagonismo são decisivas. Na realidade, «cada local tem uma determinada configuração sócio-cultural própria, a qual desagua numa também determinada cultura política e prática social própria aos seus actores mais destacados, num maior ou menor peso das sociedades locais e correspondentes elites, numa negociação da sua imagem e posicionamento, bem como, muito especialmente, numa também maior ou menor porosidade das instituições político-administrativas às suas procuras de cariz público» (Ruivo, 1990: 75).

Para compreender melhor os fenómenos em questão, sigamos Reis (1990: 64) quando chama a atenção para o facto de a crise financeira do Estado Central, verificada logo após o 25 de Abril, ter conduzido a uma certa incapacidade da sua acção no terreno. Ao mesmo tempo, a crise económica originaria capacidade de organização local. Todavia, é preciso lembrá-lo, isto passa-se num cenário político-institucional que, ao contrário do que seria de esperar, foi fortemente adverso, se atendermos a que, depois de

1974, a centralização em Portugal «foi mesmo reforçada, mau grado alguns progressos isolados de descentralização» (Barreto, 1984: 194).

Devido à centralização e ao maniqueísmo que lhe subjaz, a possível organização local será sempre uma organização dependente, reconhecida pelo centro, mas sub-entendida como «irracionalidade periférica»¹⁵. Neste sentido, ela é apenas tolerada pela «racionalidade central», vista como um mal necessário a que será difícil aplicar uma pedagogia de complementaridade. Isto, bem entendido, nos limites sempre estreitos de uma condescendência que a qualquer momento, a circunstância o justificando, dará lugar à intervenção normalizadora da tutela estatal¹⁶. Tal decorre do paradigma de Poder Local com que funcionamos, cuja lógica é a da «administração local» napoleónica (dependência do centro) e não a de uma verdadeira autonomia inerente a um «governo local» (Mabileau *et al.*, 1987: 13). Características que corresponderão, pois, a um traço de família mais alargado, num padrão que incluirá outros países, identificados com a recorrente matriz «sul» europeia¹⁷.

Sendo dependente e tolerada, não deixará, ainda assim, a «administração local» de afirmar a sua própria lógica. A sua irracionalidade converter-se-á, no fim de contas, numa série de racionalidades típicas do sistema

¹⁵ Tal como sublinha Grémion (1976: 155-156) para o caso francês, a racionalidade das decisões e dos comportamentos é um privilégio que só se concebe ao nível central. A vontade local apenas se pode exprimir como «irracionalidade».

¹⁶ São numerosos os exemplos onde o Estado não consegue disfarçar a vertigem do intervencionismo paternalista, por vezes autoritário, sobre os actores periféricos, a quem dificilmente se reconhece capacidade de organização autónoma em projectos de envergadura. O caso recente do metro do Porto é dos mais ilustrativos, mas as acusações de despesismo que, explícita ou veladamente, têm impendido sobre as administrações locais no decurso do processo de contenção orçamental promovido pelo actual Governo, são também claras nas motivações habituais. Sobre o metro do Porto, cf., por exemplo, «Jorge Coelho prepara xeque-mate ao Metro – relatório revelou atraso de 11 meses e Governo quer aumentar o capital para sete milhões, assumindo o controlo da empresa» (*JN*, 6 de Maio de 2000), «Não vivemos num país de brincadeira», (Jorge Coelho, Ministro do Equipamento e das Obras Públicas ao *Público*, 9 de Maio de 2000), «“É canibalismo político” – CDS-PP pede debate de urgência no Parlamento sobre o metro do Porto e ataca “intromissão do Governo”» (*Público*, 11 de Maio de 2000).

¹⁷ Refira-se a apreciação que Loughlin (2001) faz deste assunto. Na sua tipologia, países como Portugal e França são incluídos na mesma tradição estatal, a francesa. Todavia, ao nível das relações centro/periferia (local/central), o autor tem dúvidas sobre o que postula Page (1991), ao colocar Portugal, França, Espanha e Itália na mesma «família» do *localismo político*. É que, para Loughlin, as culturas políticas e administrativas, as formas de organização estatal e o tipo de relações Estado-Sociedade em cada tradição nacional introduzem variações importantes. Dentro da herança napoleónica e da cultura mediterrânica dos países do Sul há desenvolvimentos históricos, culturas político-administrativas, entendimentos e práticas democráticos muito diferentes, como diferente é o lugar reservado aos sistemas políticos sub-nacionais em cada caso (pp. 12).

político-administrativo local e da regulação que daí decorre, a qual consiste basicamente em adaptar no espaço local as lógicas e orientações que vêm do centro. Isto é, verifica-se, também no nosso país, a co-regulação local da regulação central.

Esta ideia teve como ponto de partida uma dupla constatação. Por um lado, a de que não é verosímil todo o esquema oficial sobre o relacionamento entre as autoridades centrais e os poderes locais. Por outro, a constatação de que determinados mecanismos informais de relacionamento entre os diferentes níveis hierárquicos se impõem ao observador. Dada, entre outras coisas, a forte retórica legitimante com que os eleitos locais emolduraram a sua acção, logo após o 25 de Abril, a sua presença tornou-se incontornável, fazendo com que, quer no plano formal, quer sobretudo no das interações informais do sistema político-administrativo, a reconstrução democrática do laço centro/periferia por eles passasse directamente.

De facto, ao conferir uma representatividade inédita até então – e a partir daí constantemente invocada –, a legitimação democrática do Poder Local constitui o dado essencial para se compreender o protagonismo político-administrativo e o intervencionismo territorial que a retórica municipalista reclamou nas últimas décadas¹⁸. Esta legitimação repousa em duas ordens de valores. Por um lado, a sua constitucionalidade, que define os municípios como os proscritores dos interesses próprios das populações respectivas. Por outro, a áurea que decorre do Poder Local ser conscientemente um dos sustentáculos do regime democrático nascente¹⁹.

A questão é que as competências atribuídas às autarquias locais são colocadas no plano de uma precariedade sempre renovada, seja devido à sua usurpação por organismos da administração central (Portas, 1976; 1979: 9), seja pela exiguidade dos meios financeiros, técnicos e humanos de facto descentralizados em prol das autarquias (Portas, 1988; Mozzicafreddo e Guerra, 1988; Gaio, 1993; Fernandes, 1993b; Ruivo e Veneza, 1988; Ruivo, 1995; Ruivo e Campos, 1995)²⁰. Ainda assim, a resposta às carências primá-

¹⁸ A título ilustrativo, veja-se Branco (1987: 66), para o qual «nada do que se passa – ou devia passar e não passa – na área de um Município é estranho e exterior às autarquias. Tudo implica com os interesses próprios das populações e, por isso, a autarquia é competente em todas as matérias com elas relacionadas».

¹⁹ Encontra-se mesmo com frequência a ideia de que «foi sobretudo ao nível da Administração Local que se projectaram os efeitos imediatos da ruptura com o antigo regime e com a máquina administrativa em que se apoiava» (Montalvo, 1985:1), embora tal suposição deva ser mitigada.

²⁰ Para Luís Sá (1983: 5), «numa situação de crise em que têm vindo a ser aplicadas políticas económicas e financeiras restritivas, tem sido prática corrente ‘empurrar’ para o Poder Local os encargos com a ‘reprodução da força de trabalho’ (habitação, infra-estruturas, equipa

rias das populações, sobretudo na área das infraestruturas básicas – o chamado «assistencialismo municipal» (Marques, 1986) –, a criação de condições para a «fixação de iniciativas e capitais» (Portas, 1988), bem como as tentativas para que o desenvolvimento económico coexista, cada vez mais, com progressos de índole cultural nas diversas localidades, foram prosseguidas com a contribuição decisiva do Poder Local, a quem se interpela já da capacidade para assumir como horizonte de intervenção o «desenvolvimento de qualidade»²¹.

Esta folha de serviço é particularmente notória quando sabemos ter partido dum cenário de profunda crise financeira do Estado e restrição orçamental (Montalvo, 1985: 13). Por isso, se efectivamente se pretende colocar a autarquia nas «encruzilhadas do desenvolvimento» (Lopes, 1993), erguendo-a como actor de primeira instância na elaboração e execução das estratégias sócio-económicas locais e regionais, tem de resolver-se o carácter problemático que caracteriza o Poder Local português. De facto, não obstante a sua exaltação enquanto base da democracia, assim como de produção e reprodução social através da acção pública, tal não tem vindo a ser acompanhado de legislação subsequente, nem do apoio material que, de forma consistente, ampare tal processo (Gaio, 1993: 32)²².

mentos sociais), sem lhes fornecer os necessários meios, designadamente financeiros, para o exercício de tais actividades. Pretende-se, assim, responsabilizar as autarquias no plano político pelo agravamento da situação das populações e pelo corte de investimentos sociais de que o Poder Local é fraudulentamente responsabilizado, sem estar – designadamente por carências materiais e financeiras – em condições de as assumir».

²¹ Segundo Lopes (1993: 189/90), a acção das autarquias não deve mais reduzir-se aos domínios das infra-estruturas e equipamentos, mas sim apostar num «desenvolvimento de qualidade», assumido como «um processo global e plurifacetado de mudança tendo em vista a qualidade de vida, animado pela solidariedade e justiça social, alimentado pela participação colectiva, enquanto força de expressão e realização individual (...) actualmente e cada vez mais, as necessidades locais não são tão facilmente identificáveis e equacionáveis, requerendo das Autarquias capacidade para lidar com situações mais complexas que pressupõem uma intervenção de natureza estratégica e de longo prazo, em domínios cada vez mais alargados e nem sempre compatíveis com a ‘necessidade de fazer obra que se veja, em tempo real’. Sobre esta questão cf., ainda, Quadros (1978) e Passos (1993).

²² O poder local tornou-se assim uma peça constitucional essencialmente simbólica, apesar da eficiência que lhe foi sempre imputável, já que os 7 % da despesa pública total que administra se podem reproduzir em cerca de um quarto do investimento público total (Porto, 1988). Combina, pois, este poder, algum simbolismo com determinadas virtudes à escala nacional. A maior eficácia dos «sectores periféricos do Estado» (Caupers, 1994: 87), conjugada com outros elementos, permitirá mesmo compreender determinadas políticas centrais mais recentes relativamente às funções do Poder Local em Portugal, nomeadamente a «deslocação» para ele de determinadas competências centrais.

Em síntese, a divisão de trabalho entre governo central e os governos locais favoreceu tradicionalmente o desempenho da maior parte dos serviços por parte do primeiro segmento do Estado. Por razões ligadas ao processo desencadeado no período posterior ao 25 de Abril, as pressões sociais conduziram a que certas bolsas de serviços fossem administradas com o concurso das entidades locais. Esse concurso não significou, todavia, que elas fossem responsabilizadas por essa administração, ou mesmo que tivessem a possibilidade de a gerir, mas apenas que o veículo da expressão das necessidades locais fosse constituído por essas mesmas autoridades. Tal co-participação constituía, aliás, um dos pilares da ideologia oficial da administração local.

Paralelamente, porém, foi crescendo a crise financeira do Estado, bem como a sua evocação por parte da administração central, urgindo na contenção de determinadas despesas. Uma das soluções terá sido a crescente partilha de certos custos com as autoridades locais. Não tanto a responsabilização formal por serviços ou atribuições, entenda-se, já que esta teria como resposta uma reclamação mais ostensiva de verbas que lhe correspondessem²³. Trata-se essencialmente de uma partilha «contratual». Isto é, determinadas funções serão co-atribuídas ao nível local, não enquanto responsabilidade formal de princípio, mas em termos de responsabilização e financiamento voluntários por parte desse nível, esgotando-se estes no cumprimento do pontualmente acordado.

Compreenda-se, contudo, melhor a vertente «contratual» dessa partilha. Por um lado, ela supõe a existência de um pacto leonino: quem a ela não anuir com a «declaração de vontade» verá agravadas as probabilidades de não ver determinado projecto executado. Por outro, em alguns casos, a não adesão poderá supor a imposição de sanções. Ou seja, a vontade de uma das partes tenderá a prevalecer sobre a vontade da outra²⁴.

²³ Em relação ao caso francês, Terrazoni (1987: 153) interroga-se sobre se as próprias transferências de competências, devido à atribuição de insuficientes meios financeiros, não constituiriam afinal transferências efectivas de custos. Portas (1988: 64) falaria aqui de uma «descentralização da crise».

²⁴ Recordem-se, até 1994, os casos dos subsídios (dependentes de igual subsídio camarário) da Secretaria de Estado da Cultura às companhias de teatro locais, dos Contratos-Programa (entendidos como contratos de adesão) e o das consequências da não adesão ao «Pacote de Habitação» das Áreas Metropolitanas (inviabilização do acesso aos Fundos Estruturais). Neste sentido, o simples aumento da escala de responsabilização do nível local por determinadas funções não deve ser utilizado como indicador de descentralização real e efectiva. A este propósito, cf. por exemplo Sá (1988: 4).

5. Uma democracia de acessos

Estas condições de funcionamento do Poder Local tendem a curtocircuitar o quadro normativo idealizado, quer pelo legislador, quer pelos seus mais salientes protagonistas. Disseminados nos vários patamares do edifício político-administrativo, os constrangimentos que sobrevêm à actuação dos agentes locais são geridos por parte destes com base em lógicas que, emergindo localmente, se desdobram numa multiplicidade de actuações, tanto ao nível Local – relação entre sociedade civil e Estado local – como ao nível da Administração Central – relação entre governos central e local –, que se tornam instrumentos de «regulação funcional do sistema», ou seja, «mantêm em funcionamento algo que não tem vindo a deter condições estruturais para funcionar correctamente» (Ruivo, 1995).

No que diz respeito às relações entre os dois governos, local e central, a questão do acesso dos actores locais aos centrais é decisiva para se compreender a real capacidade de interferência no sistema por parte dos primeiros. Deverá aqui observar-se que os contactos em que se materializa este tipo de relacionamento assumem duas formas distintas: a indirecta e a directa.

Tomemos, em primeiro lugar, os contactos indirectos. Aqui, as associações são designadas como a forma mais importante de se promoverem esses contactos. Pelo facto de serem veiculadas através destas associações, as questões apresentadas assumirão uma vertente mais colectiva, enquanto algo que afecta a generalidade dos autarcas. Além disso, serão somente aquelas que mereçam uma certa dose de consenso no interior da associação. Deste modo, a vertente mais individualizada da reivindicação encontrar-se-á frustrada à partida. Os resultados da influência associativa, no entanto, não se encontrarão plenamente assegurados, acabando por flutuar ao sabor de critérios que podem escapar à própria associação.

Assim sendo, a opção dos contactos directos e face a face por parte dos actores locais junto dos centrais tenderá a ser privilegiada. Para isso contribuirá o facto de muitas das necessidades municipais assumirem conteúdos próprios consoante o local e, nessa medida, ser difícil uma sua reivindicação que não a de ordem individual. Daí também o fenómeno da pessoalização, o qual viabiliza a interpenetração – a osmose até – entre o centro e os locais (esferas que, teoricamente, deveriam permanecer distintas e assim foram pensadas durante muito tempo), tal como, no âmbito mais geral da sociedade portuguesa, o faz entre o público e o privado.

No que toca à relação entre a sociedade civil e o Estado local, o modelo de gestão autárquica dominante mostra também, desde logo, o fenómeno da pessoalização do poder no Presidente de Câmara, numa espécie de *cesa-*

risimo local²⁵. O corolário é o esvaziamento da importância dos órgãos consultivos institucionalizados e das assembleias eleitas, tornando a função presidencial fechada sobre si mesma e sobre o grupo informal das lealdades presidenciais. Privilegiam-se as relações mais individualizadas na rede de informantes do presidente, a concentração e autocentração do poder, a secundarização de grupos, instituições ou opiniões de carácter mais público, a distanciação das elites autárquicas face à estrutura social e aos denomináveis «parceiros sociais», representativos dos sectores socioeconómicos e culturais.

A sedimentação deste tecido relacional, dominado pelas formas individuais-privadas de interacção, colhe notoriamente na longevidade política do chefe autárquico. Além disso, as dificuldades evidenciadas pela sociedade portuguesa na organização autónoma de interesses²⁶, que na sociedade local tenderão a manifestar-se pela «relativa ausência de dinâmica conjunta» (Mozzicafreddo *et al.*, 1991: 146)²⁷ colocam a função presidencial e a sua equipa no cerne dos interesses, não necessariamente estratégias²⁸, orientadores dos processos locais de desenvolvimento e modernização (Francisco, 1994).

Na gestão da liderança local podem ser, por isso, recenseados vários aspectos caracterizadores. A uma cultura política de favoritismo e elitismo parece corresponder a partidarização e fraca circulação das elites²⁹. A simultaneidade na ocupação da chefia autárquica e de outros cargos de relevo socioeconómico ou cultural, bem como a manutenção no poder através da acumulação sucessiva de mandatos, muitas vezes sob a égide de diferentes partidos, indicia, não só uma fraca renovação das elites, como até a instrumentalização dos partidos políticos por parte de alguns autarcas (Fernandes, 1993a: 21). As consequências na participação e democratização dos processos políticos serão, a despeito das intenções muitas vezes publicitadas, naturalmente danosas.

²⁵ «Presidencialismo municipal» (Mozzicafreddo *et al.*, 1991: 23), ou «monarquia local» (Dupoirier, 2001), como também já foi chamado.

²⁶ Cf. Santos (1987: 37 ss.).

²⁷ Ligada à suposta cultura de passividade dos municípios em relação à política local (Rocha, 1989).

²⁸ Para Mozzicafreddo *et al.* (1991: 112), o Poder Local vive num «vazio estratégico», que o torna vulnerável às pressões avulsas dos empresários locais e lhe retira muitas vezes alcance à intervenção na esfera económica.

²⁹ Segundo Fernandes (1993a: 20), «a tendência dominante em Portugal vai no sentido da acumulação de cargos, ainda que se manifestem em algumas regiões desenvolvimentos diferentes. As elites autárquica e política das comunidades locais adquirem experiência e alargam a rede das suas relações e, desse modo, criam as bases da sua perpetuação.»

O que se esboça é um modelo de acção alicerçado no eleito local e organizado em função de interações preferenciais com actores específicos, interesses privilegiados e afinidades electivas, onde a clientela político-partidária assume frequentemente lugar de destaque, eventualmente contra alguns interesses das populações (Branco, 1987: 66; Fernandes, 1993a: 12).

Simultaneamente, como condição para uma ordenação eficaz dos múltiplos interesses e poderes sociais, com vista à sua satisfação ou instrumentalização, há a considerar o imperativo do controlo da máquina administrativa interna. Contrariamente ao veiculado pela teoria weberiana, a separação entre as esferas do político e do administrativo não constitui a prática dominante. A suposta neutralidade do político face à administração traduz-se de facto com frequência, na realidade local, numa primazia da instância política sobre a administrativa. A necessidade do autarca ver assegurado um ambiente organizacional compatível com as suas obrigações, materiais e relacionais, dentro da estrutura de Poder Local ³⁰, força-o a superar em seu favor a dualidade «administração/política» ³¹, instaurando mecanismos informais de tutela sobre a máquina administrativa.

A uma situação anterior caracterizada pelo elevado grau de influência dos altos funcionários municipais (Gaio, 1993: 34), terá sucedido a demarcação clara dos terrenos da política e da administração, que antecedeu o ascendente do desígnio presidencial sobre o funcionalismo autárquico. Este processo é concomitante da crescente especialização profissional dos eleitos e efectua-se seguindo procedimentos que visam cercear as possibilidades de intervenção política das chefias burocráticas ³², circunscrevendo-as ao seu domínio estrito e abatendo sobre elas a superintendência dos autarcas.

6. Que perfil de liderança local para a *governance* territorial na Europa?

Os estudos que se apoiam na ideia de *governance* têm sido muito desenvolvidos, como dissemos, à escala local. Para os seus autores, fará tanto mais sentido identificar um modelo sócio-político de *governance* quanto aos procedimentos de organização e concertação de actores, públicos e priva-

³⁰ O conceito de «estrutura de poder» deve a sua formulação a Floyd Hunter. Para uma aplicação deste conceito na realidade portuguesa, cf. Francisco (1994).

³¹ Fruto da dupla racionalidade que marca as autarquias enquanto organizações, ou seja, a coexistência das lógicas eleitoral e administrativa (Neves, 1993: 64 ss.), personificadas respectivamente pelo autarca e pelo funcionário.

³² A criação de «circuitos paralelos» terá sido um desses procedimentos. Segundo Sarmiento (1989: 700), nos circuitos paralelos «os altos funcionários são como que 'dobrados' e

dos, estiver associado um quadro territorial dotado de alguma identidade, enquanto substrato agregador dos diversos interesses sectoriais e facilitador de estratégias unificadas, nomeadamente para o exterior.

Sobre as identidades, sociais ou territoriais, é de referir que a sua configuração evidencia sempre uma dupla vertente, de identificação e identização (Pinto, 1992: 218-19)³³. No que à liderança local diz respeito, o enraizamento do edil na comunidade é decisivo nos processos de identificação que se promovem. O desempenho de cargos directivos no tecido associativo local, meio de socialização e integração em projectos criadores de memória colectiva (Fernandes, 1993a: 27), a manipulação de símbolos da história e tradição locais, ou ainda a participação espectacularizada em momentos de afirmação identitária, tecem o imbricamento do actor político no território e sua identidade colectiva (Agnew, 1987: 34). Nas práticas através das quais estes factos se constituem, contam-se por vezes um acentuado populismo e fenómenos de «carnavalização da política» (Santos, 1994: 62)³⁴.

Do lado dos processos de identização, os mais recorrentes têm a forma de uma oposição declarada ao centralismo da administração pública «lisboeta» – responsabilizada pela privação, usurpação ou devastação com que a periferia sempre se enunciou (mesmo se em Portugal só após o 25 de Abril), e de que é exemplo o discurso da interioridade (Martins, 1996: 34; 42) –, ou então assumem o cariz mais velado da colisão de interesses com os espaços vizinhos, em cuja companhia se está na concorrência por recursos escassos. Esta última vertente da alteridade terá feição essencialmente no círculo íntimo das elites locais, mas será alimentada pelas lógicas do relacionamento com a administração central, que tolera e até promove, além da

‘marcados’ por adjuntos ou conselheiros do Presidente da Câmara, que formam, em geral, junto àquele, um gabinete ou equipa, mais ou menos informal. Este gabinete é, em geral, uma estrutura ligeira, com funções múltiplas, destinadas a um controlo político mais rigoroso da administração, ou ainda para compensar algum imobilismo dos quadros superiores, devido à sua resistência a cooperação».

³³ O processo de identificação promove a integração dos actores em conjuntos mais vastos, tidos como referência ou pertença, ao passo que o processo de identização os leva a diferenciar-se e a autonomizar-se face a outros, traçando fronteiras mais ou menos rígidas a seu respeito. As identidades são, assim, construções com e contra, efectuadas por integração e diferenciação, inclusão e exclusão, alimentando-se sempre de alteridades, reais ou figuradas (Pinto, 1991).

³⁴ O que importa, todavia, é que a pessoa do líder se inscreva no universo das identidades locais e nele se torne uma referência obrigatória, sem que forçosamente os padrões de actuação evidenciados para esse efeito correspondam a «orientações operacionais da acção política e [se] convertam em práticas políticas coerentes e duradouras» (*idem*).

atomização negocial³⁵, a ideia de que os benefícios conseguidos por determinado município podem sê-lo a expensas dos seus pares ou vizinhos³⁶. Além disso, a activação de redes relacionais para a atracção de recursos é algo de que nem todos os Presidentes de Câmara dispõem em igual medida. O processo de negociação dentro de um sistema desigual conduz a respostas e concretizações desiguais e, logo, a concelhos muito desigualmente compensados em equipamentos colectivos e mais-valias diversas³⁷.

As dificuldades do associativismo inter-municipal, que parece funcionar apenas quando se trata de entendimentos pontuais para objectivos pouco ambiciosos ou finalidades político-partidárias de pressão (Portas, 1988: 64), não podem pois ser unicamente atribuídas ao sermos uma «democracia jovem», às diferenças de filiação política dos autarcas ou à falta de iniciativa estatal neste campo (Fernandes, 1983). O facto da sociedade portuguesa assentar numa forte segmentação sócio-territorial (Medeiros, 1988:143 e ss), onde às unidades espaciais correspondem tentativas de preservar a sua própria historicidade, ou seja, «a sua autonomia relativa enquanto identidade cultural e enquanto forma de organização social», faz com que às ligações interregionais possam responder os «princípios de exclusão e de oposição a que subjazem as diferenças de identidades culturais-regionais» (*idem*: 151; 153). Daí que as diferenciações segmentárias sócio-territoriais (bairrismo, patriotismo local, guerras de campanários, segregações sociais inscritas nas diferenças de *habitat*), tendam a sobrepor-se às modalidades de cooperação ou associação. Não estamos, sublinhe-se, em presença de algo novo, antes de modos relacionais que evocam uma matriz de longa data. Magalhães e Coelho (1986: 52) assinalam, já no século XVII, «pequenos grupos solidamente estabelecidos e fechados, que detêm o mando por todo um território fragmentado. Entre as câmaras, não se encontram solidariedades horizontais, como mal as há verticais com o

³⁵ O nosso ordenamento jurídico estipula que para que uma associação de municípios possa ser considerada como nacional deve agrupar um mínimo de cem membros, o que tende a inviabilizar a formação de reivindicações e negociações colectivas a um nível que não o do todo nacional, representado pela Associação Nacional de Municípios e Associação Nacional de Freguesias. Cf. Levrat (1995: 148).

³⁶ Portas (1988: 68) referia-se a esta situação como sendo «a pior das possíveis. Fala-se como se se tivesse uma autonomia que se não exerce e mendiga-se, pagam-se *lobbies* ou procura-se ser mais esperto que o vizinho para obter mais. Do lado do Governo, mexem-se os cordéis que interessa, apoia-se quem se prefere ou quem se mexe antes, não se publicam os mapas do poder discricionário e elogia-se o Poder Local pela sua compreensão dos problemas e óptima colaboração».

³⁷ A este propósito, Dupuy e Thoenig (1985: 161) elaboraram uma distinção que merece ser evocada: a distinção entre uma virtual democracia de eleição e uma efectiva democracia de acessos.

poder central. A cada grupo cabe administrar um espaço, sem atender aos interesses dos espaços confinantes, nem procurar a sua articulação»³⁸.

Outros efeitos do poder relacional, a reflectir no quadro esboçado pelos pressupostos da *governance*, podem ainda ser inventariados.

Em primeiro lugar, a eficácia na activação de redes para a obtenção de respostas do sistema político-administrativo reforça o enfraquecimento da organização colectiva. O conhecimento desse sistema, bem como das dificuldades da sua transformação, faz com que os actores optem por resolver a sua situação individual através dos contactos pessoalizados, afastando-se da ideia de grupo organizado. O pragmatismo e a ponderação realista das necessidades a satisfazer levam à hipertrofia do poder relacional enquanto forma de expressão política³⁹.

Em segundo lugar, a primazia do poder relacional produz efeitos noutras esferas da vida política, ao provocar a concomitante hipertrofia do voto como forma quase exclusiva do exercício formal da política. O mero exercício do voto significa a atribuição de carta branca aos políticos por parte das populações, as quais apenas se mobilizam para a eleição, assim se secundarizando outras formas de participação formal e organizada. O nível político tende, deste modo, a autonomizar-se da «sociedade civil», ou, pelo menos, a restringir-se a alguns dos seus estratos numericamente menos representativos⁴⁰. Nestas condições, os argumentos avançados no que toca aos défices democráticos dos esquemas de *governance* (Biarez, 1999) ganham cores ainda mais expressivas na realidade portuguesa⁴¹. À sociedade não restará muito para além da intervenção do poder relacional – e pode mesmo verificar-se um certo esmorecimento da actividade política das próprias elites locais.

O acto de reivindicar do Poder Central por parte do autarca, em terceiro lugar, coloca-o numa situação em que tal acto se encontra intransmis-

³⁸ Sobre as consequências deste quadro territorial no projecto de regionalização, cf. Francisco (1996: 170 e ss).

³⁹ Só situações de gravidade extrema podem dar origem a formas de intervenção organizada, como as associativas, cuja lógica não é a do poder relacional, mas antes a de grupo de interesses organizado e de pressão formal e oficial. Cremos, aliás, que alguma da tradicional fraca capacidade de concretização de reivindicações por parte das associações se deverá ao peso e força do poder relacional que os autarcas portugueses são susceptíveis de activar.

⁴⁰ Daí que parte da responsabilidade pela falta de reflexão, participação e mobilização dos cidadãos em torno da vida colectiva caiba aos próprios profissionais da política.

⁴¹ Para Biarez (*op. cit.*: 54), «o optimismo veiculado pelas noções de *governance* ou de contratualização, e que consiste em sublinhar o aspecto democrático das novas parcerias, é contrariado pelas categorias de dirigentes compostas por eleitos e técnicos capaz de se associarem mais facilmente às elites administrativas, económicas e profissionais que às populações».

sivelmente privatizado na pessoa do reivindicador e na pessoa objecto da reivindicação, por aí se diminuindo a sua capacidade simplesmente reivindicadora enquanto tal e, em boa parte dos casos, colocando-se até as populações entre parênteses⁴².

A longevidade política do eleito local, por seu lado, tenderá a depender também muito mais do seu capital relacional, da materialização de apoios, do que propriamente de ideias, inovações e programas. Tais apoios poderão ser de índole diversa, mas, em muitos concelhos, o entendimento entre variados interesses económicos e o fechamento das redes interpessoais pode conduzir à possibilidade de uma gestão autárquica em boa parte conduzida, controlada ou orientada de fora dos Paços do Concelho, ao estilo de uma «Growth Machine» (Molotch, 1976) à portuguesa⁴³.

Por último, a dimensão simbólica decorrente da prática de rede relacional informal afigura-se como bastante significativa. O recurso a este tipo de actuação implica a aceitação de um sistema e ordem sociais baseados numa forte carga de desigualdade. Deste modo, a tentativa pessoal de reapropriação de poder contribui, pela sua eficácia, para legitimar e, portanto, perpetuar a própria desigualdade que se encontra na raiz de tal tentativa.

7. Heranças pesadas em universos abertos: O Poder Local e a Europa

Como conciliar os aspectos estruturais da relação centro/periferia e da liderança local acima descritos com referenciais europeus que apontam para outros requisitos no que toca ao enquadramento territorial das políticas públicas (a subsidiariedade, as parcerias alargadas, a participação das autoridades locais nos diversos centros da decisão, inclusive europeu), e por isso convocam modos de funcionamento dos poderes descentralizados ainda distantes do evidenciado na realidade portuguesa?

Efectivamente, a integração europeia tem promovido, um pouco por todo o lado, o envolvimento dos poderes locais na discussão e execução dos programas comunitários. A União Europeia apela, assim, à participação das instâncias locais na sua construção. Todavia, permite igualmente que esta

⁴² Sobre a necessária ligação entre o local, a democracia e a sociedade local, Santos (1989) advertia-nos para uma possível situação de Poder Local localmente fraco: «Sendo verdade que o poder só é verdadeiramente democrático se for local, não é menos verdade que só é verdadeiramente local se for democrático. (...) E, ao afastar-se da sociedade local, por mais forte que seja o Poder Local, será forte enquanto poder, mas será fraco enquanto local».

⁴³ A expressão aponta para um modelo de actividade autárquica centrado no crescimento económico, em que o papel das autoridades locais é meramente configurado em torno do apoio fornecido aos interesses de determinadas elites.

seja modelada pelas culturas políticas e administrativas nacionais. No caso português, não surpreende verificarmos um modelo de *governance* estatista (Eising, R.; Kohler-Koch, 1999), no qual a activação de formas parcelares e controladas de participação dos poderes locais inibe a constituição de um modelo efectivo de *governance* horizontal, aberto a múltiplos actores sectoriais e territoriais. As dificuldades na criação destas redes horizontais podem remontar a razões longínquas, já assinaladas. Em Portugal, por exemplo, aos interesses e poderes de cariz territorial nunca subjazeu uma cultura cívica de base (Putnam, 1993), susceptível de enquadrar tais poderes em laços de confiança, normas orientadoras e tecidos de solidariedades alargados.

A forte tradição personalista e negocial do sistema político-administrativo português, ao privilegiar a resolução das situações através de contactos personalizados, até poderia, em primeira análise, facilitar a rápida apreensão dos modos operatórios e dos acessos na União Europeia (onde impera uma grande multiplicidade de canais e formas de influência política), criando-se, por esta via, formas de compensação ao estado de periferia dos actores territoriais. No entanto, a complexidade política, técnica e administrativa do universo europeu não permite que os agentes locais prescindam de instâncias e dispositivos redutores dessa complexidade. As desigualdades que continuam a reproduzir-se no recurso a estes dispositivos – que se situam, predominantemente, num Estado cuja descentralização não terá contribuído, de modo significativo, para uma universalização dos acessos, ou então no mercado, cujas redes mais eficazes se encontram nos territórios *a priori* mais desenvolvidos –, podem mesmo agudizar a concorrência intra-regional e criar elementos de dualização política e social na integração «europeia» dos territórios. Não surpreende pois se a competição entre cidades e regiões que a globalização impõe (Veltz, 2000) for amplificada pela competitividade introduzida na demanda das políticas europeias, até pelas vantagens que estas conferiram a determinadas elites urbanas (Le Galés e Harding, 1996).

A simultaneidade da condição periférica e duma prática personalística poderá também conduzir à criação de representações contraditórias acerca do jogo relacional em Bruxelas. Não obstante a «liberdade dos costumes» incentivada pela Comissão, o nível simbólico externo («a Europa») pode desempenhar mais um papel inibidor que dinamizador. A socialização europeia dos actores territoriais portugueses estará pois marcada, à partida, pela sua condição periférica e pela forte dependência político-administrativa do Estado Central.

De qualquer modo, o relacionamento meramente diádico e bilateral que caracteriza o personalismo, conduzindo a actuações/influências de cariz individual, não se deverá reproduzir nas relações com a Europa. É que o encontro entre as políticas de Bruxelas – do desenvolvimento regional, por

exemplo – e a sua procura nos territórios é mediado forçosamente por actores centrais, enquanto figuras incontornáveis das políticas ligadas à construção europeia. Além disso, os processos de organização autónoma de interesses locais ou regionais, sobretudo em países de forte tradição centralista, jogam sempre o seu sucesso na relação que mantêm com as estruturas do Estado. Não só pela crescente interdependência e imbricação entre os vários níveis da acção pública (Balme, Faure e Mabileau, 1999), como pelo facto do Estado conservar os financiamentos e as competências fundamentais – quer burocráticas, quer técnicas – para a execução das políticas públicas. Acrescente-se ainda que «os Estados nacionais não abandonaram, evidentemente, a velha regra de dividir para reinar. Na maior parte dos países europeus, os Estados nacionais guardam grandes capacidades de arbitragem, manipulando as rivalidades que opõem as cidades umas às outras ou apoiando-se alternativamente sobre as regiões e as cidades para evitar a formação de blocos políticos territoriais coerentes que se lhes possam opor», (Le Galés e Harding, *op. cit.*: 182).

Em seguida, há a ter em conta o perfil – contra-reactivo, passivo, reactivo ou pró-activo – das localidades em termos de política europeia (Goldsmith e Klausen, 1997). Nada nos garante que a última postura progrida ao nível do Poder Local português. É certo que não se poderá falar antecipadamente de um padrão nacional homogéneo⁴⁴, já que características como o tipo de desenvolvimento económico e urbano, as culturas políticas locais, a qualidade das elites públicas e privadas, as estratégias cooperativas ou o autismo recíproco entre as forças socioeconómicas e políticas, são aspectos diferenciadores a ter em conta. No entanto, é hoje crucial avaliar em que medida os actores no terreno interpretam a sua acção como parte da construção europeia e o que fazem nesse sentido.

Para Marks (*et al.*, 1996), a decisão de ter, por exemplo, representação em Bruxelas («postos de escuta» ou «células Europa», como já foram definidas), reflecte a importância e a confiança que os poderes locais têm na sua capacidade de influenciar a repartição de benefícios na arena europeia. O investimento nestas modalidades de representação externa permitirá dar a medida em que a Europa funciona como factor estimulante ou, pelo contrário, inibidor, no cômputo das estratégias políticas territoriais. A ausência de condições políticas e institucionais para um envolvimento activo dos poderes locais no projecto europeu, sobretudo nos casos de forte centralização político-administrativa, como o português, contribuirá para uma atitude passiva, por vezes céptica, que dificultará o processo de aprendizagem sobre a União Europeia. Nesta situação, «políticos e funcionários [territo-

⁴⁴ Além de tudo, a pesquisa está por fazer.

riais] em conjunto adoptam uma perspectiva, ora de que na Europa há pouco para eles, ora de que são demasiado pequenos para lidar com a Europa, ora de que é preferível esperar e ver o que acontece antes de fazer qualquer coisa (...) O processo através do qual estes governos locais se estão a adaptar e a ajustar à integração europeia é por isso extremamente gradual» (Klausen, K.; Goldsmith, M., 1997: 240).

A realidade é que são os poderes locais que usufruem de maior autonomia no contexto nacional aqueles que apresentam maior motivação e possibilidade de envolvimento com a União Europeia: «quanto mais ampla for a autonomia política de um governo subnacional, mais este irá procurar informação sobre os desenvolvimentos políticos no tabuleiro europeu e mais desejará expressar aí os seus interesses» (Marks *et al.*, 1996: 170). No caso português, podemos afirmá-lo, as expectativas e performances criadas para a Europa, a registarem-se, estarão em forte discrepância com o funcionamento centralizado e hierárquico da administração pública, o que não deixará de suscitar efeitos interessantes.

Para finalizar, saliente-se que num cenário marcado pela construção europeia e pela globalização, o actor territorial não pode depender apenas da sua tradicional habilitação como «notável». A socialização «europeia» e os referenciais por ela introduzidos são hoje fundamentais para a modernização política no território. Conhecido o peso atribuído à fundamentação técnica e jurídica das demandas, bem como a importância das vivências em contextos de âmbito europeu e internacional, uma reconfiguração profunda do perfil do actor político local é imperiosa. A figura das «elites cosmopolitas» (Goldsmith, 1999), apoiadas em infra-estruturas de acompanhamento técnico nas respectivas localidades, tenderá a ser cada vez mais o modelo ambicionado. Em Portugal, o que fica por saber é como responde o modelo de um eleito formatado essencialmente para a negociação no interior das esferas do Estado, escudado nos códigos relacionais de um sistema centralista, personalista e clientelar, à exigência eminente de situar favoravelmente o seu «local» nos feixes da interacção com o «global», a principiar às portas da União Europeia.

O Poder Local funciona pois no interior de um espaço paradoxal, que é o do sistema político português. Apontar-lhe faltas de virtude é apontar essas mesmas faltas a tal sistema, que ele reproduz. O embate com os pressupostos e o enquadramento das políticas públicas trazidos pela integração europeia é agora o grande teste às suas possibilidades de modernização e reconversão, algo que evidentemente, pelo que ficou dito, é função da própria capacidade de transformação do Estado em geral e da sociedade portuguesa que o sustém.

Bibliografia

- AGNEW, John (1987), *Place and Politics — The Geographical Mediation of State and Society*, Boston: Allen & Unwin.
- AUTÉS, Michel (2001), «Les Politiques Publiques Locales», *Cahiers Lillois d'Economie & de Sociologie – Les Nouvelles Politiques Locales*, Université de Lille, Faculté des Sciences Économiques et Sociales: L'Harmattan, pp. 7-23.
- BALME, Richard, FAURE, Alain e MABILEAU (1999), *Les Nouvelles Politiques Locales – Dynamiques de l'action publique*, Paris: Presses de Sciences Po.
- BARRETO, António (1984), «Estado central e descentralização: antecedentes e evolução, 1974-84», *Análise Social*, 81/82, 191-217.
- BIAREZ, Sylvie (1999), «Incertitude et caractère composite des gouvernements locaux en Europe», in BALME, Richard ; FAURE, Alain et Mabileau, *Les Nouvelles Politiques Locales – Dynamiques de l'action publique*, Paris: Presses de Sciences Po, 40-56.
- BRANCO, Daniel (1987), «Doze anos de Poder Local. Os caminhos do futuro», *Poder Local*, 62, 65-70.
- CASTELLS, Manuel (1999), *A Sociedade em Rede*, São Paulo: Editora Paz e Terra.
- CAUPERS, João (1994), *A Administração Periférica do Estado*, Lisboa: Editorial Notícias.
- CHEVALLIER, Jacques (org.) (1978), *Centre, périphérie, territoire*, Paris: PUF.
- DIAS, Jorge (1971), *Estudos do carácter nacional*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.
- DUPOIRIER, Elisabeth (Abril de 2001), *Les élites politiques et le territoire dans un contexte européen*, Conferência na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- DUPUY, F., THOENIG, J.- C. (1985), *L'administration en miettes*, Paris: Fayard.
- EISING, Rainer, KHOLER-KOCH, Beate (1999), *The Transformation of Governance in the European Union*, London: Routledge.
- FERNANDES, Miguel Almeida (1983), «Federação de Municípios, um passo necessário na democratização do país», *Cadernos Municipais*, 23, 4-5.
- FERNANDES, António Teixeira (1993a), *Poder Autárquico e Poderes Difusos*, Comunicação apresentada ao Encontro da Associação Portuguesa de Sociologia sobre «Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local», Vila do Conde, Abril de 1993, *Cadernos de Sociologia*, 3, 7-33.
- (1993b), *Poder Autárquico e Poder Regional*, Comunicação apresentada às 3.^{as} Jornadas de Estudos Norte de Portugal - Aquitânia sobre o «Poder Regional – Mitos e Realidades», Universidade do Porto, Março de 1993, *Cadernos de Sociologia*, 3, 35-50.
- FRANCISCO, Daniel (1994), *As Equações do Poder em Pontal*, Dissertação de Seminário em Sociologia do Poder e da Política, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- FRANCISCO, Daniel (1996), *La Régionalisation au Portugal, projet et paradoxes: le cas de la Région Centre*, Tese de Mestrado em Estudos Políticos, Paris: Institut d'Études Politiques.
- GAIO, Carlos Morais (1993), A mudança organizacional nas autarquias locais – desafios e interrogações», in COSTA, M. S.; NEVES, J. P. (orgs.), *Autarquias locais e desenvolvimento*, Porto: Afrontamento, 27-37.

- GOLDSMITH, Michael; KLAUSEN, Kurt Klaudi (eds.) (1997), *European Integration and Local Government*, Cheltenham: Edward Elgar Publishers.
- GOLDSMITH, Michael (1999), «Local Politics in Europe», in BALME, Richard; FAURE, Alain et Mabileau, *Les Nouvelles Politiques Locales – Dynamiques de l'action publique*. Paris: Presses de Sciences Po.
- GRÉMION, Pierre (1976), *Le Pouvoir périphérique – bureaucrates et notables dans le système politique français*, Paris: Seuil.
- JEFFERY, Charlie (1997), *The Regional Dimension of the European Union. Towards a Third Level in Europe?* London: Frank Cass.
- KLAUSEN, Kurt Klaudi, GOLDSMITH, Michael (1997) (orgs.), *European Integration and Local Government*, Cheltenham: Edward Elgar Publishers, 237-254.
- KNOKE, David (1990), *Political Networks – The Structural Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.
- KOHLER-KOCH, Beate (1999), «The evolution and transformation of European Governance», in EISING, Rainer; KOHLER-KOCH (orgs.), *The Transformation of European Governance in the European Union*, London: Routledge.
- LECA, Jean (1996), «La 'gouvernance' de la France sous la cinquième République», in D'ARCY, François (org.), *La Cinquième République et l'Europe. Hommage à Jean-Louis Quermonne*, Paris: Presses de Sciences PO, 329-365.
- LE GALÈS, Patrick (1995), «Du gouvernement des villes à la gouvernance urbaine», *Revue Française de Science Politique*, vol. 45, 1, 57-95.
- (1998), «Régulation, Gouvernance et Territoire», in JOBERT, Bruno; COMMAILE, J., *Les Métamorphoses de la Régulation Politique*, Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 203-240.
- LE GALÈS, Patrick; HARDING, Alan (1996), «Villes et États», in LE GALÈS, Patrick; THATCHER, Mark (orgs.), *Les Réseaux de Politique Publique – débat autour des policy networks*, Paris: L'Harmattan.
- LEGENDRE, Pierre (1976), *Jouir du Pouvoir*, Paris: Minuit.
- LEV RAT, Nicolas (1995), «Concorrência e cooperação entre os poderes locais e regionais», *Revista da Administração Local*, 146, 137-148.
- LOPES, Raul (1993), «As autarquias locais nas encruzilhadas do desenvolvimento», in COSTA, M. S.; NEVES, J. P. (orgs.), *Autarquias locais e desenvolvimento*, Porto: Afrontamento, 49-75.
- LOUGHLIN, John (2001), *Subnational Democracy in the European Union. Challenges and Opportunities*, Oxford: Oxford University Press.
- MABILEAU *et al.* (1987), «Approches et conceptions du local», *Les Citoyens et la Politique Locale*, Paris: Pedone, 11-26.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero; COELHO, Maria Helena da Cruz (1986), *O Poder Concelhio, das origens às cortes constituintes*, Coimbra: CEFA.
- MARQUES, Helena Torres (1986), «10 anos de Poder Local», Intervenção na Assembleia da República a 12 de Dezembro de 1986, *Cadernos Municipais*, 38/39, 2-4.
- MARKS, Gary; NIELSEN, F.; RAY, L.; SALK, J. (1996), «Competencies, cracks and conflicts», *Comparative Political Studies*, vol. 29, 2, 164-192.

- MARKS, Gary (1997), «An actor centred approach to multi-level governance», in JEFFEREY, Charlie, *The Regional Dimension of the European Union. Towards a Third Level in Europe?*, London: Frank Cass, 20-40.
- MARTINS, Moisés de Lemos (1996), *Para uma Inversa Navegação, o discurso da identidade*, Porto: Afrontamento.
- MEDEIROS, Fernando (1988), «Um sistema social de espaços múltiplos – a autonomia do local na sociedade portuguesa», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, 143-162.
- MÉNY, Yves; WRIGHT, Vicent (Orgs.) (1985), *Centre-Periphery Relations in Western Europe*. London: Allen and Unwin.
- MOLOTCH, Harvey (1976), «The city as a growth machine: Toward a political economy of place», *American Journal of Sociology*, 2.
- MONTALVO, António Rebordão (1985), «A evolução da autonomia municipal e o novo estatuto das autarquias», *O Municipal*, 48/49, 1; 13;1;12-18.
- MOZZICAFREDDO, J.; GUERRA, I. (1988), «O grau zero do Poder Local», *Sociologia – Problemas e Práticas*, 4, 45-59.
- MOZZICAFREDDO, J.; GUERRA, Isabel; FERNANDES, Margarida A.; QUINTELA, João G. P. (1991), *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*, Lisboa: Escher.
- NÉGRIER, Emmanuel (1995), «Intégration européenne et échanges politiques territorialisés», *Pôle Sud*, 2, pp. 38-54.
- NEVES, J. P. (1993), «Organizações Municipais e Informatização, notas para uma investigação sociológica», in COSTA, M. S.; NEVES, J. P. (orgs.), *Autarquias Locais e desenvolvimento*, Porto: Afrontamento, 49-75.
- PAGE, Edward (1991), *Localism and centralism in Europe. The political and legal basis of Local Self-Government*, Oxford: Oxford University Press.
- PASSOS, Marcelino Lyra (1993), «Desenvolvimento, contingência e reestruturação organizacional», in COSTA, M. S.; NEVES, J. P. (orgs.), *Autarquias Locais e desenvolvimento*, Porto: Afrontamento, 145-169.
- PINTO, José Madureira (1991), «Considerações sobre a produção social de identidade», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, 217-231.
- POGGY, Gianfranco (1996), «La nature changeante de l'État. L'État et quelques aspects de son histoire», in WRIGHT, V.; CASSESE, S., (orgs.), *La récomposition de l'État en Europe*, Paris: La Découverte, 19-35.
- PORTAS, Nuno (1976), «Dos Municípios às Regiões», *O Jornal*, 3 e 10 de Setembro.
- (1979), «O Poder Local: que futuro?», *Cadernos Municipais*, 2, 9-17.
- (1988), «Sobre alguns problemas da descentralização», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, 61-78.
- PORTO, Manuel (1988), *A Reforma Fiscal Portuguesa e a Tributação Local*, Separata do *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*.
- PUTNAM, Robert (1993), *Making Democracy Works. Civic Traditions in Italy*, Princeton: Princeton University Press.
- QUADROS, Elias de Jesus (1978), «Poder e Mudança nas Organizações», *Revista da Administração Pública*, 1, 48-58.
- REIS, José (1990), «Os lugares e os contextos», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30, 45-73.

- RICHARDSON, J.; JORDAN, G. (1982), «The British policy style of negotiation» in RICHARDSON, J.; JORDAN, G., (orgs.), *Policy Styles in Western Europe*, London: Allen and Unwin.
- ROBERTSON, Roland (1990), «Mapping the global condition: Globalization as the central concept», *Theory, Culture & Society*, London: Sage, vol.7, 15-30.
- (1995), «Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity», in FEATHERSTONE, Mike; LASH, Scott; ROBERTSON, Roland (orgs.), *Global Modernities*, London: Sage.
- ROCHA, J. A. Oliveira (1989), «Governo local e cultura política: o caso da Póvoa do Lanhoso», *Sociedade e Território*, 9, 108-112.
- RUIVO, Fernando e VENEZA, Ana (1988), «Seis Questões pelo Poder Local», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25/26, 7-20.
- RUIVO, Fernando (1990), «Local e Política em Portugal: O Poder Local na Mediação entre Centro e Periferia», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 30, 75-95.
- (1995), *Um Estado Labiríntico: O poder relacional nas relações entre Poderes Central e Local em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Ino prelo, 1999, Porto: Afrontamento
- RUIVO, Fernando; CAMPOS, Bernardo (1995), *Estudo Preparatório da Lei das Finanças Locais*, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- SÁ, Luís (1983), «A construção do Poder Local, situação e medidas necessárias», *Poder Local*, 37, 4-18.
- (1988), «Gerir em Incerteza», *Poder Local*, 72, 3-4.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), «O Estado, a Sociedade e as políticas sociais: o caso das políticas de saúde», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, 13-74.
- (1989), *Palavras de Abertura do Colóquio As Encruzilhadas do Poder Local*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- (1993), «Modernidade, Identidade e a cultura de fronteira», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 38, 11-39.
- (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Afrontamento.
- SARMENTO, J. J. Saraiva (1989), «A liderança política nos municípios e o seu relacionamento com a burocracia da administração local», *Revista de Administração Local*, 113, 683-704.
- STREECK, Wolfgang; SCHMITTER, Phillipe (1985), *Private Interest Government*, London: Sage.
- TARROW, Sidney (1979), *Tra Centro e Periferia*, Bologna: Il Mulino.
- TERRAZZONI, André (1987), *La décentralisation à l'épreuve des faits*, Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence.
- THOMPSON, Grahame, et al. (1991), *Markets, Hierarchies & Networks: The Coordination of Social Life*, London: Sage.
- WILKS, S.; WRIGHT, M. (1987), «Comparing Government-Industry relations: states, sectors and networks», in WILKS, S.; WRIGHT, M. (orgs.), *Comparative Government-Industry Relations – Western Europe, the United States and Japan*, Oxford: Calendon Press.
- WRIGHT, V., CASSESE, S. (1996), *La récomposition de l'État en Europe*, Paris: La Découverte.
- VELTZ, Pierre (2000), *Mondialisation, Villes et Territoires. L'Économie d'Archipel*, Paris: PUF.

CIÊNCIA, PÚBLICOS E AMBIENTE: O DISCURSO «CIENTÍFICO» DOS MOVIMENTOS DE PROTESTO AMBIENTAL¹

MARIA EUGÉNIA RODRIGUES *

RESUMO

Utilizando alguns dos instrumentos analítico-conceptuais pertencentes ao campo dos estudos sociais sobre a compreensão pública da ciência, nomeadamente aqueles que se identificam com uma perspectiva crítica ou «situada» acerca dos públicos da ciência, analisam-se os percursos, os discursos e as modalidades de acção de um movimento de protesto ambiental que teve o seu auge em Portugal nos últimos anos da década de 90 do século XX. Dá-se particular atenção à forma como esses actores sociais manuseiam selectivamente o conhecimento científico, integrando-o de uma forma descomprometida no repertório das suas competências. Afirma-se, neste sentido, ser este um processo que não só tende a equilibrar os recursos dos diferentes actores sociais envolvidos nos conflitos, como, pelo lado dos movimentos de protesto ambiental, alarga o âmbito tradicional dos seus recursos de acção, diversificando os níveis de mediação em que podem intervir, bem como as redes de interacção que ficam habilitados a construir.

1. Introdução

Temos assistido, no domínio dos estudos sociais sobre a compreensão pública da ciência, à formação de duas perspectivas analíticas distintas no que se refere ao entendimento que acerca *do público* da ciência é produzido.

* Departamento de Sociologia, ICS, Universidade do Minho.

¹ Este artigo constitui uma versão alargada e revista da comunicação apresentada ao Congresso da *European Association for the Study of Science and Technology* (EASST), realizado na Universidade de York (Reino Unido), de 31 de Julho a 3 de Agosto de 2002.

Da que primeiro se desenvolveu e que dominou a agenda de investigação até ao início dos anos 90 do séc. XX, ressalta a visão de *um público* deficitário de saber cientificamente qualificado e das necessárias competências para o produzir (Wynne, 1995; Gregory *et al.*, 1998, Nunes, 2000). Trata-se de abordagens que denunciavam todo um esforço político, social e da própria ciência de promoção do acesso dos actores sociais leigos ao saber científico, integrando dessa forma o mapa ideológico das sociedades ocidentais (Wynne, 1995).

A segunda linha de análise, mais recente, parte do princípio da heterogeneidade *dos públicos* da ciência (e dela própria), na sua constituição, nos saberes e competências de base que possuem, nas experiências que mobilizam, enfim, na forma situada como a relação com esse saber científico é produzida e sustentada (Irwin, 1995; Nunes, 2000). Privilegia-se, assim, a análise dos processos de interacção e intersecção que se estabelecem ao nível da produção, mediação, aplicação e manuseamento do saber científico², considerando a multiplicidade de mundos sociais que neles intervêm.

Ora, aqueles que constituem os públicos-objecto deste artigo clamam pela segunda visão, expondo claramente as limitações da primeira perspectiva. Estes são, na verdade, públicos eminentemente activos, detentores de vontades e competências que rompem definitivamente com as visões normativas de um público monolítico. Estamos em presença de um conjunto de actores que, de cidadãos leigos, depressa se transfiguram em activistas ambientais apresentando-se no espaço público como detentores de determinados níveis e tipos de competências científicas e técnicas (ainda que a ausência de credenciais lhes fragilize a autoridade) destinadas a rivalizar com aquelas que, num determinado momento e fruto de condições sociais específicas, produzem o saber dominante e legítimo.

Em face do que ficou dito, o objectivo central deste texto consiste em demonstrar como a partir de processos selectivos de manuseamento, apropriação e adaptação de elementos pertencentes ao campo do saber científico e técnico, os grupos de protesto ambiental popular, conseguem conduzir a contestação no sentido desejado, alcançando níveis de sucesso antes impensáveis, se atentarmos nos recursos disponíveis para a acção.

² Esta abordagem, por alguns designada de «construtivista» (Wynne, 1995), tem-se revelado das mais dinâmicas no âmbito dos estudos sociais da ciência nos anos mais recentes, dinamismo que se constata utilizando um critério meramente quantitativista ou considerando o interesse científico e político-social dos resultados alcançados nas investigações. Referimos, a título indicativo, somente dois exemplos desenvolvidos no quadro da temática ambiental – central para os nossos objectivos – que demonstram bem os ganhos (sociais, políticos,...) que podem ser alcançados quando é adoptada uma postura de abertura em face dos contributos dos «leigos» (Petts, 2000; Yearley *et al.*, 2000).

Estaremos, desta forma, perante a construção de um novo repertório de modalidades de acção, baseado na utilização descomprometida dos recursos científicos.

Para tal, far-se-á uso de alguns dos resultados de uma pesquisa³ centrada na reconstrução de um movimento de protesto ambiental que teve o seu auge nos últimos anos da década de noventa do século passado em Portugal. Refiro-me ao conflito que se desenvolveu a partir da decisão do Governo português – anunciada publicamente em 8 de Maio de 1995⁴ – de construir uma Unidade Colectiva de Incineração e Tratamento Físico-químico Centralizada (vulgarmente conhecida por incineradora) em Estarreja, como peça central do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Industriais⁵.

2. Breve contextualização

Em termos institucionais, a história do tratamento dos resíduos é recente em Portugal, independentemente da sua natureza (industriais, domésticos ou hospitalares) e do grau de perigosidade que lhes está asso-

³ Pesquisa materializada na dissertação de Mestrado «Globalização e Ambientalismo – Actores e Processos no Caso da Incineradora de Estarreja», Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2000, realizada sob orientação do Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos e com o apoio financeiro da FCT, no âmbito do Programa PRAXIS XXI.

⁴ O anúncio público da tomada de decisão governamental foi feito pela então Ministra do Ambiente e Recursos Naturais Teresa Patrício Gouveia, mas o processo de contestação iniciava-se aproximadamente um ano antes atendendo às fortes probabilidades de Estarreja vir a ser o local escolhido para a construção da incineradora. Este é, na verdade, um processo demasiado longo e diverso para ser exposto num texto desta natureza. Cumpre-me, entretanto, esclarecer desde já – ou recordar –, que a incineradora não foi construída. Seria precisamente dois anos depois, em Maio de 1997, já com um governo socialista, que José Sócrates (Secretário de Estado-adjunto da Ministra do Ambiente, Elisa Ferreira) anunciaria o fim do projecto da incineradora e a aposta numa ‘nova’ solução: a co-incineração (incineração dos resíduos industriais em cimenteiras). Por fim, e passados cerca de cinco anos nos quais se discutiu e implementou a co-incineração, o processo estagnou de novo com o actual governo que, ao que tudo indica, optará por construir... uma incineradora.

⁵ Este seria o elemento estruturante da política ambiental de resíduos industriais portuguesa, integrando o célebre Plano Nacional da Política de Ambiente (MARN, 1995). Da sua constituição faziam parte a unidade de incineração e tratamento físico-químico (o tratamento físico-químico tem por finalidade modificar as propriedades dos resíduos, reduzindo o seu volume, imobilizando ou destoxificando em simultâneo os componentes tóxicos), dois aterros controlados e estações de transferência para recolha e armazenagem temporária dos resíduos.

ciada. O primeiro instrumento legal a definir a gestão dos resíduos como uma política prioritária data de 1985⁶.

Mas, em bom rigor, não podemos sequer falar da história do tratamento dos resíduos, mas antes da história das *ideias* sobre o tratamento dos resíduos já que, na prática, a implementação de decisões é meramente residual⁷.

Não obstante, a essa história que se tem desenvolvido aos solavancos, com avanços e recuos, impulsos imediatos e longas estagnações corresponde uma outra, central para os nossos objectivos. Trata-se da história das contestações que surgem em resposta às decisões que são tomadas a nível político-institucional. São contestações desencadeadas, na sua maioria, pelas populações locais transfiguradas rapidamente em personagens de uma narrativa em que ninguém lhes perguntou se queriam participar. Tratando-se de uma narrativa e para melhor desempenharem o seu papel, utilizam um vasto conjunto de recursos, entre os quais podemos indicar: I) mobilização de experiências e saberes empíricos, essencialmente de carácter localizado; II) institucionalização do movimento assumindo a figura jurídica de associação; III) inserção ou criação de redes de actuação; IV) utilização diversificada e selectiva do saber científico, explorando algumas das suas fragilidades. Com esta panóplia de recursos, lutam, gritam «não» e até ao momento têm conseguido mudar o final do guião.

A opção por concentrar o esforço analítico nos actores «leigos», funda-se no facto destes terem conseguido contrariar aquele que é um padrão já longo do ainda recente movimento ambientalista português⁸. A espontaneidade dos movimentos de protesto, nos quais a população se mobiliza contra uma agressão que, antes de atingir o ambiente, é sentida

⁶ Refiro-me ao decreto-lei n.º 488/85, de 25 de Novembro, onde se defende «*A prossecução de uma estratégia que tenha em vista incentivar a menor produção de resíduos, o desenvolvimento de processos tecnológicos que permitam a sua reciclagem, a eliminação dos não reciclados em condições de máximo aproveitamento do seu potencial energético e outros e de adequada protecção do ambiente (...)*», sem perder de vista «*as normas da Comunidade Económica Europeia, (...)*». A referência à CEE é, aliás, crucial, para que a enorme produção legislativa a que se assistiu em meados dos anos oitenta do século XX – assim como o hiato que a separa da sua aplicação efectiva –, possa ser cabalmente compreendida. Este avanço do quadro jurídico enquadra-se, obviamente, no esforço de aproximação geral (jurídico, institucional, político, económico e social) então empreendido face ao centro europeu. Para uma análise de alguns dos factores que explicam a discrepância apontada entre os quadros legais e as práticas sociais ver, entre outros, Santos (1985, 1990).

⁷ Como, aliás, é fácil de concluir se contabilizarmos as já quase duas décadas decorridas desde a assunção do compromisso político para com a gestão dos resíduos.

⁸ São questões analisadas noutra lugar e que, portanto, me coíbo aqui de desenvolver (Rodrigues, 1995a, 1995b).

como uma ameaça directa ao seu bem-estar físico introduzindo o risco e a incerteza nas suas vidas, sendo um sinal de força é, igualmente, um sinal de fraqueza.

Força, porque revela um potencial de mobilização vindo de sectores sociais que se julgariam à partida entorpecidos – estamos a falar, apesar da sua caracterização sociológica estar por fazer, de populações maioritariamente pouco urbanizadas, com uma escolaridade baixa, de uma faixa etária que tenderá a afastar-se da juventude, ou seja, longe quer do tipo classe média urbana, jovem, informada e esclarecida, quer do modelo pós-materialista de R. Inglehart⁹ (1990).

Fraqueza, porque a permanência desses movimentos no espaço público é subsidiária da própria existência da ameaça, extinguindo-se, na maior parte dos casos, juntamente com ela, mesmo que estes tenham, eventualmente, formalizado a sua actuação enquanto associação. O salto qualitativo que está subjacente à substituição da agenda atribuindo-lhe um carácter menos imediatista poucos grupos conseguem operar.

Mas este grupo, que começou por se auto-intitular «Movimento Esta He Regia», para numa fase posterior de reorganização surgir como «Associação Cegonha»¹⁰ (assim permanecendo actualmente) superou as fragilidades e reformulou a agenda, continuando hoje a sua actuação como associação de defesa do ambiente de Estarreja.

A visibilidade social da ameaça ou se quisermos, a percepção do risco constituirá, aliás, uma das variáveis determinantes na mobilização social de actores colectivos. O tipo de atitudes que poderíamos perceber como resultantes da percepção de risco, insere-se nas ‘novas’ formações sociais que

⁹ Segundo este autor, a força que o movimento ambientalista conquistou ao longo das últimas décadas do século XX, não se deve apenas ao facto de o ambiente se ter objectivamente deteriorado, mas também porque o público, principalmente o público jovem, se mostra mais sensível às questões ecológicas, na base de um crescimento da adesão aos valores «pós-materialistas»: as reivindicações que antes tinham um carácter essencialmente económico, teriam dado lugar à luta pela qualidade de vida, num sentido não económico; a defesa militar e a corrida aos armamentos no período da guerra fria, é substituída pela luta pela paz e pelo desarmamento (com ligações claras ao enfraquecimento da ideia de Estado-Nação); os conflitos de classe teriam sido substituídos pelas lutas pela emancipação da mulher e pelos direitos das minorias (Inglehart: 1990).

¹⁰ Estabelecer com rigor os percursos biográficos destes movimentos é tarefa dificultada precisamente pelo seu carácter espontâneo e informal, cuja fluidez não se compadece com datas e formalismos semelhantes. Ainda assim, pudemos detectar, no período inicial da contestação dois outros grupos em Estarreja: a associação «Ciconia» e o «MEL» (Movimento Estarreja Limpa). Foi precisamente a identidade da associação «Ciconia», legalizada mas inactiva, que os líderes do «Esta He Regia» decidiram assumir dois anos depois de terem surgido (Julho de 1994), numa tentativa de otimizar recursos. Para uma análise mais detalhada destas questões consultar o trabalho já referido (Rodrigues, 2000).

têm vindo a ser analisadas por diversos autores (Giddens, 1992; Beck, 1992, 1995, 1998; Lash *et al.*, 1995, entre outros). Beck (1992), por exemplo, identifica como um dos traços dessa nova forma societal, a que chamou de *sociedade de risco*, a existência de uma relação menos constrangedora das instituições e dos sistemas de crenças sobre os actores sociais, fruto de um processo de *modernização reflexiva*. A abertura do campo das opções que este processo acarreta, acaba por arrastar consigo o aumento da «insegurança ontológica» e, conseqüentemente, do risco. A fim de minorar esse risco, os sujeitos sociais adoptam uma posição pró-activa, isto é, modelam eles próprios o processo de modernização ao invés de seguirem padrões pré-definidos de comportamento. Este carácter de *agência* pode ser encontrado, nomeadamente, nos movimentos ambientalistas.

3. Estratégias de acção e discurso científico

É quando procuramos entrar analiticamente no campo das estratégias de acção que o discurso científico surge como uma incontornável dimensão de análise. E será nos recursos discursivos de que os protagonistas da acção fizeram uso ao longo do processo de contestação (que se prolongou de 1994 a meados de 1997), que iremos encontrar o *seu discurso científico*, isto é, as diversas vertentes de apropriação do conhecimento científico, mas igualmente a produção de um saber distinto do oficial.

A entrada nesse universo discursivo é-nos facultada pelo boletim informativo do movimento, o *Não Nos Lixem*¹¹. É neste órgão de informação, suporte físico que objectiviza competências, experiências, no fundo, visões do mundo, que encontramos os textos que nos permitem desconstruir a visão de um público ignorante e desclassificado quando o tema é a ciência e a sua aplicação. São deste boletim os exemplos que a seguir se referem.

Este movimento cedo percebeu que as «razões técnicas» com que a incineradora era politicamente legitimada, ao nível do governo central como da autarquia local, poderiam ser confrontadas com outras tantas que a deslegitimassem. Mais, dentro da lógica do pensamento racional, as expe-

¹¹ A análise incidiu nos doze números publicados entre Julho de 1995 e Maio de 1998. O *Não Nos Lixem* é, na verdade, o boletim informativo da «Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos», uma estrutura de carácter nacional, porque nacional era a abrangência dos planos governamentais (devemos ter presente a intenção da construção dos aterros e das estações de transferência) e, desta feita, nacional deveria ser a luta a travar. No entanto, quer pelo papel predominante do grupo de Estarreja na sua dinamização, quer pelas temáticas abordadas dizem respeito em grande medida à incineração de resíduos industriais, associou-se o boletim com o «Esta He Regia».

riências passadas e o presente vivido são dimensões que criam continuidades argumentativas não só aceitáveis como legítimas, do ponto de vista destes actores. É o que se percebe neste primeiro exemplo:

«EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE ESTARREJA

Somos um grupo de Municípes preocupados com o rumo que está a tomar a temática do “SISTEMA NACIONAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS TÓXICOS E INDUSTRIAIS”. Atendendo ao facto de V. Ex.^a, ter tomado, a título pessoal, uma posição pública favorável à instalação da Incineradora, o que fez sem a prévia consulta da população, arrogamo-nos o direito de discordar frontalmente deste tipo de conduta. Justificamos esta nossa atitude por duas ordens de razões:

1. TÉCNICAS

1. a – Porque só produzimos menos de 2 % do total de lixos tóxicos do país.

1. b – Porque não somos o único parque industrial do Norte do país.

1. c – Porque temos as mesmas condições de acessibilidade que algumas dezenas de concelhos ao longo da linha norte.

1. d – Porque a instalação de uma incineradora atrai indústrias de química pesada potencialmente perigosas.

1. e – Porque a oferta de emprego decorrente da instalação de qualquer uma das unidades (no máximo 20 postos de trabalho) não vem minimamente satisfazer as necessidades do concelho.

2. EMOCIONAIS

Julgamos perfeitamente legítimo que uma população massacrada com 40 anos de indústria química pesada, se mostre, no mínimo, indignada com a perspectiva de ver esta situação prolongada e talvez agravada. Critérios estritamente técnicos e economicistas não devem ser os únicos a presidir ao destino de um concelho.

Não obstante o processo negocial para a instalação das referidas unidades de tratamento de lixo tóxico industrial, se encontrar numa fase bastante adiantada, é com pesar que constatamos a inexistência de qualquer posição oficial clara e peremptória por parte da Câmara a que V. Ex.^a preside.

Julgamos fazer eco de um sentimento generalizado quando nos consideramos preteridos num assunto que a todos diz respeito. Prova disso, é a extensa lista de assinaturas recolhidas, que oportunamente teremos o prazer de enviar a V. Ex.^a.

Sem mais de momento, atenciosamente,

O movimento “ESTA HE REGIA”»

(1.^a aparição pública do «Esta He Regia» – Julho de 1994; reprodução integral do documento)

Assiste-se, neste documento, à união da técnica e da emoção, sem que aparentemente se tenha violado algum dos cânones científicos que enquadram as definições ou «narrativas convencionais» (Nunes e Gonçalves, 2001:13) que sobre a ciência moderna foram construídas ao longo dos últimos séculos. Na verdade, esse aspecto – o respeito ou a aceitação de uma normatividade canónica reguladora da actividade científica – não constitui sequer uma preocupação para quem, como estes actores sociais, tem a tarefa de construir um problema social, político, ambiental, mas também científico, lançando-o no domínio público. Estes cidadãos são cidadãos comprometidos com uma causa, não com a ciência. O seu objectivo impele-os para estratégias de actuação que não se compadecem com o «pudor» de entrar em novos territórios de conhecimento. A sua urgência não pede emprestadas as parcelas do saber de que necessitam: usam-nas tão só.

Estamos perante uma estratégia de actuação vincadamente pragmática, na qual os recursos de carácter científico ou técnico são manuseados porque certificam práticas, não porque se insiram no quadro das competências dos actores sociais que os manipulam.

Na continuação da análise, encontraremos novas significações, como as que decorrem do artigo intitulado «O que é uma incineradora?»¹².

Este texto expõe de forma clara a separação entre a ideia de incineração partilhada por todos aqueles que a defendem – a ideia errada, falsa – e a ideia de incineração dos seus opositores – a ideia correcta, verdadeira.

Essa separação, o ponto de demarcação do falso do verdadeiro, reside na expressão «Na realidade...» que, friamente, nos arranca da ilusão das soluções fáceis e simplistas:

«A incineração dos resíduos transformará, pelo menos em teoria, os compostos orgânicos em matérias inorgânicas: dióxido de carbono (CO₂) e água (H₂O). (...) Na realidade, um forno incinerador é o local de reacções similares às que se produzem numa fábrica de síntese química (cfr. a indústria do cloro). Em ambos os casos assiste-se à formação de subprodutos, de que os organoclorados são os mais nocivos. Nada desaparece.*»*

O exemplo da fábrica de cloro não é, naturalmente, inocente. Explora a perigosidade que lhe é associada, pelo conhecimento generalizado de situações graves resultantes de acidentes ocorridos em unidades industriais

¹² Boletim n.º 1, pp. 2 e ss.

* O sublinhado é meu.

similares, nomeadamente na zona em que se projectava instalar a incineradora¹³.

«Nada desaparece» marca uma vez mais uma posição definitiva: a queima dos resíduos não provoca a sua aniquilação. O vocabulário científico e técnico é utilizado profusamente, parecendo denotar uma vontade explícita em deixar claro que é dominado, mas em simultâneo transparece o desejo de omissão dessa competência, procurando a simplicidade no discurso. Os parênteses, são, a este propósito reveladores:

«Para destruir os resíduos tóxicos (em Química fala-se de moléculas orgânicas complexas), é necessário submetê-las a temperaturas muito elevadas, entre 400° e 1600° C.»*

A indestrutibilidade dos resíduos ou das matérias que resultam da sua incineração é constantemente reiterada, fazendo uso do célebre princípio de Lavoisier «nada se perde, nada se cria, tudo se transforma». Trata-se de uma «lei» científica amplamente popularizada e celebrizada por todos os instrumentos de divulgação/educação científica, desde os livros aos programas de televisão e que, por isso, integra actualmente o repertório científico do senso comum sendo a sua utilização uma garantia de inteligibilidade por parte do público. A incineração passa a ser apenas um mecanismo que transforma uns resíduos perigosos noutros resíduos perigosos, alimentando um ciclo interminável.

A química e a bioquímica são as áreas do saber (com a autoridade firmada na validade universal de conhecimentos e procedimentos) através das quais se procura explicar o que é uma incineradora. Trata-se de uma opção discutível quando se pensa na descodificação da mensagem – a sua compreensão é dificultada pela profusão de termos técnicos provenientes das áreas referidas – mas ajustada quando se luta por um estatuto que ofereça credibilidade e autoridade. Pode-se, até, admitir como hipótese que a argumentação com base no conhecimento racional científico revela igualmente,

¹³ É no parque industrial-químico de Estarreja que se localizam, desde os anos 50 do século XX, algumas das mais significativas indústrias de «alto risco» do país. Para além da grave contaminação que se conhece nas águas e solos do concelho, o que está aqui em causa são eventuais fugas de gases tóxicos das fábricas de produtos químicos (que ocorrem com alguma regularidade), ou acidentes de dimensão comparável aos que tiveram lugar em Seveso (Itália), em 10 de Julho de 1976, onde uma avaria num reactor de uma empresa provocou doenças irreparáveis na população pela acção das dioxinas; ou em Bhopal (Índia), em Dezembro de 1984, quando uma fuga de isociano de metilo da empresa *Union Carbide*, provocou a morte imediata a mais de duas mil pessoas e danos irreparáveis ou ferimentos graves a cerca de vinte mil.

* O sublinhado é meu.

por parte dos movimentos de contestação, uma diminuição de intensidade da estratégia de afrontamento, que é substituída num ponto determinado do conflito por uma estratégia de negociação, em que os instrumentos utilizados deverão ser idênticos aos que as instituições oficiais promovem.

De regresso ao artigo («O que é uma Incineradora?») compreendemos o que foi afirmado:

«Encontramos aí, com efeito, solventes clorados, pesticidas, PVC, tintas, produtos farmacêuticos, metais, tinturas e pinturas. (...) dos cloro-fluor-carbonos (CFC) utilizados nos aerossóis e os policloroferiles (PCB) utilizados nos transformadores eléctricos.»

(...) «Estes depuradores (máquinas de lavagem, scrubbers, etc.) e filtros neutralizam o ácido clorídrico (HCL) e o ácido fluorídrico (HF); retêm também certas substâncias sólidas antes da libertação dos gases na atmosfera.»

Apenas a parte final do texto (não reproduzida) se destina a ser entendida pela população em geral que, não se interessando significativamente pelo que se passa no interior da incineradora, se importa sobremaneira com o que de lá sai. Esta é, aliás, uma preocupação constante nestes boletins – acentuam-se as consequências, os resultados, na verdade, aquilo que pode afectar a vida das populações e o meio circundante.

A utilização do conhecimento científico e técnico acarreta, todavia, uma dimensão paradoxal, como se as críticas e limitações que são apontadas às tecnologias, neste caso as da incineração, viessem reforçar a credibilidade das mesmas. É que quando estes actores sociais se revelam possuidores dos conhecimentos utilizados para sustentar as incineradoras, expondo as fórmulas matemáticas utilizadas para *«verificar o funcionamento de uma incineradora»*, mais não fazem do que recorrer à forma de conhecimento dominante – a científica –, fortalecendo-a. Ou quando afirmam que *«vários estudos demonstraram que uma exposição a estes produtos [os organoclorados] pode causar cancro, malformações à nascença e abortos»* e que *«estes produtos podem igualmente causar lesões importantes no sistema reprodutivo, provocar a esterilidade, enfraquecer o sistema imunitário e ser a fonte de problemas nos rins e fígado»*¹⁴, não estão senão a legitimar o conhecimento e a actividade científica, produtora de toda esta informação.

Como resolver este paradoxo? Como não confiar na exactidão de uma fórmula matemática? Como não confiar na sua incorruptibilidade, principalmente depois de um longo processo de glorificação da ciência moderna

¹⁴ Continua-se a tentar responder à questão «O que é uma incineradora?», mas já no Boletim n.º 2, pp. 4 e ss.

por via do qual esta é elevada à categoria de divindade detentora da verdade universal?

Estamos uma vez mais em presença daquilo que tem sido designado de «narrativas convencionais da ciência moderna» (Nunes e Gonçalves, 2001), das quais as questões formuladas constituem um exemplo da sua materialização. Ou seja, tal paradoxo tem lugar somente no seio desse enquadramento social, político, institucional e cultural em que a ciência moderna passa por ser «a expressão por excelência de um saber e de uma forma cultural universais» (op.cit: 13), deixando de possuir pertinência analítica no âmbito de uma perspectiva crítica, como a que tem sido desenvolvida pelos estudos sociais da ciência.

Não só a ciência não é um campo de convergências e de unidades, mas de heterogeneidades constitutivas que atravessam e enformam os seus princípios epistemológicos, os métodos, as práticas (Nunes, 2000; Lynch, 1993) prestando-se os seus resultados a ser manuseados de um modo flexível e, num certo grau, manipulados, como os processos sociais que envolvem a ciência aplicada implicam a ponderação de variáveis – históricas, sociais, de localização no tempo e no espaço – que não são consideradas nos modelos originais.

É também o que percebemos da análise do artigo «Não somos cobaias»¹⁵. A autora é química («especialista» – garantem-nos – «em incineração de resíduos»), colaboradora do *Greenpeace* (mais uma garantia de credibilidade) e de Barcelona que, não sendo um dos grandes centros de investigação internacionais, fica no *estrangeiro* e nesta como noutras áreas há uma maior confiança no que é importado¹⁶. As dificuldades sentidas em Barcelona são comprovadas no próprio texto quando a autora refere que «em Espanha ainda é necessário recorrer a laboratórios de outros países europeus para a realização de certas análises» relativas ao funcionamento das incineradoras e, se isto acontece em Espanha, o que acontecerá em Portugal?

Para além destas, há mais algumas ideias do texto que convém salientar:

1.^a – moderno não é sinónimo de perfeição: «*Os exemplos das mais modernas instalações situadas na Europa não demonstraram que se trate de instalações perfeitas, pelo contrário, os problemas foram e são grandes*».

¹⁵ Boletim n.º 3, pp. 6 e 7.

¹⁶ Esta é, aliás, uma das características que permite que Portugal, classificado como «semiperiferia» no quadro da economia-mundo capitalista, seja descrito como um país periférico relativamente ao centro europeu, no que toca à produção de ciência. Para uma compreensão dos dois posicionamentos, ver Santos, 1994 e Nunes e Gonçalves, 2001.

2.^a – os projectos são uma coisa e o que se constrói é outra: «*Algumas análises realizadas em estações de tratamento de resíduos mostram valores elevados de compostos orgânicos clorados. Todos os projectos garantem, no papel, uma ausência total destes compostos*».

3.^a – o controlo não é rigoroso: «*(...) as análises realizam-se com menos periodicidade que a prevista, por vezes não se realizam porque as normas não as exigem ou pelo elevado custo que representam, (...)*».

4.^a – as informações são ocultadas aos cidadãos: «*A maioria das vezes os cidadãos não sabem nada do que se está emitindo nestas instalações ainda consideradas tabu (...)*» e, naturalmente, a intenção deliberada de fazer com que os cidadãos permaneçam na ignorância faz com que as suspeitas aumentem.

Ou seja, o que faz a diversidade das situações, neste caso, o que faz a diversidade das incineradoras é a sua singularidade, o que implica que para além de todos os procedimentos de controlo, monitorização e rigor, prevaleça sempre uma margem de incerteza. E esta não é compatível com a confiança pública.

A questão que se coloca do lado de quem manuseia e se apropria do saber científico no âmbito de uma estratégia de actuação destinada a inverter o curso da acção (como é o caso em análise) é a seguinte: uma vez que sobre uma mesma dimensão da realidade se constróem várias leituras, todas se reclamando da autoridade e legitimidade científicas, por que não usufruir dessa ambiguidade e incerteza? Porque não situar-se nas fronteiras que entre essas leituras se vão desenhando?

Este é, portanto, um recurso utilizado profusa e selectivamente porquanto os vemos tirar partido dos conhecimentos que de alguma forma vão de encontro às suas posições e recusar aquele que serve de sustento a práticas às quais se opõem. Os próprios ambientalistas enquanto actores directamente envolvidos nos processos de definição da agenda ambiental se rodeiam de especialistas, devidamente credenciados, dotados dos recursos técnicos necessários, a fim de produzir legitimamente a sua versão científica sobre a matéria. A dimensão instrumental da ciência e do conhecimento científico adquire, assim, plena forma a partir da luta travada pela determinação da «verdade» e, conseqüentemente, do campo ganhador que consegue impor, como socialmente dominante, a *sua* verdade.

A apropriação da legitimidade simbólica de que beneficiam algumas instituições e organismos estrangeiros, poderá ser de extrema utilidade para a concretização deste objectivo. Eis um caso exemplar, retratado no artigo intitulado «O que é um aterro controlado?»¹⁷.

¹⁷ Boletim n.º 1, pp. 4 e 5.

Para responder a esta pergunta, os autores do texto – os próprios elementos do *Esta He Regia* – socorrem-se de uma instituição à qual é reconhecida legitimidade (pela comunidade científica em geral, pelo movimento ambientalista internacional, mas também pelos poderes públicos) para afirmar que os aterros de resíduos tóxicos não têm a segurança prometida. Trata-se da *United States Environmental Protection Agency* (USEPA) que, para além de beneficiar do poder simbólico inerente a qualquer objecto (do saber ou não) proveniente dos EUA, usufrui igualmente do facto de serem os EUA um dos mais fortes centros mundiais de produção, aplicação e divulgação científicas¹⁸. Assim, a «*USEPA afirma que todos os aterros virão um dia a verter*». Não se trata de uma hipótese ou de probabilidades formuladas com a natural margem de erro, mas da certeza de que o que a USEPA afirma vai acontecer, porque é ela quem o afirma.

A legitimação institucional que procuram é corroborada pelas longas citações que fazem de textos produzidos pela agência do ambiente americana (após uma breve explicação do processo de construção de um aterro controlado) para concluírem, como a própria USEPA que «*a redução dos resíduos e a reciclagem são provavelmente as melhores alternativas aos aterros*».

A utilização do discurso científico pode, não obstante, transportar alguns problemas. É que, ao mesmo tempo que se procura legitimar a defesa do ambiente ou, no caso concreto, deslegitimar a decisão política de construir a incineradora com base na argumentação científica, persiste a necessidade de promover e manter a adesão das populações potencialmente vítimas das agressões ao ambiente. As dificuldades surgem quando consideramos as barreiras que se interpõem no acesso dessas populações à compreensão da linguagem científica, tradicionalmente construída de um modo cifrado com o objectivo de se constituir num objecto discursivo intrinsecamente distinto daqueles que enformam o mundo dos leigos, algo que podemos incluir numa acepção alargada de *boundary work* (Gieryn, 1999) ou «trabalho de demarcação de fronteiras» entre a ciência e outras formas de conhecimento (Nunes e Gonçalves, 2001).

A forte necessidade de mobilização popular torna, desta feita, imprescindível a utilização um conjunto de recursos discursivos mais alargado. Poderemos até sustentar, como hipótese, que as insuficiências reveladas pela tradução de uma linguagem científica num registo destinado a um público mais vasto, serão um dos factores a favorecerem o recurso a um discurso tendencialmente dramatizado. Algo que o próximo exemplo

¹⁸ Remeto, para uma discussão mais alargada das questões relativas à compreensão do que pode ser designado por «sistema mundial da ciência», para Nunes e Gonçalves, 2001; Bastos, 1999, entre outros.

(«Impacto das incineradoras na agricultura»¹⁹) ilustra perfeitamente, remetendo as consequências da actividade das incineradoras para o quotidiano das populações, para as suas actividades económicas e formas de sobrevivência:

«Na escolha das localizações para as incineradoras, as empresas de eliminação de resíduos perigosos escolhem aquelas comunidades onde esperam vir a ter pouca resistência política. Como resultado, estas unidades estão maioritariamente localizadas em áreas cujas populações são pobres, de idade, religiosas, rurais e/ou compostas de pessoas de cor.»

Este parágrafo inicial do artigo deixa clara a relação entre desigualdade social (pobreza, analfabetismo, marginalidade e exclusão social) e problemas ambientais²⁰, alertando as populações para a necessidade de uma atitude de vigilância permanente face a uma ameaça que se crê insidiosa.

Nota-se, todavia, num ponto posterior do texto intitulado «E as pessoas» uma preocupação em contrabalançar as informações técnicas (centrais no artigo), com casos reais como o de Mary McCastle, residente em Alsen, Louisiana, EUA. Através do testemunho desta habitante acedemos à memória local e ao registo das alterações sofridas precisamente com a instalação de uma incineradora, o momento chave na viragem do modo de vida em Alsen:

«Nós vivíamos só desta quinta (...) toda a comunidade em Alsen vivia dos nossos campos. (...) Depois de vir a Rollins [empresa responsável pela incineradora] ... Ninguém conseguia comer a carne. Os porcos começaram a morrer, as galinhas começaram a morrer.»

Os habitantes demonstram uma ignorância que paradoxalmente é um saber: «*Não sabíamos o que é que se passava. Então descobrimos que a Rollins estava a queimar resíduos perigosos.*» O saber que detêm e que verdadeiramente lhes interessa, é aquele que diz respeito às consequências, por eles sentidas e vividas quotidianamente.

Aliás, a ignorância não é definitivamente um atributo que defina as populações sujeitas a estes processos. As competências e os saberes localiza-

¹⁹ Boletim n.º 2, pp. 8 e ss.

²⁰ É esta relação que está na base de uma corrente ambientalista, a *ecojustice* («justiça ambiental»), que tem mobilizado adeptos principalmente nos EUA. Em traços muito gerais podemos dizer que são as minorias (comunidades negra, mexicana, porto-riquenha e os povos indígenas, no âmbito da realidade norte-americana) as ambientalmente mais violentadas, em virtude do seu campo de opções ser limitado pelas condicionantes de ordem sócio-económica.

dos que mobilizam, como o têm demonstrado diversos estudos (Yearley *et al.*, 2000; Petts, 2000), ajudam não só a formular o problema de um modo mais abrangente, mas também a encontrar as vias mais adequadas para o solucionar. Para além disso, à medida que as populações se vão inteirando dos mecanismos de construção do saber, as suas competências vão sendo alargadas, rivalizando na especialização e perícia com os seus detentores legítimos, os cientistas ou os técnicos.

4. Redes e níveis de mediação

Afirmámos, a título de objectivo a presidir a esta reflexão, que a utilização selectiva do conhecimento científico, não só possibilita aos movimentos ambientalistas concretizar os seus objectivos, como ao fazê-lo, está em simultâneo a favorecer a construção de novas modalidades de actuação. Deveremos, para fazer face a tal objectivo, ponderar alguns elementos adicionais da trajectória do «Esta He Regia».

A capacidade de permanência no espaço público deste movimento local seria posta à prova, desde logo, pelas associações ambientalistas nacionais e pelo revés que representou a sua posição favorável face ao sistema de tratamento de resíduos industriais²¹. Este comprometimento inicial das associações nacionais para com a política governamental, assume-se como um dado incontornável e um primeiro nível de dificuldade a ser superado pelo movimento local.

O apoio da única associação portuguesa que valida o âmbito nacional – a «Quercus», chegaria algum tempo depois (é simultâneo da realização de uma manifestação em Estarreja, em 9 de Abril de 1995) mas, entretanto, tinha decorrido praticamente um ano (deveremos ter presente o facto de o «Esta He Regia» ter iniciado a contestação em 1994) em que a luta contra a incineração se travara exclusivamente a nível local. E foi notório no decurso dos acontecimentos o défice de suportes e de redes com que o movimento local se apresentou publicamente. Para que a luta destes cidadãos fosse credível era imprescindível que as associações ambientalistas nacionais esti-

²¹ É um facto incontestado que, ainda antes da tomada de decisão governamental (1995) relativamente à construção da incineradora, já se conhecia publicamente o «alinhamento» da «Quercus», «Geota» e «LPN» com o poder político. Na base deste posicionamento estaria o pressuposto, ou o acordo tácito realizado com o governo, de que a incineradora não seria o elemento central do sistema de gestão de resíduos, apostando-se numa política sustentada de redução e reciclagem de resíduos industriais. A percepção de que tal acordo não se efectivaria, justificou a mudança de posição da «Quercus» e, por arrastamento, do «Geota» e da «LPN».

vessem ao seu lado, disponibilizando recursos, certificando a validade e o mérito da luta em termos técnicos, ambientais e sociais.

Mas o que importa aqui destacar é a importância que este comprometimento das associações nacionais teve para o desenrolar da acção, já que impeliu os activistas locais a encontrar suportes alternativos – o discurso científico –, fomentando a criação de redes em que o nível local, nacional e global se entrecruzam. Assim ganha forma e se estrutura todo um conjunto de canais de circulação, troca e produção de fluxos de informação, essenciais para a afirmação do «Esta He Regia» como associação de defesa do ambiente credível no espaço público, mas também como entidade detentora de autoridade para questionar, com base em argumentos científicos, as decisões políticas, elas próprias em parte justificadas a partir de critérios de natureza idêntica²².

E não foi necessário muito tempo para o movimento local conseguir preencher a lacuna que representou o virar de costas das associações nacionais. Em seu lugar fazia uso de dois suportes associativos que funcionando, muito embora, em registos distintos concorriam para os mesmos objectivos: reforçar, apoiar e legitimar a luta local.

Assim, num registo tendencialmente localizado porque circunscrito às referências territoriais que o enformam e lhe dão origem, mas de âmbito nacional quanto ao nível de mediação e escala de actuação que representa, vamos encontrar a «Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos» (CNCT)²³, englobando todos os locais do país (cerca de dez) que, potencialmente, poderiam vir a fazer parte do sistema de tratamento de resíduos industriais.

A percepção do enorme potencial que encerravam as contestações que, de uma forma desgarrada e esporádica, se verificavam um pouco por todo o país a propósito da eventual inclusão no sistema, foi o que bastou para construir aquela estrutura nacional. Tratava-se, de acordo com esta perspectiva, de um conjunto de recursos em informação, técnicos e sobretudo humanos que estariam subaproveitados e aos quais se podia atribuir um carácter estratégico se, ao invés de lutas isoladas e problemas locais, se combatesse um problema nacional de forma concertada. Isto significa que o nível local há pouco identificado se amplifica de forma a nele incluir o nível nacional.

²² Não é este o lugar para uma análise das relações que se estabelecem entre a ciência e os agentes científicos, e a política e os agentes políticos. Uma análise cuidada de tais relações, aplicada à realidade portuguesa, pode ser encontrada em Gonçalves, 2000 e 2001.

²³ Até Maio de 1995, o processo estava em aberto e, para além da localização da incineradora, havia que decidir a localização dos aterros e da estação de transferência. A CNCT, partindo da iniciativa de um grupo de Setúbal, rapidamente deu voz e reforçou a luta de Estarreja.

De modo algo redutor poderíamos dizer que do «aqui não!» (muito próximo do designado síndrome *nimby*²⁴) se passou para «o sistema não é solução!».

Ainda assim, o trabalho desenvolvido pela «Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos» seria sempre um trabalho conotado com amadorismo; aos seus elementos, simples cidadãos leigos envolvidos numa causa pontual, faltava o passado na defesa ambiental e a certificação das competências que exibiam. Ou seja, existia ainda um amplo espaço por preencher na edificação das redes do movimento local e que parecia adequar-se ao contributo que uma grande organização internacional como o *Greenpeace* poderia prestar. E esse é, de facto, o outro suporte legitimador a ser construído. O carácter vincadamente transnacional desta organização ambientalista coloca-a num registo forçosamente globalizado que confere validade internacional e, do mesmo passo, projecção nacional à luta das populações. A mera possibilidade de o *Greenpeace* actuar no nosso país contra o sistema proposto pelo governo, é um dado suficiente para desautorizar seriamente o plano governamental e legitimar a luta das populações locais²⁵.

O défice de profissionalismo com que se debatiam publicamente as estruturas então criadas, seria colmatado por esta organização internacional num processo que culminaria com a visita do «especialista do *Greenpeace* francês em resíduos»²⁶ (assim era apresentado), o que permite duas leituras complementares. A primeira, não só assevera a forte disposição do movimento local em contrariar a decisão oficial, como denota o seu enorme esforço de integração no movimento ambientalista «oficial». A segunda, demonstra como é possível a um pequeno movimento de protesto local, aceder e participar em redes de carácter global, das quais recolhe os dividendos que melhor se adequam aos objectivos localizados da sua luta.

²⁴ «*Not in my backyard*» («no meu quintal não»). Princípio que tem servido para explicar as atitudes de recusa e contestação das populações relativamente a soluções localizadas de um problema global, como acontece no caso dos resíduos em geral.

²⁵ Assim o fazia crer, por exemplo, este título do jornal *Público* (13/06/95): «*Contra a solução do Governo para tratamento de resíduos industriais / GREENPEACE ADMITE ACÇÕES EM PORTUGAL*».

O *Greenpeace* usufrui, desde há alguns anos, de uma autoridade e de um poder que lhe conferem um lugar invejado por muitos e respeitado por tantos outros. A acção directa como forma de actuação, o saber técnico e científico como legitimação e uma íntima ligação com os meios de comunicação social, são alguns dos componentes que contribuem para o sucesso desta organização.

²⁶ A referência diz respeito à visita realizada a Estarreja e a outros locais do país por um membro desta organização internacional que foi profusamente noticiada na imprensa nacional e regional. Esta visita ocorria cerca de dois meses depois do anúncio público da decisão de construir a incineradora em Estarreja.

O que ambos os suportes comprovam é que esta procura da legitimidade e da certificação é percorrida dinamicamente por níveis de informação de complexidade diferenciada que se ligam em cadeia numa lógica de espiral, ou seja, o grau de complexidade que encerra um qualquer elo da cadeia é superior ao do que o precede e inferior ao do que se lhe segue. Por esta razão, surge em primeiro lugar a formação de uma estrutura local, de seguida uma de âmbito nacional (a CNCT) e, por fim, a colaboração com o *Greenpeace*.

Podemos assim estabelecer, quanto à criação de redes, nacionais e internacionais, tratar-se de uma estratégia de sobrevivência de sujeitos sociais que, à partida, se encontram numa posição desfavorável no jogo de forças do conflito, sendo o seu fomento um meio de projecção dos movimentos locais no espaço nacional sem que, contudo, lhes corresponda a necessária estrutura e base de apoio.

5. Conclusão

A decisão de incluir na análise realizada as redes e os níveis de mediação construídos, em paralelo com os recursos científicos utilizados ao longo do conflito que, tendo sido liderado pelo grupo «Esta He Regia», mobilizou igualmente a população local, deve-se à centralidade que ambos ocuparam no trabalho de construção, divulgação e transfiguração daquele que começou por ser um problema de carácter eminentemente localizado. Se isolarmos os dois momentos que constituem os dois marcos temporais centrais, o que verificamos é que, de Julho de 1994 (data da aparição pública do movimento local) a meados de 1997 (a decisão de não construir a incineradora foi conhecida no dia 8 de Maio de 1997), o objecto de contestação surge substancialmente distinto do original.

E é neste ponto que reside a vitória desse movimento de protesto: na capacidade demonstrada em construir e amplificar o *seu* problema, transmutando-o numa questão de contornos intrinsecamente globais, tanto em termos de escala, como dos contextos que envolve. Para além dos mais evidentes contornos ambientais, políticos, económicos e sociais que vão desenhando o problema contextualmente à medida que vai sendo construído, estes actores sociais conseguem, em certa medida, deslocalizar esse mesmo problema. A dimensão do saber científico, adicionada como vimos com habilidade, é o factor essencial que permite aos actores sociais libertar o «problema incineradora» das óbvias conotações territoriais, construindo-o num objecto novo quando para si transferem algumas das proposições, ainda dominantes, da ciência moderna, como a universalidade.

Mas, podemos dizer ainda que os actores sociais analisados conseguem alcançar outras significações ao explorar algumas das fragilidades

encontradas no saber construído acerca da tecnologia «incineradora», uma competência crucial num momento em que as disputas entre saberes correlativos, expõem os limites dos próprios mundos da ciência²⁷.

Todas estas ressonâncias estão presentes no percurso em que foi analisado o desempenho de um movimento de protesto que, sintetizando:

- I) é composto por sujeitos sociais alheados das formas de participação e mobilização que vulgarmente são associadas aos movimentos sociais;
- II) está distante da formulação e análise dos problemas ambientais, mas demasiado próximo da experimentação das suas consequências (se pensarmos no parque químico), e distante também das associações ambientalistas;
- III) faz da apropriação do conhecimento científico um mecanismo que tende a equilibrar os recursos dos actores em conflito, alargando o âmbito tradicional dos seus recursos de acção, diversificando os níveis de mediação em que podem intervir, bem como as redes de interacção que ficam habilitados a construir.

Bibliografia

- BASTOS, Cristiana (1999), *Global Responses to AIDS: Science in Emergency*, Bloomington, Indiana: Indiana University Press.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society – Towards a New Modernity*, London: Sage.
- (1995), *Ecological Enlightenment – Essays on the Politics of the Risk Society*, New Jersey: Humanities Press.
- (1998), «Politics of Risk Society», in Jane Franklin (org.), *The Politics of Risk Society*, London: Polity Press.
- GIDDENS, A. (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta.
- GIERYN, Thomas F. (1999), *Cultural Boundaries of Science: Credibility on the Line*, Chicago: The University of Chicago Press.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (2000), «Ciência, política e participação» in Gonçalves, Maria Eduarda (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras: Celta.

²⁷ Esta questão remete quer para o «trabalho de demarcação de fronteiras», já mencionado, quer para a problemática da incerteza que tem vindo a adquirir uma presença crescente nas mais recentes abordagens dos estudos sociais da ciência. A relação entre peritos e não peritos, o papel de formas de saber marginalizadas na construção do saber científico, confiança pública e responsabilidade, são algumas das temáticas que se cruzam quando se procura desconstruir a visão de uma ciência universalmente válida, rigorosa, verdadeira (Wynne, 1987; Jasanoff *et al.*, 1995; Gregory *et al.*, 1998; Gonçalves, 2000; Nunes e Gonçalves, 2001).

- (2001), «A importância de ser europeu: ciência, política e controvérsia sobre o risco da BSE em Portugal», in NUNES e GONÇALVES (org.), *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*, Porto: Afrontamento.
- GREGORY, Jane; MILLER, Steve (1998), *Science in Public – Communication, Culture and Credibility*, New York: Plenum Press.
- INGLEHART, Ronald (1990), «Values, Ideology and Cognitive Mobilization in New Social Movements», in DALTON, R. e KUECHLER, M., *Challenging the Political Order – New Social and Political Movements in Western Democracies*, Cambridge: Polity Press.
- IRWIN, Alan (1995), *Citizen Science: A Study of People, Expertise and Sustainable Development*, London: Routledge.
- JASANOFF, Sheila; MARKLE, E. Gerald; PETERSEN, James C.; PINCH, Trevor (eds.) (1995), *Handbook of Science and Technology Studies*, Thousand Oaks: Sage.
- LASH, Scott; SZERSZYNSKI, Bronislaw; WYNNE, Brian (eds.) (1995), *Risk, Environment and Modernity*, London: Sage.
- LYNCH, Michael (1993), *Scientific Practice and Ordinary Action: Ethnomethodology and Social Studies of Science*, Cambridge: Cambridge University Press.
- NUNES, João Arriscado (2000), «Públicos, Mediações e Construções Situadas da Ciência», in GONÇALVES, Maria Eduarda (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras: Celta.
- NUNES, João Arriscado e GONÇALVES, Maria Eduarda (org.) (2001), *Enteados de Galileu? A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência*, Porto: Afrontamento.
- PETTS, Judith (2000), «Processos de Formação de Consensos na Gestão de Resíduos – Os peritos, a ciência e o público», in GONÇALVES, Maria Eduarda (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras: Celta.
- RODRIGUES, Maria Eugénia (1995a), *O Movimento Ambientalista em Portugal – na fronteira entre a utopia e o pragmatismo*, Dissertação de Licenciatura, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (policopiado).
- (1995b), «Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal», *Oficina do CES*, n.º 60, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- (2000), *Globalização e Ambientalismo – Actores e Processos no Caso da Incineradora de Estarreja*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (policopiado).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), «Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português», *Análise Social*, n.º 87, 88, 89, 869-901.
- (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Afrontamento.
- (1994), *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Afrontamento.
- WYNNE, Brian (1987), «Uncertainty – Technical and Social», in BROOKS, Harvey; COOPER, Chester L. (orgs.), *Science for Public Policy*, Oxford: Pergamon Press.
- (1995), «Public Understanding of Science», in JASANOFF, Sheila et al. (ed.), *Handbook of Science and Technology Studies*, Thousand Oaks: Sage.
- YEARLEY, Steven (1995), «The Environmental Challenge to Science Studies», in JASANOFF, Sheila et al. (ed.), *Handbook of Science and Technology Studies*, Thousand Oaks: Sage.
- YEARLEY, Steven; FORRESTER, J. e BAILEY, Peter (2000), «Participação e Perícia Científica – Sobre os modelos científicos e os seus públicos», in GONÇALVES, Maria Eduarda (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras: Celta.

Reflexões e Leituras

CLASSES E ORDENS (GRUPOS DE ESTATUTO) EM MAX WEBER

JEAN-MARTIN RABOT*

RESUMO

Neste artigo, pretendemos mostrar que o interesse sociológico da tipologia weberiana do poder entre classes e ordens consiste em recusar a redução da estratificação a considerações puramente económicas. Contestando Marx, Weber rejeita a preponderância sociológica do conceito de classe. A alternativa a uma apreciação da situação social dos indivíduos do único ponto de vista da sua posição económica material reside numa análise que integra a noção de estatuto e que concebe os modos de vida e o prestígio social como categorias fundamentais da sociologia.

Weber aborda o problema das classes e das ordens (agrupamentos estatutários) nas diferentes secções da sua obra-prima, *Economia e Sociedade*, que indicamos na nossa bibliografia. Na secção «Ordens e classes», estabelece definições formais de acordo com o método dos tipos ideais. Em «Repartição do poder na comunidade: classes, ordens, partidos», oferece uma reflexão ampla sobre as diferentes modalidades do poder e sobre as relações entre o económico, o social e o político. Enfim, em «Ordens, classes e religião», ele apreende as noções de classe e de estatuto em função do tema da racionalização, entendida como dinamismo externo (racionalização da ética, da teodiceia) e interno (sistematização dos comportamentos), aceitando assim a uma análise comparativa das religiões universais.

Começaremos por este último ponto, já que de imediato Weber delinea o seu projecto de especificação da civilização ocidental. O capitalismo,

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

enquanto baseado na organização pacífica do lucro e na organização formalmente livre do trabalho no quadro de empresas revestindo um carácter contínuo e permanente, está ligado, na sua origem, a um tipo de ética específico, o protestantismo, isto é, a uma religião de salvação racional. Assim, cada classe ou camada social é portadora de um tipo de religiosidade que coincide com as suas preocupações materiais e espirituais. As camadas camponesas, tradicionalistas e desprovidas de qualquer racionalização ética, orientam-se para as religiões mágicas. Os funcionários da China antiga, portadores de um certo racionalismo e de um ideal disciplinar e securitário, orientam-se para uma religião de adaptação ao mundo: o Confucionismo. O Cristianismo primitivo convinha aos artesãos e às seitas heréticas da Idade Média e o Judaísmo convinha também aos mercadores. O guerreiro é o propagador do Islão, enquanto que os primeiros empresários se acomodavam com a prática da ascese e com a crença na predestinação que encontramos no puritanismo. Estes poucos exemplos poderiam fazer-nos acreditar que Weber concebe a religião à maneira de Marx, como um simples reflexo das relações económicas. Ora, Weber mostra que as relações entre a economia e a religião não se estabelecem no sentido de uma determinação unívoca mas que estas se apresentam em termos de afinidade: «A simples existência de um “capitalismo”, qualquer que seja a sua natureza, não é de forma alguma suficiente para gerar uma ética unitária e muito menos uma ética de comunidade emocional religiosa. É evidente que não se produzem automaticamente resultados uniformes. (...) Pretendemos unicamente esclarecer que existe uma afinidade electiva entre o racionalismo económico e certos tipos de racionalidade ética rigorista...» (Weber, 1971b: 502).

A afinidade que podemos observar entre uma classe e um tipo de religião não deriva, por conseguinte, de um mecanismo causalmente necessário, mas resulta de uma simples conveniência. Falando das relações que mantêm os diferentes extractos económicos nas diferentes religiões, Weber diz-nos: «Não são as suas profissões que essas pessoas representam, nem os seus “interesses de classe” materiais, mas são essencialmente os agentes ideológicos de tal ética ou de tal doutrina de salvação que mais facilmente se alia à sua posição social» (*ibid.*: 530).

Estas reflexões preliminares sobre a recusa weberiana do monocausalismo marxista ajudar-nos-ão a compreender os dois outros textos que Weber consagra às classes e às ordens e que trataremos em simultâneo.

Na sua repartição do poder, entre classes, ordens e partidos, Weber recusa-se a fazer da economia a actividade determinante em última instância. O poder, entendido como a oportunidade de um homem ou de um grupo de homens impor a sua vontade no seio de uma acção comum, apesar ou contra a vontade de outrem, é uma realidade multidimensional, não

reduzível a um dos seus aspectos: «O poder “condicionado economicamente” não se identifica com o poder em geral» (Weber, 1983: 682).

Weber pretende dizer com isso que o enriquecimento económico não é a causa nem a finalidade do poder e que por essa razão, este último constitui uma realidade com contornos extremamente vagos.

Weber distingue três diferentes formas de poder:

- O poder económico das classes do qual podemos falar: «quando 1. uma componente causal específica de oportunidades que a existência oferece é comum a um certo número de homens, 2. quando esta componente representa unicamente os interesses económicos lucrativos e posse de bens, e 3. quando esta se apresenta nas condições determinadas pelo mercado (dos bens e do trabalho)» (*ibid.*: 683).

Weber define pois a classe em função da situação económica que remete para uma realidade individual, a de aceder economicamente aos bens, e em função da existência de um mercado, contrariamente a Marx que, a partir de uma posição que revela da filosofia da história e da redenção colectiva, a apreende dinamicamente na sua relação conflituosa. Para Weber, a classe é uma realidade contemporânea que não caracteriza de forma alguma os regimes económicos anteriores ao sistema de mercado, por exemplo o capitalismo político da Antiguidade. Da mesma forma, a luta de classes que implica a presença de interesses comuns e a tomada de consciência desses interesses, não é mais do que uma possibilidade se tivermos em conta a evolução histórica. Se é um facto que os homens agem constantemente em conformidade com os interesses que a sua situação económica impõe, não podemos inferir daí a necessidade da acção de classe e ainda menos deduzir o seu resultado. O objecto da luta de classes é, pois, sempre variável e não poderia ser reduzido a uma unidade. Na Antiguidade, este objecto concerne a luta dos agricultores e dos artesãos endividados contra os seus credores. Na Idade Média, a luta tem por objecto a constituição e a monopolização dos *stocks* de géneros, enquanto que, nos nossos dias, fixa-se no problema da determinação do preço do trabalho. Para Marx, pelo contrário, a luta das classes no seio da qual as próprias classes se definem é inelutável. A oposição entre mestres e escravos, depois a oposição entre senhores e servos, não são mais do que as premissas de uma mesma luta que desemboca sobre a última relação antagonista da história, o conflito entre burgueses e proletários.

Em «Ordens e classes», Weber distingue diferentes tipos de classes: as «classes de propriedade» quando um acesso diferenciado à propriedade determina a situação de classe; as «classes de produção» quando a situação de classe é condicionada por um acesso diferenciado às possibilidades de exploração do mercado dos bens e dos serviços; as «classes sociais», tais como a classe operária, a pequena burguesia, os intelectuais e os especialis-

tas desprovidos de bens (técnicos, empregados, funcionários), as classes de possuidores e as classes privilegiadas pela sua educação, são caracterizadas pela possibilidade de uma mudança para o indivíduo na sucessão das gerações. De referir que, se a propriedade representa indiscutivelmente uma vantagem na concorrência para o acesso aos bens, esta não é considerada como essencial por Max Weber na definição da situação de classe. Para Weber existem situações de classe extremamente variadas e não redutíveis a uma unidade: «Em princípio, o poder de dispor de todas as espécies de bens de consumo, de recursos, de patrimónios, de meios de protecção, de serviços, constitui a cada vez outras tantas situações particulares e só a absoluta “falta de qualificação” dos não-possuidores, daqueles que só dispõem do seu trabalho como único recurso e não têm a segurança do seu emprego, constitui uma situação de classe unificante» (Weber, 1971a: 309-310).

- O poder social das ordens, isto é, de uma «pluralidade de indivíduos que, no seio de um grupo, reivindica eficazmente a) uma consideração particular – eventualmente também b) um monopólio particular à sua condição» (*Ibid.*: 315).

Neste caso, a situação de estatuto que se opõe à situação de classe refere-se a: «qualquer componente do destino humano que seja determinada pela “honra” que lhe está ligada socialmente, quer seja num sentido positivo ou negativo» (Weber, 1983: 687).

Contrariamente às classes, as ordens constituem comunidades animadas pelo sentimento de pertença que os seus membros exibem. Sendo fundado sobre a honra, o poder que emana de uma situação estatutária reporta-se ao lugar ocupado numa hierarquia de prestígio que não se caracteriza tanto pela posse ou a produção económica como pela adopção de um estilo de vida e de normas que se aplicam ao modo de vestir, de casar ou mesmo de consumir: «As “classes” organizam-se em função das relações de produção e de aquisição de bens; as ordens, em função dos princípios de consumo dos bens nas diversas maneiras específicas da sua “maneira de viver”» (*ibid.*: 692). Aqui a sociologia weberina prefigura os estudos sobre os estilos de vida que serão desenvolvidos mais tarde por Norbert Elias.

É inútil acrescentar que as ordens, isto é, os agrupamentos estatutários, não periclitarão com o declínio dos privilégios imposto pela revolução francesa, como testemunham os trabalhos sociológicos de Veblen sobre a classe de lazer e de Bourdieu sobre a distinção. Em Weber, a noção de agrupamento estatutário serve também para caracterizar instituições e grupos religiosos específicos, tais como as castas no hinduísmo e o estatuto de «povo pária» nos judeus, que define como «um grupo desprovido de organização política autónoma, associando-se numa comunidade hereditária especial» (Weber, 1971b: 513).

Weber dá tanta ênfase à noção de estatuto que, frequentemente, é com este pressuposto que analisa as próprias classes sociais. É curioso constatar que ele apreende as classes politicamente dominantes, mais do ponto de vista da sua posição estatutária, do que da sua situação económica. Assim, não é exagerado afirmar «que Max Weber elaborou uma classificação das classes sociais, tomando como critério de demarcação o modo de se ganhar a vida e o respectivo estilo de vida» (Stanescu, 1986: 216). Poder-se-ia mesmo dizer que a importância atribuída por Weber à ideia de uma estratificação extra-económica conduz à erradicação do monopólio sociológico do conceito de classe: «O conceito de “estatuto” substituiu progressivamente o de “classe” como conceito-chave da sociologia da estratificação e hoje a classe, enquanto conceito sociológico, está morta» (Nisbet, 1984: 269-270). Sem chegarmos a este extremo, podemos no entanto dizer que, para Weber, a classe representa apenas um dos aspectos da estratificação. Esta representa uma constante social que se manifesta de forma plural, englobando tanto as riquezas como os poderes e os símbolos. Weber contribuiu assim para aquilo a que Balandier sempre aspirou: «uma sociologia *diferencial* das estruturas de desigualdade e de dominação» (1974: 114).

- O poder político dos partidos que constituem agrupamentos que visam garantir o poder a uma elite de dirigentes proporcionando paralelamente vantagens materiais aos seus membros e aos seus adeptos como o pretende o sistema americano que Weber analisa em *O cientista e o político*.

Contrariamente às ordens, os partidos são agrupamentos abertos e pressupõem uma certa socialização, a saber, a prossecução de fins metodicamente elaborados. Relativamente às classes: partidos e classes constituem realidades diferentes que não se sobrepõem. Deste ponto de vista, nenhum partido dispõe da exclusividade da representação de uma classe, mesmo se os partidos comunistas têm tendência a outorgar-se o monopólio da representação operária ou se a Frente Nacional, um partido extremista francês, se vangloria perdidamente da sua qualidade de primeiro partido operário de França. Inversamente, a análise weberiana dos partidos mostra que a divisão entre poderes não é hermética e que diferentes partidos podem representar indistintamente os interesses de classe ou das situações de estatuto.

Em conclusão, podemos afirmar que o interesse sociológico da tipologia weberiana do poder reside na recusa em anexar a estratificação a considerações puramente económicas. A estratificação é tanto social e política como económica. Na Antiguidade e na Idade Média, a estratificação revestia antes de mais uma importância política. As estruturas de parentesco nas sociedades primitivas estudadas por Lévi-Strauss, as castas da Índia analisadas por Louis Dumont ou ainda as ordens (estamentos) na França do Antigo Regime contempladas por Tocqueville desvelam uma sociedade hie-

rarquizada socialmente. Nos nossos dias, a preponderância da estratificação económica, ou seja a existência de classes antagónicas, não aniquilou as outras formas pelas quais o poder se manifesta, e forçoso será reconhecer que a hierarquia social e a estratificação política coexistem com o poder económico induzido pelo capitalismo.

Bibliografia

- ALEXANDER, J.C. (1985), «Beyond Marx's materialist reduction: the multidimensional analysis of social class», *Theoretical Logic in Sociology*, vol. 3, *The Classical Attempt of Theoretical Synthesis: Max Weber*, Berkeley and Los Angeles: University of California Press, pp. 50-54.
- BALANDIER, G. (1974), «Inégaux et dominants», *Anthropo-logiques*, Paris: PUF, pp. 113-169.
- BENDIX, R. (1977), «Status groups and classes», *Max Weber. An Intellectual Portrait*, Berkeley and Los Angeles: University of California Press, pp. 85-87.
- FREUND, J. (1966), «La sociologie économique», *Sociologie de Max Weber*, Paris: PUF, pp. 130-153.
- GIDDENS, A. (1980), «Marx and Weber: problems of class structure», *Studies in Social and Political Theory*, London: Hutchinson & Co. (Publishers), Ltd, pp. 203-207.
- MENDRAS, H. (1975), «Max Weber: status, pouvoir et classes», *Éléments de sociologie*, Paris: Armand Colin, pp. 196-200.
- NISBET, R. A. (1984), «L'opposition classe-statut: Weber», *La tradition sociologique*, Paris: PUF, pp. 264-274.
- PARKIN, F. (1982), «Class, Status, and Party», *Max Weber*, London: Tavistock Publications, pp. 90-108.
- STANESCU, E. (1986), «Klasse und Stand bei Karl Marx und Max Weber», in KOCKA J. (org.), *Max Weber, der Historiker*, Göttingen: Vandenhöck & Ruprecht, pp. 213-220.
- WEBER, M. (1971a), «Ordres et classes», *Économie et société*, tome premier, Paris: Plon, pp. 309-317.
- (1971b), «Ordres, classes et religion», *Économie et société*, tome premier, Paris: Plon, pp. 491-534.
- (1983), «División del poder en la comunidad: clases, estamentos, partidos», *Economía y sociedad*, México: Fondo de Cultura Económica, pp. 682-694.

PORTUGAL – A EQUIPA DE TODOS NÓS. NACIONALISMO FUTEBOL E MEDIA DE JOÃO NUNO COELHO¹

RITA RIBEIRO *

Em *Portugal – a equipa de todos nós*, João Nuno Coelho, vencedor do Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Oficial Portuguesa, em 1999, vai em busca de respostas para uma questão sempiterna na Sociologia: como se reproduz uma comunidade? Logo nas primeiras páginas apresenta-nos o seu plano de reflexão: «Como se forma e reproduz a identidade nacional? Que papel têm nessa produção identitária as imagens e imaginários do país e dos portugueses criados a partir ou a propósito do desporto nacional – o futebol?», detalhando adiante que «o que se pretende é saber um pouco mais sobre os processos sociais que estão na base da manutenção da nação como referência identitária fundamental na modernidade, tomando por objecto de estudo os discursos específicos sobre Portugal e os portugueses produzidos pelos *media*» (pp. 17 e 21).

No estudo da reprodução da nação, João Nuno Coelho faz cruzar interrogações e dúvidas acerca, por um lado, das vozes proféticas que vêm anunciando o fim da Nação e do seu Estado e, por outro, sobre a centralidade social do futebol mobilizada para o trabalho de edificação identitária nacional(ista), que julga ser mais do que um epifenómeno associado a multidões vitoriosas. Dito de outra maneira, num momento em que forças simultanea-

* Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

¹ COELHO, João Nuno (2001) *Portugal – A Equipa de Todos Nós. Nacionalismo, Futebol e Media*, Porto, Edições Afrontamento, 239 p.

mente centrífugas e centrípetas parecem esvaziar o território da nação, vamos verificando, a «olho nu», que esta constitui, na realidade, uma, senão a, referência identitária central, aquela por cujas cores ainda se aceita morrer e cujos símbolos desencadeiam orgias de emoções, como testemunham atentados terroristas ou campeonatos inter-nações de futebol.

Nesta «investigação-texto-história», que paga o seu tributo aos estudos culturais de costela pós-moderna, e onde o autor não esconde a sua paixão pelo futebol e seus adjacentes, o estudo empírico fez-se mergulhando no caudal deixado pelos «cronistas» da nação futebolística – os jornais desportivos. A primeira imersão que nos é apresentada decorre no ano de 1997, com a análise dos três jornais desportivos portugueses – «A Bola», «Record» e «O Jogo» – e teve como «principal preocupação a forma como se ‘falou’ da dimensão nacional, de Portugal e dos portugueses» (p. 55). A segunda imersão acompanha a «forma como [o jornal] «A Bola» toma aspectos da competição desportiva e os reconstitui em construções culturais e ideológicas relacionadas com a dimensão nacional da identidade» (p. 90), entre os anos de 1945 (data da fundação deste periódico) e 2000.

Num caso como no outro, as referências à nação surgem quase sempre a propósito da Selecção nacional de futebol que é sistematicamente apresentada como símbolo/representação do país, e enquanto tal valor supremo no contexto futebolístico português, como medida da valia e prestígio da nação portuguesa no «mundo das nações», como condensação do «estilo nacional» de jogar futebol (que, obviamente, entronca geneticamente no «ser» do povo português) e mesmo como catalizador da unidade nacional. Aqui e ali, a permear as notícias desportivas, as retóricas infladas de nacionalismo são pérolas do «ondular da bandeira» que caracteriza o «nacionalismo banal» de que fala Michael Billig – «um conjunto de práticas rotineiras e habituais, mas ideológicas, que se enquadram no conjunto da reprodução do ‘mundo das nações’. (...) Os hábitos de linguagem, as bandeiras hasteadas (...), os mapas ou os hinos nacionais (...). Tão familiar que nos passa despercebido» (p. 27).

Tendo em conta a importância da imprensa desportiva em Portugal (três jornais diários com tiragens médias quase sempre superiores às dos diários de referência), não é, por certo, despicienda a sua produção ideológica nacionalista no quadro dos instrumentos de reprodução da nação. O trabalho de João Nuno Coelho vem pois demonstrar como os *media* se coalizam bem com as bandeiras e os hinos na exaltação quotidiana, capilar, «banal» da nação como escolha axiológica fundamental e sacralizável da sociedade moderna – e é a este nível um trabalho pioneiro nos estudos sociológicos no nosso país.

Como se chega a esta conclusão? Vejamos de que se compõem os textos dos jornais desportivos acerca do «futebol português» e, em particular, da Selecção nacional. Em primeiro lugar, a forma dos discursos centrados na

nação é atravessada pelo que M. Billig designa de «sintaxe nacionalizada de hegemonia, simultaneamente falando para e pela nação, como que em representação da nação» (p. 61). Ou seja, o objecto do discurso não se distingue do sujeito emissor; a Selecção Nacional é Portugal, Portugal somos nós. Daí que os textos sejam recheados de formas gramaticais na primeira pessoa do plural: «Vamos vingar a derrota ...», «a nossa equipa», «nós somos um povo...». À aparente inocuidade e neutralidade das formas sintácticas, juntam-se ainda referências explícitas à ideia do país como «família» e «casa comum», como se, parafraseando D. Rougemont, Portugal fosse uma consciência comum, uma comunidade emocional, que vai para além do território e está onde está o sangue luso.

Em segundo lugar, os textos dos jornais desportivos deleitam-se no exercício da definição da alma nacional, a quinta-essência do «ser português», de onde é decalcado o «estilo nacional» de jogar futebol e viver o futebol. No futebol, como na História, os portugueses são apresentados como um povo de pouca ambição, mas que se supera nos momentos mais difíceis (ou contra os adversários mais fortes), mantendo-se medíocre quando não se lhe depara um obstáculo de monta (ao estilo do país miúdo de miúdas gentes que quis dar mundos ao mundo). Igualmente nodal no carácter português parece ser a engenhosidade (o «desenrascanço» como auto-imagem) e a capacidade de adaptação a contextos exigentes e hostis, traduzidas a nível desportivo no futebol criativo e gingão. Acresce, ainda, o mito da idiosincrasia colonialista, plasmada na ideia de que os portugueses foram capazes de absorver o Outro e de se fundir nele, cultivando o ser crioulo, *luso-tropical*, o que terá propiciado ao futebol português, sobretudo, ante-1974, uma combinação única de sangues, maneiras de ser e jogar – o jogo metódico da Europa, o bamboleio de corpo de África e o jeito crioulo do passe adornado da América do Sul (cf. «A Bola», 13 de Novembro de 1989).

A rematar o retrato da alma nacional que perpassa o discurso dos jornais desportivos temos a latinidade, que se vê antes de mais no oscilar extremo de ódios e amores. Os textos que João Nuno Coelho analisou, e de que nos fornece inúmeras citações, são redundantes polifonias de nacionalismo positivo e negativo. O mesmo é dizer que as derrotas da selecção nacional são ocasião para reavivar tudo o que há de perdedor no passado do país e do seu futebol – a desorganização, a «pequenez» e humilhação diante dos poderosos, o «fatalismo», o desencontro com os momentos decisivos, a improvisação. Na mesma medida, uma súbita vitória solta a euforia e o orgulho e consagra a mesma improvisação inspirada, a vocação de ser David diante de Golias. Estas flutuações temperamentais e ambíguas são elas próprias tidas como reflexo do carácter nacional que os redactores de «A Bola» insistem em explicar.

Se tudo é correcto e exaustivo na análise que o autor faz da reprodução ideológica da nação nos jornais desportivos, o melhor e mais inovador deste trabalho está-nos reservado nos últimos capítulos (IV Parte). Os próprios textos da imprensa desportiva vão sugerindo que, numa paráfrase de Clausewitz, o futebol é a continuação da guerra por outros meios. No actual «mundo de nações», o futebol é o jogo bélico possível, desejável e muito bem sucedido a saciar as exigências catárticas que a conflitualidade política, histórica e económica coloca. Assim, na última parte deste livro, João Nuno Coelho procura relacionar a concepção de Portugal e de Portugal no mundo que encontrou na imprensa desportiva com as relações internacionais, e em particular com a teoria do sistema mundo onde, de acordo com Boaventura Sousa Santos, o país ocupa uma posição semiperiférica. Neste cenário, não são apenas os elementos estruturais da sociedade portuguesa a situar-se na semiperiferia; a própria *visão de si* do país seria semiperiférica e identificada como uma «cultura de fronteira» – «Serão as auto-representações de Portugal e dos portugueses semiperiféricas? Serão os portugueses, ‘produzidos’ por este tipo de representações, semiperiféricos na forma como se vêm a si próprios? Será a semiperiferia uma forma de ver, sentir e pensar o mundo?» (p. 158).

A hipótese de uma «cultura portuguesa semiperiférica» vai ao encontro das «representações identitárias semiperiféricas» que formam o mitificado *ser português*, o qual encontra as suas origens em textos de ensaio e literatura e se substancia em *topos* de sentido comum que os torna inteligíveis aos leitores dos jornais desportivos. Nesse sentido, parece-me excelente o conceito de «cultura de fronteira» para condensar a ideia de que Portugal se autorepresenta como ponte entre mundos. A posição de charneira, de dobra dos hemisférios é pois consentânea com a ambiguidade que parece ser a marca d’água do carácter nacional: apêndice da Europa a reivindicar-se a sua frente, ao mesmo tempo que *país de vocação atlântica* com amarras sentimentais aos vestígios culturais que foi deixando pelo mundo.

No quadro do futebol, disso mesmo nos dá conta um conjunto de textos citados de «A Bola» onde é muito claro o cepticismo relativamente à integração política e cultural da Europa, inultrapassáveis que parecem ser as fronteiras entre nações (como o futebol as tem), a barreira euro-tecnocrática entre os povos e a cúpula de Bruxelas e, no caso português em particular, os seus interesses pluricontinentais. Mas onde, ao mesmo tempo, está presente a confiança de que Portugal puxe dos galões europeus e se afirme nesse espaço a que pertence de pleno direito, sem todavia alienar a sua identidade. Este dilema surge na actualidade sob a forma de recentramento no sistema mundo, oscilando entre as «imaginações de centro», a euforia de ser igual aos melhores da potente Europa (o Campeonato Europeu de 2000) e os «medos de periferia», quando o país percebe a sombra do passado colonialista e de proximidade perigosa do Terceiro Mundo (que terá sido, no

entanto, o que supostamente lhe conferiu o carácter miscigenado e, enquanto tal, uma identidade única).

A leitura deste livro permite concluir que o futebol *é bom para pensar* a nação, o sentir e o dizer sobre a nação e para encenar a relação entre nações. Como diz o autor, «não será (...) demasiado arriscado aventar a hipótese de o futebol, e nomeadamente o futebol mediatizado, acabar por desempenhar uma parte do papel do Estado nacional na criação e recriação da identidade nacional» (p. 205). E é por compreender a relação de *parasitagem* entre a nação e o futebol que João Nuno Coelho põe em questão as teorias pós-nacionais que pretendem que a vários títulos, e também no das identidades, a nação tenha sido dilapidada, a nível macro e micro, como referência e valor. São, de facto, consideráveis as manifestações actuais de nacionalismo e os sinais de perenidade da nação. No campo futebolístico, o edifício ideológico e emocional da nação parece de pedra e cal, o que nitidamente não está isolado das forças de ruptura que assolam o Estado-nação. Como nos diz Pascal Boniface², «a identificação através do futebol é um fenómeno tanto mais importante quanto as formas de referência identitárias estão em crise. (...) Doravante, a definição do Estado já não se limita aos três elementos tradicionais: um território, uma população, um governo. Parece que faz falta acrescentar um quarto: uma equipa nacional de futebol». É por isso de espantar que a este respeito João Nuno Coelho não enuncie um argumento corroborativo desta tese, ainda que este acabe por estar implícito em dezenas de páginas do seu trabalho: a retórica nacionalista dos jornais desportivos é comum e curiosamente semelhante no Estado Novo e no Portugal democrático.

Este não é o único tópico que fica por abordar. Naturalmente ciente das limitações que todo o investigador tem que auto-impor-se nas pesquisas que faz, creio que há espaço para o desenvolvimento de reflexões em torno do momento paradoxal da nação, como é atestado pela hegemonia da nacionalidade no futebol a par do fenómeno dos fãs de clubes estrangeiros (ex. os portugueses que se «transferiram» para o Barcelona com Luís Figo) e, a outro nível, a transnacionalidade de alguns movimentos sociais emergentes (religiosos, ecológicos, anti-globalização) e o processo de construção identitária da União Europeia.

² BONIFACE, Pascal (2002) «Puissance, identité et régulation: le football, miroir de l'Europe», *Universités de tous les savoirs. Le pouvoir, l'État, la politique*, Paris, Odile Jacob, pp. 134-135.

Abstracts / Résumés

Attitudes envers la triche à l'université

Ce texte propose un voyage rapide à l'évaluation des étudiants pratiquée à l'université. Il commence par l'appréciation théorique des attitudes comme prédisposition pour l'action. En suite, il prend l'identification des pratiques et des perspectives afin de réaliser un examen minutieux des attitudes qui organisent le comportement des professeurs et des étudiants. En fin de compte, il considère une suspension de la description de façon que l'analyse puisse, dans un style plus avisé, construire un sens d'organisation des manières dont les diverses attitudes rapportées pourraient être comprises.

Attitudes towards cheating in the University

This text proposes a fast trip to the evaluation of students practised in the university. It begins with the theoretical appreciation of attitudes as predisposition for action. Later, it follows for the identification of practices and perspectives in order to achieve a cautious scrutiny of the attitudes that organise the behaviour of teachers and students. In the end, it considers a suspension of the description so that the analysis may be able, in a more quiet manner, to construct an organising sense of the ways the diverse attitudes reported could be understood.

Réinsertion familiale au centre des antinomies des processus migratoires internationaux. Une étude de cas en situation de retour

Au départ, les migrations internationales renvoient à plusieurs niveaux de débats et de problèmes. Dans ce travail, retenant la famille comme unité d'analyse, à partir d'une étude de cas, nous faisons une approche des questions corrélationnées avec les trajectoires migratoires, les stratégies familiales, les enjeux concernant le retour et les antinomies qu'en découlent au cours du processus de la réintégration sociale.

Family reinsertion in the centre of the antinomies of international migratory processes. A case study in a returning context

At a first glance, international migrations get around several stages of arguments and problems. In this research, considering family as our unit of analysis, our case study deals with an approach of the issues related with migratory trajectories, family strategies, the stakes relating to the return and the discrepancies that result from this during the process of social reintegration.

Migration, nuptialité et transition démographique – notes à partir d’une étude de cas au Bonfim (Porto)

En utilisant les registres de mariages de la paroisse de Bonfim, de la ville de Porto, pendant la période comprise entre 1940 et 1969, on propose la caractérisation des comportements des migrants qui y habitent, par rapport à l’âge au premier mariage, en comparaison avec les naturels de la ville. Quoique cette analyse soit limitée du point de vue de la portée géographique, on souligne l’intérêt à prendre ensemble l’effet des migrations et des mariages dans la diminution de la reproduction, au cours d’une période marquée par la mobilité géographique, interne et internationale. Les résultats conseillent, par conséquence, une lecture de plus grand précision sur les causes de notre Transition Démographique au niveau de la fécondité.

Migration, nuptiality and demographic transition – notes from a case study in Bonfim (Oporto)

Based on the collection and analysis of information proceeding from the books of marriages registration of the parish of Bonfim, in Oporto city, between 1940 and 1969, a characterisation of the behaviours of the migrants living there is done in relation to the average age of the first marriage, by comparison with the city inborn. Although reporting from a limited spatial extent, this article tries to point out the importance of considering the action of both migrations and marriages in the decrease of the reproduction, in a period deeply marked by the geographic mobility, national and international, and, therefore, leading to a more detailed “reading” about the causes of our Demographic Transition of fecundity.

Août au Portugal: les vacances des émigrants

Les vacances des émigrés comportent des moments de loisir qui participent d'un mouvement collectif qui fait appel à toute une multiplicité de forces sociales. L'indépendance, la liberté d'action et le temps pour soi-même finissent pour se manifester trop réduits. La plupart des activités ont tendance à être vécues sous le regard d'autrui, sous la pression des convenances, des normes et des valeurs courantes.

August in Portugal: the vacations of the emigrants

The holidays of the emigrants comprise moments of leisure which take part of a collective movement which calls upon a whole multiplicity of social forces. Independence, the liberty of action and time for oneself finish to appear too reduced. The majority of the activities tend to be lived under the glance of others, under the pressure of suitability, of the standards and the current values.

La «femme du Minho» avec ses vêtements traditionnels: la construction historique d'un icône de la culture populaire

La «femme du Minho avec ses habits traditionnels» constitue une des images les plus représentatives de la culture populaire portugaise. Elle sert souvent à identifier non seulement la région mais aussi le Pays. Comment s'est déroulée, à partir du XIX^e siècle, la construction de cette figure? Dans quels contextes, par quelles dynamiques sociales et avec quels acteurs? Quelles formes et significations a-t-elle pris jusqu'à l'actualité?

The “woman of Minho” in her traditional clothing: the historical construction of an icon of popular culture

The “woman of Minho”, in her traditional clothes, constitutes one of the most representative images of Portuguese popular culture. She is often used to identify not only the area but also the Country. How was held, from the XIXth century, the construction of this figure? In which contexts, by which social dynamic and with which actors? Which forms and significance did it take until our present times?

Le monde de la musique à Braga du milieu du XIX^e siècle jusqu'au présent

Dans cet article nous analysons le réseau d'activités qui constituent ce que nous pouvons appeler le monde de la musique à Braga, par analogie avec le concept de mondes de l'art, de Howard Becker. Ainsi, nous étudions la musique dite classique à Braga du milieu du XIX^e siècle jusqu'au présent, en ce qui concerne plusieurs composants, tels que l'offre d'activités, d'espaces et de musiciens, le rôle des entités intermédiaires, qui assurent la formation des musiciens, l'organisation et la divulgation des spectacles et, enfin, la demande de la part des publics.

The musical world in Braga from the middle XIXth century until today

In this paper we analyse the group of activities that constitute what we call the musical world in Braga, according to Becker's concept of art worlds. Thus, we study classical music in Braga from the middle XIXth century until today, concerning its various issues, such as the supply of activities, spaces and musicians, the role of intermediaries, who assure the education of musicians, the organisation and transmission of events, and also the demand of the public.

La magie des objets de musée: analyse sémiotique du loudel (cotte) du Roi Jean I

Lorsque on entre dans un musée, on va apprécier, observer des collections qui sont, à sont tour, composées par objets. Toutefois, nous produisons tous les jours des millions d'objets. Alors, quelles sont les raisons pour rencontrer là seulement quelques objets? Dans ces problématiques on ne peut pas oublier la contribution de la sémiotique à la compréhension de la valeur qu'on attribue aujourd'hui et qui permet aux objets d'obtenir place au musée. Christopher Tilley et Susan Pearce, entre d'autres, ont appliqué les méthodes de la sémiotique à la culture matérielle avec de bons résultats. Basé sur ces contributions, nous ferons un exercice égal pour favoriser une meilleure compréhension de la valeur culturelle attribuée au *loudel*, porté par D. João I dans la bataille d'Aljubarrota et au présent en exposition au musée d'Alberto Sampaio, à Guimarães.

The magic of museum objects: semiotic analysis of King John I's *loudel* (arming coat)

When we are in the museum, we see, appreciate collections. Objects compose those collections. In our society, everyday millions of objects are produced. In this sense, we may ask: why just a few of those objects take place in the museum? In all this process, we cannot forget the contribution of semiotics to a better understanding of the value that we give to an object. Are its attributes, its value what grant it a place in the museum? Christopher Tilley and Susan Pearce, among others, have developed the semiotics methods to material culture with good results. Based on these contributions, we will do an equal exercise to promote a better understanding of the cultural value attributed to the *loudel*, worn by king João I in the Aljubarrota battle and actually in exhibition at the Alberto Sampaio Museum, in Guimarães.

Carlos Silva, Helena Machado
et Susana Silva

Droit, science et corps féminin:
prostitution en tant qu'«objet de
frontière»

Considérant l'objectivation sexuelle spécifique du phénomène de la prostitution féminine au Portugal, nous prétendons analyser la manière dont les discours et les pratiques provenant des sphères du Droit et de la Science construisent les représentations sociales de la prostitution. Ceux-ci, bien qu'idéologiquement différents, se révèlent complémentaires et socialement efficaces dans l'action de dissémination des idées dominantes en matière de corps et sexualité féminins et en ce qui concerne la place des femmes dans la société.

Carlos Silva, Helena Machado
and Susana Silva

Law, science and female body:
prostitution as a "boundary object"

Considering the specific sexual objectification of female prostitution in Portugal, we aim to analyse how the discourses and practices of Law and Science produce social representations about that phenomenon, which constitute different but complementary enterprises, as well as socially effective means, on what concerns the dissemination of dominant ideas about the feminine bodies and sexuality and the place of women in society.

Prostitution féminine dans la région frontalière ibérienne: un cas très particulier de circulation de personnes

Dans les dernières années, la prostitution féminine, celle fonctionnant dans les bordels (déguisés), actuellement indiqués en tant que “clubs”, a augmenté partout dans les zones frontalières nordiques intérieures portugaises. En cet article, nous essayons de découvrir dans quelle mesure et de quelle façon, la frontière, dans ses dimensions multiples – symbolique, légale, politique, entre d’autres – réfléchit et chevauche sur le comportement et sur les stratégies des principaux agents impliqués dans cette modalité de prostitution féminine, c’est-à-dire, les prostituées, les clients et les ‘entrepreneurs’ des clubs.

Female prostitution in the Iberian border region: a very particular case of the transit of persons

In the last years, female prostitution, namely the one operating in (disguised) brothels, currently designated as “clubs”, has been expanding all over the Portuguese interior northern border areas. In this paper, we try to find out to what extent and in which ways, the border, in its multiple dimensions – symbolic, legal, political, among others – reflects and impinge on the behaviour and on the strategies of the main agents involved in such a modality of female prostitution, that are, the prostitutes, the clients and the clubs’ entrepreneurs.

Violence conjugale: le pacte du silence

L'article présente quelques réflexions pour la compréhension de la violence conjugale, privée ou entre personnes, se concentrant sur l'approche de la femme victime, dans la tentative de comprendre et expliquer la violence conjugale qui reste permanente dans la société actuelle, lorsque nous assistons à une transformation des valeurs et des mentalités, qui s'accompagne d'idées d'égalité, de liberté et d'émancipation; lorsque la propre violence conjugale cesse d'être un problème personnel et de nature privée pour devenir un problème social, et lorsque il n'existe plus dans la loi d'immunités relatives à l'agression entre conjoints.

Conjugal violence : a deal of silence

The essay presents some reflections on private or interpersonal conjugal violence, emphasising an approach to a victimised woman concept, in the attempt to understand and explain its permanence in the nowadays society when we assist to main and profound changes in a structure level, in values and mentalities, that go along with equality ideas of freedom and emancipation; when the conjugal violence is no longer a personal problem to became a social problem; and when there are no immunities in law related to aggression among man and wife.

Le Pouvoir Local au Portugal: héritages lourds et défis émergents

Après 1974, le Pouvoir Local a assumé au Portugal un rôle central pour le développement économique et l'expérience démocratique du pays. À cet élan n'a néanmoins pas correspondu une recherche élargie sur la réalité locale, susceptible de l'évaluer à la lumière des paradoxes qui la caractérisent. De cette faiblesse analytique ont résulté des appréciations sur le Pouvoir Local qui, soit célèbrent les vertus, plus au moins idéalisées, de son fonctionnement, soit glissent vers une rhétorique de ressentiment et d'accusation devant les déficits qui frustrer les ambitions de son cadre juridique. Avant tout, le Pouvoir Local au Portugal doit commencer à être évalué dans le contexte des transformations par lesquelles passent actuellement les politiques publiques, notamment au niveau européen, de manière à discerner son mode d'insertion dans ce nouvel espace de référence.

Local Government in Portugal: strong heritages and emerging challenges

Since 1974, Portuguese local government has assumed a central role in the development dynamics and in the country's democratic experience. Although it has raised high expectations, the local reality of government has not been the target of a comprehensive research, able to grasp the paradoxes that characterise it. This analytical weakness has led to appreciation about local governments that either gloss its ideal modes of functioning, or fall into a rhetoric of resentment for the failures that frustrate the ambitions of its legal framework. Above all, local government in Portugal must be considered in the context of the current transformations in the realm of public policies, especially at the European level, in order to discern its mode of insertion in this new space of reference.

Science, publics et environnement: le discours scientifique des mouve- ments de protestation environne- mentale

En faisant usage des instruments analytiques et conceptuels développés par les études sociales concernant la compréhension publique de la science, notamment les instruments qui s'identifient avec une perspective critique ou «située» à l'égard des publics de la science, on analyse les discours, les discours et les modalités d'action d'un mouvement de protestation environnementale qui a battu son plein au Portugal dans les dernières années du XX^e siècle. L'article se centre sur les modes d'utilisation sélective de la connaissance scientifique par ces acteurs sociaux qui l'incorporent de façon désengagée dans le répertoire de leurs compétences. Il s'agit d'un processus qui aide non seulement à équilibrer les ressources des acteurs sociaux engagés dans les conflits, mais encore, par le biais des mouvements de protestation environnementale, à élargir le contexte traditionnel de leurs ressources d'action, tout en diversifiant les niveaux de médiation dans lesquels ils peuvent intervenir; aussi que les réseaux d'interaction qu'ils deviennent capables de bâtir.

Science, publics and environment: the environmental movements' sci- entific discourse

Making use of some of the analytical and conceptual tools of the social studies of the public understanding of science, namely those identified with a critical or a "situated" approach of the publics, we analyse the paths, the discourses and the repertoire of action strategies of an environmental protest movement which raised in Portugal during the twentieth century late nineties. We give special attention to the ways the social actors that were involved on these social movements selectively managed scientific knowledge, adding it without restrictions into the amount of their own competence. It is then assumed that this is a process that, in a way, tends to balance the several social actors' resources that are involved in those conflicts, but in another way, tends to enlarge the scope of the actions carried out by the environmental protest movements. By doing so, this process allows these social actors to extend the mediation levels in which they are able to participate as well as the interaction networks they can construct.

Classes et ordres (groupes statutaires) chez Max Weber

Dans cet article, nous nous proposons de montrer que l'intérêt de la typologie weberienne du pouvoir entre classes et ordres consiste à refuser la réduction de la stratification à des considérations purement économiques. Contestant Marx, Weber rejette la prépondérance sociologique du concept de classe. L'alternative à une appréciation de la situation sociale des individus du seul point de vue de leur position économique matérielle réside dans une analyse qui intègre la notion de statut et qui conçoit les modes de vie et le prestige social comme des catégories fondamentales de la sociologie.

Classes and orders (status groups) in Max Weber

In this article, we intend to show that the sociological interest of the Weberian typology of power among classes and orders consist of refusing the stratification reduction to purely economic considerations. Contesting Marx, Weber rejects the sociological prevalence of the class concept. The alternative to an appreciation of the social situation of the individuals from the only point of view of their economic-material position lays in an analysis that contains the notion of statute and that conceives the ways of life and social prestige as fundamental categories of sociology.

Normas para apresentação de artigos

Os artigos propostos para publicação na revista *Sociedade e Cultura* devem ser remetidos, em duplicado, ao Conselho de Redacção para apreciação, devendo vir acompanhados de um *Curriculum Vitae* resumido do(s) autor(es), contendo: nome, situação profissional, instituição/organização onde desenvolve a sua actividade, endereço, telefone, fax, *e-mail*.

Os artigos devem obedecer às seguintes normas formais:

1. Dactilografados em páginas A4, a espaço e meio e tamanho de caracteres 12, acompanhados de uma disquete com o respectivo ficheiro em *Word*, com indicação da versão usada.
2. Poderão ter como limite máximo aconselhável cerca de 25 páginas, incluindo notas, bibliografia, quadros, gráficos e figuras. Deve também ser apresentado um resumo do artigo com um limite máximo de 500 caracteres, em português, inglês e francês.
3. As transcrições deverão ser colocadas entre aspas e os vocábulos em língua estrangeira deverão ser formatados em itálico.
4. Quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, com numeração árabe, para cada um dos elementos respectivos.
5. Os ficheiros originais dos quadros, gráficos e figuras devem ser enviados juntamente com o ficheiro do *Word*, quer sejam ficheiros do *Excel*, quer sejam ficheiros de outros programas (neste caso devem ser gravados na extensão JPG, GIF ou EPS).
6. As titulações deverão ser apresentadas em numeração árabe.
7. As notas de pé de página serão numeradas, sem parênteses, de forma contínua, do princípio ao fim do artigo.

8. A **norma de citação** adoptada será a anglo-saxónica (autor-data).

8.1. A **bibliografia**, apresentada de forma alfabeticamente ordenada, e presente no final do artigo, obedecerá às seguintes regras:

— Apelido, Nome próprio (ano), *Título do livro*, Local de edição, Editor

— Apelido, Nome próprio (ano), «Título do texto», *Nome da revista*, Volume, número, páginas

— Apelido, Nome próprio (ano), «Título do texto», *in* Nome próprio, Apelido (org.), *Título da Colectânea*, Local de edição, Editor

8.2. Para os **recursos electrónicos** serão usadas as seguintes regras:

Para trabalhos individuais:

— Autor/editor (ano), *Título*, [Título de suporte], Protocolo disponível: *Site/Path* [data de acesso]

Artigos de revistas:

— Autor (ano, mês, dia), «Título», *Título da revista*, [Tipo de suporte], volume, páginas ou indicador de extensão, Disponível: *Site/Path* [data de acesso]

Mensagens de *Discussion lists*:

— Autor (ano, mês, dia), assunto da mensagem, *Discussion List* [Tipo de suporte], E-mail disponível: DISCUSSION-LIST@mail.endereço [data de acesso]

Índice

IVO DOMINGUES	
<i>Atitudes face ao copianço na universidade</i>	5
MARIA ENGRÁCIA LEANDRO	
<i>Reinserção familiar no centro das antinomias dos processos migratórios internacionais. Um estudo de caso em situação de regresso</i>	25
RUI LEANDRO MAIA	
<i>Migrações, nupcialidade e transição demográfica – Notas a partir de um estudo de caso no Bonfim</i>	75
MARIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES	
<i>Agosto em Portugal: as férias dos emigrantes</i>	113
ALBERTINO GONÇALVES	
<i>A minhota trajada à vianesa: A construção histórica de um ícone da cultura popular</i>	125
HUGO FILIPE LARANJEIRO RIBEIRO DA CUNHA	
<i>O mundo da música em Braga de meados do século XIX até hoje</i>	141
FERNANDO PAULO OLIVEIRA MAGALHÃES	
<i>Análise semiótica do loudel de D. João I</i>	169
MANUEL CARLOS SILVA / HELENA MACHADO / SUSANA SILVA	
<i>Direito, ciência e o corpo feminino: A prostituição como «objecto de fronteira»</i>	183
MANUELA RIBEIRO / OCTÁVIO SACRAMENTO	
<i>Prostituição feminina no espaço transfronteiriço ibérico – Um caso muito particular de circulação de pessoas</i>	205
VERA MÓNICA DUARTE	
<i>Violência conjugal: o pacto de silêncio. Uma reflexão sociológica sobre o impacto da legislação penal portuguesa no crime de violência conjugal</i>	229
DANIEL FRANCISCO	
<i>Poder local em Portugal: Heranças pesadas e desafios emergentes</i>	245

MARIA EUGÉNIA RODRIGUES

<i>Ciência, públicos e ambiente: O discurso «científico» dos movimentos de protesto ambiental</i>	271
---	-----

REFLEXÕES E LEITURAS

JEAN-MARTIN RABOT

<i>Classes e ordens (grupos de estatuto) em Max Weber</i>	293
---	-----

RITA RIBEIRO

<i>Portugal – A Equipa de Todos Nós. Nacionalismo Futebol e Media</i> de João Nuno Coelho	299
---	-----

ABSTRACTS / RÉSUMÉS	305
----------------------------------	-----

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	321
--	-----